

FERNANDO PRESTES DE SOUZA

MILICIANOS PARDOS EM SÃO PAULO

COR, IDENTIDADE E POLÍTICA (1765-1831)

CURITIBA

Inverno de 2011

FERNANDO PRESTES DE SOUZA

MILICIANOS PARDOS EM SÃO PAULO
COR, IDENTIDADE E POLÍTICA (1765-1831)

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná, na Linha de Pesquisa Espaço e Sociabilidades, sob orientação do Prof. Dr. Luiz Geraldo Silva.

CURITIBA

Inverno de 2011

Catálogo na publicação
Aline Brugnari Juvenêncio – CRB 9ª/1504
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Souza, Fernando Prestes de
Milicianos pardos em São Paulo: cor, identidade e política
(1765-1831) / Fernando Prestes de Souza. – Curitiba, 2011.
181 f.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Geraldo Silva
Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências
Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

1. Milícia – São Paulo (Estado) – História. 2. São Paulo
(Estado) – História social. 3. São Paulo (Estado) – História
militar. I. Título.

CDD 981.61



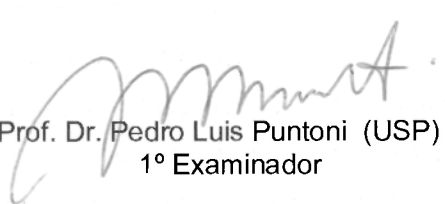
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Rua Gal. Carneiro, 460, 7º andar, sala 716, fone/fax + 55 (41) 3360-5086,
80.060-150, Curitiba, PR, Brasil.
E-mail: cpghis@ufpr.br Website: www.poshistoria.ufpr.br

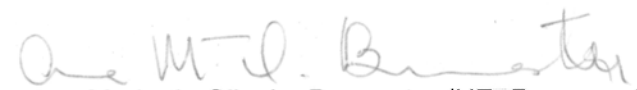
PARECER DA BANCA EXAMINADORA

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PGHIS/UFPR) para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de Fernando Prestes de Souza, intitulada: **Milicianos pardos em São Paulo. Cor, identidade e política (1765-1831)**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação, completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de **Mestre em História**.

Curitiba, dezoito de agosto de dois mil e onze.


Prof. Dr. Luiz Geraldo Santos da Silva
Presidente da Banca Examinadora


Prof. Dr. Pedro Luis Puntoni (USP)
1º Examinador


Profa Dra Ana Maria de Oliveira Burmester (UFPR-aposentada)
2º Examinador

AGRADECIMENTOS

Ao orientador, Luiz Geraldo Silva, que desde a minha monografia vem acompanhando o amadurecimento desta pesquisa e meu como historiador. Semelhante a um jardineiro, aparou as arestas sempre que necessário.

À professora Martha Daisson Kameister e ao professor Joacir Navarro Borges, pelas riquíssimas contribuições a este trabalho por ocasião de meu exame de qualificação.

Aos amigos e colegas das disciplinas Seminário em Espaço e Sociabilidades I e II, por colaborarem, mediante críticas e sugestões cotidianas, para o desenvolvimento e estruturação desta dissertação.

À CAPES, pelo financiamento de 24 meses de estudos, e à Fundação Araucária, pelo custeio a pesquisas em arquivos de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Aos amigos, em particular ao André (♫), à Christy, ao Stefani e à galera do ROCK (♫ ... Hey ho, let's go! ... ♪).

Aos meus pais, Haroldo e Aurélia, por me darem todo o suporte necessário. Por compreenderem o porquê de o preço da conta da luz ter subido tanto nesses últimos meses e de eu sempre ir dormir às 3 horas e acordar só às 11 ou ao meio-dia. Agradeço também aos meus irmãos, Débora, Luiz e Ana, e seus anexos. (Ana, agora o computador é todo seu!).

À Nona, seu Ivo e dona Luiza, pela acolhida sempre generosa que dispensam a mim.

À Priscila, ♫ ... dulce criatura ... ♫, por compartilharmos intensamente esse processo, cheio de dúvidas, textos, fontes, idéias e esperanças. Sobretudo por confiar a mim sua amizade, ternura e seu amor. Aguardo o dia em que contaremos aos filhos que virão tudo o que passamos e o que nossos trabalhos significam pra nós.

SUMÁRIO

RESUMO	iv
ABSTRACT	v
LISTA DE GRÁFICOS	vi
LISTA DE ABREVIATURAS	vii
INTRODUÇÃO	1
 1 SÃO PAULO, UMA CONFIGURAÇÃO SOCIAL EM TRANSFORMAÇÃO (século XVII ao início do XIX)	
1.1 Na balança do império: São Paulo e sua estrutura político-administrativa	14
1.2 Economia e civilização: do sertanismo à inserção no mercado atlântico	21
1.3 O enegrecimento da sociedade paulista	31
1.4 Construção de uma estrutura militar paulista: companhias auxiliares e tropas de homens de cor (1697-1765)	36
 2 A GUERRA LUSO-CASTELHANA E A MOBILIZAÇÃO DE HOMENS PARDOS EM SÃO PAULO (1765-1777)	
2.1 A Guerra Luso-Castelhana e reestruturação militar na América portuguesa	49
2.2 As forças militares paulistas e a proliferação dos terços de pardos e pretos no Estado do Brasil (1763-1782)	57
2.3 Os ventos do atlântico e as companhias de pardos no litoral paulista: a guerra e o trato mercantil	64
2.4 Os pardos do sertão e o recrutamento para o presídio do Iguatemi (1767-1777)	72

3	O ENRAIZAMENTO DA MILÍCIA DOS PARDOS EM UMA ÉPOCA DE TRANSIÇÃO	
3.1	O processo de criação e institucionalização do Regimento dos Úteis (1797-1806)	82
3.2	O perfil sócio-econômico dos milicianos pardos (1811-1831)	88
3.3	Milícias negras entre a política racial régia e o reformismo ilustrado (1766-1822)	98
3.4	Uns <i>vexados</i> , outros <i>beneméritos</i> : pureza de sangue e ascensão na hierarquia dos pardos	113
4	SÃO PAULO, MILICIANOS PARDOS E O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA	
4.1	São Paulo e a independência	127
4.2	Milicianos pardos no processo de independência	134
4.3	Fragmentos de vida, dos milicianos pardos e do Regimento dos Úteis: o ponto onde eles se (con)fundem	150
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	162
	FONTES E BIBLIOGRAFIA	166

RESUMO

Essa dissertação versa sobre milicianos pardos de São Paulo e as corporações militares nas quais estavam integrados entre 1765 e 1831. A configuração social em questão teve uma trajetória histórica muito particular, o que deu contornos específicos à formação daqueles corpos e às experiências de seus homens pardos. Por outro lado, a política racial régia levada a efeito ao longo da segunda metade do século XVIII e início do XIX, bem como o posicionamento das autoridades coloniais, impactaram sensivelmente nas formas como o serviço na milícia foi vivenciado. Objetivou-se aqui, primeiramente, a compreensão do processo de formação das tropas de pardos livres que resultou na criação e enraizamento do Regimento dos Úteis, e da trajetória deste comparativamente a instituições congêneres na América portuguesa. Do mesmo modo, pretendeu-se ampliar o conhecimento acerca da vida social e política daqueles sujeitos *outsiders* (conforme o modelo teórico de Norbert Elias), atentando-se para a forma pela qual eram incluídos na milícia, seu perfil sócio-econômico, suas diferentes aspirações e comportamentos em relação a disputas por poder e postos de comando. Por fim, examinou-se a atuação dos milicianos pardos de São Paulo na conjuntura da independência. O trabalho foi embasado em análise de um amplo e diversificado corpo documental, no qual se destaca a documentação produzida ordinariamente no interior do regimento miliciano dos pardos e, dentre esta, seu *Livro Mestre*.

Palavras-chave: milicianos pardos; São Paulo; história social.

ABSTRACT

This dissertation deals with the brown skinned militiamen of São Paulo in the military corporations in which they were incorporated between 1765 and 1831. The social configuration in question had a very particular historical trajectory, which has specific contours to the formation of those bodies and their experiences as brown men. On the other hand, the Royal racial politics carried out during the second half of the eighteenth and early nineteenth centuries, as well as the placement of the colonial authorities, significantly impacted the ways in which the service in the militia was experienced. The objective here is, first, understanding the process of formation of free mulatto troops that resulted in the creation and rooting of the *Regimento dos Úteis* (Regiment of the Useful), and the course of it compared to similar institutions in Portuguese America. Similarly, it was intended to increase knowledge about the social and political life of those outsiders subject (as in the theoretical model of Norbert Elias), paying attention to the way in which they were included in the militia, its socio-economic aspirations and their different behavior in relation to disputes over power and command posts. Finally, we examined the actions of the brown militiamen of São Paulo at the juncture of independence. The written work was based on analysis of a large and diverse body of documents, which emphasizes the documentation produced ordinarily within the mulatto militia regiment, and among this, your *Livro Mestre* (Master Book).

Keywords: brown militiamen; São Paulo; social history.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Oficiais e soldados por ocupação (1811-1831)	94
GRÁFICO 2 – Profissão dos oficiais milicianos	96

LISTA DE ABREVIATURAS

A.N. – Arquivo Nacional (Brasil)

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino (Portugal), Projeto Resgate

APESP – Arquivo Público do Estado de São Paulo

B.N. – Biblioteca Nacional (Brasil), divisão de manuscritos

CX. – Caixa

D.I. – Documentos Interessantes Para a História e Costumes de São Paulo

DOC. – Documento

ORD. – Ordem

RIHGB – Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

RIHGSP – Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

INTRODUÇÃO

I – O tema

Este estudo versa sobre os milicianos pardos de São Paulo e as corporações militares nas quais estavam integrados entre 1765 e 1831. Espera-se que ele contribua, mais especificamente, para o entendimento da formação e funcionamento de tais instituições na América portuguesa e no Brasil imperial em seus primeiros anos, bem como para a compreensão da vida social e política da camada populacional conformada pelas pessoas livres de cor.¹ As páginas que seguem revelam que o caso de São Paulo compartilhava a esse respeito muitos elementos comuns a outras configurações sociais luso-americanas, mas também indicam que sua trajetória histórica particular imprimiu marcas relevantes na organização das forças militares dos pardos paulistas.

As corporações militares tomadas aqui como uma espécie de janelas, através das quais se observou aquela sociedade, são as companhias e terços de auxiliares e os regimentos de milícias a que se converteram em fins do século XVIII. Ser um auxiliar ou miliciano entre os anos 1765 e 1831 implicava ter que intercalar o exercício do serviço e treinamento militar aos ofícios cotidianos mediante os quais se ganhava a vida. Logo, as milícias eram forças militares não-profissionais. A despeito dessa característica, havia situações em que seus integrantes eram instados a deixar suas lides habituais a fim de fazerem a guerra. Nestas ocasiões, e quando eram destacados para a guarnição de vilas e cidades, previa-se que os milicianos recebessem soldos. Mas talvez as mais relevantes recompensas dadas pela monarquia a tais serviços se situassem no campo simbólico. Com efeito, o serviço militar funcionava como uma via de mão-dupla aos sujeitos nele envolvidos: havia pesados encargos, mas estes poderiam ser compensados pelo exercício de funções sociais associadas à honra, prestígio e poder, além de que franqueavam individual e coletivamente os milicianos a gozarem de privilégios, prerrogativas e isenções.

Por outro lado, este estudo diz respeito não a auxiliares e milicianos genericamente, mas a auxiliares e milicianos pardos – e isso realmente faz muita diferença. Ora, a escravidão africana modelou a organização social corporativa e estamental luso-americana, essa teve como fundamento uma hierarquia racial na qual os brancos ocupavam o topo ao passo que os

¹ Esta dissertação é produto de minha vinculação ao projeto de pesquisa *De um a outro império: sociabilidades, etnia e mobilização de forças militares. As tropas de pretos e pardos na América portuguesa, 1630-1831*, o qual é coordenado pelo professor Luiz Geraldo Silva no âmbito do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná.

pretos encontravam-se no subsolo. Os pardos, por sua vez, se situavam em uma posição intermediária.² Em virtude da inclusão do mulatismo nos estatutos de pureza de sangue³, recaía aos pardos inúmeros impedimentos, tais como os de ocuparem postos importantes nas municipalidades e de receberem títulos de ordens militares. E em relação de complementaridade a esse quadro, ocupavam lugares sociais específicos. Isto é, a divisão do mundo social com base na cor/condição das pessoas estruturava a vida religiosa e a atuação militar dos pardos e pretos. Eles, via de regra, serviam a Deus e ao rei, munidos de rosários e espingardas, em corporações diferentes das dos brancos e também distintas entre si.

Se, por um lado, nos corpos de auxiliares e milícias lhes era possível ocupar os postos no topo da hierarquia militar e externar autoridade e poder perante seus pares de cor, por outro o tempo despendido no serviço militar poderia equivaler a um período de afastamento da família e do trabalho. Para dimensionar essa tensão em que se viam envoltos os homens de cor, na busca tanto por capital simbólico quanto por material, cabe considerar que seu oficialato, em geral e em comparação com a oficialidade dos vários corpos militares de brancos, tinham ascendência escrava e dispunham, de início, de baixos níveis de educação e parco acúmulo de pecúlio.⁴ Portanto, o trabalho para eles era fundamental. Assim, no tocante aos problemas e tensões cotidianamente enfrentados por aqueles sujeitos a partir da vivência na milícia, tão relevante quanto a questão racial era a sua composição profissional. E, de fato, a importância que esse fator obtinha não se restringia ao fato de que aquelas pessoas com ascendência escrava tinham que batalhar dia-a-dia para garantir o sustento de suas famílias. A problemática se inscreve, igualmente, no campo da definição do lugar social ocupado pela oficialidade de cor. Ora, abrigando em suas fileiras um grande contingente de oficiais mecânicos, os regimentos de pardos e pretos se deparavam com reiteradas críticas das autoridades coloniais, zelosas que se mostravam pelo cumprimento dos estatutos de pureza de sangue e mãos.

Finalmente, trata-se aqui dos corpos de auxiliares e milícias e seus integrantes pardos em uma configuração social específica: a capitania/província de São Paulo entre os anos 1765 e 1831. Em termos políticos, esse período se refere aos marcos da restauração da autonomia

² SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 209-223.

³ OLIVAL, Fernanda. Rigor e interesses: os estatutos de limpeza de sangue em Portugal. *Cadernos de Estudos Sefardistas*, n. 4, 2004; BRAGA, I. M. R. M. Drumond. A mulatice como impedimento de acesso ao “Estado do Meio”. In: *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*. Lisboa, FCSH/UNL, 2005; MATTOS, Hebe. “Black Troops” and hierarchies of color in the Portuguese Atlantic World: The case of Henrique Dias and his Black Regiment. *Luso-Brazilian Review*, v. 45, n. 1, p. 6-29, 2008.

⁴ LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: EDUSP, 2006, p. 213, 216.

política da capitania de São Paulo no seio do império colonial português e do fim do primeiro reinado do império do Brasil. Mas estes fatos políticos interessam mais na medida em que dizem respeito às tropas militares aqui em questão: em 1765 iniciou-se um período de formação e institucionalização das companhias de auxiliares dos pardos de São Paulo, ao passo que o ano de 1831 marca a extinção das milícias no Brasil e, por conseguinte, das corporações militares específicas para pardos e pretos. São Paulo passava por um amplo processo de transformação nestes anos. São aventadas nessa dissertação algumas linhas gerais da mudança ali em curso, quais sejam: a ampliação do peso político de São Paulo no corpo do império português e, posteriormente, do brasileiro; a dinamização de sua economia; o crescimento demográfico e a formação de uma camada populacional composta por pardos livres; a criação de uma estrutura militar própria aos séculos XVIII e XIX. Acredita-se que esse quadro dinâmico compunha uma face de um processo civilizador ⁵ em curso, o qual impactava paralelamente na sociedade e na estrutura de personalidade de seus membros.

Conhecem-se atualmente detalhes significativos acerca da formação e da experiência social de corporações militares de pardos e de pretos em configurações sociais do Brasil caracterizadas por expressiva importância política e econômica e pelo grandioso peso e pressão social nelas exercida pelos homens de cor. Refere-se aqui nomeadamente às capitanias/províncias de Pernambuco e Bahia entre os séculos XVII e XIX, e em menor grau a Minas Gerais. Fica, pois, a questão: quais foram as principais características das corporações militares constituídas por pardos livres e das experiências vivenciadas por seus integrantes naquela São Paulo em constante transformação, que apenas no fim do período colonial estabeleceu vínculos com o tráfico atlântico de escravos africanos e concebeu uma camada populacional composta por pessoas livres de cor? É em busca da resolução desse problema mais geral que convido o leitor a se debruçar sobre esta dissertação. Mais especificamente, almeja-se aqui a obtenção de uma compreensão parcial do processo de formação das companhias auxiliares de pardos livres, o qual resultou na criação e enraizamento do Regimento dos Úteis naquela sociedade, e da trajetória deste comparativamente a instituições congêneres na América portuguesa. Pretende-se, igualmente, ampliar o conhecimento acerca da vida social e política daqueles sujeitos *outsiders*, atentando-se para a forma pela qual eram incluídos na milícia, seu perfil sócio-econômico, suas diferentes aspirações e comportamentos em relação a disputas por poder e postos de comando. Por fim, examina-se a atuação política

⁵ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Uma história dos costumes. (v. 1). Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990; ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Formação do Estado e Civilização. (v. 2). Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

e militar dos milicianos pardos de São Paulo na conjuntura da independência e da formação do Estado e da nação brasileira.

II – Conversa com a historiografia

Convém observar, neste ponto, que a literatura correspondente ao tema é ainda diminuta no que se refere ao Brasil. A dimensão dessa carência historiográfica torna-se visível quando se leva em conta o grande volume de estudos produzidos acerca das corporações de *pardos* e *morenos* das várias regiões da América espanhola. Tais estudos contemplam, em linhas gerais, três períodos distintos mediante problemáticas específicas: o da conquista espanhola até meados do século XVIII, em que se aborda particularmente a formação daquelas instituições; o das reformas bourbônicas na estrutura militar hispano-americana a partir da década de 1760 e das novas reformas implementadas na década de 1790, em cujos marcos se investiga a ampliação do peso daquelas tropas na estrutura militar bem como a elevação e posterior contestação de seus privilégios e *status*; e, por fim, o período das independências e de seus desdobramentos, no qual se privilegia a politização dos homens de cor da milícia.

Essa historiografia foi bastante enriquecida pelos trabalhos de pesquisadores norte-americanos que remontam à década de 1960 e que continuam sendo produzidos, os quais são movidos por um interesse muito específico: o de compreender um modelo histórico de inclusão social e de possibilidades às pessoas livres de cor radicalmente distinto daquele então vigente nos Estados Unidos – esta era uma sociedade com reduzida camada de livres de cor e que cerrava rigorosamente as vias de mobilidade social a essas pessoas.⁶ Curiosamente, aqueles historiadores tiveram pouco interesse em analisar a dinâmica das tropas de pardos e pretos do Brasil colonial, não obstante o universo tropical igualmente apresentar diferenças significativas em relação ao caso norte-americano. Talvez isso se deva ao impacto que a obra de Gilberto Freyre causou em seus pensadores sociais. Ora, a sugestão esboçada por Freyre conforme a qual a escravidão africana no Brasil incidia de forma mais branda aos seus cativos comparativamente à realidade dos Estados Unidos tornou-se um instigante objeto de reflexão por parte daquela historiografia. A hegemonia dessa discussão, que reverbera até os dias

⁶ LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *Evolução da sociedade e economia...*, p. 197-198.

atuais ⁷, pode, em parte, explicar a quase ausência de estudos de historiadores norte-americanos sobre os auxiliares e milicianos negros do Brasil.

Mas o que mais chama a atenção, como já se adiantou, é o pequeno interesse da historiografia brasileira, ao longo do tempo, pelas corporações militares de pardos e pretos da América portuguesa e do Brasil do primeiro reinado. Este aspecto, por seu turno, pode ser contrastado com o grande volume de estudos dedicados às irmandades negras, estas que foram entendidas como instituições fundamentais às pessoas de cor por lhes propiciarem níveis relevantes de autonomia em sua organização social, cultural e política. ⁸ Seja como for, cabe destacar, para além das “ausências”, o que já foi dito sobre as tropas de pardos e pretos. Contemplou-se particularmente a formação e atuação dos terços de pardos e pretos em Pernambuco e Bahia no século XVII por ocasião das guerras-do-açúcar ⁹ e da conquista do sertão a grupos indígenas ¹⁰, cujas ações militares absorveram grande parte da estrutura bélica luso-americana. Privilegiou-se do mesmo modo o envolvimento dessas mesmas tropas na conjuntura da independência. Por outro lado, apesar de que não foram produzidas análises de fôlego a respeito das corporações militares de homens de cor nas demais realidades do Brasil colonial e imperial, incluso a própria configuração social de São Paulo, estas foram abordadas em alguns trabalhos que as diluíram no interior de estruturas militares mais vastas ao nível das capitanias/províncias e/ou de problemáticas diversas. ¹¹

⁷ A constatação da vivacidade dessa discussão está em GUEDES, Roberto. Egressos do cativeiro: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c. 1850). Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008, p. 21.

⁸ BOSCHI, Caio C. *Os leigos e o poder*. Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986; LIMA, C. A. M. Em certa corporação: politizando convivências em irmandades negras no Brasil escravista (1700-1850). *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 11-38, jan./jun. 1999; REIS, João José. Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 7-33, 1996; SCARANO, Julita. *Devoção e escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*. São Paulo: Comp. Ed. Nacional: Secretaria de Estado da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976; SILVA, Luiz Geraldo. Da festa barroca à intolerância ilustrada. Irmandades católicas e religiosidade negra na América portuguesa (1750-1815). In: SALLES-REESE, V. (Org.). *Repensando el pasado, recuperando el futuro. Nuevos aportes interdisciplinarios para el estudio de la América Latina colonial*. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2005, p. 270-287; SILVA, Luiz Geraldo. Religião e identidade étnica. Africanos, crioulos e irmandades na América portuguesa. *Cahiers des Amériques Latines*, v. 44, p. 77-96, 2003; SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000; SOUZA, Marina de Mello e. *Reis negros no Brasil escravista*. História da festa de coroação de Rei Congo. São Paulo/Belo Horizonte: Humanitas/Editora UFMG, 2002; VIANA, Larissa. *O idioma da mestiçagem: as irmandades de pardos na América portuguesa*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

⁹ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Henrique Dias: governador dos pretos, crioulos e mulatos do Estado do Brasil*. Recife (PE): Universidade do Recife, 1954; MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. Rio de Janeiro: Forense Universitária; São Paulo: Edusp, 1975.

¹⁰ PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros*. Povos indígenas e a colonização do sertão do nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec, 2002.

¹¹ MELLO, Christiane F. Pagano de. Os Corpos de Auxiliares e de Ordenanças na Segunda Metade do Século XVIII. As Capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais e a Manutenção do Império Português no Centro Sul América. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2002; COTTA, Francis

A formação do terço de pretos em Pernambuco por ocasião das guerras luso-holandesas de meados do século XVII foi examinada por José Antônio Gonsalves de Mello. Seu trabalho (1954) é dedicado particularmente à figura de Henrique Dias, herói daquelas guerras, o qual cederia seu nome ao terço dos pretos.¹² Esse fenômeno – a constituição da corporação e sua atuação em uma conjuntura de guerra – propiciou o estabelecimento de vínculos entre aqueles sujeitos pretos, mormente suas lideranças, e a Coroa portuguesa restaurada (1640). Daí que uma das problemáticas mais exploradas gira em torno da dinâmica das mercês – ou, em outros termos, de uma economia política de privilégios – a qual caracterizava o relacionamento de súditos e a monarquia. Isto é, cabia ao rei recompensar, com justiça e equidade, simbólica ou materialmente os vassalos que lhe prestassem serviços.¹³ E um dos aspectos mais interessantes dessa dinâmica é que, em decorrência de sua atuação naquelas batalhas, abriu-se um canal de expressão e barganha aos homens de cor dos terços junto à Coroa. Hebe Mattos analisa os esforços empreendidos pelos comandantes pretos de Pernambuco, entre meados do século XVII e início do XVIII, visando o acesso a títulos de ordens militares – em uma palavra, em busca de nobilitação. A historiadora conclui que em um primeiro momento as vias de acesso aos pretos como Henrique Dias estavam relativamente abertas, mas a mobilidade social ascendente por meio do ingresso nas ordens militares tornou-se cada vez mais dificultosa a eles a partir do século XVIII, quando então a cor tornou-se instituída como impedimento.¹⁴

Por outro lado, esse mesmo processo de formação das tropas militares com a gente de cor e seu desenvolvimento na América portuguesa se presta à problematização da construção de identidades étnicas e estas, por sua vez, à observação crítica da organização sócio-política das coletividades de homens de cor. Com efeito, Luiz Geraldo Silva examina os princípios que balizavam a formação de tais identidades e o modo como estas eram empregadas nas disputas por postos e poder entre os negros em Pernambuco e na Bahia entre os séculos XVII e XVIII. Mais do que isso: as pressões coletivas engendravam normas referentes à vida das corporações militares negras que se diferenciavam e até se sobrepunham às determinações

Albert. No rastro dos Dragões: políticas da ordem e o universo militar nas Minas setecentistas. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2004; LEONZO, Nanci. *Defesa militar e controle social na capitania de São Paulo: as milícias*. Tese (doutorado em História) – Universidade de São Paulo, 1979.

¹² MELLO, J. A. G. de. *Henrique Dias: governador dos pretos, crioulos e mulatos do Estado do Brasil...*

¹³ A esse respeito, consultar HESPANHA, António Manuel; XAVIER, Ângela Barreto. As redes clientelares. In: HESPANHA, A. M.; MATTOSO, José (Orgs.). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1992. O conceito “economia política de privilégios” é utilizado em GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808). In: GOUVÊA, M. F.; FRAGOSO, J.; BICALHO, M. F. (Orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos*. A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 285-315.

¹⁴ MATTOS, Hebe. “Black Troops” and hierarchies of color...

régias.¹⁵ Está subjacente aí dois aspectos de fundamental importância: a idéia de que as corporações militares eram espaços por meio dos quais se exercia pressões voltadas não somente à consecução de anseios individuais, na medida em que se faziam representativas de toda uma coletividade e de sua busca por prerrogativas e privilégios; por outra parte, entende-se que a mobilidade ou distinção social nos termos de Antigo Regime não era restrita aos esforços por nobilitação. Havia, pois, intensa movimentação de recursos por parte de pardos e pretos buscando ascenderem em suas próprias hierarquias, no “mundo dos negros”. É com especial ênfase em tal perspectiva que esta dissertação foi desenvolvida.

Já a atuação dos milicianos pardos e pretos na conjuntura da independência e da formação do Estado e da nação no Brasil, contemplada também neste trabalho, tem sido abordada pela historiografia dando-se ênfase notadamente à politização ou inserção dos homens de cor na arena política.¹⁶ De acordo com a formulação de Russell-Wood, ao lado das irmandades religiosas as corporações militares foram os mais importantes veículos ou porta-vozes às aspirações e reivindicações dos homens de cor livres.¹⁷ Adensando essa definição, Luiz Geraldo Silva entende que, particularmente na era das independências, as corporações militares “representaram importantes meios de socialização e politização dos homens de cor”.¹⁸ Mas havia mais elementos que concorriam para a composição desse quadro: Silva, tal como James A. Wood e Alfonso Múnera, estes dois historiadores que pesquisaram as milícias negras da América espanhola, encontraram indícios concretos a respeito da intercalação entre cor/condição, serviço na milícia e o exercício de ofícios urbanos, notadamente o artesanato, e seu potencial na conformação de identidades coletivas e da própria politização das camadas populares na era das revoluções em vista de problemas comuns que enfrentavam.¹⁹ Em síntese, é no interior das preocupações e problemáticas

¹⁵ SILVA, Luiz Geraldo. Sobre a ‘etnia crioula’: o Terço dos Henriques e seus critérios de exclusão na América portuguesa do século XVIII. Texto apresentado no seminário da linha de pesquisa Espaço e Sociabilidades, do Programa de Pós-Graduação em História da UFPR, no primeiro semestre de 2010.

¹⁶ SILVA, Luiz Geraldo. Aspirações barrocas e radicalismo ilustrado. Raça e nação em Pernambuco no tempo da independência (1817-1823). In: JANCÓS, István (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005, p. 915-934; SILVA, Luiz Geraldo. O avesso da independência: Pernambuco (1817-24). In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 343-384; KRAAY, Hendrik. *Race, state, and armed forces in independence-era Brazil: Bahia, 1790s-1840s*. California: Stanford University Press, 2001; KRAAY, Hendrik. Identidade racial na política, Bahia, 1790-1840: o caso dos Henriques. In: JANCÓS, István (Org.). *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo/Ijuí: Hucitec/Unijui/FAPESP, 2003, p. 521-546; CARVALHO, Marcus J. M. de. Os negros armados pelos brancos e suas independências no Nordeste (1817-1848). In: JANCÓS, István (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005, p. 881-914.

¹⁷ RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Trad. Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 142.

¹⁸ SILVA, Luiz Geraldo. Aspirações barrocas e radicalismo ilustrado..., p. 917.

¹⁹ SILVA, L. G. Aspirações barrocas e radicalismo ilustrado...; SILVA, L. G. O avesso da independência...; MÚNERA, Alfonso. *El fracaso de la nación. Región, clase y raza en el Caribe colombiano (1717-1821)*.

aventadas pela historiografia em questão que esta dissertação se insere e procura agregar elementos.

III – Referenciais teóricos e metodológicos

Este é um trabalho de história militar, mas, sobretudo, de história social a respeito de homens de cor livres. Sendo assim, leva-se em conta aqui, primeiramente, a noção sustentada por Juan Marchena Fernandez, segundo a qual “*los determinantes de la institución [militar] fueron, pues, los mismos factores que afectaron y conformaron el orden [social] en sí*”. Logo, “*estudiar lo militar es estudiar a la realidad del período en multitud de aspectos*”.²⁰ Desse modo, buscando-se ir além de uma abordagem meramente institucional, a experiência militar do segmento específico conformado pelos milicianos pardos é contemplada através de sua articulação com a vida social, política e econômica daqueles sujeitos.

Esta, por sua vez, é situada em um tempo histórico específico, “o próprio plasma em que se engastam os fenômenos e (...) o lugar de sua inteligibilidade” – tomando-se aqui por empréstimo a formulação de Marc Bloch.²¹ Trata-se de uma sociedade de Antigo Regime nos trópicos.²² Constatou-se, ademais, que muito do que valia para a metrópole não se ajustava à colônia, e vice-versa, razão pela qual não se deve perder as diferenças e tensões entre os espaços europeus e americanos do império português.²³ Mais precisamente, refere-se aqui a uma formação social que entre meados do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX sofria profundas transformações. Com efeito, entende-se que nesse momento houve a transição – e, por conseguinte, a convivência – dos modelos de sociedade corporativa ou barroca, ilustrada e liberal, um processo repleto tanto de rupturas quanto de continuidades.²⁴ Ter em vista tais mutações e permanências é essencial para o entendimento das tensões, enfrentamentos, coerências e ambigüidades que tocaram não apenas as autoridades coloniais, mas que conformaram os próprios movimentos e a estrutura mental de pardos e pretos no

Bogotá: Editorial Planeta Colombiana, 2008; WOOD, James A. The burden of citizenship: artisans, elections, and the *fuero militar* in Santiago de Chile, 1822-1851. *The Americas*, v. 58, n. 3, p. 443-469, 2002.

²⁰ FERNÁNDEZ, Juan Marchena. *Ejército y milicias en el mundo colonial americano*. Madrid: MAPFRE, 1992, p. 9.

²¹ BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002, p. 55.

²² GOUVÊA, M. F.; FRAGOSO, J.; BICALHO, M. F. (Orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos*. A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

²³ SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 58-70.

²⁴ GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencia*. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1993; HESPANHA, António Manuel; XAVIER, Angela Barreto. A representação da sociedade e do poder. In: MATTOSO, José (Org.). *História de Portugal*. O Antigo Regime (1620-1807), v. 4. Lisboa: Editorial Estampa, 1993; BLACKBURN, Robin. *A construção do escravismo no Novo Mundo*. Do barroco ao moderno (1492-1800). Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 34-41.

Brasil.²⁵ Esse quadro de transformações é também apreendido aqui mediante perspectiva processual referente ao curso de um processo civilizador, o qual se desenrolava na longa duração não apenas na Europa: ele se estendeu aos domínios ultramarinos dos reinos europeus e, especialmente a partir do século XVIII, incidiu sobre a configuração social de São Paulo.²⁶

Aqui são empregadas algumas categorias para referir-se aos objetos do estudo: “pardos” e “pretos”, por um lado, e “pessoas” ou “homens livres de cor”, por outro. Os dois primeiros termos são conceitos coevos que eram utilizados, ao lado da categoria “brancos”, para designar e diferenciar entre si os corpos militares coloniais e seus integrantes a partir do corte cor/condição social. A própria formulação “cor/condição” se presta a elucidar o fato de que o significado da categoria “pardo”, por exemplo, indica muito mais que a cor da pele. Tais conceitos eram dotados de efetiva operacionalidade, na medida em que remetiam seus portadores a um lugar social específico e diferenciado na hierarquia racial relativamente aos “outros”. Fizeram parte, além disso, de relações de poder e *status* entre grupos sociais desiguais. Daí que estas categorias não eram, definitivamente, naturais ou imutáveis. Trata-se, pois, de conceitos socialmente construídos.²⁷ Já a expressão “homens livres de cor” está associada a opções de historiadores²⁸ e não a um conceito propriamente histórico. Seja como for, creio que a categoria seja útil para designar em bloco aqueles sujeitos e, em termos gerais, sua condição social comparativamente à das pessoas brancas – as quais, evidentemente, não eram homogêneas. Convém, portanto, esclarecer que ela não é aqui empregada de modo a obscurecer ou reduzir as múltiplas diferenciações que conformavam o “mundo dos negros”.²⁹

As relações de interdependência estabelecidas entre grupos raciais distintos, no caso aqui em questão a de pardos para com brancos e pretos, ou a de homens de cor para com brancos, podem ser interpretadas à luz do modelo teórico estabelecidos/*outsiders* de Norbert Elias. Este modelo de compreensão da sociedade tem como base o exame dos diferenciais de poder e *status* entre grupos de uma mesma configuração social, os quais decorrem principalmente de seus níveis de coesão e da capacidade de lançarem e fazerem assimilar estigmas sociais aos grupos concorrentes. De fato, considera-se que as disputas e tensões entre

²⁵ SILVA, L. G. Aspirações barrocas e radicalismo ilustrado...; SILVA, L. G. O avesso da independência...; KRAAY, Hendrik. *Race, state, and armed forces*...; KRAAY, Hendrik. Identidade racial na política...

²⁶ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Formação do Estado e Civilização..., p. 207-215.

²⁷ NAZZARI, Muriel. Vanishing Indians: the social construction of race in colonial São Paulo. *The Americas*, v. 57, n. 4, abr./2001, p. 500-503; GUEDES, Roberto. Egressos do cativeiro... p. 93-108; MACHADO, Cacilda. A trama das vontades. Negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social (São José dos Pinhais-PR, passagem do XVIII para o XIX). Tese (doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006, p. 175-223.

²⁸ Como, por exemplo, o emprego que lhe dá KLEIN, Herbert S. Os homens livres de cor na sociedade escravista brasileira. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, n. 17, p. 3-27, 1978.

²⁹ KRAAY, Hendrik. *Race, state, and armed forces*..., p. 88-89.

as coletividades podem ter motivações tanto pela posse de bens materiais quanto de bens simbólicos. Por sua vez, tais relações são marcadas invariavelmente pelo recurso, por parte dos grupos estabelecidos (ou com maior diferencial de poder) à estigmatização do grupo *outsider* (ou com menor diferencial de poder). Esta é uma chave para se compreender a separação das corporações militares por cor: os grupos estabelecidos (brancos) conseguem impor fronteiras entre si e os *outsiders* (pardos e pretos) e fazê-las serem reconhecidas e dotadas de legitimidade. Ao mesmo tempo, entende-se que a variável cor é um aspecto exterior e aparente nas relações de poder: o aspecto central é a disputa por bens, poder e *status* e “a exclusão do grupo menos poderoso dos cargos com maior potencial de influência”.³⁰ Tendo em vista a sociedade de Antigo Regime, na qual estavam imersos os milicianos pardos, sabe-se também que as disputas por bens econômicos estavam subordinadas a atributos do mundo simbólico, como honra, estima, privilégios e isenções.³¹ Assim, os estigmas, importantes instrumentos mobilizados nas lutas sociais, podem tomar várias formas e serem associados, por exemplo, à cor da pele, ao sexo, religião e às profissões. Por fim, convém aclarar que o emprego do conceito de *outsiders* não implica, claro está, a adoção de uma perspectiva de acordo com a qual os milicianos pardos, objeto desse estudo, estariam aliçados da sociedade, para além de suas margens ou excluídos. Ao contrário, objetiva-se dar maior visibilidade aos equilíbrios e diferenciações entre indivíduos e grupos em termos de poder, *status* e bens materiais e simbólicos.

Por outro lado, a noção de identidade coletiva pode ser entendida como um contraponto ou o inverso à estigmatização imputada ao grupo. Em outros termos, a construção de identidades está associada mais à capacidade de auto-representação dos grupos que a imposições de grupos exteriores. Evidentemente, é possível que em determinados casos a assimilação de estigmas sociais por parte de grupos *outsiders* esteja no cerne da configuração de suas identidades coletivas. Mas o mais importante é que se pressupõe um grau de coesão interna ao grupo suficiente a ponto de, em si mesma, a identidade sintetizar elementos e aspirações comuns à coletividade a que diz respeito, o que se faz em relação aos grupos sociais com os quais mantém contato.³²

³⁰ ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, p. 32.

³¹ FLORENTINO, Manolo Garcia; FRAGOSO, João. *O arcaísmo como projeto*. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia (Rio de Janeiro, c.1780 – c.1840). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

³² BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras [1969]. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. Seguindo de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

Por fim, cabe delimitar o que se entende aqui por política. De acordo com a definição de Raphael Bluteau para o termo, “na sua mais ampla significação, *Política*, é a que às cidades, repúblicas, reinos e impérios dá os preceitos do bom governo, assim para o bem dos que mandam, como dos que obedecem”.³³ Este conceito está intimamente atrelado a uma noção de justiça referente às sociedades de Antigo Regime, por meio da qual se entendia que os governantes mantinham as sociedades e grupos em equilíbrio. Com efeito, os termos “político” e “impolítico” figuram nas fontes históricas consideradas aqui em várias situações, e são empregados nesse sentido de “bom governo” e equilíbrio social. Por outro lado, utilizo também o termo “político” a partir de uma definição menos restritiva ou, ainda, que não se limite a contemplar a ação dos agentes ocupantes de cargos na governança. Tal concepção se pauta na idéia de que política e sociedade de certa forma se confundem.³⁴ Política é o próprio relacionamento cotidiano dos atores sociais com o Estado, mas ela consiste também nas interações entre indivíduos e grupos medindo forças, exercendo pressões e mobilizando recursos visando à consecução de seus anseios e a preservação de seus bens.

O vasto conjunto de fontes primárias que foi analisado no desenvolvimento deste trabalho se compõe de documentação de natureza tão diversificada quanto o são os suportes e as instituições que os abrigam. Assim, pois, empreendeu-se coleta de manuscritos e impressos em arquivos públicos e bibliotecas. Trata-se de correspondências trocadas entre as autoridades de mais alta instância no império português e governadores, e entre estes e autoridades subalternas; de requerimentos elaborados por milicianos pardos e os respectivos pareceres e despachos; de cartas-patentes concedidas às tropas de pardos; de documentação ordinária produzida no interior da corporação militar dos homens pardos, como ordens, propostas para provimento de postos vagos e, especialmente, o livro de matrícula dos milicianos pardos; de listas de população; de atas de vereações extraordinárias, etc.

Deste modo, mediante a seleção de fontes para a pesquisa visou-se contemplar as diferentes visões acerca das instituições militares negras que correspondem à da Coroa (portuguesa e, a partir de 1822, brasileira), das autoridades coloniais e imperiais e, principalmente, dos homens pardos, objeto deste trabalho. Buscou-se conjugar a interpretação destes discursos com a da legislação correspondente às instituições militares e, em especial, à crítica dos fragmentos da vida material e concreta dos milicianos de cor.

³³ Cf.: BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez & latino: aulico, anatômico, architectonico* (...). Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. 8 v. Verbete “Política”. Vol. 6, p. 576-577.

³⁴ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. (1.a Ed.). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, v. 2, p. 960.

IV – A dissertação e seu plano

A dissertação divide-se em quatro capítulos. O primeiro tem o objetivo de destacar aspectos do contexto alargado da capitania/província de São Paulo. Busca-se, a partir dele, pôr em perspectiva a ampla transformação pela qual a configuração social em questão passou, do século XVII até o início do XIX. Daí a opção por uma abordagem processual, a qual privilegiou sua evolução político-administrativa, econômica, demográfica e militar, e estas, por sua vez, foram relacionadas a transformações ocorridas no íntimo dos indivíduos que a compunham, provenientes de um processo civilizador. Em outros termos, intentou-se acompanhar as mudanças correlatas na sociedade e nos indivíduos.

O segundo capítulo foi direcionado para a problematização da formação de companhias para pardos livres de São Paulo por ocasião da guerra luso-castelhana ocorrida entre 1762-1777. Ver-se-á que este foi um momento-chave para a formação de terços auxiliares com a gente de cor nas várias capitanias do Estado do Brasil, e que a trajetória histórica de São Paulo deu contornos muito específicos ao processo em seu território. Com efeito, as tropas do litoral e do planalto tinham configurações diferentes entre si, assim como o eram as aspirações de seus integrantes. Finalmente, será aventada hipótese acerca dos níveis de coesão e pressão política exercida junto à Coroa por parte de militares de cor em diferentes espaços da América portuguesa.

Por sua vez, o terceiro capítulo tem o escopo de examinar a formação do Regimento dos Úteis a partir das companhias de pardos já existentes, entendendo-se que neste momento se forjava, entre os milicianos pardos, um sentimento de pertencimento a um grupo dotado de identidade. Por outro lado, analisa-se a política racial régia levada a efeito no outono do período colonial, bem como os vários projetos de reforma das milícias de pardos e de pretos elaborados por autoridades coloniais, os quais tinham as marcas do reformismo ilustrado. Busca-se também identificar o perfil sócio-profissional dos homens que integravam aquela corporação dos pardos e quais eram as suas aspirações e posicionamentos em relação à instituição militar, considerando-se a posição régia e dos governadores coloniais.

Finalmente, o último capítulo destina-se à análise da atuação dos milicianos do Regimento dos Úteis no processo de independência e de formação do Estado e da nação no Brasil. Parte-se, inicialmente, de uma caracterização do programa paulista elaborado em função das Cortes constituintes lisboetas, e do posicionamento de suas elites aos desdobramentos daqueles debates, cujo resultado insere-se em seu projeto de independência do Brasil em relação a Portugal. Em um segundo momento, examina-se a atuação dos

milicianos pardos naquela conjuntura, acenando para o papel desempenhado por eles na qualidade de homens de armas e, conjuntamente, para a inserção destes atores na arena política. Por fim, acompanha-se fragmentos da vida de alguns daqueles milicianos, sendo possível compreender um pouco mais a trajetória do Regimento de Infantaria Miliciano dos Úteis a qual, de alguma forma, se (con)fundia à de seus integrantes.

Capítulo 1 – SÃO PAULO, UMA CONFIGURAÇÃO SOCIAL EM TRANSFORMAÇÃO (século XVII ao início do XIX)

1.1 – Na balança do império: São Paulo e sua estrutura político-administrativa

Durante os dois primeiros séculos de colonização, “São Paulo, enfim, não tinha importância: os paulistas é que eram conhecidos e temidos em todo o Brasil”, conforme as palavras de Carneiro da Cunha.³⁵ Esta formulação concisa indica a posição de São Paulo perante a Coroa lusitana comparativamente a capitânias de maior peso político e econômico, como Pernambuco e Bahia, no contexto da segunda metade do século XVII. Implicitamente, ela também relaciona as condições específicas da configuração social em questão ao comportamento e às representações acerca de seus habitantes. Tomando-a como ponto de partida, examina-se aqui a transformação da configuração social conformada pela capitania/província de São Paulo durante o século XVIII e início do XIX, mormente no aspecto político-administrativo.

Com efeito, só muito tardiamente o território aqui considerado tornou-se capitania régia. Até 1709, quando então se criou a capitania de São Paulo e Minas do Ouro, sua organização político-administrativa tinha como base as capitânias donatárias de São Vicente e Santo Amaro. No processo de compra junto aos donatários pesaram aspectos de sua vida econômica recente, como a dinamização da rede mercantil centralizada na vila de São Paulo.³⁶ Note-se, a esse respeito, o quão significativo foi a elevação da vila de São Paulo à condição de cidade, em 1711. Como prerrogativa régia, esta relevante mudança poderia, embora não necessariamente, indicar sua preponderância enquanto centro de uma teia em que se articulavam vilas e povoações, e, por conseguinte, apontar para sua posição estratégica do ponto de vista econômico, político e militar.³⁷ A historiografia está de acordo quanto a vinculação do fato a um esforço de aproximação entre a Coroa e os paulistas.³⁸

Mais decisivo para a criação da capitania régia, porém, foi o impacto do ouro recém descoberto naqueles vastos sertões em fins do século XVII. Foi o que levou os membros do

³⁵ CUNHA, P. O. Carneiro da. Política e administração de 1640 a 1763. In: HOLANDA, S. B. de (Dir.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo I – A época colonial, v. 2. São Paulo: Difel, 1985, p. 34.

³⁶ BLAJ, I. *A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2002. Considera-se aqui como capitania/província de São Paulo o território que lhe correspondia entre 1765 e 1854, isto é, os atuais estados Paraná e São Paulo.

³⁷ RUSSELL-WOOD, A. J. R. Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. *Revista brasileira de História*, v. 18, n. 36, p. 187-250, 1998.

³⁸ BORREGO, M. A. de M. *A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1745)*. Tese (doutorado em História) – Universidade de São Paulo, 2006, p. 3; BELLOTTO, H. L. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979, p. 39; BLAJ, I. *Idem*, p. 218-219.

Conselho Ultramarino a opinarem ao rei, no processo de compra, que “esta capitania é hoje a mais importante que Vossa Majestade tem em seus reais domínios”. Não por acaso, quando da (re)estruturação de suas instituições, priorizou-se a organização do aparato administrativo, judicial, fiscal e militar na região das minas. Ademais, os governadores e capitães-gerais recém empossados seguiam diretamente para aquela região, deixando a cidade de São Paulo e as vilas circunvizinhas praticamente desamparadas. Em decorrência, visando direcionar seus tentáculos adequadamente às características e necessidades das diferentes regiões, a Coroa optou por dividir a capitania em 1720, criando-se assim as capitanias de São Paulo e de Minas Gerais.³⁹

Entretanto, com a descoberta dos veios auríferos do Cuiabá e de Goiás e a concomitante expansão territorial da nova capitania de São Paulo, já na década de 1720, mais uma vez as ações administrativas foram implementadas majoritariamente nas novas áreas de mineração, relegando as áreas de ocupação mais antigas da capitania a um segundo plano. Por outro lado, em 1738 determinou-se a desvinculação das capitanias de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro em relação a São Paulo, as quais passaram à jurisdição do Rio de Janeiro. Logo se efetuaram novos desmembramentos territoriais, com a criação das capitanias de Mato Grosso e de Goiás em 1748. Como ocorrera na separação de São Paulo e Minas Gerais, agora também se distinguiram as “capitanias do ouro” da “capitania da subsistência”. Por fim, naquele mesmo ano, a parte que restou da capitania de São Paulo após todo esse quadro de redefinições territoriais e administrativas passou a estar subordinada diretamente à capitania do Rio de Janeiro.⁴⁰ Na ocasião, membros do Conselho Ultramarino eram do parecer que, “refletindo no número e qualidade dos habitantes, dependências e comércio”, era “supérflua a assistência do governador e capitão-general”.⁴¹ Esse fato, evocado com frequência por historiadores excessivamente envolvidos com o objeto de pesquisa, é tido por eles como o mais duro golpe à independência e altivez dos paulistas, os quais permaneceram

³⁹ Apud SILVA, M. N. da S. (Org.). *História de São Paulo colonial*. São Paulo: Editora Unesp, 2009, p. 18; Ver também, nesta obra, p. 89-104; GOUVÊA, M. F. S. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808). In: GOUVEA, M. F.; FRAGOSO, J.; BICALHO, M. F. (Orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos*. A dinâmica imperial portuguesa (séc.s XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 299-309; BLAJ, I. *A trama das tensões...*, p. 217-220.

⁴⁰ SILVA, M. N. da S. (Org.). *Idem*, p. 104-112; GOUVÊA, M. F. S. Poder político e administração..., p. 302; MARCÍLIO, M. L. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista (1700-1836)*. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 2000, p. 20.

⁴¹ Cf.: Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V sobre o regulamento dos novos governos das Minas de Goiás e da Vila de Cuiabá e sua criação. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) – MT, cx. 4, doc. 222. Lisboa, 29 de janeiro de 1748. Optou-se, ao longo de todo o trabalho, por atualizar a grafia e a pontuação dos textos das fontes.

sem governador e capitão-general próprio desde 1748 até 1765. Cabe, entretanto, situar a capitania de São Paulo no interior de tais transformações a partir de perspectiva mais ampla.⁴²

Toda a dinâmica de alterações ocorridas nas capitanias do centro-sul do Estado do Brasil entre fins do século XVII e meados do XVIII fazia parte de uma proposta da Coroa no sentido de “reforçar o poder monárquico diante dos particularismos e privatismos administrativos decorrentes da autonomia associada às capitanias hereditárias”.⁴³ Considere-se, pois, o quadro que o governador-geral do Brasil, Câmara Coutinho, tecera a respeito da autonomia dos paulistas entre 1692 e 1693: conforme ele, a vila de São Paulo era, há tempos, “república de per si, sem observância de lei nenhuma, assim divina como humana”. E pouco tempo depois afirmara que seus habitantes eram “mais vassalos pelo nome que pela obediência”, na medida em que “nenhuma ordem do governo geral guardam, nem as leis de Vossa Majestade”.⁴⁴ Como se viu, a tendência à centralização, viabilizada em vários espaços desde a restauração da Coroa, em 1640, ganhou forte impulso com a atividade mineradora no centro-sul do Brasil.⁴⁵ Nessa conjuntura, a maior interferência régia provocaria alterações substanciais em São Paulo e nos paulistas.

Compondo uma de suas importantes faces, o esforço de centralização régia se manifestou, num primeiro momento, nos sucessivos desmembramentos territoriais da vasta capitania de São Paulo, a qual chegara a compreender o território correspondente aos atuais estados do Brasil: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Tocantins e Minas Gerais.⁴⁶ As novas unidades administrativas passaram ao controle de governadores e capitães-generais próprios e para gerenciamento das quais se providenciava a constituição de todo um corpo burocrático. Em uma segunda etapa, no caso da sujeição ao Rio de Janeiro entre 1748 e 1765, a lógica era invertida: optou-se aí não por fragmentação, mas, antes, pela formação de um bloco amplo, composto pelas capitanias de Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande de São Pedro, Santa Catarina e colônia do Sacramento atadas ao governo do Rio de Janeiro e dirigidas por Gomes

⁴² BELLOTTO, H. L. *Autoridade e conflito...*, p. 31-32; SOUZA, L. de M. e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 110; BLAJ, I. *A trama das tensões...* p. 41-85; ELIAS, N. *Envolvimento e distanciamento*. Estudos sobre sociologia do conhecimento. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997, p. 13-68.

⁴³ GOUVÊA, M. F. S. *Poder político e administração...*, p. 302-303.

⁴⁴ Cf.: Carta para sua Majestade sobre se dar toda a ajuda e favor para se cobrarem os dízimos das capitanias de São Vicente, Santos e São Paulo. *Documentos históricos*, v. 34, p. 47. Bahia, 29 de junho de 1692; Carta para Sua Majestade sobre não haver sargento-mor na vila de São Vicente. *Documentos históricos*, v. 34, p. 125. 14 de julho de 1693.

⁴⁵ SILVEIRA, M. A. *O universo do indistinto: estado e sociedade nas Minas setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: HUCITEC, 1997, p. 44-45.

⁴⁶ MARCÍLIO, M. L. *Crescimento demográfico...*, p. 21.

Freire de Andrade. A meta era a implementação, de modo coeso e eficaz, dos objetivos régios em regiões estratégicas do ponto de vista militar e econômico, como eram, respectivamente, a região da bacia do Prata e a das minas de ouro e diamantes então descobertas. E a capitania de São Paulo, por sua vez, revelar-se-ia importantíssima nessa conjuntura, justamente por estar entre as terras do Sul disputadas com a Espanha, as ricas Minas Gerais e a capitania do Rio de Janeiro, cuja capital tornou-se sede do vice-reinado do Estado do Brasil em 1763, em substituição a Salvador.⁴⁷

A proeminência econômica e política que a região centro-sul adquiria frente ao nordeste do Brasil marcou profundamente a configuração social da capitania de São Paulo. Esta, a seu modo, inseriu-se em um processo marcado por avanços e retrocessos direcionado ao estabelecimento de vínculos mais estreitos com a monarquia e seus principais centros políticos na América portuguesa. Exemplo disso é que se, em meados do século XVIII, houve a perda de autonomia política da capitania e o governo das armas passara a se situar na praça de Santos, subordinadamente também ao Rio de Janeiro, paralelamente um movimento oposto se verificou no que toca à administração eclesiástica: em 1745 a cidade de São Paulo tornou-se sede de um bispado, desvinculando-se, assim, do bispado do Rio de Janeiro.⁴⁸

Curiosamente, os mesmos motivos de ordem militar e econômica que justificavam a perda de autonomia administrativa de São Paulo foram empregados, em 1765, para restaurar seu governo político.⁴⁹ Nesse ponto, a representação do então governador do Rio de Janeiro e vice-rei do Brasil, Conde da Cunha, enviada ao Conselho Ultramarino em 1764, é emblemática. Conforme ela, havia incontornável “impossibilidade (...) para poder governar a capitania de São Paulo o governador do Rio de Janeiro”; isso “porque uma capitania tão larga e tão distante desta, com *habitantes excessivamente inquietos e revoltosos*, em território abundante em minas de ouro e nas vizinhanças dos castelhanos, parece que são bastantes motivos para deverem ter um bom governador e capitão-general”.⁵⁰ Além disso, nota-se aqui, como em vários outros discursos de autoridades tratando da ingerência metropolitana na região, a insistência nas especificidades da configuração social em questão – seja em termos de seu território, atividades econômicas ou políticas – as quais invariavelmente apareciam atreladas ao caráter de seus habitantes.

⁴⁷ GOUVÊA, M. F. S. Poder político e administração..., p. 301-303; MELLO, C. F. P. de. Os Corpos de Auxiliares e de Ordenanças na Segunda Metade do Século XVIII. As Capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais e a Manutenção do Império Português no Centro Sul América. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2002, p. 117-125.

⁴⁸ SILVA, M. N. da S. (Org.). *História de São Paulo colonial*..., p. 119-120.

⁴⁹ BELLOTTO, H. L. *Autoridade e conflito*..., p. 50.

⁵⁰ Cf.: Carta do vice-rei ao governo de Lisboa. *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo* (doravante D.I.), v. 11, p. 209-211. Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1764. O grifo é meu.

Com o governo de D. Luis Antonio de Souza, o morgado de Mateus, entre 1765 e 1775, inaugurava-se uma nova fase na política de intervenção central na capitania. Historiadores associam-na ao amplo movimento de reformas empreendidas durante o reinado de D. José I, sob orientação do ministro Sebastião José de Carvalho, mais tarde marquês de Pombal (1769), as quais foram destinadas ao conjunto do império português.⁵¹ No campo militar, em razão da guerra contra os espanhóis na região sul da América portuguesa⁵², estabeleceu-se um plano de ação conjunta envolvendo as capitanias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. As incumbências passadas a São Paulo nesse contexto implicaram a execução de medidas no sentido de subordinar sua população a um controle régio cuja intensidade jamais fora vista ali. Uma delas foi a criação de 19 vilas e povoados.⁵³ Cabe salientar que, de 1705 até 1767, quando ocorreram as primeiras fundações levadas a efeito pelo morgado de Mateus, nenhuma vila foi fundada em território paulista, não obstante o fato de sua população aumentar extraordinariamente no período.⁵⁴ Ao mesmo tempo, coligado à militarização e à política de urbanização, tomava vulto um esforço em dinamizar a economia da capitania. Por fim, nesse processo de reestruturação, fez-se necessário e possível o provimento de novos cargos e postos civis e militares, ampliando-se continuamente o corpo de funcionários régios que constituíam seu aparelho burocrático nos governos subsequentes.

Assim, desde que se tornou capitania régia e especialmente a partir de sua restauração, em 1765, São Paulo conectou-se efetivamente a uma “economia política de privilégios viabilizada pela concessão de mercês e privilégios” dispensados tanto para unidades político-administrativas “no interior das hierarquias espaciais do conjunto imperial”, quanto para corporações e indivíduos que representavam a monarquia naquele conjunto.⁵⁵ É coerente aventar, pois, que “o fato de ter permanecido como capitania donatária até 1709, quando por essa época a maior parte das capitanias donatárias já tinha passado para a Coroa” tenha contribuído, no que toca aos paulistas, “para sua pouca apetência por honras e mercês concedidas pela Coroa, ao contrário dos baianos e pernambucanos”.⁵⁶ Complementarmente, sabe-se que aqueles grupos específicos da sociedade paulista do seiscentos e princípios do século XVIII que ambicionavam tais graças régias as tinham que conquistar servindo ao rei em paragens muito distantes da sua capitania. Refere-se aqui, por exemplo, aos chefes das

⁵¹ BELLOTTO, H. L. *Autoridade e conflito...*; MAXWELL, K. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 119-139; GOUVÊA, M. F. S. *Poder político e administração...*, p. 310;

⁵² Ver, mais adiante, seção 2.1.

⁵³ DERNTL, M. F. *Cidades imprevisíveis: a construção de núcleos urbanos na capitania de São Paulo, 1765-1775. Política: História e sociedade*, Vitória da Conquista, v. 9, n. 1, p. 71-81, 2009.

⁵⁴ BELLOTTO, H. L. *Idem*, p. 173.

⁵⁵ GOUVÊA, M. F. S. *Poder político e administração...*, p. 293.

⁵⁶ SILVA, M. N. da S. (Org.). *História de São Paulo colonial...*, p. 19.

muitas expedições militares paulistas enviadas para os sertões da Bahia e Pernambuco na segunda metade do século XVII.⁵⁷ Esse quadro mudaria paulatinamente a partir de então. Ora, ao passo que a interferência régia se fazia sentir na capitania, processava-se ali uma complexificação das funções sociais. Por conseguinte, fizeram parte de um mesmo processo fenômenos como o de delimitação territorial e o de crescente especialização de atividades e diferenciação entre os indivíduos. A criação de novos corpos militares, câmaras municipais, instituições judiciais e religiosas, dentre tantos outros órgãos de governo, era necessariamente acompanhada do recrutamento de pessoal para o “real serviço”. Este, por sua vez, tinha como amálgama todo um sistema de recompensas, o que certamente induziu a concorrência cada vez maior entre indivíduos e grupos naquela configuração social em transformação.⁵⁸

De fato, se até boa parte do século XVII as disputas em torno dos “cargos da república” e do comando das companhias de ordenança tinham como alicerce o intento de garantir diretamente poder de mando e decisão a nível local aos seus ocupantes, gradativamente os aspectos simbólicos do mundo barroco foram ganhando espaço em tais disputas.⁵⁹ É notável como uma visão de mundo tipicamente aristocrática foi conformando o ideário das elites paulistas. Ali, onde pessoas que desempenhavam ofícios mecânicos obtinham acesso relativamente fácil a postos importantes nas câmaras, passou-se a interpor óbices à presença de pessoas maculadas em postos de poder e prestígio. Em verdade, a partir do século XVIII existiu todo um esforço em apagar os rastros de vinculação a ofícios mecânicos por parte das elites de São Paulo, para o que os genealogistas desempenharam papel de relevo.⁶⁰ “E foi então”, desde o estabelecimento de laços de interdependência estreitos com a monarquia, “mais do que na fase em que praticamente se governavam sozinhos através das Câmaras”, “que os paulistas começaram a se interessar por honras e mercês”.⁶¹ A presença constante de governadores e capitães-gerais após a restauração dinamizou consideravelmente o processo de complexificação e busca por distinção social pelo qual passava a capitania. Some-se a esse quadro, ademais, o fato de a Corte portuguesa ter-se

⁵⁷ PUNTONI, P. *A guerra dos bárbaros*. Povos indígenas e a colonização do sertão do nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec, 2002.

⁵⁸ OLIVAL, F. Mercês, serviços e circuitos documentais no império português. In: LOBATO, M.; SANTOS, M. E. M. (Coord.). *O domínio da distância: Comunicação e cartografia*. Lisboa: História e Cartografia/Instituto de Investigação Científica e Tropical, 2006. ELIAS, N. Sugestões para uma teoria de processos civilizadores. In: ELIAS, N. *O processo civilizador*. Formação do Estado e Civilização. (v. 2). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, p. 193-274, 1993.

⁵⁹ MONTEIRO, J. M. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 110; BLAJ, I. *A trama das tensões...*, p. 34-36.

⁶⁰ FLEXOR, M. H. O. Ofícios, manufaturas e comércio. In: SZMRECSÁNYI, T. (Org.). *História econômica do período colonial*. (2. ed.). São Paulo: Hucitec, 2002, p. 177; SOUZA, L. de M. e. *O sol e a sombra...*, p. 137-147.

⁶¹ SILVA, M. N. da S. (Org.). *História de São Paulo colonial...*, p. 76-81, 149, 234-240.

estabelecido no Rio de Janeiro em 1808. Seguiram-se daí medidas que “formalizaram a elevação institucional” do Brasil e dos vassallos ali residentes “a um patamar político-administrativo nunca antes experimentado” em sua inserção no conjunto imperial. Até em função da proximidade geográfica, os canais de comunicação com o coração da monarquia tornaram-se sem dúvida mais acessíveis aos indivíduos e corporações de São Paulo.⁶²

Mais do que uma capitania vizinha àquela que havia se tornado a capital da colônia e posteriormente sede do império, São Paulo estava indissociavelmente conectada ao Rio de Janeiro, como também a Minas Gerais, por uma relação de interdependência historicamente construída, como se viu.⁶³ No contexto da independência, quando então as capitanias já haviam se transformado em províncias, o bloco do centro-sul foi o principal sustentáculo político e militar no nascente império do Brasil. Em 1823, sob a rubrica do imperador D. Pedro I, reconhecia-se que “mui especialmente se têm distinguido as províncias de Minas Gerais e São Paulo como primeiras na resolução de sustentar, ainda à custa dos maiores sacrifícios, os direitos inalienáveis dos Povos do Brasil contra seus declarados inimigos”. Tendo em vista que “algumas de suas povoações se avantajaram em testemunhos de denodado patriotismo”, concedeu-se na província paulista os títulos perpétuos de Imperial Cidade à cidade de São Paulo e de Fidelíssima à comarca de Itu.⁶⁴

Nesse ponto, as demonstrações de “patriotismo” da década de 1820 contrastam, e muito, com as da “rebeldia” atribuída aos paulistas até boa parte do século XVIII. Parece claro haver aí uma grande mudança na relação de vassalagem dos paulistas para com o governo estabelecido, fosse português ou brasileiro. Esta não era restrita ao discurso das autoridades, mas, antes, configurava-se em verdadeira transformação da estrutura de personalidade dos indivíduos imersos naquela teia social. A alteração processual no *habitus* dos paulistas teve relação direta com a intervenção régia na região em razão do surto minerador que dinamizou todo o centro-sul da América portuguesa, como se expôs aqui. Já na primeira metade do século XIX havia a tomada de consciência a respeito desta profunda alteração e do papel nela desempenhado pelo Estado. O naturalista francês Auguste de Saint-

⁶² GOUVÊA, M. F. S. Poder político e administração..., p. 313-314.

⁶³ Sobre a “rede de alianças de elites supracapitanias”, um fator de relevo constituinte da interdependência recíproca entre São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, ver FRAGOSO, J. “Elites econômicas” em finais do século XVIII: mercado e política no centro-sul da América lusa. Notas de uma pesquisa. In: JANCSÓ, I. (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005, p. 849-879.

⁶⁴ Cf.: Decreto de 24 de fevereiro de 1823. Eleva à categoria de cidade todas as vilas que forem capitais de províncias, e concede títulos honoríficos às povoações da Vila Rica, São Paulo, Itu, Sabará e Barbacena; Alvará de 17 de março de 1823. Concede à cidade de São Paulo o título de Imperial cidade de São Paulo; Alvará de 17 de março de 1823. Concede à comarca de Itu o título de Fidelíssima. *Decretos, cartas e alvarás de 1823*. p. 40, 45, 46. In: *Collecção das leis do Imperio do Brazil, 1823*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1887.

Hilaire, que esteve na província em 1822, declarou que na época da restauração da capitania, “ou poucos anos antes, uma notável modificação começou a se operar nos paulistas. (...) Para que pudessem se comunicar com as autoridades que vinham da Europa”, por exemplo, “tornaram-se tão corteses quanto elas”.⁶⁵ E, com efeito, conforme Norbert Elias, “a monopolização da força física e a crescente estabilidade dos órgãos centrais da sociedade (...) mantém a relação mais estreita possível” com “a estabilidade peculiar do aparato de autocontrole mental que emerge (...) embutido nos hábitos de todo ser humano ‘civilizado’”.⁶⁶

Parece claro que os fenômenos destacados aqui dizem respeito ao curso de um processo civilizacional pelo qual passava o império português como um todo e particularmente a capitania/província de São Paulo. Tomado em sua dimensão mais ampla, como um ramo do processo civilizador Ocidental, este pelo qual passava São Paulo era um processo social não-planejado.⁶⁷ Mas ali a intervenção régia constituía um aspecto fundamental na sua formação e difusão para os vários grupos imersos na rede social. Esta transformação correlata da sociedade e de seus indivíduos será acompanhada com mais detalhes adiante, através do exame de mudanças na cultura material e na economia paulistas.

1.2 – Economia e civilização: do sertanismo à inserção no mercado atlântico

Atentando-se para as atividades econômicas e à vida material desenvolvidas na capitania de São Paulo, entre os séculos XVII e XIX, notar-se-á facilmente um quadro de mudanças consoante àquele relativo ao aspecto político-administrativo. Lenta e gradativamente a região conectava-se a redes mais vastas e avultadas. Passava-se de uma economia predominantemente “de subsistência, marginal e isolada na região de fronteira” a “uma economia agrícola exportadora baseada no trabalho escravo e ligada ao mercado mundial”.⁶⁸ Ao mesmo tempo, operavam-se transformações profundas no comportamento, no modo de vida e na cultura dos paulistas.

Na história de São Paulo, o século XVII foi o século dos bandeirantes e das grandes expedições em busca de ouro e de índios. As atividades daqueles homens, marcadas por intenso movimento e de caráter até aventuroso, se deram e concomitantemente constituíram uma formação social peculiar no planalto paulista. Distantes dos principais centros de

⁶⁵ Cf.: SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à província de São Paulo*. Trad. Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976, p. 45-46.

⁶⁶ ELIAS, N. Sugestões para uma teoria de processos civilizadores..., p. 197.

⁶⁷ ELIAS, N. *Idem*.

⁶⁸ LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: EDUSP, 2006, p. 16.

produção e consumo da América portuguesa e em decorrência de “certa insuficiência do meio”, os habitantes da região estariam propícios ao movimento. Este não se restringia às expedições sertanistas. O modo com que os paulistas empregavam suas terras para o plantio, “até mesmo os filhos do reino que cá vivem de há muitos anos”, como se sabe, era o da coivara. Visando a fertilidade do solo, esse sistema agrícola consistia na derrubada da mata e em sua incineração. A efetividade do método era curtíssima se esse incidisse intensivamente em um mesmo território, o que conduzia aqueles homens a trocarem de roça e habitação constantemente. Por sua vez, essa não-estabilidade dava contornos bastante nítidos àquela economia: a produção agrícola, em geral, era familiar e voltada à subsistência. Daí, então, a caracterização de pobre, fechada e marginal, sempre comparativamente às áreas ricas representadas pelas capitanias de Pernambuco e Bahia. A rusticidade era, também, predominante até boa parte do século XVIII, pelo menos: leve-se em conta que um dos principais índices de diferenciação de riqueza patrimonial, em 1772, era ainda a cobertura das casas, se de palha ou de telhas.⁶⁹

Mas o fato é que quem quer que almejasse a obtenção de níveis mais elevados de riqueza deparava-se com a carência crônica de mão-de-obra em São Paulo. De fato, a parca acumulação de capital não permitiu que a região estabelecesse vínculos fortes e estáveis com o tráfico atlântico de escravos africanos. E não é por acaso, portanto, que o resultado das inúmeras expedições sertanistas do seiscentos, mais do que o ouro, foi o afluxo de números crescentes de índios descidos dos sertões. Certamente, como sugere John Monteiro, o apresamento de nativos estava associado ao desenvolvimento da economia do planalto, mediante a agricultura comercial. A produção e comercialização do trigo transformou São Paulo em um “celeiro do Brasil” entre os anos de 1630 e 1680, e este foi justamente o período em que a concentração de terras e de cativos indígenas ali foi maior. De modo análogo, o declínio na oferta da mão-de-obra indígena foi acompanhado por queda na produção e transporte do cereal em fins daquele século. Entretanto, foi apenas com o desenvolvimento dessa experiência de agricultura comercial que o planalto paulista, uma “economia periférica”, articulou-se “ao mercado do litoral brasileiro”.⁷⁰

Ademais, a escravidão indígena revigorou e reformulou a mentalidade escravista ibérica na formação social de São Paulo. “A partir do século XVII, os colonos (...) passaram a

⁶⁹ Cf.: Lista Nominativa de habitantes da vila de Curitiba, 1772. Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), lata 203; HOLANDA, S. B. de. *Caminhos e fronteiras*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1957, p. ii; MONTEIRO, J. M. *Negros da terra...*, p. 105-106; LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. *Evolução da sociedade e economia...*, p. 15-53; MARCÍLIO, M. L. *Crescimento demográfico...*, p. 153-170.

⁷⁰ MONTEIRO, J. M. *Negros da terra...*, p. 57, 113; MARCÍLIO, M. L. *Crescimento demográfico...*, p. 159; HOLANDA, S. B. de. *Caminhos e fronteiras...*, p. i-ii.

impor uma distância – geográfica e social – entre os índios que aprisionavam”.⁷¹ Com bastante frequência as arguições daqueles que se valiam do trabalho indígena, em busca por lhes desenraizarem e integrá-los à comunidade construída sob os signos régios portugueses ou espanhol⁷², tinham como pilar uma polarização entre graus de civilização e barbárie. Assim, empreender guerra justa contra índios, inseri-los ou retirá-los de aldeamentos, bem como dispor desta força de trabalho mediante a instituição da administração particular justificava-se pela missão que os europeus atribuíram a si mesmos: a de retirar os índios do estado de barbárie, apresentando-lhes a religião e a sociedade civil.⁷³ Mas esta sociedade “mantém-se, por longo tempo ainda, numa situação de instabilidade ou imaturidade, que deixa margem ao maior intercurso dos adventícios com a população nativa”. Com efeito, historiadores destacam a formação de uma população e cultura mamelucas na região, fruto, evidentemente, das relações intensas entre portugueses e índios.⁷⁴ Como não podia deixar de ser, existiu processo de colonização⁷⁵ sob mão-dupla, isto é, do contato entre europeus e indígenas ninguém saiu imune. Ocorre que, no caso paulista, não obstante a existência de mecanismos de diferenciação, estes eram mais fluidos que em regiões marcadas pela escravidão africana. Ali os intercâmbios realizaram-se em graus acentuados.

Foi Sérgio Buarque de Holanda quem melhor explorou as trocas intensas entre índios e portugueses ao longo do século XVII, quando estes ainda travavam batalhas cotidianas para se adaptarem ao meio americano. De acordo com o historiador, os costumes, técnicas ou tradições vindos da metrópole implantaram-se em São Paulo muito lentamente, o que trouxe consequências estruturais para aquela sociedade. Despojando-se de muito do que havia da tradição “civilizada”, a começar pelos calçados, desde que desembarcavam no Brasil, em particular em São Paulo, os portugueses rapidamente incorporavam à sua visão de mundo conhecimentos, técnicas e cultura indígenas. Os meios de se orientar na mata, de encontrar água potável no sertão, de extrair e cultivar mel, de caçar, pescar ou sustentar-se de alimentos exóticos, de remediar moléstias e malefícios, de comunicar-se, tudo, enfim, fora re-elaborado a partir do contato com os nativos. Mesmo o sistema agrícola da coivara, adotado amplamente pelos paulistas por ser o mais adequado àquela configuração social com reduzida pressão

⁷¹ MONTEIRO, J. M. *Negros da terra...*, p. 129-187, especialmente p. 154.

⁷² Considere-se aqui o período da União Ibérica, 1580-1640.

⁷³ BLACKBURN, Robin. *A construção do escravismo no Novo Mundo*. Do barroco ao moderno (1492-1800). Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 37; ELIAS, Norbert. *Sugestões para uma teoria...*, p. 207-215, 258-259.

⁷⁴ HOLANDA, S. B. de. *Caminhos e fronteiras...*, p. i-ii; MARCÍLIO, M. L. *Crescimento demográfico...*, p. 69, 117; LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. *Evolução da sociedade e economia...*, p. 36; MONTEIRO, J. M. *Negros da terra...*, p. 211-212; SOUZA, L. de M. e. *O sol e a sombra...*, p. 116, 121, 143; PUNTONI, P. *A guerra dos bárbaros...*, p. 181-223.

⁷⁵ ELIAS, Norbert. *Sugestões para uma teoria...*, p. 257.

demográfica, conforme já se fez menção, provinha daquele contato. O método pode ser considerado extremamente rudimentar, “estágio primeiro na evolução agrícola da humanidade”.⁷⁶ Leve-se em conta, ademais, o fato de que a língua “geral” ou tupi fora abundantemente empregada na capitania, sendo suplantada pela portuguesa apenas no século XVIII. Ainda assim, o português com sotaque carregado por fonemas do gentio, falado em várias regiões de São Paulo, enchia os ouvidos de Saint-Hilaire na década de 1820.⁷⁷ Tomados no conjunto, tais aspectos constituem entradas interessantes para a compreensão daquela formação social peculiar. Resulta daí, em termos gerais, que os paulistas, comparativamente a baianos e pernambucanos, por exemplo, constituíram uma teia social com reduzido diferencial entre os grupos⁷⁸, embora ali, ao longo do tempo, tenha-se efetivado uma mentalidade escravista correlacionada ao aumento da concentração de terras e renda em poucas mãos.⁷⁹

Neste espaço, a “crioulização” dos portugueses concomitante a sua integração com o indígena deu lugar ao paulista. E esta figura, por seu turno, foi resultado de transformações realmente profundas, que conformaram um *habitus* próprio daqueles indivíduos. Abordando o modo com que lidavam com situações de perigo e com a prática da violência, Holanda sugeriu que “a contínua prática da selva não estimula somente essa espécie de adaptação quase fisiológica às situações mais perigosas”. “Representa, em primeiro plano, uma verdadeira educação moral, cujas conseqüências não podem ser apreciadas de modo abstrato, e independentemente das condições particulares que a suscitaram”. Daí que, “para semelhante mentalidade, o crime traiçoeiro e praticado de emboscada não se acha preso à idéia de baixeza e indignidade”.⁸⁰

Esta noção de que os paulistas tinham um *habitus* singular espalhou-se juntamente com a fama de ótimos guerreiros para as guerras na América, da qual desfrutaram até bem avançado o século XVIII. Certamente a eficácia destes combatentes tornara-se tamanha, a ponto de a fama dos paulistas mamelucos atingir toda a América portuguesa, espalhando-se

⁷⁶ HOLANDA, S. B. de. *Caminhos e fronteiras...*, p. i-iii, 13-147, 181-204; MARCÍLIO, M. L. *Crescimento demográfico...*, p. 155.

⁷⁷ Cf.: SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem pela comarca de Curitiba*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1995, p.17; HOLANDA, S. B. de. *Caminhos e fronteiras...*, p. 183-184; MARCÍLIO, M. L. *Crescimento demográfico...*, p. 155; SOUZA, L. de M. e. *O sol e a sombra...*, p. 109-147; VILLALTA, L. C. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1997, v. 1, p. 338-340.

⁷⁸ MARCÍLIO, M. L. *Crescimento demográfico...*, p. 107, 116; LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. *Evolução da sociedade e economia...*, p. 22.

⁷⁹ MONTEIRO, J. M. *Negros da terra...*, p. 130-136, 195-202; BLAJ, I. *A trama das tensões...*, p. 298-338.

⁸⁰ HOLANDA, S. B. de. *Caminhos e fronteiras...*, p. 102, 144; BELLOTTO, H. L. *Autoridade e conflito...*, p. 204.

pela fronteira com a hispano-América e atravessando o Atlântico, até Portugal e Moçambique: para fazer a “guerra dos bárbaros” na segunda-metade do século XVII e início do XVIII, por exemplo, na qual o objetivo era fazer subtrair dos sertões de Pernambuco e Bahia o gentio bravo, julgava-se aptos especialmente os sertanistas paulistas.⁸¹ Desde então foram produzidas imagens multifacetadas a respeito destes homens, que ora eram elogiados pela coragem e destreza perante o inimigo, ora criticados e caracterizados pelo excesso de violência e rudeza, traços que os afastavam do ideal de civilidade européia.⁸²

A relação bastante frouxa estabelecida entre os paulistas e os poderes centrais portugueses ao longo do período donatário, aludida anteriormente, também foi entendida por contemporâneos e observadores do século XX de modo ambíguo ou polarizado. As imagens resultantes oscilam desde a caracterização do paulista como rebelde, independente e bandido até a de sertanista empenhado em defender os interesses da Coroa e herói na conquista do vasto interior da América portuguesa. Contudo, constituindo-se em lugar comum a tais perspectivas, acenou-se sempre para a singularidade daquela formação social e da economia psíquica de seus indivíduos.⁸³ Pode-se considerar que “os paulistas regiam-se antes de tudo pelos interesses econômicos, dentro dos quais a força de trabalho indígena tinha papel destacado” nesta “sociedade extremamente pobre e incomum até pela maioria dos padrões do Novo Mundo”, “não se preocupando primordialmente em ganhar terras para el-rei”.⁸⁴ Entende-se aí, pois, os intensos conflitos com os jesuítas em torno da utilização da mão-de-obra indígena, os quais resultaram na expulsão dos religiosos pelos paulistas em 1640. É do mesmo modo ilustrativa a conhecida história do paulista, senhor de muitos arcos, que, “ante as ameaças da chegada iminente do Tribunal do Santo Ofício, havia dito a certa autoridade que ‘receberia a Inquisição a frechas’”. Já no início do século XVIII, no contexto da corrida do ouro nas Minas Gerais, os descobridores paulistas e os “forasteiros” portugueses envolveram-se em uma série de disputas em torno da posse dos melhores terrenos para a mineração e do exercício do mando. Conhecida como a guerra dos emboabas (1707-1709), teve conseqüências funestas aos paulistas, pois, além de participarem em conflitos armados, envolveram-se em vários litígios com ameaça de violência a autoridades da Coroa na região. No saldo final, “os emboabas foram exaltados como fiéis e os paulistas detratados como

⁸¹ RODRIGUES, M. E. Cipaio da Índia ou soldados da terra? Dilemas da naturalização do exército português em Moçambique no século XVIII. *História Questões & Debates*, v. 24, n. 45, jul./dez. 2006, p. 65; PUNTONI, P. *A guerra dos bárbaros...*

⁸² SOUZA, L. de M. e. *O sol e a sombra...*, p. 109-147; BLAJ, I. *A trama das tensões...* pp. 41-85, 302-307.

⁸³ SOUZA, L. de M. e. *Idem*, p. 109-147; BLAJ, I. *A trama das tensões...*, p. 41-85, 302-307.

⁸⁴ LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. *Evolução da sociedade e economia...*, p. 25.

indômitos”.⁸⁵ Também significativo foi o conflito social em torno do sal, que se arrastava com intensidade em todo o centro-sul da América portuguesa desde meados do século XVII e atingira seu ápice em 1710 com o assalto empreendido por Bartolomeu Fernandes e seus homens. Na ocasião, o grupo de mais de 200 pessoas deslocou-se de Jacareí a Santos visando quebrar o monopólio avalizado pela Coroa e os altos preços praticados no abastecimento daquele gênero. De acordo com John Monteiro, ficou patente ali o conflito entre os poderes locais e os centrais, que buscavam subordinar aqueles. O episódio, “uma afronta direta à imagem da autoridade régia na região”, revela uma vez mais ser ali a ausência de justiça um problema crônico, ao qual somavam-se manifestações de “violência exacerbada”, tais como o ato do assalto em si mesmo e “o fato de terem sido lançadas flechas contra a casa do ouvidor” que perseguiu o foragido Bartolomeu após o incidente.⁸⁶

Como se vê, movidos por sua racionalidade própria, os paulistas por vezes foram pouco consoantes com os interesses régios. Mas, ao mesmo tempo em que atacavam os representantes da Coroa, fossem os religiosos ou os novos administradores, cuidavam em preservar a autoridade do monarca. Seja como for, tal postura rendeu-lhes por bom tempo a mácula de rudes, rebeldes, insubordinados e maus-vassalos, como, aliás, explicitaram as falas do governador-geral do Brasil, Câmara Coutinho, em 1692-1693, e do vice-rei conde da Cunha, em 1764. Neste ponto, deve-se atentar para o fato de que, no interior do arranjo particular do ‘processo civilizatório’ português, “ser civilizado significava, acima de tudo, ser um ‘bom vassalo’ e um ‘bom cristão’”.⁸⁷ E, por sua vez, conforme se sugere aqui, não foi na época da “república mameluca”, mas gradativamente, ao longo do século XVIII, que aqueles homens estreitaram seus vínculos com os poderes centrais e incorporaram ideais cristãos e de vassalagem mais conformes às mudanças que se iam sucedendo.⁸⁸

Efetivamente, embora fossem em parte um desdobramento da atividade bandeirante, a descoberta dos veios auríferos em Minas Gerais em fins do seiscentos e, já no século XVIII, em Mato Grosso e Goiás, bem como as atividades tropeira e monçoeira, alteraram profundamente “o mundo que os paulistas criaram”.⁸⁹ Visto internamente à configuração social, o processo de mudança igualmente decorria da crescente desigualdade da composição da riqueza. Ali a pobreza rural foi um reflexo direto da concentração em poucas mãos de

⁸⁵ SOUZA, L. de M. e. *Idem*, p. 109-147.

⁸⁶ MONTEIRO, J. M. *Tupis, tapuias e historiadores*. Estudos de história indígena e do indigenismo. Tese (livre docência) – Universidade Estadual de Campinas, 2001, p. 79-96.

⁸⁷ SOUZA, L. de M. e. *O sol e a sombra...*, p. 122; SILVEIRA, M. A. *O universo do indistinto...*, p. 43-57.

⁸⁸ A expressão é de CUNHA, P. O. Carneiro da. *Política e administração...*, p. 34.

⁸⁹ A expressão, uma paráfrase de “O mundo que o português criou”, de Gilberto Freyre [1940], cuja obra fora aludida anteriormente por Eugene Genovese em *Roll, Jordan, Roll: The world the slaves made* [1974], está em MONTEIRO, J. M. *Negros da terra...*, p. 128.

terras e de índios empregados na agricultura comercial que então se desenvolvia. Paralelamente, desde as primeiras décadas do século XVIII, “a teia mercantil expandiu-se e São Paulo ganhou a configuração de uma cidade comercial onde as lojas passaram a funcionar o dia inteiro”. E, sem dúvida, indicando a progressiva complexificação das funções sociais, houve ali o fervilhar de agentes mercantis, “figuras centrais para o abastecimento da população, para a articulação da cidade com outras regiões coloniais e com a metrópole e para a concorrência com a elite agrária nas posições de mando”.⁹⁰ Porém, como se sabe, o grande impacto naquela sociedade ocorreu em função da mineração.

A lenta evolução da economia de São Paulo e de todo o centro-sul do Brasil teve seu ritmo acelerado a partir da crise na economia imperial portuguesa, quando os produtores de açúcar do Nordeste perderam seu domínio no mercado mundial, em meados do século XVII. Foi nessa conjuntura que a Coroa passou dar estímulos maiores a outras atividades e a outras regiões da América portuguesa, tais como a busca de metais naqueles sertões. E, de fato, os resultados das buscas por ouro alteraram profundamente o peso das regiões do Brasil na balança de poder do império. Como se viu anteriormente, as capitanias do centro-sul tornaram-se centrais aos interesses régios e, a partir de então, muito mais do que outrora, o Estado se fazia presente naqueles espaços. E nessa conjuntura é que a incipiente economia de abastecimento paulista pode ganhar vulto. Em um primeiro momento, os sertanistas de São Paulo tiveram acesso aos terrenos ricos em minérios, mas logo foram suplantados, perdendo o controle das jazidas auríferas. Se alguns continuaram suas buscas no sertão ainda mais distante, das quais resultou a exploração de Mato Grosso e Goiás a partir da década de 1720, outros se dedicaram à lavoura comercial e à criação e comercialização de animais. Com efeito, “a população livre e escrava da região mineradora cresceu rapidamente, e o fornecimento de gêneros para essa população criou um novo e essencial mercado para São Paulo”. A economia da capitania, até os anos de 1730, beneficiou-se grandemente de sua posição estratégica entre as Minas Gerais e o Rio de Janeiro, em cujos portos desembarcavam a maior parte dos cativos destinados às regiões mineradoras e remetia-se o ouro ao reino. Entretanto, a abertura do “Caminho Novo”, conectando diretamente as duas regiões, sem passar por São Paulo, “explicam [parcialmente] a perda da autonomia administrativa de São Paulo em 1748”. Não obstante, a capitania apresentava crescimento econômico, ainda que modesto.⁹¹

⁹⁰ MONTEIRO, J. M. *Negros da terra...*, p. 188-208; BLAJ, I. *A trama das tensões...*, p. 261; BORREGO, M. A. de M. *A teia mercantil...*, p. 1.

⁹¹ LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. *Evolução da sociedade e economia...*, p. 36-40.

Cabe observar, ao lado de sua evolução econômica, as transformações correlatas no modo de vida e na estrutura de personalidade dos paulistas. A abertura do Caminho do Viamão, ligando Curitiba à Colônia do Sacramento, também na década de 1730, propiciaria a introdução maciça do cavalo e dos muares em geral na capitania e nas Minas. Ora, já em 1699, um observador pôde comentar a ausência dos animais tanto em Santos quanto na vila de São Paulo: “por falta deles até os cabos de guerra e pessoas principais da terra todos andavam a pé”. Leve-se em conta que o andar a pé, sem o cavalo do qual não dispunham aqueles homens, e, ainda mais, a pé descalço, como pareciam ser bastante afeitos os paulistas, era visto como algo extremamente rude e distante do que previa a etiqueta, sempre atrelada às relações de poder, vigente não apenas no reino, mas até nas regiões mais diferenciadas da América.

Ademais, conforme Sérgio Buarque de Holanda,

com as feiras de animais de Sorocaba, assinala-se distintamente, uma significativa etapa na evolução da economia e também da sociedade paulista. Os grossos cabedais que nelas se apuram, tendem a suscitar uma nova mentalidade na população. O tropeiro é o sucessor direto do sertanista e o precursor, em muitos pontos, do grande fazendeiro. A transição faz-se assim sem violência. O espírito de aventura, que admite e quase exige a agressividade, ou mesmo a fraude, encaminha-se, aos poucos, para uma ação mais disciplinadora. À fascinação dos riscos e da ousadia turbulenta substitui-se o amor às iniciativas corajosas, mas que nem sempre dão imediato proveito. O amor da pecúnia sucede o gosto da rapina. Aqui, como nas monções do Cuiabá, uma ambição menos impaciente do que a do bandeirante ensina a medir, calcular oportunidades, a contar com danos e perdas.⁹²

Nota-se, portanto, que as atividades cada vez mais complexas, mais sistemáticas e controladas, tais como o tropeirismo e o comércio de abastecimento a Cuiabá, conhecido como “monções”, compunham uma face importante do processo civilizador em curso na capitania de São Paulo. E não apenas por que com elas havia necessariamente a “ampliação do espaço mental para além do tempo presente, levando em conta o passado e o futuro”.⁹³ O novo formato que aquela configuração social tomava foi marcado, de acordo com o que se expôs aqui, pela gradual intervenção régia e por desenvolvimento econômico. E o *habitus* peculiar dos sertanistas paulistas, que se espalhava por todo o corpo social, transformou-se correspondentemente.

A própria vida há de sujeitar-se neles a limites novos, a novas opressões. Aos freios divinos e naturais, os únicos, em realidade, que compreendiam muitos dos sertanistas de outrora, acrescentam-se, cada vez mais poderosas, as tiranias legais e judiciárias, as normas de vida social e política, as imposições freqüentemente caprichosas dos governantes.⁹⁴

⁹² HOLANDA, S. B. de. *Caminhos e fronteiras...*, p. 158.

⁹³ ELIAS, Norbert. Sugestões para uma teoria de processos civilizadores..., p. 198-199, 257.

⁹⁴ HOLANDA, S. B. de. *Idem*, p. 162.

Mas tais mudanças estavam em um nível ainda incipiente na primeira metade do século XVIII. Apesar da dinamização da região, comparativamente às demais capitanias do centro-sul, São Paulo foi a que mais demorou para se desenvolver plenamente. No contexto da restauração administrativa, a partir de 1765, houve grande empenho por parte dos governadores e capitães-generais em incrementar as atividades econômicas da capitania. Ao morgado de Mateus são atribuídos “os primeiros esforços para exteriorizar ou ‘atlantizar’ [aquela] economia”. “Em 1768, propôs, juntamente com negociantes de Santos e São Paulo, a formação de uma companhia de comércio que ligaria Santos diretamente a Lisboa”. Contudo, foi o comércio de cabotagem, ligando Santos às demais regiões costeiras do Brasil, que prosperou. Mas, antes de tudo, coube àquela autoridade reorganizar todo o sistema tributário da capitania. Paralelamente, houve esforços dirigidos com vistas na extração e fundição do ferro e, com mais destaque, para a implementação da agricultura comercial de açúcar e algodão, principalmente.⁹⁵

Quer para as necessidades da lavoura, quer para as militares e fiscais, o sistema agrícola da coivara, ainda predominante na capitania, constituía verdadeiro obstáculo. Vivendo nos “sítios volantes”, a decorrência imediata era a dispersão e a pobreza da população. Na exposição do próprio governador, esta organização social implicava a falta de “religião”, “sociedade” e “justiça”. Construindo sua retórica a partir da oposição entre “gentilismo” a “civildade”, considerou que da “maior parte do povo desta capitania”, “criados entre as brenhas como feras”, “não se pode esperar (...) utilidade alguma, nem para o reino do céu, nem para o de Sua Majestade”.⁹⁶ Numa palavra, o que morgado de Mateus constatava era o estágio em que a maioria dos paulistas se encontravam em relação ao processo civilizador ocidental, em particular o português: não se lhes podia caracterizar nem de “bons cristãos” e tampouco “bons vassalos”.⁹⁷ Proveio daí toda uma política urbanizadora e de povoamento, objetivando concentrar populações em espaços a partir dos quais fosse possível exercer melhor controle sobre elas.⁹⁸ Sem dúvida, a iniciativa da Coroa, cada vez

⁹⁵ LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. *Evolução da sociedade e economia...*, p. 27-28; MOURA, D. A. S. de. Comércio na costa do Brasil no temerário ano de 1817. *Histórica – Revista on line do Arquivo Público de São Paulo*, v. 6, n. 41, abr./2010, p. 3; BELLOTTO, H. L. *Autoridade e conflito...*, p. 203-233.

⁹⁶ Cf.: Cartas ao Conde de Oeiras. Estado Político. N. 31. D.I. v. 23, p. 1-10. São Paulo, 23 de dezembro de 1766; BELLOTTO, H. L. *Autoridade e conflito...*, p. 176.

⁹⁷ SILVEIRA, M. A. *O universo do indistinto...*, p. 43-57.

⁹⁸ BELLOTTO, H. L. *Autoridade e conflito...*, p. 171-202; BURMESTER, A. M. de O. Estado e população. O século XVIII em questão. *Revista portuguesa de História*, tomo 33, p. 113-151, 1999; SANTOS, A. C. de A. O desbravamento dos sertões da capitania de São Paulo e a presença portuguesa na porção meridional da América. In: PEREIRA, M. R. de M. (Org.). *Plano para sustentar a posse da parte meridional da América portuguesa (1772)*. Curitiba: Casa Editorial Tetravento Ltda. (Aos quatro ventos), v. 1, 2003, p. 1-14; TORRÃO FILHO, A.

mais intervencionista na região, a partir de 1765, visava civilizar e/ou disciplinar ⁹⁹ os comportamentos dos paulistas. Deste modo, assim a criação de uma casa de ópera (1767) como a ordem para que os sertanistas tratassem com civilidade os índios não-integrados, foram alguns entre vários elementos comuns a um amplo projeto que visava, além da mudança de personalidade, extirpar a imagem negativa dos paulistas perante a Europa, conforme a qual estes eram homens semelhantes a bárbaros. ¹⁰⁰ E, de fato, pouco tempo depois, Saint-Hilaire podia afirmar que “as atividades sedentárias a que se viam constrangidos levaram-nos a se habituar à vida em família. As velhas rivalidades se acabaram, e pouco a pouco suas maneiras se tornaram mais amenas”. Além disso, os paulistas “foram perdendo, necessariamente, os defeitos dos antigos desbravadores dos sertões”: “mostravam-se corajosos sem serem cruéis, firmes sem serem rudes, francos sem serem insolentes”. ¹⁰¹

E todo o esforço empreendido na dinamização econômica de São Paulo, com vistas a viabilizar sua inserção em novos circuitos comerciais inter-regionais e internacionais, propiciou o desenvolvimento da cultura canavieira a partir da década de 1770. Como um reflexo do “renascimento agrícola do Brasil” ¹⁰² e, no âmbito regional, da prosperidade da atividade no Rio de Janeiro, a produção e comercialização do açúcar e dos derivados da cana alterou significativamente a capitania de São Paulo. Além da abertura da região para o mercado atlântico, houve, para tanto, a preparação de ampla infra-estrutura. A construção, calçamento e manutenção de caminhos e estradas foi seguida pela substituição do meio de transporte baseado nos indígenas para o sustentado por mulas. Mas, principalmente, a própria força de trabalho modificou-se ali, em fins do século XVIII, com a concretização da transição

O “Milagre da onipotência” e a dispersão dos vadios: política urbanizadora e civilizadora em São Paulo na administração do morgado de Mateus (1765-1775). *Estudos Ibero-Americanos*, v. 31, n. 1, p. 145-165, jun./2005.

⁹⁹ BURMESTER, Ana Maria de Oliveira. Disciplinarização e trabalho: Curitiba, fins do século XVIII, inícios do século XIX. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 8, n. 14-15, p. 117-127, jul./dez. 1987.

¹⁰⁰ Cf.: Registro de minuta de correspondência a ser dirigida ao governador da Capitania de São Paulo - Coleções de registros de ofícios e minutas remetidos para o Rio de Janeiro, S. Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande e Nova Colônia do Sacramento. AHU, códice 1787. In: PEREIRA, M. R. de M. (Org.). *Plano para sustentar...*, p. 19. Nas palavras de Martinho de Mello e Castro, o “abominável vício” de massacrar índios, atribuído aos paulistas, “tanto tem denegrido e horrorizado o nome Português, entre todas as nações cultas; pelas barbaridades, atrocidades, e inumanidades cometidas nessas conquistas”. Lisboa, 22 de abril de 1774. Ver, igualmente a este respeito, Cópia da carta escripta ao Conde da Cunha. APESP, ord. C00420, cx. 62, fl. 6. Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 26 de janeiro de 1765. Semelhante preocupação para o modo com que as outras “Cortes polidas” consideravam Portugal, agora do ponto de vista da escravidão africana na Europa, esteve presente nos alvarás de 19 de setembro de 1761 e de 16 de janeiro de 1773. SILVA, Luiz Geraldo. “Esperança de liberdade”. Interpretações populares da abolição ilustrada (1773-1774). *Revista de História*, n. 144, 2001, p. 107-149. Sobre a criação de uma Casa de Ópera em São Paulo, em 1767, “visando facilitar a civilidade e a convivência destes povos”, ver POLASTRE, C. A. A música na cidade de São Paulo, 1765-1822. Tese (doutorado em História) – Universidade de São Paulo, 2008, p. 142-148.

¹⁰¹ Cf.: SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à província de São Paulo*, p. 45-46.

¹⁰² ALDEN, Dauril. O período final do Brasil colônia (1750-1808). In: BETHEL, Leslie (Org.). *América Latina Colonial*. Trad. Mary A. L. de Barros; M. Lopes. São Paulo: Edusp/FUNAG, 1999, p. 527-592.

da mão-de-obra nativa para a africana, cujo processo iniciara-se no início daquela centúria. Com efeito, privilegiou-se nesse momento mais a aquisição de cativos à mudanças tecnológicas no setor produtivo e de transporte. Em paralelo, ampliou-se a produção de gêneros alimentícios para consumo local e ao novo mercado composto pela Corte, bem como o tamanho das grandes propriedades dedicadas à agricultura. Por sua vez, os principais centros urbanos passaram a ser intensamente movimentados pelas atividades de artesãos e comerciantes. No mesmo período a cultura do café começava a expandir-se, mas só chegaria ao ápice, com a transformação da província de São Paulo na maior produtora mundial, a partir de meados do século XIX. Nas décadas iniciais daquele século consolidou-se, pois, a tendência já perceptível no XVII, quando do florescimento dos largos trigais no planalto paulista: a concentração de mão-de-obra, terras e riqueza aliou-se intimamente ao seu desenvolvimento econômico e, neste mesmo caminho, gradualmente foi se constituindo um novo *habitus* social.¹⁰³ De acordo com Elias, para que um império colonial fosse mantido era essencial o governo das pessoas não apenas mediante a força física, mas “em parte através de si mesmas, através da modelação de seu superego”. Cumpria-se assim, aos poucos, dois dos grandes objetivos do movimento colonizador: a geração de lucros ao Estado e o de “civilizar os colonizados”, e, nesse caso, também os próprios colonizadores.¹⁰⁴

1.3 – O enegrecimento da sociedade paulista

Associado ao desenvolvimento econômico e à ampliação da intervenção régia, um extraordinário crescimento populacional caracterizou a capitania/província de São Paulo no século XVIII e início do XIX. Em decorrência do impulso oferecido pela atividade mineradora, além do crescimento numérico de sua população deve-se destacar o ingresso e surgimento de novos grupos sociais em São Paulo, tais como o conformado por cativos africanos e crioulos e o composto por homens livres de cor. Como não podia deixar de ser, o novo formato das relações escravistas que então se estabeleciam marcou a organização daquela teia social. Adiante são examinados, mais detalhadamente, estes aspectos.

A população da região aqui considerada foi “rala e de crescimento moroso” até fins do século XVII. Não passava de 6 mil homens em 1600 e de 15 mil em 1690, conforme estimativas. Neste período, a intensa miscigenação entre colonos europeus, majoritariamente homens e portugueses, com mulheres indígenas redundou na formação de ampla população

¹⁰³ MONTEIRO, J. M. *Negros da terra...*, p. 99-128, 188-208, 220-226; LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. *Evolução da sociedade e economia...*

¹⁰⁴ ELIAS, N. *Sugestões para uma teoria...*, p. 257.

mameluca. De outro lado, as transformações do século XVIII propiciaram a entrada de um volume cada vez maior de europeus e escravos africanos na capitania, como também o crescimento natural da população estabelecida. Assim, o total da população paulista em 1765 chegava a aproximadamente 78.855 pessoas; em 1772 ascendia para 100.537 e no ano de 1778 a 124.825 indivíduos. Em fins do século, 1800, mais do que dobrara em relação a 1765: sua população atingia a cifra de 169.544 indivíduos. Com crescimento sucessivo, ao ano da chegada da Corte ao Rio de Janeiro havia cerca de 196 mil pessoas em São Paulo e, no da independência, 244.405. Por fim, em 1828 estima-se que tenha chegado a 287.645 e, em 1836, a 326.902 almas.¹⁰⁵

Certamente, é impossível pensar esta estrondosa transformação demográfica, que de resto tocava em diferentes níveis a toda América portuguesa¹⁰⁶, sem se considerar a participação de São Paulo em redes políticas e econômicas mais vastas ao longo do século XVIII. Como se viu nas páginas precedentes, a abertura de importantes mercados regionais à atividade de abastecimento paulista permitiu o gradual estabelecimento da agricultura comercial e da pecuária. A acumulação de riqueza daí resultante propiciou, por sua vez, a transição da força de trabalho baseada no braço indígena – cujas fontes encontravam-se bastante comprometidas já no setecentos – para a sustentada por escravos africanos. Esta inserção de São Paulo no tráfico atlântico de escravos, formalizada em 1700 mediante a autorização para obtenção de “escravos diretamente da África pela primeira vez” em função da atividade mineradora, foi crescente ao longo do século. E a transição para o trabalho de escravos negros efetivou-se com a atividade canavieira, no último quartel daquele século. A escassez de dados para o período anterior a 1765 não permite que se vá muito adiante da constatação de que a presença de escravos africanos e seus descendentes, cativos ou livres, na capitania de São Paulo, embora existente, era mínima ao longo dos dois primeiros séculos de colonização.¹⁰⁷ Seja como for, o governador morgado de Mateus informava a Pombal haver ali em torno de 23.323 pessoas cativas em 1768.¹⁰⁸ Pouco tempo depois, na década de 1770, esse número chegou a 28.542 escravos, representando cerca de 24,4% de uma população

¹⁰⁵ MARCÍLIO, M. L. *Crescimento demográfico...*, p. 69, 71.

¹⁰⁶ MARCÍLIO, M. L. A população do Brasil colonial. In: BETHEL, Leslie. *História da América Latina. A América Latina colonial*. (v. II). São Paulo: EDUSP, 1999, p. 311-338.

¹⁰⁷ LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. *Evolução da sociedade e economia...*, p. 28, 39; MARCÍLIO, M. L. *Crescimento demográfico...*, p. 117; SILVA, M. N. da S. (Org.). *História de São Paulo colonial*, p. 75, 115.

¹⁰⁸ Cf.: Carta ao mesmo conde [de Oeiras] remetendo-lhe a lista dos escravos e rendimentos da capitania de S. Paulo. *D.I.* v. 19, p. 282-283. São Paulo, 22 de fevereiro de 1769.

estimada em 116.975 indivíduos. Esta camada social cresceu rapidamente até 1829, atingindo neste ano o número de 75 mil pessoas, ou 26% da população total.¹⁰⁹

Tamanha transformação não era apenas quantitativa. Conforme relatou o morgado de Mateus, criticando veementemente a “ociosidade” dos paulistas, esta era associada diretamente à mentalidade escravista que se desenvolvia naquela rede: não havia, ali, “quem sirva ao Estado”, pois qualquer “oficial que vem do reino, passando pouco tempo, logo se mete a senhor”; após comprar escravos e ensiná-los algum ofício, logo deixam de trabalhar. Em suma, “nenhum livre serve, porque o tem pelo maior desprezo”. Em outra ocasião, declarou que “vão-se fazendo tantos casamentos de negros e negras, e povoações nas fazendas e lavras particulares, que já multiplicam muito nas mesmas terras [os escravos] sem que precisem vir de fora, e além de se ir povoando o Estado de má gente”.¹¹⁰ Afora o estigma lançado aos africanos e seus descendentes, a formulação do governador fazia referência a outros aspectos da dinâmica da escravidão na capitania. Um deles é a crioulaização, isto é, o crescimento natural daquela população já em solo americano, o qual constituía um traço distintivo da escravidão paulista de negros.¹¹¹ Embora, em função dos objetivos de sua retórica, o governador possa ter exagerado nas dimensões do crescimento natural daquela população, a ponto de sugerir a diminuição do tráfico atlântico, esse mesmo discurso revela que havia um grande afluxo de africanos a São Paulo. No intervalo de tempo aqui considerado, da década de 1770 ao ano de 1829, “a razão de masculinidade [entre escravos] elevou-se de 117 para 153”, e tocou diferentemente as regiões paulistas. Se na região do Caminho do Sul, em 1829, havia em média 114 homens para cada cem mulheres, essa cifra chegou a 202 no Oeste Paulista, principal região voltada ao setor agro-exportador. “Essa alteração na proporção entre os sexos é uma clara indicação de que grande parte do crescimento da população cativa devia-se à entrada de escravos nascidos na África”.¹¹² Realmente, nota-se um crescimento no volume já elevado de escravos desembarcados no Rio de Janeiro em fins do século XVIII e início do XIX. Através de seus portos a região centro-sul absorvia, na década de 1810, “mais da metade dos africanos desembarcados no Brasil”, o que estava intimamente conectado ao crescimento dos mercados internos de Minas Gerais bem como da

¹⁰⁹ ALDEN, D. The population of Brazil in the late eighteenth century: a preliminary study. *The Hispanic American Historical Review*, v. 43, n. 2, , maio/1963, p. 196; LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. *Idem*, p. 167.

¹¹⁰ Cf.: N. 6. Sobre os costumes públicos de S. Paulo. *D.I.* v. 23, p. 377-382. São Paulo, 31 de janeiro 1768; Carta ao mesmo conde [de Oeiras] remetendo-lhe a lista dos escravos e rendimentos da capitania de S. Paulo. *D.I.* v. 19, p. 282-287. São Paulo, 22 de fevereiro de 1769.

¹¹¹ PORTELA, B. M. Caminhos do cativo: a configuração de uma comunidade escrava (Castro, São Paulo, 1800-1830). Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, 2007, p. 48-63.

¹¹² LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. *Evolução da sociedade e economia...*, p. 167-169.

agricultura comercial no interior de São Paulo e do Rio de Janeiro.¹¹³ Ou seja, em São Paulo, à camada crescente de escravos crioulos, nascidos na América, acrescia-se no século XIX um número cada vez maior de africanos.

Além disso, como parte da mecânica relativa à reprodução da sociedade escravista brasileira no tempo, a libertação constante de escravos deu margem ao desenvolvimento paralelo de uma classe formada por homens livres de cor em São Paulo. Em meados da década de 1770, era composta por cerca de 22.459 pessoas, aproximadamente 20% da população total de São Paulo. Acompanhando o ritmo crescente da população total, em 1803 eram 47 mil e, em 1836, as pessoas livres de cor chegavam a 63 mil, mantendo, portanto, a média de 20% do total dos habitantes de São Paulo.¹¹⁴

Mas a singularidade histórica de São Paulo, sobretudo a elevada miscigenação de portugueses com indígenas, a ponto de que, em 1676, mais de 80% da população das vilas de São Paulo e Sorocaba fosse constituída por índios e mamelucos,¹¹⁵ não estaria de todo apagada com as modificações do século seguinte. De fato, nota-se uma evolução ao longo do tempo das categorias raciais empregadas para se fazer referência àquelas populações. Os índios eram chamados em São Paulo, no século XVII, de “negros da terra”, “gentio da terra” ou mesmo “índio”; no seguinte, além da permanência da alcunha “índio”, passou-se ao emprego do termo “carijó”; por sua vez, a categoria que abrigava os mestiços era “filho de branco” ou “mameluco” no seiscentos, ao passo que no século XVIII tornou-se hegemônica a classificação como “bastardos”.¹¹⁶ Sob a vigência das formas de governo e de controle social próprias ao barroco, dava-se margem à “incorporação social” da “grande diversidade de tipos sociais” em suas próprias categorias e hierarquias na América portuguesa.¹¹⁷ Contudo, com o governo ilustrado, operou-se uma política homogeneizadora. Agora, entre fins do século XVIII e início do seguinte, a ampla diversidade de categorias confluiu definitivamente para uma classificação racial tripartite já existente, conformada por “brancos”, “pardos” e “pretos”. Com essa nova configuração, índios e mamelucos sem dúvida continuaram presentes, mas

¹¹³ KLEIN, H. S. A demografia do tráfico atlântico de escravos para o Brasil. *Estudos econômicos*, v. 17, n. 2, 1987, p. 132-135.

¹¹⁴ MARQUESE, R. de B. A dinâmica da escravidão no Brasil. Resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. *Novos Estudos*, n. 74, 2006, p. 107-123; ALDEN, D. The Population of Brazil..., p. 196; KLEIN, Herbert S. Os homens livres de cor..., p. 8; LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. *Evolução da sociedade e economia...*, p. 203.

¹¹⁵ HOLANDA, S. B. de. Movimentos de população de São Paulo no século XVIII. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 1, 1966, p. 84-88.

¹¹⁶ NAZZARI, M. Vanishing Indians: the social construction of race in colonial São Paulo. *The Américas*, v. 57, n. 4, abr./2001, p. 503-505.

¹¹⁷ MORSE, R. *O espelho de próspero*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 76, 81; BLACKBURN, R. A construção do escravismo..., p. 37.

incluídos, em menor grau, no grupo dos “brancos”, e, majoritariamente, no de “pardos”, o qual era composto principalmente por descendentes de africanos. Em resumo, a crescente camada de pardos livres em São Paulo abrigava tanto descendentes dos “negros tapanhum”, ou africanos, quanto dos “negros da terra”.

Atualmente, pesquisadores têm ressaltado algo que, para as pessoas de séculos atrás, já era um princípio básico das relações raciais, a despeito do caráter naturalizado de que estas se revestiam. Trata-se da idéia conforme a qual cor, raça, identidade e etnia não são condições imutáveis, mas, ao contrário e de modo efetivo, são categorias originadas de relações socialmente construídas. Fazem parte, ademais, de dinâmicas disputas por poder e *status* entre grupos interdependentes e desiguais, as quais ocorrem em contextos históricos específicos. Desta forma, a categoria “pardo”, por exemplo, poderia ser indicativa, e freqüentemente o era, de algo muito além da cor de pele. Remetia seu portador a uma posição de inferioridade em relação aos brancos, mas, como conceito atrelado à noção de distanciamento de um passado escravo ou africano que era, marcava a superioridade social do indivíduo em relação aos pretos. Estes, por sua vez, situavam-se no subsolo da hierarquia racial. Conhece-se suficientemente bem a variedade de fatores e condições que conformavam a atribuição da cor aos indivíduos. Do outro lado, sabe-se o quão enérgica poderia ser a movimentação daqueles sujeitos a curto e longo prazo negociando melhor posicionamento na rede hierárquica racial.¹¹⁸

E com a formação de uma sociedade escravista baseada em africanos e negros crioulos, esta rede hierárquica ganhara novos elementos. Pode-se dizer que “a posse de números cada vez maiores de cativos [africanos] levou a uma estratificação crescente nessa sociedade, antes mais aberta”.¹¹⁹ Mas, em si mesma, a posse de mão-de-obra escrava, existente desde o século XVI mediante a captura de indígenas, não explica os fundamentos daquela estrutura social hierárquica. É que a escravidão africana era acompanhada de estatutos jurídicos que a regulavam bem como a toda a sociedade. Deste modo, tanto o comportamento de indivíduos e grupos quanto o modo com que a cor era percebida possuíam as marcas daquela instituição

¹¹⁸ NAZZARI, M. *Vanishing Indians...*, p. 500-501; GUEDES, R. De ex-escravo a elite escravista: a trajetória de ascensão social do pardo alferes Joaquim Barbosa Neves (Porto Feliz, São Paulo, século XIX). In: FRAGOSO, J.; ALMEIDA, C. M. C. de; SAMPAIO, A. C. J. de (Orgs.). *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no antigo regime nos trópicos*. América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 339-376; SOUZA, F. P. de. Milicianos pardos e o processo civilizador em São Paulo. Cor e hierarquia numa configuração social em transformação (ca. 1790 – ca. 1830). *Histórica – Revista on line do Arquivo Público de São Paulo*, v. 6, n. 41, abr./2010, p. 10-12.

¹¹⁹ LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. *Evolução da sociedade e economia...*, p. 22; FERLINI, V. L. A. Uma capitania dos novos tempos: economia, sociedade e política na São Paulo restaurada (1765-1822). *Anais do Museu Paulista*, v. 17, n. 2, 2009, p. 244.

social.¹²⁰ Em realidade, os mecanismos de diferenciação ainda relativamente fluidos dos dois primeiros séculos de São Paulo passaram a ser suplantados gradativamente, no século XVIII, ao mesmo tempo em que, política e economicamente, a capitania ascendia nos quadros do império português e vivia um processo de complexificação das funções sociais. Foi nesse ambiente diferenciado que houve a introdução em maior escala dos escravos africanos. Em seu modelo de relações estabelecidos-*outsiders*, Elias sugeriu que “quando os grupos *outsiders* têm que viver no nível de subsistência” – como parecia ser o caso dos paulistas como um todo, nos séculos XVI e XVII – os aspectos materiais e econômicos preponderaram “sobre suas outras necessidades”. Inversamente, “quanto mais eles se colocam acima do nível de subsistência, mais (...) seus recursos econômicos (...) serve[m] de meio[s] para atender a outras aspirações humanas”.¹²¹ Com efeito, ao conectar-se à economia atlântica e ao compor uma parte do novo centro de gravidade do Brasil e, posteriormente, do próprio império, São Paulo incorporava definitivamente o “ideal aristocratizante” português – talvez até “arcaico”, como querem alguns historiadores – “identificado ao controle de homens” e terras e à “afirmação de certa distância em face do mundo do trabalho”.¹²² Neste universo de “traços estamentais”, agora “profundamente hierarquizado, social e juridicamente”, a diferenciação com base em níveis de riqueza subordinava-se, como a própria economia psíquica dos indivíduos, a uma economia política de privilégios. Portanto, “signos de deferência, acesso a cargos diversos, costumes, direitos, privilégios, honrarias, isenções fiscais, exclusivismos, etc., expressa[va]m, ao mesmo tempo em que defin[ia]m, a posição dos grupos sociais”.¹²³ Essa visão de mundo foi paulatinamente partilhada pela camada de homens livres de cor que se formava em São Paulo e que passou a ser incluída em sua estrutura militar desde o setecentos.

1.4 – Construção de uma estrutura militar paulista: companhias auxiliares e tropas de homens de cor (1697-1765)

A intensa atividade militar em São Paulo, por todo o período colonial, foi certamente uma de suas características mais marcantes. Conforme observação de Puntoni, “a historiografia (...) tem apontado a bandeira como uma forma característica da organização

¹²⁰ SCHWARTZ, S. B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 209; GUEDES, R. De ex-escravo a elite escravista..., p. 340-351.

¹²¹ ELIAS, N. Introdução. Ensaio teórico sobre as relações estabelecidos-*outsiders*. In: ELIAS, N.; SCOTSON, J. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, p. 33.

¹²² FLORENTINO, M.; FRAGOSO, J. *O arcaísmo como projeto*. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia (Rio de Janeiro, c.1780 – c.1840). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 231-232.

¹²³ GUEDES, R. De ex-escravo a elite escravista..., p. 341.

militar que estruturou a sociedade paulista”.¹²⁴ Entretanto, a partir do século XVIII, ocorreu uma introdução de elementos novos em sua estrutura militar. Esta, por sua vez, acompanhou o ritmo do processo mais geral de transformações políticas, econômicas, sociais e demográficas vivido por aquela configuração social, do qual já se tratou anteriormente. Destacar-se-á aqui a formação e institucionalização de corpos militares na capitania, especialmente os de pardos e de escravos, enquanto decorrência de vários papéis bélicos que lhe foram atribuídos entre meados do século XVII até 1765, ano da restauração da capitania paulista. Especificamente, será abordada inicialmente a construção do sistema tripartite da organização militar portuguesa (ordenanças, auxiliares, regulares), com ênfase para as tropas auxiliares e seus privilégios. Na sequência, será contemplada a primeira fase processo de institucionalização militar em São Paulo e o peso adquirido pelas tropas da gente de cor naquela configuração.

O esforço constante da construção de uma estrutura militar luso-americana remonta ao *Regimento do Governador-Geral* Tomé de Sousa, de 1548. O documento em questão estabeleceu diretrizes para a formação e manutenção temporária de tropas profissionais bem como reconheceu a importância dos demais habitantes para a defesa e segurança dos territórios coloniais. Assim, as forças auxiliares às tropas regulares deveriam estar armadas às próprias custas e conforme a renda, qualidade e profissão de cada indivíduo em particular, a cujo objeto destinou-se também ao ultramar o que fora estabelecido na *Lei das Armas*, de 1569. Em seguida, visando integrar em corpos militares as gentes armadas não-pertencentes às tropas pagas, do reino e das colônias, publicou-se o *Regimento das Ordenanças*, em 1570. Dispôs ele que todos os homens capazes, entre 18 e 60 anos, eram recrutáveis e constituiriam uma força de reserva não-remunerada. Ademais, especificou os postos da hierarquia de comando das companhias, as quais foram estabelecidas inicialmente de acordo com a divisão territorial efetuada para este fim.¹²⁵ Este modelo de organização das tropas, divididas que estavam entre as regulares e as de ordenanças, permaneceu vigente ao longo da União Ibérica (1580-1640). Porém, com a restauração portuguesa ante a Espanha e as necessidades prementes de reaparelhamento de sua estrutura militar ao nível europeu, se formou a estrutura militar tripartite portuguesa, isto é, a que contava com as tropas regulares, as auxiliares e as ordenanças e que, por seu turno, estender-se-ia à América portuguesa.

¹²⁴ PUNTONI, P. *A guerra dos bárbaros...*, p. 196.

¹²⁵ PUNTONI, P. *A guerra dos bárbaros...*, p. 181-183; MELLO, C. F. P. de. *Os Corpos de Auxiliares e de Ordenanças...*, p. 19-35; LEONZO, N. *As companhias de ordenanças na capitania de São Paulo. Das origens ao governo do Morgado de Mateus*. Dissertação (mestrado em História) – Universidade de São Paulo, 1975, p. 32-46.

Através da intercalação de elementos próprios às tropas regulares e às ordenanças, criou-se tropas intermediárias a estas, as quais foram denominadas auxiliares, sendo conhecidas também por tropas de segunda linha. Mediante a carta régia de 7 de Janeiro de 1645, que versava justamente acerca da criação de soldados auxiliares, estabeleceu-se o lugar de atuação de tais corpos: o objetivo era que eles atendessem à defesa das regiões que os sediavam e, caso necessário, pudessem ser mobilizados para zonas fronteiriças ou diretamente aos palcos de guerra, de modo que fossem auxiliares às tropas de primeira linha e permitissem que as ordenanças permanecessem em seus locais de origem; assim sendo, recaía sobre os auxiliares a incumbência de manterem-se melhor regulados em relação às ordenanças, sobretudo na questão do fardamento, armamento, disciplina e prática militar. Entretanto, diversamente das tropas regulares e em realidade mais próxima das ordenanças, não perceberiam soldo por isso, apenas quando efetivamente mobilizados para a guerra. A grande contrapartida oferecida desde logo pela Coroa foram os inúmeros privilégios de que poderiam desfrutar os auxiliares, assim como a possibilidade destes receberem mercês régias pelos serviços prestados. Estes bens, que tanto poderiam situar-se no terreno material quanto no simbólico, foram criteriosamente estabelecidos no *Alvará sobre os privilégios dos Auxiliares*, de 24 de novembro de 1645. Extensivo desde a oficialidade até os soldados, o referido alvará dispôs, entre outras medidas, que os auxiliares gozariam dos mesmos privilégios dos homens das tropas regulares.¹²⁶

Quando da aplicação destas novidades no Estado do Brasil, em particular a criação de corpos de auxiliares, as forças militares que ali existiam haviam adquirido, em maior ou menor medida, contornos próprios à realidade americana e colonial. Considere-se, nesse sentido, a existência de tropas específicas para indivíduos de cor, como os terços dos pretos Henriques e o dos Pardos, e sobre as quais a legislação militar portuguesa não fazia referência. Estes corpos, originários da ampla mobilização ocorrida em função das guerras travadas contra os holandeses em Pernambuco (entre 1630-40 e 1645-54) e logo formados na Bahia, não se enquadravam nas tropas regulares, as quais excluía formalmente homens de cor, e tampouco nas ordenanças, estas formadas com base no critério da inserção da população de um determinado território em uma mesma companhia ou terço e não em decorrência do critério racial então empregado. De sua parte, estes terços de pardos e de pretos foram institucionalizados paulatinamente após o fim da guerra como terços de auxiliares. Inseridos

¹²⁶ Cf.: Carta Régia de 7 de Janeiro de 1645. Criação de Soldados Auxiliares. In: SILVA, José Justino de Andrade e. *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa*. Lisboa: Imprensa de J. J. A. Silva, 1854; Cópia do traslado do Alvará dos soldados Auxiliares porque gozam dos privilégios dele. *D.I.* v. 14, p. 81-84. Monte Mor o Novo, 24 de novembro de 1645.

no contexto de restauração da soberania lusitana e afirmação da dinastia de Bragança, estavam inclusos na economia política de privilégios viabilizada pela concessão de mercês régias então vigente. A existência de semelhantes unidades militares exclusivas para homens de cor, em quase todo o Brasil, perdurou até 1831, quando então foi criada a guarda nacional em substituição aos corpos milicianos.¹²⁷

Em São Paulo, o sistema defensivo institucionalizado estava exclusivamente a cargo das ordenanças até fins do século XVII. Apenas em 1697 é que se deu início a formação de corpos auxiliares na capitania. Dirigida por Arthur de Sá e Menezes, governador e capitão-general do Rio de Janeiro, a instalação deste aparato defensivo – de início nada mais que um terço de auxiliares e outro de ordenanças na vila de São Paulo – ocorrera por conta da atividade mineradora em razão da qual fervilhava de pessoas os sertões então alargados de São Paulo e despertava-se a cobiça de outros reinos europeus pelo ouro ali encontrado.¹²⁸ E, como na região nordeste do Brasil, na terra dos paulistas as ordenanças existentes anteriormente a 1697 também haviam passado por uma evolução peculiar, bastante ajustada às situações específicas daquela configuração que, inclusive, conformou o próprio *habitus* dos indivíduos, como se viu anteriormente.¹²⁹ Na vila de São Paulo existiam três companhias de infantaria em 1615, as quais faziam o serviço todo a pé, como era próprio da infantaria.¹³⁰ A inexistência de companhias de cavalaria é reveladora tanto da situação material dos paulistas, despossuídos de cavalos, quanto da cultura ali desenvolvida. Conforme Holanda, era costume dos bandeirantes a marcha a pé, ao modo indígena.¹³¹ De fato, a oficialidade das ordenanças ali era preenchida pelos grandes sertanistas e senhores de arcos, aos quais eram conferidas cartas-patentes conforme seus postos.¹³² Outra característica fundamental destes corpos militares era o emprego dos indígenas como soldados, e, como naqueles terços de pardos e pretos formados em Pernambuco por ocasião da guerra contra os holandeses, efetuava-se a mescla de suas técnicas e princípios de guerra, adaptados às condições do meio, com elementos europeus. Tratava-se em ambos os casos, conforme Cabral de Mello, da “guerra brasílica”, de estilo volante e com base em guerrilhas e emboscadas, cujo modo operante

¹²⁷ GOUVÊA, M. F. S. Poder político e administração..., p. 285-315; SILVA, L. G. Cooperar e dividir: mobilização de forças militares no império português (séculos XVI e XVII). In: DORÉ, A.; LIMA, L. F. S.; SILVA, L. G. (Orgs.). *Facetas do império na história: conceitos e métodos*. São Paulo: Hucitec, 2008, p. 257-270.

¹²⁸ LEONZO, N. *Defesa militar e controle social na capitania de São Paulo: as milícias*. Tese (doutorado em História) – Universidade de São Paulo, 1979, p. 1-8, 23-28; SILVA, M. N. da S. (Org.). *História de São Paulo colonial*, p. 79-81.

¹²⁹ PUNTONI, P. *A guerra dos bárbaros...*, p. 196-202.

¹³⁰ SILVA, M. N. da S. (Org.). *História de São Paulo colonial...*, p. 80.

¹³¹ HOLANDA, S. B. Caminhos e fronteiras..., p. 148-159.

¹³² LEONZO, N. *Defesa militar e controle social...*, p. 7.

permitia eficazmente a inclusão de *outsiders* – índios, negros, criminosos e os chamados vadios.¹³³

O reconhecimento de que a “guerra brasílica” era o modo mais adequado de combate no universo colonial, sobretudo para as ações no interior do continente, implicava a consideração de que a arte militar européia tinha relevância diminuída nestas paragens. Evidentemente, as técnicas e lógicas próprias dos índios, negros e sertanistas davam grande espaço para o improvisado, para a surpresa e certos tipos de crueldade que aterrorizavam seus inimigos. Estes vários aspectos, adaptados às circunstâncias ecológicas e sociais da América, conflitavam em muitos pontos com a moda européia de se fazer a guerra, mediante movimentação pesada e organizada de tropas, além da existência de diferentes regras e protocolos.¹³⁴ Com efeito, o expediente de recorrer às tropas paulistas para combate a imensos quilombos e a índios bravos, ao invés das tropas regulares, fora tomado amplamente na segunda metade do século XVII e início do seguinte nas capitanias do nordeste da América, em especial Bahia, Pernambuco e Rio Grande. Nesta época a fama dos sertanistas paulistas, obtida através dos constantes assaltos dos bandeirantes a longínquas aldeias e aldeamentos indígenas, já corria por todo o Brasil e até mesmo nas áreas fronteiriças da América espanhola.¹³⁵

Deste modo, duas grandes expedições militares foram organizadas na capitania de São Vicente e partiram, sob as ordens do governador-geral do Brasil, para a Bahia, entre 1657-1659 e 1669-1673, a fim de aniquilar do recôncavo baiano os gentios levantados. Com o oficialato formalizado via cartas-patentes, ofertava-se aos paulistas, para tanto, a posse dos índios capturados bem como as terras a eles conquistadas. Juntamente aos sertanistas, compunham tais tropas uma multidão de índios e mamelucos da capitania vicentina, além de índios recrutados em aldeamentos da Bahia.¹³⁶ Em 1673, finalmente o governador-geral podia informar ao capitão-mor de São Vicente que, através da ação dos sertanistas, o Recôncavo ficara à salvo dos índios bravos. “Como recompensa, várias mercês foram

¹³³ MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada*. Rio de Janeiro: Forense/Edusp, 1975, p. 217-248. *Apud* PUNTONI, P. *A guerra dos bárbaros...*, p. 191-192.

¹³⁴ *Idem*.

¹³⁵ Sobre a fama dos sertanistas ver SOUZA, L. de M. e. *O sol e a sombra...*, p. 109-147; sobre as motivações sócio-econômicas das bandeiras paulistas e suas diferentes fases e áreas de atuação, ver MONTEIRO, J. M. *Negros da terra...*; para a caracterização da organização, infra-estrutura, técnicas e marcha das bandeiras, ver KOK, M. da G. P. *O sertão itinerante: expedições da capitania de São Paulo no século XVIII*. Tese (doutorado em História) – Universidade de São Paulo, 1998. HOLANDA, S. B. de. *Caminhos e fronteiras...*, p. 105-147.

¹³⁶ PUNTONI, P. *A guerra dos bárbaros...*, p. 89-122.

concedidas em Lisboa aos chefes paulistas”, as quais consistiam em hábitos militares, como o da Ordem de Cristo, e do pagamento de tenças.¹³⁷

Em condições semelhantes foram contratadas e formadas novas tropas paulistas para a guerra dos bárbaros no Rio Grande, a Guerra do Açu, entre 1687-1695. Esta nova situação reforçava a articulação já existente entre os paulistas, o governo-geral do Brasil e, conseqüentemente, o rei. Com efeito, vários contratos foram estabelecidos neste período entre as câmaras de São Paulo e de São Vicente, organizadoras daquelas forças militares, e o centro político-administrativo do Brasil. Cabe indicar que, especificamente no que diz respeito à participação dos terços paulistas em conflitos no nordeste, da segunda-metade do século XVII ao começo do XVIII, a história da guerra aos bárbaros do Rio Grande se cruza com a da guerra ao quilombo dos Palmares. Ora, enquanto fazedores da “guerra brasílica”, os sertanistas e índios paulistas, bem como os pernambucanos pretos do terço de Henrique Dias e os índios do terço de Camarão, foram considerados os mais aptos para tais conflitos. Convém observar que, enquanto os terços enviados do Recife não conseguiram destruir Palmares, os paulistas obtiveram sucesso nesse empreendimento. Seja como for, estas tropas mantiveram entre si estreito contato nas várias jornadas que compuseram as duas campanhas.¹³⁸ Entretanto, a experiência e contato com aqueles terços específicos de pardos, pretos e índios não redundaria na formação imediata de tropas análogas em São Paulo. Como se verá adiante, ali a formação de tropas destinadas a pardos e pretos, semelhantes às existentes em Pernambuco e Bahia, acompanharia o ritmo lento, mas crescente, de formação das tropas de auxiliares e ordenanças em geral na capitania ao longo da primeira metade do século XVIII, bem como dependeria amplamente de suas transformações econômicas, demográficas, sociais e, principalmente, das situações de guerra.

Em virtude da prática acima referida de exportação de forças militares para as zonas conflituosas do recôncavo baiano e nos sertões de Pernambuco, assim como das inúmeras expedições informais dos paulistas em busca de índios, eram diminutas as forças que defendiam a capitania. Considere-se que sua primeira companhia de infantaria regular fora criada, em Santos, somente em 1710. Mas na década de 1720 já havia cinco destas companhias.¹³⁹ Estas medidas, tal como a criação e multiplicação dos terços de auxiliares e de ordenanças a partir de 1697, foram motivadas decisivamente pela viabilidade da atividade mineradora. Fosse visando “a submeter os mais prestigiados habitantes da vila paulistana,

¹³⁷ *Idem*, p. 115.

¹³⁸ PUNTONI, P. *A guerra dos bárbaros...*, p. 123-223.

¹³⁹ LEONZO, Nanci. *Defesa militar e controle social...*, p. 10.

mediante concessão de honrarias, com o intuito de assegurar a ingerência metropolitana na área de mineração”, fosse em função dos perigos que agora a colônia corria de ser invadida por outros reinos europeus, fazia-se necessária a instalação de uma consistente estrutura militar em São Paulo. Mas o tempo hábil para esta tarefa era curto.¹⁴⁰

Como resultado da proeminência, sobretudo econômica, que a região centro-sul adquiria nos quadros do Estado do Brasil, a cidade do Rio de Janeiro fora invadida em 1711 por forças francesas dirigidas por Duguay-Trouin.¹⁴¹ Nesta ocasião, foram mobilizados para o combate três terços de auxiliares da capitania de São Paulo e Minas do Ouro, bem como algumas tropas regulares e de ordenança.¹⁴² Como as vilas litorâneas da capitania, desfalcadas, tornaram-se escassamente guarnecidas, apelou-se para soluções extravagantes ante perigos tão próximos. Destaque-se aqui a formação de tropas de escravos nesse contexto. O caso do capitão Teodoro Gonçalves Santiago revela aspectos interessantíssimos do expediente então tomado, além da forma com que sujeitos *outsiders* poderiam se valer dos vínculos militares estabelecidos, no limite, com o rei. É, sem dúvida, o que traz maior riqueza de detalhes acerca da formação de tropas compostas por negros e a inserção destes na estrutura militar da capitania no período anterior a 1765.

Na década de 1730, Teodoro Gonçalves Santiago encaminhou ao Conselho Ultramarino o pleito em que se envolvera com o sargento-mor da vila de Santos, Manoel Gonçalves de Aguiar, buscando resolvê-lo mediante resolução régia. Em seu requerimento, Santiago informava ser homem pardo, nascido escravo no Recife, capitania de Pernambuco, e desde há muito morador e casado na vila de Santos, onde permanecia sob cativo imposto pelo referido sargento-mor. Ocorreu que, pretendendo e argumentando ser justa sua liberdade, Santiago dispôs-se a repor outro cativo em seu lugar, o que não foi aceito pelo seu senhor.

E foi então que sua participação enquanto militar no contexto da invasão francesa ao litoral fluminense foi retomada em prol de sua causa. Anexo ao requerimento, o suplicante enviou a Portugal uma carta-patente e uma certidão a ele passadas pelo então mestre-de-campo e governador que foi da praça de Santos, Manoel Gomes Barboza.¹⁴³ A partir dos

¹⁴⁰ LEONZO, Nanci. *Idem*, p. 23-27.

¹⁴¹ MELLO, C. F. P. de. Os Corpos de Auxiliares e de Ordenanças..., p. 108-117.

¹⁴² LEONZO, Nanci. *Idem*, p. 26-27.

¹⁴³ Cf.: Requerimento do capitão Teodoro Gonçalves Santiago, homem pardo, morador na vila de Santos, escravo do sargento-mor Manuel Gonçalves de Aguiar, pedindo a D. João V que, por alvará, mande o suplicado aceitar um escravo que lhe oferece em troca da sua liberdade. AHU-SP, Alfredo Mendes Gouveia (A.M.G.), cx. 8, doc. 898. Santos, anterior a 4 de maio de 1733; Requerimento de Teodoro Gonçalves Santiago, homem pardo, morador na vila de Santos, a D. João V dizendo que era, havia mais de trinta anos, escravo do sargento-mor Manuel Gonçalves de Aguiar e teve notícia que sua escravidão era injusta, por ser liberto. AHU-SP (A.M.G.), cx. 14, doc. 1379. Santos, anterior a 11 de maio de 1742.

documentos, sabe-se que foi servido o mestre-de-campo “fazer ao suplicante capitão de uma Companhia de Homens Pardos que formou na dita vila no tempo da invasão do francês sobre a cidade do Rio de Janeiro e sua costa”, para o que expediu carta-patente ao capitão, registrada em 20 de março de 1712. Conforme seu texto, considerava-se Santiago “ser benemérito e achar[-se] nele concorre[re]m todas as circunstâncias (...) e requisitos necessários para bem exercer o dito posto e ser bem quisto e [afeito] de todo este povo e dos seus soldados e bem procedido”. Após esse atestado de boa conduta, seguia-se a nomeação do escravo pardo como “capitão de infantaria da ordenança dos Homens Pardos sujeitos” e as prerrogativas atinentes ao posto: “gozará de todas a honras, privilégios, liberdades, isenções e franquezas que [os] capitães de qualquer das companhias da ordenança gozam”.

Por outro lado, mediante “a Certidão do mesmo governador, por onde consta do serviço que na dita ocasião fez o suplicante a Vossa Majestade em defesa da dita vila”, passada em 1716 e também anexa ao requerimento, aclarava-se as condições em que a companhia de Santiago fora formada. Avisado o governador de Santos que “na Ilha Grande, vizinha desta praça, havia chegado cinco naus de guerra e uma balhandra de fogo francesas e se dizia vinham dirigidamente a invadir esta praça”, “por me achar sem guarnição (...) de gente necessária para a defesa dela, assim da infantaria paga como de ordenança, e não [faziam menção] vir o socorro que pedi à cidade de São Paulo, me foi forçoso levantar uma Companhia de Homens Pardos”. Uma vez criada, rapidamente a tropa do capitão Santiago marchou

de guarnição para a marinha, na paragem a que chamam a Praia da Maré, (...) aonde facilmente podia o inimigo lançar a gente em terra sem que a fortaleza da Barra lhe pudesse fazer operação alguma, por lhe ficar muito distante, e o dito Capitão com os seus soldados fizeram uma faxina em que mandei montar duas peças de artilharia, e estive entregue das armas, pólvora, e mais munições, no que em tudo se houve com muito cuidado e prevenção.

Na seqüência da certidão, Manoel Gomes Barboza teceu elogios à postura do escravo pardo, o qual sempre “estava pronto e mostrava boa vontade de fazer este serviço à Sua Majestade que Deus guarde, e, outrossim, vai a cinco anos que está exercendo o dito posto de capitão com bom procedimento por cujas razões sempre fiz dele bom conceito”. Finalmente, os serviços prestados à Coroa e os vínculos estabelecidos por Santiago com representantes do rei voltavam-se a favor de si. Conforme os termos empregados por Barboza, ao final da Certidão, “por estes merecimentos o julgo digno de toda a mercê que o dito senhor [, o rei,] for servido fazer-lhe”. Não se sabe, contudo, qual o desfecho da luta de Santiago pela liberdade após os anos de 1734-1737, por cujo breve período o cativo, recorrendo ao juiz de

fora de Santos, obteve alforria e engajou-se como soldado nas tropas regulares da marinha, quando então recaiu uma sentença da Relação da Bahia favorável ao sargento-mor Aguiar.

O certo é que a formação da tropa de cativos pardos de Santos – cujos fragmentos são os mais antigos que disponho relativamente à criação de companhias específicas para homens de cor em São Paulo – se inscreve num contexto conturbado, em decorrência da invasão francesa ao litoral Sul. Como se pôde notar, era também um momento em que lentamente se instalavam forças militares institucionalizadas na capitania, as quais conviveriam por muito tempo ainda com as tropas de sertanistas e outros possíveis arranjos, como era a própria companhia dos pardos sujeitos. Dada a debilidade defensiva de que padecia o litoral da capitania, a companhia de Santiago foi efetivada naquela estrutura militar, durando pelo menos cinco anos, e deu ensejo a uma situação extraordinária e que pode parecer paradoxal em muitos aspectos. Ora, pela carta-patente analisada, dispunha-se que um escravo podia gozar de “todas a honras, privilégios, liberdades, isenções e franquezas que [os] capitães de qualquer das companhias da ordenança gozam”. Ademais, assegurava-se a um cativo o exercício da autoridade e prestígio nele investidos em função do posto a seus subordinados de mesma condição. Era-lhe mais fácil ser provido em posto de capitão de ordenanças que se tornar homem livre.

Para a melhor compreensão desta situação paradoxal a qualquer observador com o instrumental cognitivo atual, cabe contemplar a relação de negros livres, escravos e autoridades a partir do entendimento de que estes agentes moviam-se e partilhavam de valores e signos próprios à ordem social barroca.¹⁴⁴ A este respeito, tomando como exemplo a realidade de Minas Gerais do século XVIII, sabe-se que ali havia ampla disposição tanto da parte das autoridades locais quanto dos inúmeros homens de cor no sentido destes desempenharem funções de interesse público e que visavam à manutenção da ordem. Fossem exercendo as funções de capitães-do-mato, militares auxiliares, vereadores ou juizes de vintena, “havia o reconhecimento de que pessoas de cor podiam ser colocadas em posições de autoridade sobre outras pessoas de cor”.¹⁴⁵ De fato, a escravidão colonial, segundo Blackburn, “era acompanhada, de maneira típica, por uma hierarquia complexa de Outros, e a posição para com o Outro escravizado” – assim como aos negros livres e alforriados – “era mais de

¹⁴⁴ SILVA, L. G. Aspiraões barrocas e radicalismo ilustrado. Raça e nação em Pernambuco no tempo da independência (1817-1823). In: JANCSÓ, I. (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005, p. 915-934.

¹⁴⁵ RUSSELL-WOOD, A. J. R. Autoridades Ambivalentes: O Estado do Brasil e a contribuição africana para ‘a boa ordem na República’. In: SILVA, M. B. N. da (Org.). *Brasil. Colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 114.

instrumentalização do que de simples supressão ou exclusão”.¹⁴⁶ Em suma, era conforme ao governo barroco a inclusão social de *outsiders* em suas próprias hierarquias, a partir das quais se lhes delegavam postos de autoridade, poder e comando e estes, por sua vez, combinavam-se com as regras estabelecidas no interior das comunidades e corporações. Como não podia deixar de ser, o princípio barroco da “incorporação social” da “grande diversidade de tipos sociais” em suas próprias hierarquias¹⁴⁷ também dava sentido à existência de corpos auxiliares e de ordenanças específicos para brancos, pardos e pretos em toda a América portuguesa.

As primeiras companhias de infantaria de ordenanças formadas exclusivamente por pardos livres na capitania de São Paulo de que se tem notícia foram criadas em sua costa marítima. Através do registro de cartas-patentes¹⁴⁸, sabe-se da existência da companhia dos pardos livres da vila de Santos, cujo capitão, Jeronymo Pantoja, recebera cartas-patentes em três ocasiões – em 1726, 1728 e 1732. Posteriormente, indicando mudança em seu quadro hierárquico bem como a permanência da instituição no tempo, registrou-se carta-patente ao capitão Bernardino Corrêa Paes, em 1735. Nesta ocasião, revelou-se suficientemente bem o importante papel atribuído aos pardos da terceira linha no interior do frágil sistema defensivo paulista e, através do nome da companhia, o modo através do qual a maioria destes participava do serviço real: seu capitão fora nomeado “tendo respeito a ser necessário para a defesa desta vila e Praça de Santos haver uma *companhia* [de infantaria de ordenanças] *de homens pardos obrigados*, por não haver a gente branca que se precisa para a guarnição desta marinha quando por alguma ocasião a queira invadir o inimigo”.¹⁴⁹

Em verdade, quando formulou na carta-patente a justificativa para prover o posto de capitão dos pardos de Santos, algo que até destoa do padrão secular observado no texto das cartas-patentes, o mestre-de-campo e governador daquela Praça discutia com os termos da ordem régia proibindo a existência de corpos separados de pardos e bastardos, passada a todas as capitanias do Brasil, entre 13 e 14 de janeiro de 1731. Conforme a ordem,

¹⁴⁶ BLACKBURN, R. *A construção do escravismo...*, p. 37-38.

¹⁴⁷ MORSE, Richard. *O espelho de próspero*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 76, 81.

¹⁴⁸ Examinou-se, além da documentação constante das coleções AHU-SP (A.M.G. e Avulsos), os seguintes livros de registros de Patentes, Provisões e Sesmarias, guardados no Arquivo Público do Estado de São Paulo: Livro 4 (1727-1732), Livro 5 (1732-1734); Livro 6 (1734-1738); Livro 8 (1738-1761); Livro 14 (1752-1766), Livro 15 (1765-1766). Cf.: APESP, ordens 361, 362 e 365.

¹⁴⁹ Cf.: Registro de uma patente passada a Hyeronimo Pantoja de capitão dos pardos da Praça de Santos. São Paulo, 8 de fevereiro de 1728; Registro de uma patente de Hyeronimo Pantoya o capitão dos pardos livres da vila e Praça de Santos. São Paulo, 8 de novembro de 1732; Registro de uma patente de Bernardino Correa Pais de Santa Ritta, de capitão de infantaria da Ordenança. Santos, 7 de outubro de 1735. APESP, ord. C00361 (Livros 4 e 5). O grifo é meu.

Me pareceu dizer-vos que no meu Conselho Ultramarino se repare muito que nesse Estado haja Corpos de Infantaria da Ordenança separados de pardos e bastardos, o que pode ser em grande prejuízo desse Estado, e muito contra a quietação e sossego desses povos, o que se faz digno de todo o cuidado e atenção; e que se entende que o mais conveniente será não separar esta gente, dando-lhes oficiais e cabos que os governem separadamente, e que parece mais acertado que todos os moradores de um distrito sejam agregados àquela Companhia ou Companhias que houver naquele distrito, sem que haja Corpos separados de pardos e bastardos, com oficiais privativos, e que assim o deveis executar conformando-vos com o Regimento das Ordenanças, que assim o dispõe.¹⁵⁰

Esta decisão, que constituiu capítulo importante no amplo e complexo processo de consolidação das forças militares negras, fora tomada a partir de parecer do Conselho Ultramarino acerca do pedido de confirmação de uma patente de capitão dos pardos e bastardos de uma companhia sediada em Minas Gerais. Ela determinava, essencialmente, que a lógica específica da colônia que servia para organizar aqueles corpos com base, em primeiro plano, na cor/condição de seus integrantes, fosse substituída por um arranjo distrital daquelas forças militares, conforme o modelo reinol das ordenanças. Ademais, e em decorrência, prezava pela abolição da oficialidade negra que até então comandava os corpos de pretos e pardos. Certamente, a medida adotada pelos conselheiros estava em sintonia com o conjunto da política régia que nessa conjuntura se dispensava a respeito dos homens de cor. Em resposta ao clima tenso que atemorizava as autoridades, particularmente em Minas Gerais, onde se multiplicavam extraordinariamente as populações de pardos, pretos e mulatos, livres e escravos, uma série de providências extensivas a todo o Brasil foram tomadas. Elas iam desde a proibição do porte de armas brancas pelos negros até a de que estes se vestissem com trajes finos.¹⁵¹ Mas agora a proibição da existência de corpos separados tocava diretamente no princípio barroco de organização do mundo colonial.

Rapidamente, pois, tal ordem repercutiu nas diversas capitanias. O então governador de Pernambuco, Duarte Tibão, se mostrou igualmente contrário ao autogoverno das corporações de pardos, pretos e índios. De acordo com ele, era extremamente “injurioso que um preto sem mais merecimento que de algum ofício mecânico se lhe mande passar uma patente de Mestre de Campo”. Assim, os pardos deveriam servir em companhias misturados com os brancos, logo, sob o comando destes; já os pretos, até que fosse possível a extinção do seu terço, sob mando de brancos; os índios, por sua vez, estariam entregues militarmente ao

¹⁵⁰ Cf.: Proibindo a existência de corpos separados de pardos e bastardos. *D.I.* v. 24, p. 43-44. Lisboa, 13 de janeiro de 1731.

¹⁵¹ RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 107-113.

capitão-mor das ordenanças do seu distrito.¹⁵² Mas esta era uma voz isolada, nesse período, entre os governadores coloniais, os quais acenaram para a inadequação da diretriz régia para aquela realidade. De modo bastante pragmático, o governador de Minas Gerais, Pina e Proença, entendeu que a observância da ordem em questão “neste país causaria horror aos moradores, envelheceria o exercício das ordenanças e faria que sem grande violência e indignação não concorressem a eles os brancos”. Para além dos problemas decorrentes da subversão dos princípios pelos quais aquela sociedade se organizava, passou a indicar inconvenientes à própria execução do serviço real. Por fim, lhe “pareceu ordenar que não sirvam em companhias separadas, mas se juntem às companhias de ordenança em esquadra aparte”.¹⁵³ Pouco tempo depois, as intervenções dos novos capitão-general de Pernambuco, Henrique Luís Pereira Freire Andrada (1737-1746), e vice-rei e governador da Bahia, conde de Galveias (1735-1749), reafirmaram o posicionamento do governador de Minas Gerais.

Como se vê, a política a se adotar perante os negros estava na ordem do dia. Se estes podiam ser vistos pelas autoridades de Lisboa como “inimigos internos” na colônia ou, ainda, de acordo com o governador Tibão, a escandalizar e desonrar os postos providos pela Coroa, havia de outro lado fortes razões para não se alterar aquela engrenagem. O caso de São Paulo indica que, mesmo sendo minoria demográfica ali, aqueles homens de cor se mostravam fundamentais ao serviço real. Ainda que servindo *obrigados*, estes eram tidos como elementos indispensáveis no sistema defensivo da marinha paulista. Já em Minas Gerais, Pernambuco e Bahia a manutenção daqueles corpos tornara-se essencial para o próprio equilíbrio social. Assim, pois, manteve-se a existência das tropas de pardos e de pretos.

Retornando às tropas paulistas, em 1750 foi a vez de Caetano da Silva Ferreira, então tenente da companhia dos pardos da vila de São Vicente, tornar-se capitão em lugar de Bernardino Corrêa, em razão de este “ter feito pouca assistência nesta vila, gastando a maior parte do tempo em viagens para fora dela”. Tem-se semelhantes referências à companhia dos pardos de Itanhaém, vila igualmente litorânea. Esta parece ter sido criada, ou regularizada, somente em 1750, ano em que se registraram as cartas-patentes do tenente Antonio Sá Camargo, do alferes Silvestre Mendes e de dois sargentos, Antonio Luiz e Bruno Muniz.¹⁵⁴

¹⁵² Cf.: Carta do governador da capitania de Pernambuco, Duarte Sodré Pereira Tibão, ao rei D. João V, informando não haver necessidade de Corpos separados de pardos e negros, sugerindo a extinção dos postos de mestre de campo e sargento mor dos mesmos, assim como o de governador dos índios. AHU-PE, cx. 42, doc. 3797. Recife, 10 de março de 1732.

¹⁵³ Cf.: Carta de Martinho de Mendonça de Pina e Proença, governador das Minas, para D. João V, dando conta da situação em que se encontram as ordenanças daquela Capitania e sugere um método para acabar com a desordem. AHU-MG, cx. 32, doc. 65. Vila Rica, 18 de dezembro de 1736.

¹⁵⁴ Cf.: Registro de uma patente de capitão da companhia dos pardos desta vila que se passou ao tenente Caetano da Sylva Ferreira. Santos, 23 de abril de 1750; Registro de uma nomeação de sargento do número que se passou

Sabe-se que, a partir de 1739, medidas emanadas da Coroa restringiram “a existência de terços de auxiliares às localidades marítimas”. Atentava-se, com as tropas regulares e os auxiliares, especialmente para a defesa do litoral em virtude das ameaças estrangeiras.¹⁵⁵ Por seu turno, o interior da América portuguesa – logo o planalto paulista – como palco de combate aos “inimigos internos”, ficaria guarnecido sobretudo com as ordenanças e demais forças engendradas nas diversas realidades coloniais. Essa tendência manifestara-se já após a expulsão dos holandeses, em 1654, uma vez que a partir de então a “guerra brasílica” decaíra para uma arte militar adequada apenas às “áreas arcaicas, afastadas da marinha e das praças fortes, técnicas quase que só para sertanistas de São Paulo e bugres e negros aquilombados dos sertões do Nordeste”.¹⁵⁶ Em resumo, numa estrutura militar ainda parcamente institucionalizada, as poucas companhias de pardos livres na capitania de São Paulo localizavam-se essencialmente no litoral, ao que se sabe. Apesar de se referirem a elas como companhias de ordenanças, as incumbências que se lhes passavam estavam ao nível dos corpos auxiliares, os quais deviam estar sempre preparados para ocasiões de guerra. No planalto, ainda bastante mameluco, destaca-se a permanência da geração de tropas de sertanistas, caçadores e aventureiros, que logo se institucionalizariam na ordem militar do império português. O certo é que aquelas corporações militares, sua composição, atuação bem como os anseios de seus membros, eram um espelho da configuração social em que estavam imersas e que constituíam: a imagem era refletida “*en mayor o menor medida según la propia estructura de la población de cada región, y según las necesidades de defensa*”.¹⁵⁷

a [An.e] Luis, da companhia dos pardos da vila da Conceição de que é capitão Baltazar da Sylva. Santos, 5 de outubro de 1750; Registro de uma nomeação de alferes da companhia dos pardos da vila da Conceição de Itanhaém, de que é capitão Baltazar da Sylva, que se passou a Sylvestre Mendes. Praça de Santos, 5 de outubro de 1750. APESP, ord. C00362 (Livro 8).

¹⁵⁵ LEONZO, Nanci. *Defesa militar e controle social...*, p. 27.

¹⁵⁶ MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada*. Rio de Janeiro: Forense/Edusp, 1975, p. 217-248 *Apud* PUNTONI, P. *A guerra dos bárbaros...* p. 191-192.

¹⁵⁷ FERNÁNDEZ, J. M. (Coord.). *El ejército de América antes de la independencia: ejército regular y milicias americanas, 1750-1815* (Hojas de servicio, uniformes y estudio histórico) [Cd-rom]. Madrid: Fundación Mapfre Tavera, 2005, p. 105.

Capítulo 2 – A GUERRA LUSO-CASTELHANA E A MOBILIZAÇÃO DE HOMENS PARDOS EM SÃO PAULO (1765-1777)

2.1 – A Guerra Luso-Castelhana e reestruturação militar na América portuguesa

A segunda metade do século XVIII foi um período no qual a capitania de São Paulo passou por processos conjugados de fortalecimento de seus vínculos e de seu *status* no conjunto do império português. Sua economia dinamizou-se e ganhou vulto, ao mesmo tempo em que sua população se expandiu numericamente. Nesse quadro, sua estrutura militar igualmente passara por transformações amplas, que iam do aumento no número dos corpos armados por seus habitantes até, esperava-se, da qualidade e eficiência do serviço. Mas tais mudanças longe estavam de ocorrer isoladamente, como se viu no capítulo anterior. No que concerne às forças militares, o conflito europeu nas décadas intermediárias do século revelar-se-ia fator fundamental à implementação de reformas que tocaram não somente o vasto território da América portuguesa, como também a Portugal e as colônias espanholas.

A Guerra dos Sete Anos envolveu toda a Europa entre 1756 a 1763 e teve motivações e reflexos em territórios coloniais asiáticos e americanos. Seus principais protagonistas foram Inglaterra, de um lado, e França, de outro. Já Portugal e Espanha participaram do conflito em sua fase tardia. Se os espanhóis mantinham, de certa forma, relações de aliança historicamente construídas com a França, portugueses vinculavam-se mais estreitamente à Inglaterra. Com o esforço francês em quebrar a hegemonia comercial inglesa a nível mundial, os reinos ibéricos foram instados a assinar um pacto de família, entre Bourbons, visando à defesa mútua e ao estabelecimento de restrições à Inglaterra. Como resultado, a Espanha entrou na guerra em 1761 aliada à França, ao passo que Portugal tentara permanecer relativamente neutro. Já em 1762, parte do reino português foi ocupado por uma coalizão franco-espanhola que objetivava fragilizar as relações entre lusitanos e ingleses. Dada a notável debilidade do sistema defensivo, o primeiro ministro português solicitou o imediato auxílio militar inglês para repelir a invasão. Atendido em seu pedido, Pombal negociou ainda a permanência de oficiais a serviço da Inglaterra após o conflito, os quais, como Graf Lippe, seriam elementos chave na completa reestruturação militar planejada para Portugal.¹⁵⁸ Enquanto isso, a Inglaterra implementou ações agressivas diante de territórios coloniais espanhóis e franceses, levando a guerra concretamente para além da Europa.

¹⁵⁸ MAXWELL, K. *Marquês de Pombal...*, p. 119-139.

Assim como o ultramar espanhol, alvo de investidas inglesas, o Estado do Brasil não ficou imune aos desdobramentos da Guerra dos Sete Anos. Ali os conflitos europeus deram vazão a antigas rivalidades e disputas. Considere-se que os limites entre as Américas hispânica e portuguesa não estiveram bem definidos ao longo de todo o período colonial. Portanto, após o fim da União Ibérica houve declarado interesse na região da bacia do Prata por ambas as Coroas. De sua parte, Portugal implementou ações concretas para estender seus territórios meridionais na década de 1680, com a fundação da Colônia do Sacramento (1680) e de Laguna (1684).¹⁵⁹ Tais medidas eram justificadas, em boa medida, pelo fato de que, ao recém criado bispado do Rio de Janeiro, a Santa Sé atribuiu, em 1676, o território diocesano que se estendia da capitania do Espírito Santo até o Rio da Prata. Interessava aos lusitanos retomar as suntuosas relações comerciais em Buenos Aires que, malgrado a forma de contrabando, lhes proporcionavam a cobiçada prata peruana.¹⁶⁰ Situada defronte a Buenos Aires, desde então Sacramento tornou-se alvo cotidiano de investidas castelhanas, que ora se constituíam em pequenos assaltos às roças de portugueses, ora tomavam a forma de cercos. Tão logo criada, em 1680 a Colônia do Sacramento foi tomada pelos espanhóis, o que se repetiu em 1704-1705. Entre 1735-1737 foi novamente sitiada.¹⁶¹

Se a Colônia, o então extremo-sul da América portuguesa, permaneceu praticamente isolada geograficamente em relação aos demais territórios do Brasil – mas mantinha fortes vínculos econômicos com o Rio de Janeiro, capitania à qual era vinculada administrativamente¹⁶² – existiu de fato um movimento colonizador no chamado Continente do Rio Grande de São Pedro. A fundação desta capitania, em 1713, visava garantir a posse deste espaço e proporcionar auxílio para a defesa e conservação de Sacramento. Contudo, apenas a partir de 1737 é que a administração portuguesa enviou algumas pessoas para colonizar o Presídio do Rio Grande de São Pedro. Destaca-se, neste processo, o estímulo à vinda de casais açorianos, em meados do século XVIII. Ainda assim a legitimidade da presença portuguesa na região era questionada pela Coroa espanhola. Houve, então, grande esforço em validar a ocupação dos almejados territórios e em amenizar os conflitos por via diplomática: através do Tratado de Madri, assinado em 1750, os portugueses renunciaram à Colônia do Sacramento, mas garantiram o domínio das terras onde se localizavam os Sete

¹⁵⁹ CUNHA, P. O. Carneiro da. Política e administração de 1640 a 1763... p. 19-41.

¹⁶⁰ HOLANDA, S. B. de. A Colônia do Sacramento e a expansão no extremo sul. In: HOLANDA, S. B. de. (Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. (v. 1, t. 1). São Paulo: Difel, p. 322-363, 1972.

¹⁶¹ HOLANDA, S. B. de. A Colônia do Sacramento...

¹⁶² PRADO, F. P. *A Colônia do Sacramento: o extremo sul da América portuguesa no século XVIII*. Porto Alegre: F. P. Prado, 2002.

Povos das Missões e de toda a costa litorânea próxima à cidade espanhola de Montevideu.¹⁶³ Porém, um novo acordo estabelecido em 1761, o Tratado de El Pardo, anulou as disposições de 1750.

Neste clima instável, os conflitos locais já existentes se acentuaram em decorrência das posições opostas tomadas por Portugal e Espanha na Guerra dos Sete Anos. Paralelamente à invasão do reino de Portugal pela Espanha, do outro lado do Atlântico, em fins do mesmo ano de 1762 as forças hispano-americanas lideradas por D. Pedro de Cevallos ocuparam a Colônia do Sacramento, os fortes de São Miguel e de Santa Tereza, e, finalmente, penetraram na vila de São Pedro em maio de 1763.¹⁶⁴ Iniciou-se, desta forma, o período da dominação espanhola no Sul da América portuguesa, o qual duraria de 1762 a 1777.¹⁶⁵

A guerra colonial luso-castelhana iniciada em 1762 perdurou, com marchas e contramarchas, até 1777. Seus dois grandes momentos foram, por um lado, o processo de conquista e avanço espanhol, entre 1762 e 1763, e, por outro, o período entre 1774 e 1777, no interior do qual houve a contra-ofensiva portuguesa, cujo resultado foi a retomada do Rio Grande, em 1776. Do lado espanhol, o ano de 1777 foi marcado pelos sucessos da grande investida sobre a ilha de Santa Catarina, da tomada definitiva da Colônia do Sacramento e pela destruição do presídio do Iguatemi, próximo ao Paraguai. Este último fato ocorreu após se ter firmado o acordo de paz entre as Coroas ibéricas, o Tratado de Santo Ildelfonso.¹⁶⁶ O conflito, ademais, deve ser visto como fator significativo nas transformações geopolíticas operadas tanto na América portuguesa quanto na hispânica. Com efeito, no período da guerra em questão, a capital do Brasil mudou de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763, ao passo que, em 1776, criou-se o vice-reino do Rio da Prata na América espanhola.¹⁶⁷

As grandes dimensões desta guerra podem ser visualizadas não apenas nos termos de sua abrangência espaço-temporal, mas também com base no contingente de homens diretamente envolvidos em sua feitura. Pode-se estipular que as tropas portuguesas reunidas para este conflito, estacionadas nas regiões fronteiriças e sob a denominação de Exército do Sul, eram constituídas por mais de seis mil homens no total, formando “o maior [exército

¹⁶³ REICHEL, H. J.; GUTFREIND, I. *Fronteiras e guerras no Prata*. São Paulo: Atual, 1995, p. 23.

¹⁶⁴ LEONZO, N. *As companhias de ordenanças na capitania de São Paulo. Das origens ao governo do Morgado de Mateus*, p. 60.

¹⁶⁵ KÜHN, F. A fronteira em movimento: relações luso-castelhanas na segunda metade do século XVIII. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 25, n.2, p. 91-112, dez./1999, p. 91.

¹⁶⁶ BELLOTTO, H. L. *Autoridade e conflito...* p. 308.

¹⁶⁷ Para o caso da América portuguesa ver MAXWELL, K. *Marquês de Pombal...*, p. 126. Em relação à América espanhola, consultar BRADING, D. A. A Espanha dos Bourbons e seu império americano. In: BETHELL, L. (Org.). *História da América Latina*. São Paulo: Edusp; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1997, p. 405-406.

luso-brasileiro] até então organizado em território americano”.¹⁶⁸ De outra parte, o poder de mobilização castelhano, materializado especialmente na armada espanhola dirigida a Santa Catarina entre 1776 e 1777, causou enorme pavor ao vice-rei marquês do Lavradio. Ora, desde outubro de 1776 ele estava informado dos preparativos para a “expedição de 8 mil homens para mandar à América, supõe-se que a visitar primeiro algum dos 3 portos, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, e depois passarem a Santa Catarina e Rio Grande”. Em março de 1777, porém, aquelas forças revelaram-se ainda maiores, pois, estimava-se, eram constituídas por 117 embarcações que abrigavam 12 batalhões formados por cerca de 10 mil homens.¹⁶⁹

Apesar de que a grande empreitada castelhana fora direcionada, na ocasião, exclusivamente para as partes meridionais do Brasil, as autoridades luso-americanas tinham a clara percepção de que os possíveis palcos da guerra não se restringiam às fronteiras do Rio Grande. De fato, “Pombal viu as vitórias britânicas sobre o império da Espanha como uma ameaça potencial também à América portuguesa”, mas agora eram os próprios castelhanos os que inspiravam semelhantes receios às autoridades lusitanas.¹⁷⁰ Temia-se invasões em toda a costa litorânea através da ilha de Santa Catarina, das vilas de Paranaguá e Santos, no Sul, e, mais ao norte, às capitanias de Pernambuco e Bahia, além, obviamente, do Rio de Janeiro. Atentou-se também para a fronteira oeste, na região do Mato Grosso. Daí constar da estratégia de guerra lusitana a construção do presídio de Nossa Senhora dos Prazeres do Iguatemi, em 1767, uma vez que este estabelecimento, segundo se esperava, provocaria o deslocamento das forças espanholas para regiões distantes no sertão e as faria dividirem-se, e, por conseguinte, enfraquecerem-se.¹⁷¹

Com os esforços de guerra, levou-se a efeito uma mobilização a nível imperial visando arrecadar fundos e homens para as ações bélicas. De Portugal houve o envio de seus três melhores regimentos regulares¹⁷², e em 1774 efetuou-se recrutamento de 400 homens nos Açores, os quais foram remetidos ao Brasil com a finalidade de suprir os regimentos da

¹⁶⁸ LINS, M. de L. F. Martim Lopes Lobo de Saldanha: a presença de São Paulo nas guerras do Sul. In: *Anais do simpósio comemorativo do bicentenário da restauração do Rio Grande (1776-1976)*. (vol. 1). RJ: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), 1979, p. 315.

¹⁶⁹ Cf.: Carta escrita ao governador da Praça da Colônia. Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1776; Carta escrita ao governador da capitania de São Paulo. Rio de Janeiro, 13 de março de 1777. In: Biblioteca Nacional de Portugal (Digital). *Cartas do 2.º Marquês do Lavradio, 11.º Vice-Rei do Brasil, para os governadores de várias capitanias do Brasil sobre assuntos respeitantes ao governo e defesa das mesmas*, p. 9-12, p. 79v-81v.

¹⁷⁰ MAXWELL, K. *Marquês de Pombal...* p. 122-123.

¹⁷¹ BELLOTTO, H. L. *Autoridade e conflito...* p. 119.

¹⁷² MAXWELL, K. *Idem*, p. 126.

guarnição do Rio de Janeiro.¹⁷³ Ao mesmo tempo, Pombal estabeleceu um plano muito claro pelo qual as capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais conformariam um bloco de cooperação mútua na guerra, “para que com a união de todos os três governos se possa consolidar uma força superior a que podem transportar deste continente os nossos voluntários inimigos”.¹⁷⁴ Mais distante dos focos da guerra, nem por isso Pernambuco foi isenta de provar sua fidelidade à Coroa lusitana nesta ocasião. Além do aumento no número de tropas, efetivado, previa-se, ao longo de toda a guerra, a cooperação militar da referida capitania através do envio de algumas companhias para o Rio de Janeiro e Santa Catarina.¹⁷⁵ De um modo ou de outro, as várias partes do império português tiveram de arcar com esta estrutura de guerra. Na arrecadação de fundos dirigidos ao Rio de Janeiro, por exemplo, contribuíram expressivamente as capitanias Bahia, Minas Gerais, Goiás, São Paulo e Angola.¹⁷⁶

Saliente-se, do mesmo modo, o imediato envio para o Brasil de dois oficiais estrangeiros para reparar e dirigir a estrutura de guerra, Johann Heinrich Böhm e Jacques Funck, aos quais o historiador Maxwell atribuiu as qualidades de “peritos militares reformistas”. Pombal encaminhou, ainda, dois aristocratas portugueses experimentados na arte da guerra, posto que chefiaram tropas na campanha militar conduzida por Graf Lippe quando da ocupação de Portugal pela frente franco-espanhola, em 1762. São eles o marquês de Lavradio, nomeado governador e capitão-general da Bahia em 1768 e capitão-general do Rio de Janeiro e vice-rei do Estado do Brasil no ano seguinte, e D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, o morgado de Mateus, que assumiu o governo da capitania de São Paulo em 1765.¹⁷⁷ Num segundo momento, em 1774, quando da contra-ofensiva portuguesa, diretrizes ainda mais agressivas foram expedidas pela Coroa. O vice-rei Lavradio foi investido, na ocasião, de plenos poderes para dirigir a guerra contra os castelhanos. No mesmo ato ordenou-se o *replacement* de governadores e capitães-generais em várias partes do império português, como São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, Rio Grande, Santa Catarina e nas Ilhas dos Açores. Ainda mais, este amplo projeto de investida militar contou também com

¹⁷³ Cf.: Carta de Martinho de Melo Castro para Antão de Almada. In: MENDONÇA, M. C. de. *Século XVIII, século pombalino no Brasil*. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1989, p. 597-598. Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 25 de maio de 1774; Carta escrita ao governador da capitania de Minas Gerais. Rio de Janeiro, 2 de novembro de 1776. In: Biblioteca Nacional de Portugal (Digital). *Cartas do 2.º Marquês do Lavradio...* p. 15-17.

¹⁷⁴ Cf.: Carta do Conde de Oeiras ao Conde da Cunha. In: MENDONÇA, M. C. de. *Século XVIII, op.cit.*, p. 425-427. Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 26 de janeiro de 1765.

¹⁷⁵ SOUZA, F. P. de; PAULA, L. F. de; SILVA, L. G. A guerra luso-castelhana e o recrutamento de pardos e pretos: uma análise comparativa (Minas Gerais, São Paulo e Pernambuco, 1775-1777). In: SANTOS, A. C. de A.; DORÉ, A. (Orgs.). *Temas setecentistas: governos e populações no império português*. Curitiba: UFPR-SCHLA/Fundação Araucária, 2008, p. 67-83.

¹⁷⁶ LINS, M. de L. F. Martim Lopes Lobo de Saldanha ..., p. 317-318.

¹⁷⁷ MAXWELL, K. *Marquês de Pombal...*, p. 126.

o envio ao Rio Grande dos supracitados Böhm e Funck, nomeados tenente general e marechal de campo, respectivamente, acompanhados que estavam dos três regimentos portugueses.¹⁷⁸

Mas a dimensão do conflito exigia, semelhantemente ao que ocorrera no caso espanhol, além de profundas reformas nas instituições militares a ampliação dos contingentes. Por conseguinte, o papel vital desempenhado pelas forças locais não-remuneradas na defesa da América portuguesa foi reconhecido de imediato pela Coroa lusitana. Esta condição era vista pelas autoridades com muita clareza, e passou a ser transmitida aos capitães-generais e vice-reis, em suas instruções de governo, mediante a atestação de três “princípios invariáveis”:

Primeiro: que o pequeno continente de Portugal, tendo braços muito extensos, muito distantes e muito separados uns dos outros: quais são os seus domínios ultramarinos nas quatro partes do mundo, não pode ter meios nem forças com que se defenda a si próprio e acuda ao mesmo tempo à preservação e segurança de cada um deles; Segundo: que nenhuma potência do universo, por mais formidável que seja, pode nem intentou até agora defender as suas colônias com as únicas forças do seu próprio continente; Terceiro: que o único meio que até hoje se tem descoberto e praticado para acorrer à sobredita impossibilidade, foi o de fazer servir as mesmas colônias para a própria e natural defesa delas: e na inteligência deste inalterável princípio, as principais forças que hão de defender o Brasil, são as do mesmo Brasil.¹⁷⁹

De fato, a Coroa portuguesa teve que depositar suas esperanças tanto nas poucas tropas profissionais, fosse aquelas formadas no reino e nos Açores ou as do próprio Brasil, quanto, e em grande medida, nas companhias e regimentos de auxiliares e demais forças militares. Como as fortalezas litorâneas sabiamente encontrar-se-iam frágeis diante de ataques e as “fortalezas volantes”, que se constituíam nas embarcações da marinha de guerra, eram pífias numericamente, a tática da defesa e da guerra foi praticamente restrita à movimentação em terra firme.¹⁸⁰ O discurso central, então, prestou-se logo a estimular a “guerra brasílica”, esta menos onerosa aos cofres da real fazenda e para a qual homens de cor e sertanejos eram peças centrais: “com negros e ordenanças foram lançados fora de Pernambuco, Bahia e outras terras deste continente os holandeses; e (...) as tropas disciplinadas não podem fazer grandes

¹⁷⁸ Cf.: Carta de D. José I para o marquês do Lavradio. In: MENDONÇA, M. C. de. *Século XVIII...* p. 607-608. Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 9 de julho de 1774; Carta do marquês de Pombal para o marquês do Lavradio. In: MENDONÇA, M. C. de. *Idem*, p. 608-610. Lisboa, 15 de julho de 1774. Ver também SOUZA, F. P. de; PAULA, L. F. de; SILVA, L. G. A guerra luso-castelhana...

¹⁷⁹ Cf.: Instrução de Martinho de Melo e Castro para Luis de Vasconcelos. In: MENDONÇA, M. C. de. *Idem*, p. 753-754. Salvaterra de Magos, 27 de janeiro de 1779.

¹⁸⁰ Cf.: Ofício do vice-rei, conde da Cunha, ao secretário de estado do Reino e Mercês, conde de Oeiras, respondendo seus ofícios e comentando as ações do governador de Buenos Aires, D. Pedro de Cevallos, bem como sobre as traições de alguns oficiais portugueses; refere também as negociações do Embaixador de Portugal na Corte de Madri, Aires de Sá e Mello, referentes aos índios das antigas missões jesuíticas. Diz da necessidade de recrutamento de pardos e negros libertos para as guarnições da Ilha de Santa Catarina e da Nova Colônia do Sacramento, solicitando reforços de São Paulo e Minas Gerais. AHU-RJ, cx. 81, docs. 60, 51. Rio de Janeiro, 30 de junho de 1765.

progressos nestes vastíssimos sertões, faltos do necessário”.¹⁸¹ Em 1765, Pombal escreveu ao capitão-general de São Paulo instruindo-o a se valer das populações sertanejas de sua capitania para o combate ao inimigo espanhol, em cuja ocasião também informou seus planos para que de Minas Gerais baixassem “vinte ou trinta mil [negros] a caírem de repente sobre os castelhanos”, não somente os oprimindo e destruindo, mas agindo de modo a recuperarem todo o território até a margem setentrional do Rio da Prata.¹⁸² Ademais, sustentando o plano português, levou-se em conta boatos acerca dos desastres do inimigo quando este invadira Portugal, em 1762: que “aos mesmos espanhóis europeus causam outro grande terror e pânico os negros, de sorte que na ocasião em que fugiram de Vila Real davam por motivo da sua fuga *que vinha contra eles marchando um grande número de negros*”.¹⁸³ Por outro lado, o objetivo de retomar o território perdido aos castelhanos na América igualmente acalentava o otimismo de Pombal em relação aos sertanistas paulistas, o qual foi manifestado a Lavradio em 1774 em forma de narrativa que intercalava elementos épicos à estratégia militar. Para o ministro, aqueles paulistas deviam seguir “afrontando perigos e vencendo dificuldades da natureza através das espessuras dos matos, da oposição dos rios e dos passos mais escabrosos das montanhas: e sendo nesta consideração os corpos ligeiros e os caçadores e de aventureiros do país as tropas mais naturais e próprias para a guerra que se vai principiar no Sul”.¹⁸⁴ Não por acaso, quando da enorme expedição castelhana à Santa Catarina, em 1777, Lavradio ordenou ao governador de São Paulo que enviasse para lá “toda a gente (...) que lhe fosse possível; aquilo não é Tropa, mas é a própria gente, que (...) são os mais próprios para destruir todas aquelas forças”.¹⁸⁵ O imaginário das autoridades lusitanas, como se vê, previa a vitória na guerra mediante o emprego de técnicas militares muito específicas, diferentes do cientificismo bélico europeu, e, especialmente, pelos efeitos concretos e psicológicos de uma mobilização gigantesca.

Objetivando estimular e dar alguma organização aos inúmeros corpos militares de auxiliares e ordenanças mobilizados nesse contexto, foi expedida a carta régia de 22 de março de 1766, que se destinava a todas as capitanias do Brasil. Seu texto, franco e direto, indicou

¹⁸¹ Cf.: Ofício do Marquês de Pombal para o Marquês do Lavradio. In: MENDONÇA, M. C. de. *Século XVIII...*, p. 613-615. Lisboa, 8 de agosto de 1774.

¹⁸² Cf.: Artigos (cópias) das Instruções dadas pelo conde de Oeiras ao General da capitania de São Paulo, D. Luis António de Sousa em ofício de 26 de janeiro de 1765. AHU-SP (A.M.G.), cx. 23, doc. 2221. Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 26 de janeiro de 1765.

¹⁸³ Cf.: Carta do marquês de Pombal ao marquês do Lavradio. In: MENDONÇA, M. C. de. *Idem*, p. 635-639. Lisboa, 9 de maio de 1775. Grifo no original.

¹⁸⁴ Cf.: Ofício do Marquês de Pombal para o Marquês do Lavradio. In: MENDONÇA, M. C. de. *Idem*, p. 613-615. Lisboa, 8 de agosto de 1774.

¹⁸⁵ Cf.: Carta escrita ao general-em-chefe do Exército do Sul. Rio de Janeiro, 13 de março de 1777. In: Biblioteca Nacional de Portugal (Digital). *Cartas do 2.o Marquês do Lavradio...* p. 77-79v.

primeiramente que, se de um lado o governo português tinha conhecimento “da irregularidade, e falta de disciplina a que se acham reduzidas as Tropas Auxiliares”, de outro atestou formarem estes corpos “uma das principais forças que tem a mesma capitania para se defender”. As diretrizes da carta de 1766 apontavam para um enorme alargamento do conjunto de sujeitos passíveis ao recrutamento para as tropas de segunda e terceira linhas. Cada capitão-general foi obrigado, lê-se na dita carta, a “alistar todos os moradores (...) que se acharem em estado de poderem servir nas tropas auxiliares, *sem exceção* de nobres, plebeus, brancos, mestiços, pretos, ingênuos e libertos; e à proporção dos que tiver cada uma das referidas classes, formeis terços de auxiliares e ordenanças, assim de cavalaria como de infantaria”.¹⁸⁶ Nesta conjuntura marcada pelas conturbadas relações na Europa, pela guerra declarada com a Espanha em territórios americanos e, não menos importante, pelo grande temor às suspeitíssimas intenções de Inglaterra e França naquelas regiões¹⁸⁷, objetivou-se com a carta régia de 1766 colocar em prática as máximas segundo as quais deveriam “servir as mesmas colônias para a própria e natural defesa delas”.¹⁸⁸

Os recursos financeiros limitados das capitanias e as respostas das populações a este chamado da Coroa foram levados em conta. Se não se permitiram isenções ao recrutamento, houve, em direção oposta, ampla concessão de privilégios e estímulos a mercês ao oficialato de segunda e terceira linhas. Diante das dificuldades para a constituição de tropas, fosse o desinteresse e por vezes aversão dos homens ao enquadramento nas instituições militares, fosse a falta de recursos para custear o armamento e as fardas de companhias não-remuneradas, como era o caso dos auxiliares e ordenanças, foi com benefícios materiais e simbólicos, sobretudo, que a administração lusitana buscou a adesão da parte das elites locais. Assim, a carta régia em questão instruía aos capitães-generais para que os “serviços que fizerem os mesmos oficiais desde o posto de alferes até o de mestre de campo sucessivamente sejam despachados como oficiais das tropas pagas”. Esta relativa equiparação às tropas profissionais estendeu-se ao modo como os militares faziam-se representar perante a corporação e a sociedade em geral: “que possam assim os ditos oficiais como os soldados usarem de uniformes, divisas e cairéis no chapéu, somente com diferença que as divisas e cairéis dos oficiais poderão ser de ouro ou prata e as dos soldados não passarão de lã ou seda”. Privilégios e benefícios serviam bem, como se vê, para marcar as diferenças de posições no

¹⁸⁶ Cf.: Carta de D. José I ao governador e capitão-general de São Paulo, morgado de Mateus. AHU-SP (A.M.G.), cx. 24, doc. 2354. Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 22 de março de 1766.

¹⁸⁷ MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal...*, p. 122-125.

¹⁸⁸ Cf.: Instrução de Martinho de Melo e Castro para Luis de Vasconcelos. In: MENDONÇA, M. C. de. *Século XVIII...*, p. 753-754. Salvaterra de Magos, 27 de janeiro de 1779.

interior de corpos militares. Convém notar que a utilização de cairéis de ouro e de prata era proibida para os auxiliares de Portugal e, nesta conjuntura, constituía-se privilégio exclusivo dos luso-americanos. Mas o fato é que a mesma carta régia de 22 de março de 1766 indicava a contrapartida das regalias então conferidas às tropas de segunda e terceira linhas: de acordo seus termos, “serão obrigados todos os oficiais e soldados a terem à sua custa espadas e armas de um mesmo adarme, e os de cavalaria a terem e sustentarem também a sua custa um cavalo e um escravo para cuidarem nele”.

Assim, a carta régia de 22 de março de 1766 visava empreender aumento expressivo nas forças milicianas ou auxiliares coloniais. Além de buscar manter regulados e disciplinados aqueles corpos, seu texto era preñado de promessas, por parte do rei lusitano, em recompensar simbólica e materialmente aos vassallos que se distinguissem no real serviço. Em relação ao Estado do Brasil, ela significou um ponto de inflexão no que diz respeito à arregimentação de homens de cor, agora amplamente estimulada, na medida em que se sobrepunha ao texto de 1731 que visou cercear, em boa medida, a inclusão daqueles sujeitos em corpos militares.

2.2 – As forças militares paulistas e a proliferação dos terços de pardos e pretos no Estado do Brasil (1763-1782)

Objetiva-se aqui mapear os corpos militares formados em São Paulo em função da guerra contra os espanhóis e, na sequência, os regimentos ou terços de pardos e pretos nas diversas capitanias da América portuguesa. Assim, será possível colocar em perspectiva as tropas de pardos de São Paulo em relação àquelas similares das Américas espanhola, portuguesa e com os demais regimentos auxiliares criados na própria capitania.

A restauração da capitania de São Paulo foi decorrência da guerra luso-castelhana, como se pôde observar. Ao longo do conflito, seu governo ficou a cargo de D. Luiz Antônio de Souza (1765-1775) e, em seguida, de Martim Lopes Lobo de Saldanha (1775-1782). Ambos os capitães-generais foram instruídos quanto ao papel atribuído à capitania no contexto da guerra em questão: mediante os esforços para a retomada do Sul da América portuguesa e, por outro lado, por se apresentar como uma muralha entre os castelhanos e as Minas Gerais, é que a capitania de São Paulo faria jus à sua restituição.¹⁸⁹ Em outros termos, cabia-lhe assegurar sua própria defesa além de comprometer-se com a guerra no Sul.

De fato, as atividades de intensa mobilização e recrutamento ali levadas a efeito culminaram na construção de uma estrutura militar sem precedentes. Para tanto, aquelas

¹⁸⁹ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial...*, p. 69-83.

autoridades buscaram intervir ao máximo em vários aspectos que até então conformavam a configuração social paulista e revelavam-se obstáculos à tarefa dos governadores. Destaque-se aqui o grande esforço empreendido para incorporar em municipalidades as populações sertanejas dispersas, o qual resultou num aumento significativo de suas vilas no período em questão. Por sua vez, a repressão aos “sítios volantes” propiciaria um controle maior sob aquelas pessoas, além de ser medida fundamental para a implementação na capitania do projeto civilizador português. Com efeito, a partir destas bases territoriais fixas foi possível elaborar anualmente, a partir de 1765, as listas das ordenanças, verdadeiros recenseamentos e eficientes instrumentos para o conhecimento da população disponível à atividade militar e aos encargos provenientes da organização de uma estrutura de guerra. Assim, pois, os governadores dispunham de todo um eficiente sistema através do qual escolhiam a dedo os homens a serem recrutados, bem como aqueles que deviam trabalhar na construção de fortalezas, na abertura de caminhos e nas lides agrícolas para produzir o sustento das tropas.

Logo que chegou à capitania de São Paulo, em junho de 1765, o morgado de Mateus instalou-se provisoriamente em Santos, onde permaneceu até abril de 1766, para empreender especialmente a organização do frágil sistema defensivo do litoral paulista. Ao mesmo tempo, ainda que de longe, buscava adiantar a tarefa na região do planalto até que tomasse posse na cidade de São Paulo. Inspecionando as tropas que então guarneciam a capitania, D. Luiz Antônio de Souza encontrou apenas seis companhias regulares de artilharia, sediadas em Santos, além de companhias de ordenanças que, pela dispersão dos povos, “estavam faltas de disciplina e obediência”.¹⁹⁰ A partir de correspondência trocada entre os governadores de São Paulo e de Minas Gerais, em 1765, pode-se ter uma idéia do estado em que, na opinião daquelas autoridades, encontravam-se os corpos militares de suas capitanias. Luiz Diogo Lobo da Silva afirmou na ocasião que “se vossa excelência [, o capitão-general de São Paulo,] achou uma capitania em que nem o nome de milícias se sabia, eu entrei em outra que existindo só as suas na opinião do vulgo, na realidade eram tão aparentes que nem pés de lista havia”.¹⁹¹ Particularmente em São Paulo fazia-se necessário, pois, completa reforma militar nas três linhas, com ênfase nos auxiliares.

Como era de praxe no governo de Antigo Regime, as relações de interdependência entre súditos e o rei eram marcadas por trocas: a lealdade e os bons serviços prestados, de

¹⁹⁰ Cf.: N.º 1. Descrevendo o estado em que achou a capitania. *D.I.* v. 23, p. 250-256. São Paulo, 1 de dezembro de 1767.

¹⁹¹ Cf.: N. 20. Estado em que achou as milícias daquela capitania. *D.I.* v. 14, p. 153, 168-173. Vila Rica, 13 de dezembro de 1765.

uma parte, previam recompensas, em forma de mercês, isenções e privilégios, de outra.¹⁹² Deste modo, aqueles que pagariam o “imposto de sangue”, servindo nos corpos de auxiliares, teriam como contrapartida o gozo dos benefícios previstos assim na carta régia de 22 de março de 1766 como no alvará de 24 de novembro de 1645. Este último, por sinal, cuja cópia já havia sido solicitada por autoridades da capitania em 1698, quando estas buscavam garantir mediante aqueles privilégios a aquiescência e participação dos paulistas no contexto da exploração inicial das Minas Gerais, tornou a ser requisitado no contexto da guerra luso-castelhana. Ademais, houve ampla divulgação da carta régia de 1766 em São Paulo.¹⁹³

A situação peculiar daquela configuração social, entretanto, exigiu o encaminhamento de medidas específicas por parte da Coroa. Ora, até mesmo por sua localização geográfica, coube a São Paulo um papel de suma importância na guerra com os castelhanos. Ocorre que, passado menos de um ano do início dos trabalhos de reorganização militar, morgado de Mateus alertou a Lisboa acerca dos obstáculos quase intransponíveis que enfrentava: “as duas dificuldades, do horror que aí se tem ao nome de soldado e da preguiça e dispersão em que se acham esses povos”. No que diz respeito à primeira questão, e no “espírito” da carta régia de 22 de março 1766, Pombal recomendou ao governador que

distinga vossa senhoria na estimação e no trato os soldados e oficiais das tropas pagas, dos auxiliares e das ordenanças, dos que forem paisanos: de sorte que estes conheçam que são mais estimados e atendidos àqueles; sem reparar em que sejam brancos, pardos ou índios e carijós.¹⁹⁴

Já com relação à “preguiça e dispersão” dos paulistas, se lhe permitiu obrar como achasse por bem. Por fim, aproveitando o ensejo, pedia-se que o capitão-general formasse ali “alguns homens que sejam capazes de discernimento e de percepção”, para o que mandou “Sua Majestade remeter a vossa senhoria alguns exemplares da instrução dos ofícios de Cícero, que o mesmo senhor mandou estampar para a educação da nobreza do seu real colégio desta Corte”. Como se vê, além de recrutar os vassalos paulistas para o real serviço, buscava-se civilizá-los, incluindo-se aí desde os povos dispersos no sertão até suas elites. Além disso, dentre os estímulos especiais dispensados àqueles indivíduos, consta a recomendação para

¹⁹² HESPANHA, António Manuel; XAVIER, Ângela Barreto. As redes clientelares. In: HESPANHA, A. M.; MATTOSO, José (Orgs.). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1992, p. 381-393.

¹⁹³ LEONZO, N. *Defesa militar e controle social...*, p. 33-34.

¹⁹⁴ Cf.: Carta, em resposta a Luiz Antônio de Souza, com determinações régias, sobre formação das milícias e recrutamento de soldados que podem ser brancos, pardos ou índios. Biblioteca Nacional, divisão de manuscritos (doravante B.N.), doc. ii-30,36,44 n. 2. Lisboa, 22 de julho de 1766.

que o governador e capitão-general ocupasse o posto de coronel de um dos regimentos de auxiliares que formaria.¹⁹⁵

E, com efeito, no início de 1767 o governador e capitão-general de São Paulo deu por concluída a reorganização daquelas tropas, “porque no estado atual da sua possibilidade não se pode aumentar mais sem violência, e é a que basta para a defesa” daquelas terras. Deixava em aberto, porém, a possibilidade de continuar agregando indivíduos nas corporações, especialmente se “suceder congregarem-se em vila número de vadios que fiquem civilizados, e possam formar mais alguma companhia”.¹⁹⁶ O certo é que “a gente de armas que permite o pouco número de habitantes de que se compõe a capitania de São Paulo” consistia nas “seis companhias pagas de infantaria ou artilharia que guarnecem a Praça de Santos”, além dos corpos recém formados e regulados de auxiliares e ordenanças. Daqueles, criaram-se seis “regimentos irregulares”, sendo dois de cavalaria e quatro de infantaria. Tais regimentos foram organizados recebendo o nome do lugar de origem ou sede do quartel, visando-se, assim, facilitar a reunião de pessoal e dar eficiência ao serviço. Daí, pois, a capitania ter sido dividida em áreas geográficas no tocante à organização militar: havia a separação entre litoral e planalto, ou marinha e serra-acima, e estas, por sua vez, subdividiam-se em norte e sul. O litoral norte abrigava um regimento auxiliar de infantaria, além das seis companhias regulares de Santos, e a parte sul da marinha outro, ao qual estavam anexas as companhias de cavalaria de Curitiba. Já a parte norte da serra-acima contava com um regimento de cavalaria e outro de infantaria, cujas companhias achavam-se distribuídas pelas suas vilas. Uma semelhante configuração ocorria na cidade de São Paulo e vilas do sul de serra-acima. Somadas, havia no conjunto 61 companhias de auxiliares com aproximadamente 4 mil combatentes.¹⁹⁷

No tocante às ordenanças, as informações prestadas por D. Luiz Antônio de Souza foram breves, talvez indicando que o potencial bélico destas forças militares para os fins da guerra fora avaliado como reduzido. Não se engane, todavia, quanto à atenção concedida pelo governador a estes corpos da terceira linha. Nesse momento, passaram a ser confeccionadas listas das companhias de ordenança em todas as vilas e freguesias da capitania. De acordo com o governador, em 1767 as ordenanças encontravam-se divididas em 19 repartições, as quais agrupavam um total de 76 companhias. Além das tropas regulares, dos regimentos de

¹⁹⁵ LEONZO, N. *Defesa militar e controle social...*, p. 30.

¹⁹⁶ Cf.: N.º 3. Sobre ser suficiente a força armada da capitania. *D.I.* v. 23, p. 100. São Paulo, 2 de janeiro de 1767.

¹⁹⁷ Cf.: Estado militar. N.º 1. *D.I.* v. 23, p. 85-98. São Paulo, 2 de janeiro de 1767.

auxiliares e das muitas companhias de ordenança, pôde ainda informar a existência de cinco companhias avulsas de mulatos.¹⁹⁸

Tão logo anunciada a conclusão da montagem dos corpos militares na capitania foi dado início a uma série de expedições militares e de povoamento em direção à fronteira Oeste, tais como as do Iguatemi, organizadas a partir de 1767, e as dos campos de Tibagi, desde 1769.¹⁹⁹ Estas contribuíram largamente para dissolver ou ao menos desorganizar os regimentos de auxiliares, o que de todo modo o próprio encaminhamento da guerra se encarregaria de realizar. Assim, por exemplo, em 1773 Lavradio incumbiu aos auxiliares de São Paulo a participarem, junto da tropa regular, na campanha sulina. Estes deviam permanecer prontos para possíveis necessidades, que acabaram se concretizando em 1774, após nova invasão espanhola no Rio Grande, a qual originaria o movimento da contra-ofensiva lusitana. Neste ano foram remetidos 240 paulistas para Santa Catarina em quatro companhias auxiliares de cavalaria. Entretanto, após o retorno destas tropas, e constatado o fato de que a capitania encontrava-se desfalcada de suas principais forças militares, Martinho de Mello e Castro “expediu novas diretrizes de política defensiva da capitania de São Paulo”. Agora, conforme o secretário do Conselho Ultramarino, considerava-se que “esta qualidade de tropa só é boa e útil para se empregar no próprio país, [ou seja, no espaço da capitania,] guarnecendo os portos e lugares dela, onde não só defendem os mesmos portos e lugares, mas também as suas casas e famílias”. Seja como for, imediatamente antes de entregar o governo de São Paulo a Martim Lopes Lobo de Saldanha, seu sucessor, morgado de Mateus providenciou o preenchimento das companhias auxiliares.²⁰⁰

Em verdade, Martim Lopes Lobo de Saldanha ocupou-se irrestritamente da guerra no Rio Grande e Santa Catarina. Com sua *Instrução Militar* em mãos, pela qual Martinho de Melo e Castro lhe deu ordem nova reorganização militar, mediante reforma do regimento de linha e dos seis de auxiliares assim como pela formação da tropa paga intitulada Legião de Voluntários Reais, o novo capitão-general deu continuidade à colossal arregimentação em São Paulo.²⁰¹ Mas, de modo semelhante ao que se passou entre 1765-1775, houve a permanência de poucas tropas de homens de cor em São Paulo a partir da reforma dos corpos militares empreendida por Saldanha, e estas não conformaram terço ou regimento.

¹⁹⁸ Cf.: *Idem*.

¹⁹⁹ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito...*, p. 117-169.

²⁰⁰ Cf.: Carta de Martinho de Melo e Castro a D. Luis Antonio de Sousa Botelho Mourão. Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 21 de abril de 1774. In. MENDONÇA, M. C. de. *Século XVIII...*, p. 589-592; LEONZO, N. *Defesa militar e controle social...* p. 50-51.

²⁰¹ Cf.: Instrução Militar para Martim Lopes Lobo de Saldanha, Governador da Capitania de S. Paulo. *D.I.* v. 43, p. 29-52. Salvaterra de Magos, 14 de janeiro de 1775; Para o mesmo Vice Rei, sobre a organização de mais forças nesta Capitania e escolha de seus oficiais. *D.I.* v. 42, p. 165-171. São Paulo, 23 de setembro de 1777.

A reorganização militar empreendida pelos governadores e capitães-generais de São Paulo ao longo do período da guerra luso-castelhana, de acordo com o exposto, culminou na formação de seis regimentos de auxiliares, além dos dois regimentos de linha e das muitas companhias de ordenanças. Não houve ali, contudo, a criação de regimento exclusivamente composto por homens livres de cor, os quais representavam cerca de 27% de todos os homens livres da capitania.²⁰² Antes, a mobilização de pardos, mulatos e de pretos, cujos detalhes serão considerados mais adiante, restringiu-se à formação de um pequeno número de companhias avulsas, que não eram agregadas aos regimentos de auxiliares existentes e tampouco formavam, juntas, uma corporação como terços e regimentos. Nesse aspecto, São Paulo diferia das demais capitanias da América portuguesa. Nestas, na esteira da carta régia de 1766, os regimentos – e, portanto, não apenas companhias – de pardos e de pretos aumentaram vertiginosamente em seu número e no número de seus contingentes, bem como se espalharam por toda a colônia.

Em Pernambuco, onde originalmente, no século XVII, foram institucionalizadas tais corporações, havia em 1762 “2 corpos militares de homens de cor. O de pardos possuía 31 companhias, e contava com 1.401 pessoas; o de Henrique Dias contava com 17 companhias formadas por 1.549 homens”. Tais contingentes ampliaram-se consideravelmente entre dezembro de 1766 e abril de 1767, mediante o estabelecimento de “três novos terços de homens de cor além dos anteriormente existentes”. No contexto da guerra, a capitania de Pernambuco dispunha, então, de três terços auxiliares de pardos e mais dois de pretos.²⁰³ Por sua vez, a capitania vizinha Paraíba, que contava em fins da década de 1750 com apenas dois regimentos de infantaria de auxiliares, um composto por brancos e outro de pretos Henriques, passou a dispor de cinco terços auxiliares: um deles era o terço de pardos, recém-criado, além do terço de Henriques então reformado.²⁰⁴ Avançando no norte da América portuguesa, e em decorrência da carta régia de 1766, criou-se na capitania do Ceará, anteriormente a 1774, um

²⁰² ALDEN, D. *The Population of Brazil...*, p. 196; KLEIN, H. S. *Os homens livres de cor...*, p. 8; LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. *Evolução da sociedade...*, p. 203.

²⁰³ SOUZA, F. P. de; PAULA, L. F. de; SILVA, L. G. *A guerra luso-castelhana e o recrutamento...*, p. 71.

²⁰⁴ Cf.: Requerimento de Antonio Soares Ramos, ao rei D. José I, solicitando confirmação da carta patente, no posto de capitão de uma Companhia de Henriques, do distrito do Espírito Santo para baixo, na Paraíba. AHU-PB, cx. 19, doc. 1515. Paraíba, [ant. 15 de dezembro de 1756]; Carta do governador da Paraíba, brigadeiro Jerônimo José de Melo e Castro, ao rei D. José I, sobre a necessidade de se criar na Paraíba, a exemplo da Bahia e Pernambuco, uma Companhia de Pardos, já que estes se sentem desprezados nas Companhias dos Brancos e dos Pretos. AHU-PB, cx. 23, doc. 1778. Paraíba, 21 de abril de 1766; Ofício do governador da Paraíba, brigadeiro Jerônimo José de Melo e Castro, ao rei D. José I, sobre estarem completos os dois regimentos de cavalaria auxiliar e os dois terços de brancos e pardos e quase completos o dos henriques, por falta de homens pretos; e reclamando do provimento de vários postos militares da capitania pelo governo de Pernambuco. AHU-PB, cx. 24, doc. 1872. Paraíba, 5 de fevereiro de 1770.

terço de infantaria auxiliar de homens pardos.²⁰⁵ Da capitania da Bahia carece-se de informações acerca dos reflexos da mobilização militar em torno da guerra luso-castelhana na formação de terços para homens de cor. Por outro lado, sabe-se que esta abrigava, na cidade de Salvador, um terço de auxiliares de homens pardos e outro de pretos Henriques.²⁰⁶ Já no Rio de Janeiro, por sua vez, criou-se nessa conjuntura um terço de homens pardos e outro de pretos forros. Em 1786, a capitania contava com estes dois corpos auxiliares de homens de cor, além das quatro companhias de pardos que, ao lado de outras oito de infantaria e duas de cavalaria, constituíam o “terço auxiliar dos Campos”.²⁰⁷ Por seu turno, as forças auxiliares de homens pardos de Minas Gerais, cuja capitania abrigava o maior contingente de homens de cor livres na América portuguesa, passaram por completa reestruturação entre os anos 1760 e 1770. Ali, além dos inúmeros corpos de ordenanças compostos por pardos e pretos forros existentes, grande parte dos auxiliares de cor constituíram os dois terços de pardos então criados nas comarcas de Vila Rica e Rio das Mortes.²⁰⁸ Finalmente, foram levantados nesse período um terço de homens pardos e outro de pretos Henriques na capitania de Goiás.²⁰⁹

Realidade diversa vivia a capitania de São Paulo que apenas iniciava, nessa conjuntura, um processo de expansão econômica, o qual, como demonstrei no capítulo precedente, foi acompanhado pelo incremento do tráfico de escravos africanos para a região paulista. Este, até meados do século XVIII, obtinha proporções muito acanhadas e refletia diretamente na formação da camada de homens de cor livres.²¹⁰ Em parte, foi em decorrência da presença comparativamente tardia, por assim dizer, da população africana e crioula na capitania a inexistência de terço ou regimento composto por pardos e pretos livres em São Paulo, tão comum em regiões com peso mais elevado da população de cor. Provavelmente a

²⁰⁵ GOMES, J. E. A. B. *As milícias d'El Rey: Tropas militares e poder no Ceará setecentista*. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2009, p. 117, 249.

²⁰⁶ KRAAY, H. *Race, state, and armed forces in independence-era Brazil: Bahia, 1790s-1840s*. California: Stanford University Press, 2001, p. 82-105.

²⁰⁷ Cf.: Relatório do Marquês do Lavradio vice-rei do Rio de Janeiro, entregando o governo a Luiz de Vasconcellos e Sousa, que o sucedeu no vice-reinado. Rio de Janeiro, 19 de junho de 1779. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (RIHGB), t. 4, 1863, p. 409-486; Guarnição do Rio de Janeiro com seus uniformes e mapas do número de homens dos regimentos pagos e o mesmo dos auxiliares, feito por José Correa Rangel, ajudante de infantaria com exercício de engenheiro. B.N., doc. 9,1,3. Rio de Janeiro, 1786; MELLO, C. F. P. de. *Os Corpos de Auxiliares e de Ordenanças...*, p. 153-158.

²⁰⁸ SOUZA, F. P. de; PAULA, L. F. de; SILVA, L. G. A guerra luso-castelhana e o recrutamento de pardos e pretos..., p. 76-79; PAULA, L. F. de. Tropas de pretos e pardos em Minas Gerais: o recrutamento para a guerra luso-castelhana (1766-1780). *Outros tempos*, v. 7, n. 9, 2010, p. 70.

²⁰⁹ Cf.: Ofício do governador e capitão-general de Goiás, Luís da Cunha Meneses, ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre a formação do Regimento de Infantaria Auxiliar dos Homens Pardos, criado ao pé do regulamento de 1763. AHU-GO, cx. 33, doc. 2043. Vila Boa, 4 de junho de 1782; MATTOS, Raymundo José da Cunha. *Chorographia histórica da província de Goyaz*. Arraial de Traíras, 31 de dezembro de 1824. *RIHGB*, t. 35, v. 1, 1875, p. 51-53, 56.

²¹⁰ ALDEN, D. O período final do Brasil colônia (1750-1808)..., p. 527-592; MARCÍLIO, M. L. *Crescimento demográfico...*; LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. *Evolução da sociedade e economia...*

configuração obtida pelas poucas tropas de homens de cor presentes em São Paulo nesse primeiro momento de reformas (1765 a 1767) possa ser vista à luz do caso concomitante da capitania hispano-americana da Venezuela: lá, onde a reforma das milícias se iniciara em 1764 ²¹¹, seu governador e capitão-general, Joseph Solano, defendeu perante o rei que, apesar de ter presente

lo defectuosa que es una milicia general, y que esté arreglada en compañías sueltas (...) he tenido por conveniente a su disciplina y utilidad en servicio de S.M. esta disposición; porque lo muy dispersa que aún está la población de esta provincia dificulta mucho la reunión de las compañías de una casta que distintos pueblos o parroquias se necesitan para formar batallones con distinción de blancos, pardos, y morenos (...) y por la dificultad de concurrir que se ve por las distancias o marchas (...), porque sin destruir la conveniente distinción que cada uno goza respectiva a su color, ni la útil emulación que generalmente produce la distinción de clases, formando en un batallon distintas naturalezas. ²¹²

Por um lado, sem a composição de terço ou regimento com seu estado-maior, não havia ali graduação aos homens de cor maior que a de capitão. Tampouco havia corporação militar mais sólida que ao nível das companhias avulsas. Mas, de outro lado, a solução adotada em São Paulo era bastante próxima do caso venezuelano, em que a incorporação daqueles atores sociais ocorria ao molde barroco, “*sin destruir la combeniente distinción que cada uno goza respectiva a su color, ni la útil emulación que generalmente produce la distinción de clases*”. Diferia, deste modo, do que dispunha o vice-rei conde da Cunha no Rio de Janeiro, em 1767, onde os novos terços foram compostos por todas as “classes” de gente e, por conseguinte, os pardos e pretos passaram a ser afastados das posições de poder e comando. ²¹³

2.3 – Os ventos do atlântico e as companhias de pardos no litoral paulista: a guerra e o trato mercantil

Além daquele contingente de auxiliares, organizado em forma de “corpos ou regimentos”, morgado de Mateus informou a Pombal, em 1767, dispor de companhias avulsas de mulatos, sem especificar, contudo, qual a organização que se lhes dava entre os auxiliares e as ordenanças. Os cinco corpos citados estavam localizados em Santos, São Vicente, São Sebastião, Taubaté e Pindamonhangaba. Note-se que estas companhias situavam-se

²¹¹ FERNÁNDEZ, J. M. (Coord.). *El ejército de América...*, p. 135.

²¹² Cf.: Milicias de Venezuela. Reglamento. Caracas, 16 de dezembro de 1766. Archivo General de Simancas. SGU, LEG,7198,8, doc. 47.

²¹³ Mas logo no governo do conde de Azambuja (1767-1769) se criou o terço exclusivo aos pardos. MELLO, C. F. P. de. *Os Corpos de Auxiliares e de Ordenanças...*, p. 141-158.

especificamente na área mais dinâmica do litoral paulista e suas adjacências, e, no caso das duas últimas, em vilas próximas também da capitania do Rio de Janeiro. Atendiam, como na primeira metade do século XVIII, às necessidades de defesa da costa marítima em função de ameaças externas. Com esse objetivo, igualmente, ordenou-se que todos os escravos da marinha fossem alistados e armados com chuços.²¹⁴ Busca-se aqui examinar o expediente levado a cabo entre 1765 e 1767 para constituir estes corpos e integrá-los a um plano mais geral de combate, este elaborado com vistas nas possibilidades reais de o litoral paulista ser invadido por forças estrangeiras. Ao mesmo tempo, mediante esta investigação, pode-se elucidar importantes aspectos da vida sócio-econômica daqueles pardos livres ou forros, ou, em outros termos, os vínculos que eles estabeleciam entre o posicionamento na corporação e a inserção na vida econômica do litoral de São Paulo.

Em agosto e setembro de 1765, morgado de Mateus ordenou o alistamento dos pardos e pretos forros da vila de Santos em companhias específicas para cada uma destas “classes”, as quais seriam compostas por 100 homens. Estes não deveriam, “em razão da sua cor, ficar isentos de pegar em armas para o exercício da guerra”. Ademais, de modo bastante incisivo o capitão-general advertiu aos capitães das referidas companhias, responsáveis pelo recrutamento, que “ao que lhe não quizer obedecer prenderá e me dará parte para ser castigado a meu arbítrio”.²¹⁵ Em seguida, expediu bando para que os escravos ali residentes fossem igualmente alistados e armados. Nele, a memória coletiva acerca da mobilização de escravos, como a da companhia de Theodoro Gonçalves Santiago nos anos iniciais daquele século, foi retomada. Na ocasião, D. Luiz Antônio de Souza expôs que “obrigado eu da notícia como os ditos escravos se têm havido em algumas ocasiões em que tem sido necessário pegar em armas: ordeno a todos os senhores dos ditos (...) que logo logo mandem fazer para cada um dos seus escravos (...) um chuço ou dardo de ferro com uma haste de pau”.²¹⁶ Pouco tempo depois, era possível afirmar haver “um corpo escolhido de 560 pretos armados” em Santos, e que o mesmo ia sucedendo nas demais vilas litorâneas.²¹⁷ Eles eram organizados em “troços”, os quais, por sua vez, eram comandados cada qual por um cabo

²¹⁴ Cf.: Estado militar. N.º 1. *D.I.* v. 23, p. 87. São Paulo, 2 de janeiro de 1767.

²¹⁵ Cf.: Ordem a Caetano Francisco S. Thiago que faz as vezes de capitão da Companhia dos Pardos para que aliste todos os pardos desta vila na sua companhia, e, ao que recusar, prender e dar disso parte. *D.I.* v. 65, p. 14-15. Santos, a 29 de agosto de 1765; Ordem a Joaquim Gomes da Rocha que faz vezes de capitão da Companhia dos Pretos Forros desta vila para que aliste a todos os que houver nesta vila até o número de cem, e não o podendo completar, o faça com os que houverem na vila de S. Vicente, e ao que recusar, prender e dar disso parte. *D.I.* v. 65, p. 16-17. Santos, a 6 de setembro de 1765.

²¹⁶ Cf.: Bando para que os senhores de escravos mandem fazer para cada um dos que tiverem, um chuço com haste de pau. *D.I.* v. 65, p. 17-18. Santos, 7 de setembro de 1765.

²¹⁷ Cf.: Para o conde da Cunha. *D.I.* v. 72, p. 113-114. Santos, 10 de novembro de 1765.

igualmente cativo. Suas armas, os chuços ou paus-tostados, eram semelhantes ao exigido das ordenanças. Aos cabos cativos foram expedidos documentos diferentes das cartas-patentes, e tinham o seguinte teor:

O cabo Caetano Nunes terá especial cuidado que toda a sua gente, que consta de 40 pretos, estejam prontos para ao primeiro aviso acudirem logo a guarnecer os portos em que no caso de haver inimigos possam fazer desembarques, impedindo-os com a maior força que puder e defendendo a terra da vila pela costa para a parte do norte; cuja defesa lhe dei da parte de Sua Majestade por muito recomendada; para a qual lhe obedecerão sem dúvida alguma todos os pretos de que ele é cabo, e seus senhores não porão dúvida alguma a que vão para onde o seu cabo lhes determinar.²¹⁸

Como se vê, tanto a organização hierárquica daquelas companhias de escravos quanto os próprios termos em que se lhes enunciavam os privilégios concernentes aos postos mudaram significativamente em relação ao disposto para a companhia de pardos sujeitos formada em Santos por volta de 1711. O que não fora alterado, contudo, era o papel de forças militares de retaguarda que lhes era atribuído. Seja como for, na conjuntura das guerras da segunda metade do século XVIII, o expediente de manter grandes contingentes de escravos alistados e armados pode ser verificado também nas capitânicas do Rio de Janeiro, Pernambuco e Minas Gerais.²¹⁹ Por seu turno, o alistamento de cativos nas vilas litorâneas perdurou por bom tempo em São Paulo. Nos anos imediatamente anteriores à independência estes permaneciam alistados em companhias anexas às ordenanças, indo além, portanto, do “assomo barroco” da guerra luso-castelhana.²²⁰

No primeiro semestre de 1766, estando já formadas as companhias de pardos, freqüentemente também chamadas de companhias de mulatos, estas e os cativos alistados passaram por inspeção, ocasião em que lhes foram assinalados “os postos a que devem acudir em caso de ataque” em sintonia com as demais forças de cada vila. As ordens gerais que o governador passou por intermédio de Manoel Muniz dos Santos aos capitães de auxiliares, capitães-mores das ordenanças e, no tocante aos cativos alistados, a juizes ordinários, previam

Que a companhia dos pretos armada de lanças mande eu distribuir pelas praias, em patrulhas, cada uma nas testadas que ficarem mais prontas a seus senhores. E que se na terra houver homens pardos, forme eu um corpo e lhe nomeie oficiais para sua excelência os confirmar. E que faça perceber a todos, os postos que hão de

²¹⁸ Cf.: B.N., doc. i-30,27,004. Ubatuba, 11 de março de 1766.

²¹⁹ SOUZA, F. P. de; PAULA, L. F. de; SILVA, L. G. A guerra luso-castelhana e o recrutamento de pardos e pretos..., p. 77.

²²⁰ Cf.: Lista da 3.^a companhia das ordenanças desta vila de São Sebastião... APESP, ord. C00265, doc. 33-2-39. São Sebastião, 28 de novembro de 1819; LIMA, C. A. M. Escravos de peleja: a instrumentalização da violência escrava na América portuguesa (1580-1850). *Revista de sociologia e política*, n. 18, 2002, p.145.

acudir quando se oferecer ocasião (...) e tudo estar pronto a toda a hora e ao primeiro aviso.²²¹

Com efeito, além definidas as posições de ação em caso de rebate, as companhias de homens livres de cor juntamente aos demais moradores foram incumbidas de trabalhar na feitura de fortalezas. Por outro lado, ordenou-se que os “negros [escravos] que há pouco se alistaram cuidem com a maior brevidade em (...) entrincheirar de madeira esta vila”, além do já previsto contínuo revezamento nas patrulhas ao mar.²²² Cabe agora, após esta exposição em que se mostra o lugar ocupado pelas companhias de pardos forros e das de escravos na organização militar para a defesa do litoral paulista, atentar para os processos de constituição das tropas de pardos conjuntamente à caracterização sócio-econômica daqueles homens sem-senhor, revelada no decurso daqueles trâmites.

Ao passar inspecionando as forças militares da vila de São Sebastião, cumpria ao sargento-mor Manoel Muniz dos Santos formalizar a companhia dos pardos ali criada. Conforme atestou ele ao governador, “dos pardos alistaram-se 96, dos quais formei uma companhia (...) e lhe nomeei capitão, tenente e alferes daqueles que achei mais suficientes, *e como são pobres*, peço a vossa excelência os confirme sem dispêndio”.²²³ Em outra ocasião, ao passar mostra à companhia dos pardos da vila de São Vicente, sugeriu o sargento-mor “para alferes dos pardos, confirmará vossa excelência [o governador e capitão-general], a Thomé Rodrigues ou Mathias Dias de Sobral”. A razão para a escolha destes, prosseguiu, é “que entre os mais só se distinguem em saber ler e morarem mais próximos a vossa excelência, que *em razão de pobres*, todos são descalços, despidos e sem possibilidade alguma para pagarem o nombramento”. O quadro ora exposto, referente aos auxiliares pardos das vilas litorâneas de São Paulo, indica explicitamente a penúria em que viviam aqueles homens. Ora, aos próprios oficiais das companhias faltavam-lhes os meios suficientes para se sustentarem com decência em seus postos, o que, aliás, era previsto na respectiva legislação e seria, pouco tempo depois, constantemente lembrado pelas autoridades militares da capitania.²²⁴ Nem mesmo para formalizar o exercício nos postos do oficialato, providenciando para isso os documentos necessários – como cartas-patentes e nombramentos – havia recursos.

²²¹ Cf.: B.N., doc. i-30,27,004. São Sebastião, 5 de março de 1766.

²²² Cf.: Carta que se escreveu à Câmara de São Sebastião. B.N., doc. i-30,27,004. São Sebastião, 18 de março de 1766.

²²³ Cf.: B.N., doc. i-30,27,004. Vila de São Sebastião, 5 de março de 1766. O grifo é meu.

²²⁴ Cf.: Carta Régia de 7 de Janeiro de 1645. Criação de Soldados Auxiliares. In: SILVA, José Justino de Andrade e. *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa*. Lisboa: Imprensa de J. J. A. Silva, 1854; Carta do governador e capitão general da capitania de São Paulo Antônio José Franca e Horta, ao príncipe regente D. João, dando seu parecer negativo à confirmação de patente de capitão dos Homens Pardos Forros da vila de São

Entretanto, situação muito diversa, nesse particular, ocorreu na vila de Santos. Em sua primeira correspondência à Pombal tratando da formação das companhias de pardos, em 1765, morgado de Mateus informou ter negociado com Caetano Francisco Santiago, então capitão da companhia de homens pardos já existente naquela vila, a institucionalização desta companhia. Como aquele corpo encontrava-se “à parte” das ordenanças e não havia na região, até o momento, companhias de auxiliares, foi necessário reformá-lo. Diferentemente da situação que encontraria nas demais vilas litorâneas, em Santos, informou o governador, “há muitos homens pardos, e entre estes uns que são oficiais de diferentes ofícios e outros homens de cabedais e de préstimo”. Sendo um deles o capitão Santiago, competia-lhe então reunir 100 homens, os quais deveriam, por ele, serem fardados e armados, formando assim uma tropa de homens pardos. Ocorreu que, durante o período de negociação, não obstante investido de poderes para recrutar à força, como visto anteriormente ²²⁵, o capitão dos pardos não conseguiu reunir em sua companhia mais que 60 homens.

Na ocasião do trato, previu-se a concessão de uma “patente de capitão de auxiliares pardos com graduação de tenente de infantaria paga” ao dito Santiago. Mas, em função do receio manifestado pelo governador de que esta medida podia não “ser do agrado de Sua Majestade”, aquele capitão recebeu uma carta-patente provisória semelhante à concedida aos capitães de homens pardos do Rio de Janeiro. ²²⁶ Contudo, esta, em seus termos, não se diferenciava rigorosamente das demais cartas-patentes concedidas aos oficiais de auxiliares. Além disso, trazia claramente em seu texto a informação de que, exceto em situação de mobilização, seu portador não venceria soldo algum. A resposta de Caetano Francisco Santiago foi positiva à perspectiva de receber patente militar com graduação nada menosprezável. Segundo o capitão-general, Santiago “ficou muito satisfeito”. E embora soubesse que “com o mesmo [posto] não vencerá soldo algum”, havia, por outro lado, inúmeras contrapartidas em termos de capital simbólico, pois que “gozará de todas as honras, graças, privilégios, liberdades, isenções e franquezas que em razão dele lhe pertencerem”. ²²⁷

Vicente, Manoel de Alvarenga Braga, pertencente ao Regimento dos Úteis. AHU-SP (Avulsos), cx. 29, doc. 1286. São Paulo, 22 de dezembro de 1806.

²²⁵ Cf.: Ordem a Caetano Francisco S. Thiago que faz as vezes de capitão da Companhia dos Pardos para que aliste todos os pardos desta vila na sua companhia, e, ao que recusar, prender e dar disso parte. *D.I.* v. 65, p. 14-15. Santos, 29 de agosto de 1765.

²²⁶ Cf.: Carta ao Conde de Oeyras, sobre fortaleza e estado militar da capitania. *D.I.* v. 72, p. 45-47. Santos, 2 de agosto de 1765; Carta ao Conde de Oeyras sobre formação de companhias e diversos outros assuntos militares. *D.I.* v. 72, p. 51-52. Santos, 10 de setembro de 1765.

²²⁷ Cf.: Patente a Caetano Francisco Santiago do posto de capitão da companhia dos pardos forros da vila de Santos. APESP, ord. C00365 (Livro 15), p. 2v-3. Santos, 6 de setembro de 1765.

Portanto, o alto preço a ser pago quando aceitara o encargo de custear as despesas de sua tropa e organizá-la rapidamente para a inspeção deve ter-lhe sido altamente compensatório.

Na mesma data em que recebeu Caetano Francisco Santiago sua carta-patente de capitão, passou-se nombramento a Ignácio Francisco Lustosa no posto de tenente da mesma companhia.²²⁸ Naquele ano, o tenente Lustosa, pardo forro, tinha 24 anos de idade e era solteiro. Vivia da sua loja de mercador e possuía bens estimados em 200\$000 réis. Dez anos depois, em 1775, embora ocupasse ainda o posto de tenente na companhia dos pardos de que era capitão Santiago, a vida deste ex-escravo havia mudado. Declarando ter 36 anos, estava então casado, era pai de três filhos e agregava em seu lar uma irmã. Ademais, tornara-se senhor de cinco escravos e intercalava seu “negócio de fazenda” na vila com a criação de gado vacum, para além dela, onde possuía um sítio.²²⁹

Por sua vez, em 1765 o capitão Caetano Francisco Santiago, reconhecido por morgado de Mateus como um homem de “cabedais e de préstimo (...) homem pardo e rico”, tinha 34 anos, era casado e pai de três filhos. Possuía o considerável montante de 600\$000 réis, provavelmente fruto da sua profissão de “mestre do ofício de alfaiate”, à qual permaneceria dedicando-se nos anos seguintes. Já em 1775, com 43 anos, este continuava ocupando o posto de capitão dos pardos forros da vila de Santos e trabalhando como mestre alfaiate. Mas, como o tenente Lustosa, passara por mudanças na família e em sua situação econômica. De seus oito filhos, um era soldado auxiliar. Ademais, agregava na ocasião sua mãe e seus netos. De outra parte, o fato de então ter “loja pública” dedicada ao artesanato e ser senhor de sete cativos são indicativos concretos da elevação pela qual passara sua vida financeira.²³⁰

No meio dos fragmentos das trajetórias de vida ora expostas, existiu um fato que permite dimensionar, para além da posição ímpar ocupada por estes dois oficiais da companhia dos pardos de Santos em relação a auxiliares pardos das vilas vizinhas, a inserção destes nos segmentos mais dinâmicos da economia da capitania de São Paulo. É que ambos investiram algum capital e tornaram-se sócios de uma empresa de vulto, em 1767, ao lado de mais dezesseis homens. Tratava-se de uma companhia de comércio situada em Santos. De fato, os pardos Caetano Francisco Santiago e Inácio Francisco Lustosa mantinham vínculos

²²⁸ Cf.: Numbramento a Ignácio Francisco Lustosa, do posto de tenente da companhia dos pardos forros desta vila. APESP, ord. C00365 (Livro 15), p. 3v-4. Santos, 6 de setembro de 1765.

²²⁹ Cf.: Lista dos oficiais, soldados e mais pessoas que pertencem à vila de Santos [1765]. In. SOUSA, Alberto. *Os Andradas*. Vol. 3. São Paulo: Typographia Piratininga, 1992, p. 5-88; Listas nominativas dos habitantes – Santos (1775). APESP, lata 151.

²³⁰ Cf.: Carta ao Conde de Oeyras, sobre Fortaleza, e estado Militar da capitania. *D.I.* v. 72, p. 45-47. Santos, 2 de agosto de 1765; Lista dos oficiais, soldados e mais pessoas que pertencem à vila de Santos [1765]. In. SOUSA, Alberto. *Os Andradas*. v. 3..., p. 5-88; Listas nominativas dos habitantes – Santos (1775). APESP, lata 151.

fortes, através desta associação, com personalidades eminentes da capitania, dentre as quais o sargento-mor João Ferreira de Oliveira, o maior investidor da companhia de comércio, o sargento-mor Manoel Ângelo Figueira e o capitão Bonifácio José de Andrada, pai do “patriarca da independência”. Neste mesmo ano, seus dezoito integrantes partilharam com D. Luiz Antônio de Souza a intenção de ampliar a empresa mediante inclusão dos comerciantes da cidade de São Paulo. Conforme a proposição dos camaristas de Santos, buscava-se obter

aumento do comércio e navegação de Lisboa, Porto e Ilhas em direitura para esta praça, para dela se dirigirem por toda (...) capitania e mais partes circunvizinhas (...) de forma que os navios que [transportassem] as mercadorias da Europa para esta praça, nela [carregassem] os efeitos da terra e em direitura os [transportassem] para Lisboa, Porto, Ilhas e mais lugares de Portugal na mesma forma que se [observava] na cidade do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e mais portos da América.²³¹

Aqueles mercadores pretendiam lograr, ainda, incentivo governamental materializado na implementação de algumas monumentais “condições” propostas, entre as quais figuravam nada menos que a reforma do caminho que ligava Santos a São Paulo e o “não virem fazendas da Europa de outros portos para este sem faculdade dos caixas das tais sociedades”.²³² Deste modo, tem-se que aqueles oficiais de auxiliares pardos, bem como o pardo forro Joseph Anastacio de Oliveira, mercador, que em 1765 possuía 800\$000, estiveram no centro dos “primeiros esforços para exteriorizar ou ‘atlantizar’ [aquela] economia”.²³³ Assim, pois, voltados ao Atlântico, o horizonte de possibilidades daqueles homens não se restringia aos navios ingleses, franceses e castelhanos que poderiam atracar ali, trazendo consigo a guerra; eles tinham em mente, também, a expansão e fortalecimento de suas redes comerciais, cujo desejo foi manifesto na formulação dos camaristas santistas vista acima e representado pela imagem dos navios mercantes lusitanos ancorando naquele porto.

A partir do caso dos oficiais da companhia dos pardos forros de Santos, pode-se problematizar aspectos interessantíssimos respeitantes à vida sócio-econômica não apenas das vilas litorâneas, mas da própria capitania, como se intentou fazer aqui. Todavia, ele revela igualmente o quão multifacetada podia ser a camada constituída por ex-escravos ou seus descendentes imediatos. Permite, além disso, que se compreenda um pouco a relação de

²³¹ Cf.: Atas da Câmara [de Santos], v. 15, p. 326-335, 1768 *Apud* MOURA, Denise. O porto de Santos como pólo redistribuidor de mercadorias coloniais no funcionamento do organismo colonial português (1765-1822). *Mneme – Revista de humanidades*, v. 9, n. 24, 2008, p. 10.

²³² Cf.: Cartas sobre o estado atual dos negócios desta capitania. *D.I.* v. 23, p. 389-392. Santos, 5 de julho de 1767.

²³³ Cf.: Lista dos oficiais, soldados e mais pessoas que pertencem à vila de Santos [1765]. In. SOUSA, Alberto. *Os Andradas*. v. 3..., p. 5-88; Listas nominativas dos habitantes – Santos (1775). APESP, lata 151; MOURA, D. A. S. de. Comércio na costa do Brasil no temerário ano de 1817. *Histórica – Revista on line do Arquivo Público de São Paulo*, v. 6, n. 41, abr./2010, p. 3.

complementaridade estabelecida por aqueles sujeitos entre suas atividades militares e as econômicas.

Das pessoas livres de cor, sabe-se que a vasta maioria não estava, evidentemente, no mesmo patamar do capitão Santiago ou do tenente Lustosa. Não por acaso estes situavam-se no topo da hierarquia dos auxiliares pardos. Tenha-se em conta a afirmativa de Elisabeth Rabello, estudiosa das elites paulistas do período, conforme a qual “raramente encontramos um ‘pardo’ desempenhando atividades econômicas importantes”. Mas Rabello constatou também, por meio dos recenseamentos efetuados entre 1765 e 1798, que era freqüente a associação entre o exercício de uma função militar a outras atividades agrícolas ou comerciais.²³⁴ Esta era uma realidade percebida pelos administradores portugueses e até mesmo incentivada, como o demonstra a resolução do governador Martim Saldanha:

O serem os capitães de auxiliares negociantes, é assim forçoso em quase todo o Brasil, especialmente nesta capitania onde uns são mercadores, outros traficantes, outros tropeiros, outros condutores, e poucos serão os isentos destes manejos, e se por isso não houverem de *gozar dos privilégios da nobreza dos postos e de tais regalias* (...) poucos seriam os capitães, e nem uns quereriam tais postos (...) em uma palavra, eles não têm soldos e indispensavelmente hão de negociar, e traficar como Sua Majestade não ignora.²³⁵

Pode-se sugerir, como o fez Karina da Silva, que a partir de 1765 houve uma união de interesses entre a Coroa portuguesa e os grandes comerciantes locais. Para o poder central esta aliança era válida tanto para otimizar o controle e a disciplina da população colonial, quanto para diminuir o poder regional. Aos mercadores que investiram seus capitais nas tropas militares, seriam concedidos privilégios e isenções, além da elevação do *status* social e a possibilidade de nobilitação.²³⁶ E isso era, fundamentalmente, o que buscavam Caetano Francisco Santiago e Inácio Francisco Lustoza. Ou seja, ainda que fosse onerosa a vinculação desses sujeitos à tropa dos pardos como oficiais, custeando fardas e armamentos, esta servia para conferir-lhes um reconhecimento social elevado entre os homens de cor, um *status* que não era totalmente proporcionado pela atividade econômica que desempenhavam com sucesso. Talvez as relações que mantinham com pessoas influentes política, econômica e militarmente fossem por eles direcionadas no sentido de eliminarem de si mesmos parte do pesado fardo do estigma social que carregavam. Fosse como fosse, o certo é que ambos mantinham uma

²³⁴ RABELLO, E. D. *As elites na sociedade paulista na segunda metade do século XVIII*. São Paulo: Comercial Safady, 1980, p. 84, 99.

²³⁵ Cf.: Para o doutor juiz de fora da vila de Santos. *D.I.* v. 75, p. 7-8. São Paulo, 2 de abril de 1776. Os grifos são meus.

²³⁶ SILVA, K. da. *Os recrutamentos militares e as relações sociedade-estado na capitania/província de São Paulo (1765-1828)*. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, 2006, p. 69.

posição de destaque entre os homens de cor da capitania. Muito próximos ou até fazendo parte da elite mercantil local em crescente enriquecimento, aqueles pardos estavam seduzidos, sem dúvida, por um “ideal aristocrático, que consistia em transformar a acumulação gerada em bens em terras, homens e sobrados”.²³⁷ De homens eles já dispunham. Enquanto isso, no planalto, a sorte dos pardos era totalmente diversa.

2.4 – Os pardos do sertão e o recrutamento para o presídio do Iguatemi (1767-1777)

Num primeiro momento, entre 1765 e 1767, o critério de inclusão de indivíduos em companhias militares de acordo com a cor foi bastante rígido, como se pôde ver no processo de institucionalização das tropas litorâneas de pardos auxiliares. Enquanto aquelas companhias, relativamente disciplinadas, passavam por vistorias e tinham suas funções bem marcadas, no planalto paulista a situação foi diferente no período da guerra luso-castelhana. Ali havia muito, ainda, da “guerra brasílica”, que, conforme Evaldo Cabral de Mello, decaía para uma arte militar adequada apenas às “áreas arcaicas, afastadas da marinha e das praças fortes, técnicas quase que só para sertanistas de São Paulo e bugres e negros aquilombados dos sertões do Nordeste”.²³⁸ Objetiva-se aqui, através do exame das atividades militares dos homens pardos do planalto paulista no contexto da guerra luso-castelhana, apontar para as características do recrutamento então efetuado e seus vínculos com o processo civilizatório pelo qual passava São Paulo. Ao mesmo tempo, pretende-se compreender os fenômenos em questão por duas vias: a partir das diferenças que marcavam as possibilidades e perspectivas de pardos do planalto em relação aos do litoral no tocante à participação na guerra, bem como mediante o discurso hegemônico produzido por autoridades em relação a estes fazedores da “guerra brasílica”. Visando melhor situar a representação elaborada acerca dos pardos sertanejos paulistas e a resposta possível dada por eles, adotar-se-á o recurso de sua comparação com os discursos contemporâneos veiculados por homens de cor em Minas Gerais a respeito de seu papel na defesa da soberania régia na colônia.

Em Taubaté havia sido formada, em 1767, “uma companhia dos pardos, com 77 pessoas”. A única descrição encontrada desta tropa é a de que seus integrantes eram “sempre *mal disciplinados* no exercício, por mais que castigados (...) os oficiais, e estes com poucas

²³⁷ FLORENTINO, M.; FRAGOSO, J. *O arcaísmo como projeto...*, p. 21.

²³⁸ PUNTONI, P. *A guerra dos bárbaros...* p. 191-192 *Apud* MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada*. Rio de Janeiro: Forense/Edusp, 1975, p 217-248.

posses ou nenhuma para procurarem as suas patentes”.²³⁹ Estivesse como estivesse em termos de disciplina militar, essa tropa, composta toda por homens pardos, era praticamente uma exceção no planalto paulista. No litoral da capitania, em função da correlação entre as variáveis demográficas e territoriais, foi possível a formação de companhias avulsas de pardos sem que resultasse na composição de um regimento, mas, contudo, respeitando-se as divisões raciais e a emulação correspondente. Já em serra-acima eram poucas as vilas em que se podia “formar uma companhia inteira, e sendo muito inconveniente haver de deixar uma companhia dividida”, recorreu-se, como sempre, a arranjos peculiares, os quais geraram oposições imediatas de suas populações.²⁴⁰

De fato, em 1776, os alistados de Itu reclamavam junto ao governador de São Paulo de que entre eles estava “alistado um filho de um mulato”. A recusa instantânea dos brancos a servirem em tropas mistas ao lado de gente de cor não parece ser algo fora do comum no contexto colonial. O que salta aos olhos do historiador, ao contrário, é a retórica breve, mas sofisticada, do governador Saldanha: considerando os clamores dos auxiliares brancos como “inatendíveis e digno[s] de castigo”, caso a queixa tivesse prosseguimento, argumentou ainda que “por santa lei novíssima de El Rey nosso senhor estão os mulatos forros habilitados para todas as honras civis, militares, e eclesiásticas”.²⁴¹ Provavelmente o governador estava se referindo ao alvará de 16 de janeiro de 1773, o qual determinou que todos aqueles escravos que se encontrassem na quarta geração do cativo ficariam libertos. Também deu fim, ao menos no plano teórico, aos impedimentos que vedavam o acesso a honras e ofícios públicos aos libertos. Contudo, Pombal e os governadores coloniais procuraram deixar bastante claro que esta lei valia apenas para o Reino, e não para as colônias.²⁴² Utilizá-la no todo ou parte neste momento servia apenas para dar suporte à retórica oficial do recrutamento.

Analisando mais de perto as justificativas dadas às situações como aquela, em que as divisões sociais entre brancos e homens de cor foram desequilibradas na capitania de São Paulo por conta de práticas de alistamento militar, vê-se rapidamente que não se tratava de um

²³⁹ Cf.: Carta [de Bento Lopes de Leão, capitão-mor de Taubaté,] ao governador Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, dando informações requeridas sobre as cinco companhias da ordenança existentes sob sua jurisdição. Taubaté, 05 de outubro de 1767. B.N., doc. i-30,13,12 n.16. De fato, não se encontram patentes referentes a esta companhia no livro correspondente do APESP.

²⁴⁰ Cf.: Carta ao Conde de Oeyras, sobre Fortaleza, e estado Militar da capitania. D.I. v. 72, p. 45-47. Santos, 2 de agosto de 1765.

²⁴¹ Cf.: Ofício do General Martim Lopes Lobo de Saldanha para o Capitão Romualdo José de Pinho e Azevedo da Vila de Itu. D.I. v. 76, p. 37-38. São Paulo, 15 de agosto de 1776.

²⁴² SILVA, L. G. “Esperança de liberdade”...; LIMA, P. de. Escravos em busca da liberdade. Interpretações e apropriações na América portuguesa das leis antiescravistas pombalinas (segunda metade do século XVIII e início do XIX). In: SALES, J. R.; FREITAG, L.; STANCZYK FILHO, M. (Orgs.). *Região: espaço, linguagem e poder*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 337-350.

processo dirigido pelas autoridades da capitania caracterizado pela busca de se estabelecer a igualdade civil, militar ou política entre os grupos em questão. Examine-se, pois, outro caso de formação de tropas mistas. Vivendo já as consequências da perda da ilha de Santa Catarina aos espanhóis, em abril de 1777, coube ao governador Saldanha “engrossar o corpo” militar que formara “com toda a pressa” e destinava àquela região. Quando questionado sobre o alistamento do mulato forro José na tropa em questão – a companhia auxiliar de Pindamonhangaba – a arguição do governador e capitão-general foi igualmente breve, mas nela deixara de lado alguns dos recursos retóricos utilizados meses antes, de modo que adotou um tom mais franco e direto. Assim, após Saldanha lamentar a impossibilidade de atender aos requerentes no sentido de impedir a atuação de homens de cor em uma companhia de brancos, justificou sua decisão afirmando que assim a conservação da América portuguesa como a expulsão dos castelhanos de Santa Catarina não seriam realizáveis sem a ajuda de “todos os capazes de pegarem em armas”. Ademais, nestas circunstâncias, advertiu a José Correia Leite que este deveria indicar-lhe todos os mulatos em condições à “engrossar” as companhias de auxiliares mistas.²⁴³

Outras soluções, menos problemáticas do ponto de vista das relações raciais e em momentos de relativa calma na guerra, eram comuns às regiões rurais, onde o contingente de pardos era muitas vezes insuficiente para a constituição de corpos militares específicos à sua “classe”. Assim, buscando-se evitar o atrito entre pardos e brancos, nas companhias de ordenanças poderiam ser alistados conjuntamente “mulatos, bastardos e carijós”, dos quais “os mais capazes” seriam oficiais, conforme ordenou morgado de Mateus em 1772 ao sargento-mor de Jundiáí.²⁴⁴

Por sua vez, a formação de companhias com “mulatos, bastardos e carijós arranchados no sertão” nas vilas de Jundiáí e Mogi Mirim, em 1772, atendia a demandas relacionadas à militarização portuguesa coordenada pelo capitão-general de São Paulo na fronteira Oeste, nas proximidades do Paraguai.²⁴⁵ Em fins do mesmo ano reiterou-se a ordem para a formação de tropas de sertanejos, retirados das companhias de auxiliares, das de pardos e ordenanças de Jundiáí, Mogi Mirim e Mogi Guaçu. Nesta ocasião, o capitão-mor branco José Gomes de

²⁴³ Cf.: Para o M. R. padre e senhor José Correia Leite, em Nossa Senhora do Rosário de Guaratinguetá. *D.I.* v. 78, p. 30-31. São Paulo, 8 de abril de 1777; SOUZA, F. P. de. Homens de cor ao lado de brancos: a formação de corpos militares mistos em São Paulo (1765-1821). In: SALES, J. R.; FREITAG, L.; STANCZYK FILHO, M. (Orgs.). *Região: espaço, linguagem e poder*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 311-323.

²⁴⁴ Cf.: Ordem que foi ao sargento-mor de Jundiáí para formar uma companhia de mulatos, bastardos e carijós. *D.I.* v. 33, p. 60. São Paulo, 11 de maio de 1772.

²⁴⁵ Cf.: Ordem que foi ao sargento-mor de Jundiáí para formar uma companhia de mulatos, bastardos e carijós. *D.I.* v. 33, p. 60. São Paulo, 11 de maio de 1772; Para a câmara de Mogi Mirim. *D.I.* v. 64, p. 55-56. São Paulo, 17 agosto de 1772.

Gouvêa foi encarregado de organizar e “mandar as companhias dos pardos caçar e afugentar o gentio caiapó, e assim evitar-se os danos que com a sua bárbara ferocidade estão fazendo aos viandantes do caminho de Goias e (...) nos limites desta capitania”. Visava-se, num primeiro momento, desembaraçar o comércio com Cuiabá, obstado em parte por aqueles índios.²⁴⁶ Eis a exposição dos detalhes da pronta execução daquelas ordens, feita por José Gomes Gouvêa:

(...) depois da Páscoa (tempo acomodado para sertanejar) formarei 80 homens, levando 2 caiapós que nesta freguesia há domésticos, para línguas;
 (...) mandei os soldados e capitão dos pardos desta vila (...) que fossem examinar todos os vestígios e notícias que havia nos moradores [acerca dos caiapós], até a paragem chamada Araraçuana, aonde mora o outro capitão da companhia dos Pardos do Sertão, e a este mandei que seguisse fazendo a mesma diligência até o Rio Grande, com ordem que achando existência do gentio os sigam e façam a diligência pelos prender ou afugentá-los, de sorte que tenham nosso poder. Já marchou a primeira patrulha.²⁴⁷

Realizando a atividade nos matos, embrenhando-se acompanhados de índios, dos quais até descendiam por uma parte, os pardos que estavam a “sertanejar” aproximavam-se muito da imagem há tempos construída e estrategicamente retomada nesse contexto da guerra luso-castelhana acerca dos paulistas como militares herdeiros dos bandeirantes. Era com grande entusiasmo que Pombal falava das “muitas companhias de aventureiros, de caçadores e de sertanistas das capitanias de São Paulo”, estas que “se têm levantado e podem levantar, e sendo todos eles por si mesmos valorosíssimos e filhos e netos de pais e avós dotados daqueles heróicos espíritos que lhes ganharam a fama de serem nestas partes o terror”.²⁴⁸

Em janeiro de 1773, algum tempo depois de terem marchado de Jundiá para o sertão as patrulhas de pardos, morgado de Mateus enviou uma carta às principais autoridades do presídio do Iguatemi, localizado na capitania do Mato Grosso proximamente ao Paraguai, instruindo-os como obrar quando da chegada do capitão-mor José Gomes Gouvêa com seu corpo de tropas que ali devia estabelecer-se. Ordenou a reorganização militar do presídio a partir de suas nove companhias, entre auxiliares, aventureiros e ordenanças. Dentre elas, já estava inclusa como a sétima companhia aquela dos pardos recrutados nas vilas de Jundiá e

²⁴⁶ Cf.: Carta ao governador dando parte das medidas tomadas para execução de ordem de formar companhia de pardos a fim de combater os ataques dos índios caiapó. Mogi Mirim, 16 de outubro de 1772. B.N., doc. i-30,12,17 n.40; Para o capitão-mor de Jundiá. *D.I.* v. 7, p. 143-144. São Paulo, 16 de dezembro de 1772.

²⁴⁷ Cf.: Carta ao governador dando parte das medidas tomadas para execução de ordem de formar companhia de pardos a fim de combater os ataques dos índios caiapó. Mogi Mirim, 16 de outubro de 1772. B.N., doc. i-30,12,17 n.40.

²⁴⁸ Cf.: Ofício do marquês de Pombal ao marquês do Lavradio. In: MENDONÇA, M. C. de. *Século XVIII...*, p. 617-619. Lisboa, 18 de setembro de 1774; HOLANDA, S. B. *Caminhos e fronteiras ...*, p. 145-147.

Mogi Mirim, em 1772, e que fora conduzida por José Gouvêa.²⁴⁹ É bem provável que boa parte destes indivíduos tivesse sido recrutada à força, não tendo eles sequer idéia de para onde estavam sendo conduzidos.²⁵⁰ Ora, organizara-se uma expedição para dar combate aos “inimigos internos” representados pelo gentio caiapó. Mas, agora, desvirtuando-se o objetivo inicial conhecido pelos soldados de cor, aquela companhia se tinha fixado numa fortaleza preparada para outra guerra, aquela contra os espanhóis.²⁵¹

Com efeito, os projetos para a fundação de povoamentos estratégicos nos sertões – e o Iguatemi era um deles – previam o deslocamento para as fronteiras de pessoas consideradas incômodas ou inúteis em suas vilas.²⁵² Em 1773, o governador morgado de Mateus ordenou que se “convoque (...) todos os forros, vadios, e vagabundos que (...) andam dispersos e não têm casa, nem domicílio certo, nem são úteis à Republica, e os obrigue a ir povoar as (...) terras da Barra da Paraibuna”.²⁵³ Para Francisco Barreto Leme, responsável por fundar a povoação de Campinas, recomendava-se que obrigasse “todos os forros, carijós e administrados” a irem “povoar as ditas terras” e para que os dirigisse “com paz e quietação”.²⁵⁴ As referências são ainda mais diretas e explícitas quando se trata especificamente da inclusão desta camada social nos corpos militares. Evidencia-se, pois, que o recrutamento forçado não se justificava apenas pela necessidade de formar corpos militares numa situação de guerra. Aliás, travava-se na América portuguesa, paralelamente, uma guerra civilizatória, “pois é útil limpar-se a capitania de vagabundos”, dizia Saldanha.²⁵⁵

Em 1776, o governador Martim Saldanha demonstrou, a partir de sua visão de mundo, estar bastante informado acerca do comportamento dos habitantes da capitania. Ordenou que o sargento-mor Francisco José Monteiro, de Paranaguá, prendesse e remetesse “ao Benedicto Barbosa (...) já que é valentão, e bom para soldado”. Ao mesmo ano, o capitão-general fez semelhante pedido em relação à “Matheus, pardo claro liberto”, o qual foi classificado como

²⁴⁹ Cf.: Ordens e instruções que se dirigiram ao tenente-coronel João Miz. Barros e ao sargento-mor D. José de Macedo sobre o estabelecimento de Guatemy que novamente se dão por cópia ao capitão-mor regente José Gomes de Gouvêa com outras que juntamente lhe são expedidos por escrito e de palavras para em virtude dela fazer dar a sua devida e cabal execução. *D.I.* v. 7, p. 160-163. São Paulo, 11 de janeiro de 1773.

²⁵⁰ Cf.: Para o capitão José Gomes de Gouvêa. *D.I.* v. 7, p. 142-143. São Paulo, 16 de dezembro de 1772.

²⁵¹ Para detalhes acerca dos preparativos para as expedições destinadas ao Iguatemi, bem como do cotidiano no presídio, ver KOK, M. da G. P. O sertão itinerante..., p. 294-332; BELLOTTO, H. L. *Autoridade e conflito...*, p. 117-169, 265-310.

²⁵² TORRÃO FILHO, A. O “Milagre da onipotência”...

²⁵³ Cf.: Ordem para ser fundada a povoação de Paraibuna. *D.I.* v. 33, p. 92-93. São Paulo, 23 de junho de 1773.

²⁵⁴ Cf.: Para Francisco Barreto Leme ser fundador e diretor da nova Povoação das Campinas do Mato Grosso, Distrito da vila de Jundiá. *D.I.* v. 33, p. 160. São Paulo, 27 de maio de 1774.

²⁵⁵ Cf.: Para o doutor ouvidor de Paranaguá, Antonio Barbosa de Mattos Coutinho. *D.I.* v. 74, p. 295. São Paulo, 10 de novembro de 1775; TORRÃO FILHO, A. *Idem*.

“revoltoso e inquietador da vizinhança”.²⁵⁶ Aprovou-se, do mesmo modo, a ação do capitão-mor de Atibaia em prender “aos vadios que na recruta passada se refugiaram” e o mesmo lhe foi recomendado para com os “solteiros capazes de pegar em armas, em que devem entrar todos os mal casados, turbulentos e desinquietadores, bastardos e ainda negros robustos, até alguns de papo”.²⁵⁷ Por sua vez, o caso do negro Joaquim Lopes, preso na Paranaíba e enviado ao Iguatemi, em 1770, é paradigmático da maneira encontrada pelas autoridades para o exercício de controle social mediante recrutamento. Considere-se, pois, o repertório de justificativas acionadas para o empreendimento de seu seqüestro: por “não ter domicílio certo, viver metido pelos matos, aparecer só de noite e andar amancebado, como também não dar naturalidade nem dizer se é cativo ou forro”.²⁵⁸ Sem hesitar, em abril de 1772 o governador morgado de Mateus advertia aos capitães responsáveis pela tarefa do recrutamento sobre as resistências de suas caças e indicava caminhos para um empreendimento eficaz, porque dissimulado. Para o capitão Balthezar Reis Borba o mesmo governador foi explícito: “constando-lhe que os povos estão sobressaltados com a notícia de se passar mostra para tirar gente para o Iguatemi: cuide (...) em sossegar a todos, tirando-lhes semelhante receio”.²⁵⁹ Deste modo autoritário, certamente, é que a maioria das pessoas, sobretudo mamelucos e negros, foi parar no Iguatemi, um ambiente que se tornou inóspito até para homens do sertão.

Uma outra leva de presos, dezesseis desta vez, partiu para o para o presídio em 1773, guiada pelo capitão Francisco Aranha Barreto. Seis deles eram forros e seriam empregados como remadores ou agricultores, os demais foram listados sem qualquer informação além de seus nomes.²⁶⁰ Ao cruzar estes dados com uma lista para o pagamento dos soldados do Iguatemi é possível verificar que alguns destes presos foram incorporados à sétima companhia, a dos pardos, agora comandada pelo capitão Caetano Francisco de Passos.²⁶¹ Um dado bastante revelador quanto a participação de homens de cor neste posto militar indica que a

²⁵⁶ Cf.: Para o capitão de ordenança do Bairro Nossa Senhora do Ó, Manoel Cavalheyro Leyte. *D.I.* v. 77, p. 37. São Paulo, 7 de dezembro de 1776.

²⁵⁷ Cf.: Para o sargento-mor Francisco José Monteiro de Paranaguá. *D.I.* v. 76, p. 45-46. São Paulo, 22 de agosto de 1776; Para o capitão de ordenança do Bairro de Nossa Senhora do Ó, Manoel Cavalheyro Leyte. *D.I.* v. 77, p. 37. São Paulo, 7 de dezembro de 1776; Para o capitão-mor Lucas de Siqueira Franco, de São João de Atibaia. *D.I.* v. 78, p. 39. São Paulo, 10 de abril de 1777.

²⁵⁸ Cf.: Relação dos presos que se acham no corpo da guarda pela culpas que constam do 1.º da sala, e irão por ordem de Sua Exc. para a Nova Povoação do Guatemy. *D.I.* v. 6, p. 132-133. São Paulo, 31 de outubro de 1770.

²⁵⁹ Cf.: Para o capitão Balthezar Reis Borba pelo expediente de ordens. *D.I.* v. 7, p. 96. São Paulo, 13 de abril de 1772.

²⁶⁰ Cf.: Relação dos presos, que recebe o capitão Francisco Aranha Barreto deste corpo da guarda dos quais passa recibo, em que se obriga conduzi-los para a Praça de Guatemy com toda a segurança, em 26 de fevereiro de 1773. *D.I.* v. 8, p. 30-32. São Paulo, 26 de fevereiro de 1773.

²⁶¹ Cf.: Relação do que importa o pagamento de seis meses de soldo para os oficiais e soldados das duas Companhias da Tropa Paga, e das cinco Companhias de Aventureiros, vigários, dois coadjutores e almoxarife que se acham na Praça de Iguatemy. *D.I.* v. 8, p. 96-111. São Paulo, 24 de junho de 1774.

presença deles como soldados extrapolava, e muito, a companhia dos pardos: no *Diário da viagem que fez o brigadeiro José Custódio de Sá e Faria*, entre 1774 e 1775, consta que “tiradas as duas companhias de tropa de infantaria, as mais são compostas de negros, mulatos e criminosos, que têm pouco que perder, e a quem a honra não interessa e só a conveniência pôde obrigar”.²⁶² Aqui, pode-se perfeitamente substituir a palavra “conveniência” por “força”. Não por acaso, as autoridades se depararam com um altíssimo índice de deserção:

Esta tropa e povo vivem consternados, e a minha maior vigilância é nas deserções, pois todos são propensos a elas pelo desgosto com que aqui existem, a que tem dado causa as pestes, fomes, faltas de pagamentos e serem as companhias de Aventureiros compostas de negros, mulatos e criminosos, a quem a honra não interessa, nem lhe deve a menor paixão, e sem embargo de todos os cuidados, têm desertado muitos sem se poder evitar pelos grandes matos vizinhos, com que se amparam para a fuga.²⁶³

Parece, nesse caso, que com a reprodução da construção discursiva das autoridades a respeito daqueles pardos e mulatos, a qual os associava a criminosos, insolentes, incivilizados e faltos de fidelidade à Coroa, esta se consolidou como representação hegemônica. De fato, o discurso que se reportava aos paulistas como herdeiros dos “heróis sertanistas” era veiculado pelas autoridades destinando-se particularmente a granjear o apoio necessário dos brancos. No outro extremo, a prática de atribuir adjetivos pejorativos aos pardos, mulatos e carijós se devia, em boa medida, ao curso do processo civilizador que transcorria naquela configuração social, o qual fornecia parte substancial da legitimidade necessária ao recrutamento forçado de que eram vítimas aqueles sujeitos.

Por outro lado, em Minas Gerais, houve também a proliferação de representações mentais construídas por autoridades, como governadores e membros das câmaras locais, relativas aos seus soldados auxiliares pardos e pretos no decorrer da guerra luso-castelhana. Mas ali eles foram caracterizados ora como vadios e propensos a rebeliões contra os brancos, ora como militarmente úteis ao Estado e ora, ainda, como miseráveis, “um troço de gente inútil para o ministério da guerra”.²⁶⁴ Seja como for, naquela capitania as pressões exercidas

²⁶² Cf.: *Diário da viagem que fez o brigadeiro José Custódio de Sá e Faria da Cidade de São Paulo à Praça de Nossa Senhora dos Prazeres do rio Iguatemy (1774-1775)*. *RIHGB*, t. 39, 1876, p. 218-219.

²⁶³ Cf.: Ofício do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, remetendo cópias das contas, documentos e mapas da praça do Iguatemi, enviadas pelo brigadeiro José Custódio de Sá e Faria e informações sobre a mesma praça, pelo capitão mor Regente José Gomes de Gouveia. AHU-SP (Avulsos), cx. 6, doc. 13. São Paulo, 26 de janeiro de 1776.

²⁶⁴ Cf.: Para o capitão-mor Antonio Correya Pinto, das Lages. *D.I.*, v. 78, p. 204. São Paulo, 2 de junho de 1777; PAULA, L. F. de. Classificados pelas armas. Homens de cor nos corpos militares de Minas Gerais (1709-1777). In: SALES, J. R.; FREITAG, L.; STANCZYK FILHO, M. (Orgs.). *Região: espaço, linguagem e poder*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 299-309.

pelas pessoas de cor eram muito maiores, ao ponto de ser possível aos negros a elaboração de um contraponto às inúmeras criações discursivas das autoridades a seu respeito. Por exemplo, em 1755 encaminhou-se um requerimento à Coroa em nome dos homens “crioulos, pretos, mestiços, cabras e mulatos forros” de Minas Gerais mediante o qual, entre as várias solicitações nele contidas e fundamentando-as, havia “uma narrativa histórica (...) através da qual buscavam ratificar seu papel na constituição da *Res publica*”. Nela, vê-se claramente o modo com que a exposição dos feitos daqueles homens no sertão, a qual resultara da construção de uma identidade coletiva em torno das práticas em questão, foi empregada em prol do estabelecimento e reconhecimento de seus vínculos com a Coroa portuguesa. Expuseram os homens de cor, na ocasião, que eles eram “os homens mais práticos e robustos daquela região e os mais cientes das veredas deles, pelas muitas entradas que neles fazem a bandeiras de correr índios, prender negros amocambados nos seus centro[s], girando-os de uma parte para outra, aprendendo esta experiência dos primeiros paulistas”.²⁶⁵ Em fins daquele século, outro requerimento, com grande similitude em seus termos ao de 1755, foi encaminhado ao Conselho Ultramarino em nome da coletividade de pessoas de cor de Minas Gerais.²⁶⁶

Uma vez que o emprego da gente de cor armada nos sertões da América portuguesa obedecia a tarefas, funções e técnicas comuns entre si, esse foi igualmente o “carro-chefe” do requerimento dos homens de cor de Goiás, em 1804, pelo qual solicitavam admissão em todos os empregos públicos.²⁶⁷ A diferença temporal entre o primeiro requerimento dos homens de cor mineiros aqui mencionado e esse, dos goianos, pode ser entendida como um índice dos ritmos de sua organização política nas diferentes configurações sociais. Independentemente disso, o histórico da prestação de serviço militar à Coroa naqueles sertões de difícil acesso era o argumento fundamental empregado por aqueles sujeitos em suas narrativas a fim de provarem lealdade às autoridades. Ao mesmo tempo, aquelas práticas resultavam na construção e expressão de identidades ou auto-imagens coletivas, as quais eram amplamente mobilizadas para o exercício de pressão política.

²⁶⁵ Cf.: Requerimento de José Inácio Marçal Coutinho. AHU-MG, cx. 79, doc. 15. 17 de agosto de 1761 *Apud* SILVEIRA, M. A. Narrativas de contestação. Os Capítulos do crioulo José Inácio Marçal Coutinho (Minas Gerais, 1755-1765). *História social*, n. 17, 2009, p. 285-307.

²⁶⁶ Cf.: Carta de Miguel Ferreira de Souza, morador na cidade de Mariana, expondo a Rainha a situação dos homens pardos e pretos libertos que estão sujeitos a todos dos serviços e perigos, pedindo para eles ajuda. AHU-MG, cx. 142, doc. 23. Mariana, 19 de junho de 1796.

²⁶⁷ Cf.: Consulta do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. João, sobre a representação dos Homens Pardos da capitania de Goiás, solicitando a admissão ao serviço das Câmaras da capitania, em qualquer emprego público, por possuírem as habilitações necessárias, não obstante sua cor. AHU-GO, cx. 47, doc. 2700. Vila Boa, 7 de janeiro de 1804.

Entretanto, não se encontrou referência alguma a reações ou iniciativas semelhantes da parte dos homens de cor paulistas até o fim do século XVIII. Nesse caso, a ausência diz muito acerca dos níveis de coesão, evidentemente frágeis, dos pardos de São Paulo. Naquela configuração em que estavam dispersos territorialmente e parcamente agregados em corporações (de ofício, militares e religiosas), não havia espaço e nem perspectiva para a produção e acolhimento de uma representação mental semelhante à elaborada pelos homens de cor de Minas Gerais. Ao contrário, muitos estavam ali, no sertão e em situação de guerra, sendo vítimas do recrutamento forçado, passando longos períodos sem receber soldos e carentes até de alimentos. Em tais circunstâncias pouco seduzia a pardos e mulatos os bens simbólicos inerentes aos postos militares que alguns deles ocupavam. Ademais, eles vivenciaram a guerra de maneira muito diferente dos oficiais pardos de Santos, os quais, buscando uma elevação ou sustentação de seu *status*, vincularam diretamente o capital social obtido com o real serviço na companhia de auxiliares aos bens materiais provenientes da atividade mercantil.

Assim, inseridos em uma configuração marcada por necessidades materiais imediatas, um pouco distante até do estágio geral em que se encontravam os centros urbanos da colônia em termos de complexificação das funções sociais, “esta tropa ligeira vive do que apanha ordinariamente no campo”, como o próprio Lavradio reconheceu.²⁶⁸ Ao invés das inúmeras ofertas de privilégios, prerrogativas e isenções simbólicas previstas no alvará dos privilégios dos auxiliares bem como na carta régia de 22 de março de 1766, passou-se a estimular os militares paulistas à prática da pilhagem ao inimigo. Em março de 1777, o capitão dos pardos Caetano Francisco de Passos, que já havia se retirado com sua tropa do Iguatemi poucos meses antes que a praça fosse completamente tomada por forças hispano-americanas, recebeu uma proposta bastante instigante da parte do próprio governador Martim Saldanha. Em breve carta, Saldanha expôs que “vossa mercê está em ocasião de fazer uma grande fortuna, se acaso imediatamente (...) aprontar os soldados aventureiros de sua companhia e a faz[er] bem numerosa para marchar a incorporar-se ao exército do Rio Grande de São Pedro, para rebatermos aos nossos inimigos”. Se lhe recomendava que fizesse “a guerra à moda dos paulistas (...), por emboscadas e estratagemas”, e ficasse na certeza de que não apenas ele “e a

²⁶⁸ Cf.: Carta escrita ao general-em-chefe do Exército do Sul. Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1777. In: Biblioteca Nacional de Portugal (Digital). *Cartas do 2.º Marquês do Lavradio...* p. 60-66v; ELIAS, N. Introdução. Ensaio teórico sobre as relações estabelecidos-outsiders..., p. 33.

todos os que se distinguirem” seriam premiados, “mas que tudo o que pilharem ao inimigo” lhes seria concedido.²⁶⁹

Esse expediente, o da partilha do butim de guerra, animava verdadeiramente a ação dos militares nas campanhas sulinas. Há evidências de que essa prática era bastante comum naquele momento, além de ser rigorosamente organizada de acordo com a posição social dos participantes e na hierarquia militar. Dela não ficavam excluídos membros de elites locais e sequer os escravos, os quais viam aí possibilidades concretas de obterem, mediante participação em poucas operações, dinheiro suficiente para adquirirem a liberdade do cativo.²⁷⁰ Como, então, deixar de incluir os pardos do sertão dentre os interessados em melhorar de vida por meio da pilhagem de guerra? Não obstante a participação ativa do governador e capitão general na reorganização desta tropa, a amenização das hostilidades entre portugueses e espanhóis, naquele ano, tornou desnecessária a marcha da companhia de Caetano Francisco de Passos. Daí as ordens para se pôr em liberdade três mulatas, presas por serem mães de soldados considerados desertores deste corpo militar.²⁷¹

Em suma, a herança aos pardos do sertão paulista de sua participação na guerra era algo muito distinto da “memória histórica” concernente a seus pares mineiros e goianos. Esta, baseada nos seus feitos nos sertões, tornara-se um patrimônio coletivo daqueles homens pardos e era empregada para sustentar suas petições à Coroa. Em São Paulo, contrariamente, não houve a construção de semelhante imagem da parte dos homens de cor, recrutados à força sob justificativas militares e civilizacionais. Quando muito, seus pardos e mulatos diluíram-se no interior da já tradicional categoria “paulista”, embora fossem rechaçados das tropas de homens brancos. A visão predominante, e que não incluía aos homens de cor das vilas litorâneas, os quais mantinham diferente comportamento político e de aspirações de ganho em termos de Antigo Regime, era a de que aqueles sujeitos do sertão eram, eles próprios, “inimigos internos”.

²⁶⁹ Cf.: Para o capitão de Aventureiros Caetano Francisco de Passos, de Juquery. *D.I.* v. 77, p. 201. São Paulo, 27 de março de 1777.

²⁷⁰ GIL, T. L. Infiéis transgressores: os contrabandistas da *fronteira* (1760-1810). Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002. Especialmente as páginas 37-39.

²⁷¹ Cf.: Para o sargento-mor de Jundiá, Antonio Jorge de Godoy. *D.I.* v. 79, p. 112. São Paulo, 28 de agosto de 1777.

Capítulo 3 – O ENRAIZAMENTO DA MILÍCIA DOS PARDOS EM UMA ÉPOCA DE TRANSIÇÃO

3.1 – O processo de criação e institucionalização do Regimento dos Úteis (1797-1806)

Na primeira metade do século XVIII teve início a formação de companhias militares compostas por homens de cor em São Paulo. Nesse período, as poucas tropas parcamente formalizadas estavam associadas ao âmbito municipal, muito próximas ainda do modelo das ordenanças. Já na segunda metade do setecentos elas, além de ampliarem-se numericamente, foram institucionalizadas como companhias auxiliares e vinculadas ao poder do governador e capitão-general da capitania, tal como se processava em outras capitanias da América portuguesa. O ponto alto deste processo está na criação de um regimento miliciano – o Regimento dos Úteis – a partir daquelas companhias, em fins do século XVIII. Nesse momento em que se forjava um importante espaço de inserção social e de sociabilidade para os pardos livres de São Paulo, estavam em jogo determinadas tradições e prerrogativas de corpos militares bem como a construção de identidades coletivas. Assim, será examinado aqui o processo de criação do regimento miliciano formado pelos pardos paulistas e os níveis de articulação que estes buscaram construir ou evitar, na ocasião, em relação a outras corporações milicianas do Estado do Brasil.

Um primeiro aspecto a se considerar diz respeito a seu processo de criação e ao curto período de vida desta corporação. Com o término da guerra luso-castelhana de 1762-1777, as prioridades governamentais na capitania de São Paulo passaram para a dinamização e “atlantização” de sua economia, bem como ao controle social e a civilização de sua crescente população. Assim, a intensa militarização dos tempos da guerra cedeu espaço a outros aspectos previstos ao programa de reestruturação da capitania e até então eclipsados, em parte, pela atividade militar. Exemplo disso é que, enquanto a agricultura comercial baseada na cana-de-açúcar e a produção de gêneros agrícolas de subsistência ampliavam-se enormemente a partir do último quartel do século XVIII, a estrutura militar construída entre 1765-1777 permanecera a mesma ao longo dos governos de Francisco da Cunha Meneses (1782-1786), frei José Raymundo Chichorro da Gama Lobo (1786-1788) e de Bernardo José de Lorena (1788-1797). No tocante aos corpos militares, estes governadores e capitães-generais prestaram-se a manter os já existentes.²⁷² Por outro lado, empreendeu-se ampla reforma naquelas tropas ao longo da administração de Antônio Manoel de Mello Castro e

²⁷² LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. *Evolução da sociedade e economia...*; LEONZO, N. *Defesa militar e controle social...*, p. 64-67.

Mendonça (1797-1802), da qual resultou a formação de mais quatro regimentos de infantaria de segunda linha. Estes foram configurados já em função do decreto de 7 de agosto de 1796, destinado a regular sob uma base uniforme os corpos auxiliares do exército denominando-os como regimentos de milícias, e que primava que estes estivessem “em tudo conformes [às] tropas regulares (...) na sua organização e formatura”.²⁷³ Neste momento, a ampliação do peso da camada de homens de cor livres na capitania refletiu em sua estrutura militar. Destaque-se aqui a criação do regimento de infantaria miliciano dos Úteis, em 1797, composto por pardos livres, e o de Sertanejos, no ano seguinte.

Com efeito, os termos empregados pelo governador paulista para informar e justificar ao Conselho Ultramarino a criação dos Sertanejos conformam uma síntese precisa do modo com que se efetuou a permanência do sertanismo paulista através de sua institucionalização. Ao mesmo tempo, revelam a solução encontrada para ampliar a defesa contra inimigos externos e internos em sintonia com os processos civilizador e de aumento populacional pelos quais passava São Paulo:

Na conformidade da Carta Régia de 22 de março de 1766, em que Sua Majestade determina se alistem todos os habitantes desta Capitania, e tendo consideração ao grande número de homens mestiços e libertos que há na vila de Itu e seu distrito, julguei ser muito conveniente ao real serviço formar desta gente um Regimento de Milícias de Infantaria, que intitulei de Sertanejos da referida vila; assim para ter em respeito os sertões daquela vizinhança aonde vem desembarcar a Estrada do Sul, ou Curitiba, como *para domesticar e fazer sociáveis estes homens*, sujeitando-os à disciplina dos seus respectivos cabos, com o que serão de grande importância na ocasião de algum rompimento de guerra.²⁷⁴

Apesar de ter sido aprovada a criação deste regimento, a confirmação régia à proposta de seu oficialato ficara refém do esclarecimento a que fora instado o capitão-general de São Paulo acerca das despesas que faria com o estado-maior da corporação. Para além do aspecto financeiro, esta objeção do Conselho Ultramarino se relacionava mais acentuadamente com a dúvida gerada a respeito da “classe” de que se compunha o oficialato. Pois, se em um primeiro momento o regimento de Sertanejos era associado a “homens mestiços e libertos”, logo, em 1800, passara a ser “composto de homens de toda a qualidade, capazes de entrarem no sertão por viverem em bastante proximidade dele”.²⁷⁵ Deste modo, o corpo militar em questão seria estruturado com base na dimensão territorial da vila de Itu e seu distrito assim

²⁷³ Cf.: Decreto de 7 de Agosto de 1796. Regulando os Corpos Auxiliares do Exército, denominando-os para os futuros Regimentos de Milícias. In: SILVA, António Delgado da. *Collecção da Legislação Portuguesa – Legislação de 1791 a 1801*. Lisboa: Typografia Maignense, 1828.

²⁷⁴ Cf.: N.º 47. Para o mesmo [Secretário de Estado, D. Rodrigo de Souza Coutinho]. *D.I.*, v. 29, p. 61. São Paulo, 26 de abril de 1798. O grifo é meu.

²⁷⁵ Cf.: Para o mesmo sobre a dúvida que S. A. R. pôs em confirmar o Regimento de Sertanejos. *D.I.*, v. 29, p. 160. São Paulo, 21 de janeiro de 1800.

como por suas técnicas e funções, associadas ao sertanismo, e não mais de acordo com o critério racial. Dava-se a entender ainda, vale dizer, que seu oficialato seria recrutado entre os homens brancos.

No entanto, ao contrário dos sertanejos o regimento dos Úteis permaneceu destinado exclusivamente aos homens pardos. Este foi formado por três companhias da cidade de São Paulo e mais sete dispersas pelas vilas de Santos, São Sebastião, São Vicente, Ubatuba, Taubaté, Jacareí e Mogi das Cruzes.²⁷⁶ Nota-se, portanto, que o regimento dos Úteis teve como base as companhias de pardos reformadas no período da guerra luso-castelhana. Quando de sua criação, em 1797, previu-se que estes pardos e mulatos atuassem de modo semelhante aos pedestres de Goiás e Minas Gerais, os quais serviam em expedições contra índios bravos e demais movimentações em territórios de difícil acesso, “porque este é o gênio deles, e além disto são vivos e capazes de perceber, e ordinariamente temerários e muito entusiasmados”.²⁷⁷ No entanto, diante de novos receios a ataques ao litoral paulista, o regimento dos Úteis enquadrou-se totalmente no *Plano da distribuição das tropas para a defesa da marinha desta capitania de São Paulo*. O plano estipulou também que os corpos das ordenanças das vilas litorâneas, “com a escravatura de cada uma das ditas vilas, serão empregados na sua defesa”.²⁷⁸ Mantinha-se, assim, basicamente a mesma formação defensiva estabelecida em 1766, ou seja, as companhias de pardos livres, agora em regimento, conformavam dois cordões entre o litoral e o planalto, enquanto os cativos alistados permaneciam de sobreaviso. Por conseguinte, a composição de forças direcionada ao combate aos “inimigos internos”, idealizada de início, passou a ser orientada a embaraçar ataques de “inimigos externos”.

Todavia, já no início do século XIX a organização do regimento dos Úteis sofreu alteração com o deslocamento de seu eixo litoral-serra acima: trata-se da exclusão das companhias litorâneas²⁷⁹ – que parecem ter sido agregadas ao regimento de infantaria

²⁷⁶ Cf.: Plano da distribuição das Tropas para a defesa da marinha desta capitania de São Paulo. São Paulo, 28 de dezembro de 1800. A.N., códice 111 (Correspondência de São Paulo com o vice-rei do Brasil), p. 77-80.

²⁷⁷ Cf.: Ofício n.º 25 do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça, para o ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, D. Rodrigo de Souza Coutinho, informando que, logo que tomou posse, cuidou de ver que medidas deveria tomar. AHU-SP (A.M.G.), cx. 44, doc. 3507. São Paulo, 19 de novembro de 1797.

²⁷⁸ Cf.: Plano da distribuição das Tropas para a defesa da marinha desta capitania de São Paulo...

²⁷⁹ Cf.: Carta do governador e capitão general da capitania de São Paulo Antônio José Franca e Horta, ao príncipe regente D. João, dando seu parecer negativo à confirmação de patente de capitão dos Homens Pardos Forros da vila de São Vicente, Manoel de Alvarenga Braga, pertencente ao Regimento dos Úteis. AHU-SP (Avulsos), cx. 29, doc. 1286. São Paulo, 22 de dezembro de 1806.

milicianiana de Santos ²⁸⁰ – e da adição de outras recentemente formadas no planalto paulista. Desta forma, apesar de constatada a existência de companhias de pardos ou compostas por pardos no interior dos regimentos de Santos e dos Sertanejos, aqui a análise será verticalizada exclusivamente para o regimento dos Úteis, a única corporação militar privativa a homens pardos da capitania/província de São Paulo. Assim, pois, o regimento miliciano dos Úteis tinha formação tardia em relação aos demais terços e regimentos compostos por pardos e pretos da América portuguesa, como já se viu aqui. Juntamente com os demais regimentos milicianos, foi extinto em 1831, com a criação da Guarda Nacional.

Destaque-se, como um segundo aspecto, o modo como os pardos de São Paulo lidaram, no momento de criação de seu regimento, com as tradições, prerrogativas e identidades coletivas que se haviam formado em torno de outras corporações militares de pardos e de pretos na América portuguesa. A esse respeito, lhes era presente o fato de que a tradição dos Henriques pernambucanos, por exemplo, conferia a seus integrantes importantes prerrogativas nas suas transações individuais e coletivas com as altas instâncias de poder português. Fosse nas ocasiões em que a Coroa solicitava o apoio destes militares, fosse quando estes apresentavam seus pedidos ao rei, recorria-se invariavelmente à memória coletiva da atuação dos pretos na expulsão dos holandeses ao longo das guerras do açúcar e, por conseguinte, às relações de fidelidade entre estes e o soberano. ²⁸¹ Na conjuntura da guerra luso-castelhana, quando se resolveu remeter aquelas tropas para Santa Catarina, Pombal advertiu ao vice-rei Lavradio sobre o *status* diferenciado desfrutado por aqueles terços. Pois “que os referidos pretos e pardos são descendentes de dois heróis tão grandes, como foram o preto Henrique Dias e o pardo Dom Antonio Felipe Camarão”, os quais contribuíram decisivamente para a expulsão dos holandeses de Pernambuco em meados do século XVII. E, a partir de termos incrivelmente significativos, Pombal indicou que “Sua Majestade, por esta memória, estima tanto aqueles vassalos pretos e pardos” que “manda tratar nesta Corte os oficiais deles como os das outras tropas, sem diferença alguma”. Por fim, Lavradio recebera ordem de “aí tratar da mesma sorte, não permitindo que os desprezem”. ²⁸²

Os terços de auxiliares dos pardos e o dos pretos Henriques pernambucanos eram realmente o ponto de referência às demais corporações de negros do Estado do Brasil. Sendo

²⁸⁰ A hipótese leva em conta o fato de que, em 1822, havia cerca de 68 milicianos pardos residentes em Santos. Cf.: Lista geral dos habitantes que existem na vila e praça de Santos e em seus distritos no presente ano de 1822, suas ocupações, empregos, gêneros que cultivam e em que negociam. In: SOUSA, Alberto. *Os Andradas*. v. 3. São Paulo: Typographia Piratininga, 1992, p. 89-232.

²⁸¹ MATTOS, Hebe. “Black Troops” and hierarchies of color...; SOUZA, F. P. de; PAULA, L. F. de; SILVA, L. G. A guerra luso-castelhana e o recrutamento..., p. 72.

²⁸² Cf.: Carta do marquês de Pombal ao marquês do Lavradio. In: MENDONÇA, M. C. de. *Século XVIII, século pombalino do Brasil*. Rio de Janeiro: Xérox, 1989. p. 635-639. Lisboa, 9 de maio de 1775.

instituições seculares já em meados do século XVIII, suas prerrogativas, além de reconhecidas pelas autoridades coloniais, tornaram-se meta para seus pares de cor de outras capitanias que buscavam elevar-se ao mesmo padrão institucional. Por volta de 1755, como já vimos, foi encaminhado ao Conselho Ultramarino um requerimento dos homens crioulos, pretos e mestiços forros de Minas Gerais, pelo qual pediam ao rei que “os mande ali regimentar no mesmo modo, tratamento e honra que gozam os homens pretos de Pernambuco, Bahia e São Thomé”.²⁸³ Em 1756 foi a vez dos oficiais do terço de Henriques da capitania da Bahia solicitarem que fosse cumprida ali a promoção de seu oficialato a partir do modelo observado entre os pretos de Pernambuco. “Isto é, apenas homens de cor ‘crioulos’, nascidos na América portuguesa, deveriam ascender aos cargos superiores do terço”.²⁸⁴ Por fim, os pardos da Paraíba, “mal satisfeitos de servirem no regimento dos Henriques e de serem desprezados nas ordenanças dos brancos”, requereram, em 1766, que ali se “crie um corpo de companhias que os compreenda, onde haja oficiais e postos a que eles possam aspirar, assim como se pratica em Pernambuco e Bahia”.²⁸⁵

De sua parte, os pardos paulistas praticamente não dispunham de relações de lealdade historicamente construídas com o rei. Note-se, ademais, que sequer havia ali companhias ou regimentos de pretos Henriques. A contribuição de seus homens pardos na guerra contra os espanhóis, na segunda metade do século XVIII, através de companhias militares isoladas erguidas mediante a prática do recrutamento forçado de soldados, foi pouquíssimo reconhecida pelas grandes autoridades. Antes, exaltou-se o caráter sertanista dos paulistas como herdeiros dos bandeirantes e mamelucos e simplesmente se adotou o expediente de detratar a imagem de seus pardos e mulatos.²⁸⁶ Por sua vez, na extensa documentação consultada respeitante ao regimento dos Úteis não se encontram quaisquer referências à prática comum entre as tropas de homens de cor de se perseguir a condição obtida pelos pardos e pretos pernambucanos. O caso peculiar de São Paulo deve ser examinado mais

²⁸³ Cf.: Requerimento dos crioulos pretos e mestiços forros, moradores em Minas, pedindo a D. José I a concessão de privilégios vários, dentre eles o de poderem ser arregimentados e gozarem do tratamento e honra de que gozam os homens pretos de Pernambuco, Bahia e São Tomé. AHU-MG, cx. 69, doc. 5. Capitania de Minas Gerais, [Anterior a] 7 de janeiro de 1756.

²⁸⁴ SILVA, L. G. Sobre a ‘etnia crioula’: o Terço dos Henriques e seus critérios de exclusão na América portuguesa do século XVIII...

²⁸⁵ Cf.: Carta do governador da Paraíba, brigadeiro Jerônimo José de Melo e Castro, ao rei D. José I, sobre a necessidade de se criar na Paraíba, a exemplo da Bahia e Pernambuco, uma Companhia de Pardos, já que estes se sentem desprezados nas Companhias dos Brancos e dos Pretos. AHU-PB, cx. 23, doc. 1778. Paraíba, 21 de abril de 1766.

²⁸⁶ Cf.: Ofício do marquês de Pombal ao marquês do Lavradio. Lisboa, 18 de setembro de 1774. In: MENDONÇA, M. C. de. *Século XVIII, século pombalino...* p. 617-619.

detalhadamente. Veja-se, pois, a maneira pela qual sua particularidade se inscreve no próprio ato da escolha do nome da corporação dos milicianos pardos.

Quando da criação do regimento dos Úteis, em 1797, o governador Castro e Mendonça informou ao Conselho Ultramarino que a corporação em questão deveria fazer “as mesmas vezes de Pedestres” – remetendo-a, deste modo, à tradição das tropas mineiras e goianas que eram pagas para executar tarefas específicas nos sertões e para as quais eram consideradas mais eficazes que as tropas de homens brancos. As características mais marcantes da organização do corpo de Pedestres de Goiás, criado por volta de 1743, são o reduzido número de oficiais comparativamente ao número de soldados (2 oficiais e 100 soldados) e o fato de a tropa não ser autônoma, mas, ao contrário, permanecer sempre anexa e comandada por um regimento de linha.²⁸⁷ Assim, não foi por acaso que o governador Castro e Mendonça teve que fazer presente ao Conselho Ultramarino que, sabendo-se que aos pardos de São Paulo “*este nome de Pedestres não lhes é o mais agradável*, e que eles de livre vontade querem marchar a pé descalço e fazer deste modo todas as diligências, lhes concedi esta liberdade”. Em vista da escolha realizada, a corporação foi nomeada finalmente de “Regimento dos Úteis”.²⁸⁸ Parece evidente haver aí uma tentativa daqueles homens pardos de se afastarem, tanto quanto possível e à medida que lhes fosse interessante, dos *topos* vigentes no Estado do Brasil acerca das tropas de pardos, quer em sua vertente pernambucana-baiana, quer na mineira-goiana. Considere-se, ademais, que o nome então escolhido fazia referência direta tanto à sua “utilidade” perante a Coroa portuguesa quanto ao regimento homônimo da Bahia. Aquele, ao contrário do regimento dos pardos paulistas, se compunha de comerciantes brancos com seus caixeiros, o qual também era conhecido pelo “pomposo nome de *Regimento da nobreza*”.²⁸⁹ Eis a estratégia dos milicianos pardos de São Paulo: no mesmo ato em que se apartavam exteriormente das demais corporações de homens de cor, buscavam ser associados a uma imagem de utilidade ao Estado e aos signos de um regimento simbolicamente superior.

²⁸⁷ Cf.: Aviso do secretário de estado da Fazenda e presidente do Erário Régio, Luís de Vasconcelos e Sousa, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo, remetendo mapas acerca dos planos para a reforma das despesas com as companhias de Dragões e Pedestres da capitania de Goiás AHU-GO, cx. 52, doc. 2924. Lisboa, 12 de agosto de 1807.

²⁸⁸ Cf.: Ofício n.º 25 do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça, para o ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, D. Rodrigo de Souza Coutinho, informando que, logo que tomou posse, cuidou de ver que medidas deveria tomar. AHU-SP (A.M.G.), cx. 44, doc. 3507. São Paulo, 19 de novembro de 1797. O grifo é meu.

²⁸⁹ Cf.: Carta muito interessante do advogado da Bahia, José da Silva Lisboa, para o Dr. Domingos Vandelli, Director do Real Jardim Botânico de Lisboa, em que lhe dá notícia desenvolvida sobre a Bahia [...]. Bahia, 18 de outubro de 1781. In. CASTRO E ALMEIDA, Eduardo de. *Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Archivo de Marinha e Ultramar de Lisboa*. Vol. 2 – Bahia (1763-1786). Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas da Biblioteca Nacional, 1914, p. 498. Grifos no original; PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994, p. 312; LEONZO, N. Defesa militar..., p. 172-173.

Assim, percebe-se que a escolha do nome do regimento não era encarada como algo trivial para os milicianos pardos de São Paulo. Ela era, diversamente, ocasião de definição de aspectos essenciais à formação de uma identidade coletiva da qual careciam até o momento. Nela se revela muito nitidamente o esforço dos homens pardos para, tanto quanto possível, afastarem-se da mácula associada de alguma forma com a escravidão. Por outro lado, a negativa dos Úteis em terem sua organização formalmente aproximada dos corpos de Pedestres indica que havia uma margem de manobra coletiva a estes indivíduos, ainda que não se possa exagerar sua intensidade. A alcunha de homens do sertão que se lhes queria dotar, e que muito provavelmente conferia a seus portadores a idéia de que eles mantinham certa distância do ideal de civilidade vigente, passou então para os integrantes do Regimento dos Sertanejos, formado um ano após os Úteis. Por fim, não bastasse a possibilidade de sobrepor outro nome ao padrão de nomenclatura, tradicional em todas as capitanias, de “Regimento dos Pardos”, aqueles milicianos optaram por um epíteto que fazia alusão direta a elementos simbólicos importantes na relação de vassalagem mantida com a Coroa portuguesa.

3.2 – O perfil sócio-profissional dos milicianos pardos (1811-1831)

Sendo este um estudo de história social, cabe agora analisar alguns dados que permitam uma caracterização do ponto de vista social e econômico do conjunto dos milicianos pardos do Regimento dos Úteis. Optou-se aqui por contemplar a profissão dos milicianos. Sendo assim, qual a composição profissional de seus integrantes? Esta variável interferia significativamente na diferenciação entre soldados e os oficiais? Em que medida o perfil sócio-profissional dos oficiais do Regimento dos Úteis o diferenciava dos demais regimentos milicianos de São Paulo e o aproximava da realidade de outras corporações de homens de cor no Brasil? Como se verá na seqüência deste trabalho, o padrão profissional do Regimento dos Úteis obtinha um peso considerável na avaliação que as autoridades ilustradas faziam dos milicianos pardos quando estes se apresentavam no mercado de postos e privilégios proporcionado pela corporação.

Os dados foram obtidos mediante a transcrição das 425 folhas, frente e verso, do Livro Mestre referente ao Regimento dos Úteis.²⁹⁰ Este servia como um livro de matrícula dos milicianos e era atualizado conforme a movimentação de cada indivíduo na rede hierárquica

²⁹⁰ Cf.: Livro Mestre que serve de matrícula do Regimento de Infantaria Miliciano dos Úteis da capitania de São Paulo. Que mandou fazer Manoel José Ribeiro, cavaleiro professo na ordem de Cristo, coronel graduado e atual comandante do mesmo Regimento por Sua Alteza Real, o príncipe regente nosso senhor que Deus guarde, etc. (Daqui em diante referido como “Livro Mestre dos Úteis”). APESP, ord. C00446.

da corporação. Ainda que não seja possível, a partir do Livro, conhecer-se a condição dos milicianos pardos em relação à diferenciação entre livres, libertos e forros, as informações individuais nele contidas são riquíssimas e serão exploradas em conjunto em uma futura pesquisa ao nível de doutorado: há o nome de cada miliciano, a idade em que assentou praça, filiação, local de nascimento e de residência, estado civil, profissão, as ausências ou licenças do regimento e a trajetória militar completa. O Livro Mestre contempla todos os milicianos que serviram no regimento entre 1811, ano em que se iniciou o registro formal das informações da corporação, até 1831, quando esta foi abolida. Assim, estão registrados todos os indivíduos que ingressaram a partir de 1811, mas também aqueles que, já estando incorporados, estavam presentes no ano em que o Livro foi aberto. Vale notar, finalmente, que este documento é um registro raríssimo acerca da vida social e institucional de milicianos de cor do Brasil no período abordado.

A concepção corporativa da sociedade portuguesa e, logo, da luso-americana, previa a divisão de todo o corpo social em vários membros ou corporações distintos, desiguais entre si, e interdependentes, funcionado desta forma as relações entre indivíduos, grupos e até mesmo espaços. Vai daí a existência de um direito plural.²⁹¹ Além da divisão jurídica entre livres e escravos, à qual se vinculava outro critério fundamental na organização daquela sociedade – o racial –, havia a distinção institucional entre “peões” e “pessoas de mor qualidade”, ou seja, nobres ou fidalgos e aqueles que não o eram. Existiam, por sua vez, duas modalidades de nobreza: a herdada e assentada na linhagem e a política, esta uma concessão régia em reconhecimento aos bons serviços prestados pelos vassalos agraciados ou reconhecida quando um indivíduo plebeu ascendia a um cargo ou posto comumente ocupado por pessoas consideradas nobres.²⁹² Mas, para manterem-nas, era uma condição aos indivíduos em ambas as nobrezas viverem “à lei da nobreza”, isto é, permanecerem juntamente com o núcleo familiar em estado de limpeza de sangue e mãos. Nas colônias portuguesas, para a formação de uma “nobreza da terra” acrescia-se a estas condições, às vezes até sobrepujando-as, a qualidade de conquistadores e defensores daquelas paragens.²⁹³ Como, então, as profissões mais comuns à realidade colonial se situavam neste organograma cujos extremos são ofícios nobres e ofícios vis?

²⁹¹ HESPANHA, A. M. *As vésperas do Leviatã: instituições e poder político, Portugal – século XVII*. Coimbra: Almedina, 1994. p. 295-323; HESPANHA, A. M.; XAVIER, A. B. A representação da sociedade e do poder. In: MATTOSO, José (Org.). *História de Portugal*. O Antigo Regime (1620-1807), v. 4. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. p. 121-155.

²⁹² SILVA, M. B. N. da. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: Unesp, 2005.

²⁹³ BICALHO, M. F. B. Mediação, pureza de sangue e oficiais mecânicos. As câmaras, as festas e a representação do império português. In: PAIVA, E. F.; ANASTASIA, C. M. J. (Orgs.). *O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI a XIX*. São Paulo: Annablume, 2002. p. 311.

Por princípio, ofícios prestigiosos seriam aqueles por meio dos quais se estaria servindo diretamente ao rei e a Deus. Assim, estariam nesse grupo os ocupantes de cargos na governança e nas instituições militares, bem como os religiosos superiores. Muitos destes, recebendo ou não soldo por tais funções, eram contratadores ou rentistas, ou, ainda, investidores em empresas de comércio, agricultura e extração. Deste modo, tinham tempo livre e posses suficientes para dedicarem-se aos nobres ofícios. No outro extremo havia os ofícios mecânicos, ou servis, baixos e humildes, uma arte não-nobre em sua definição e caracterizada pelo fabrico de manufaturas, tais como os de alfaiate, carpinteiro, ferreiro, sapateiro, etc. Em sua execução predominava o emprego da habilidade nas mãos ao raciocínio científico, daí a caracterização pejorativa que recebiam os ofícios em questão e seus executores. As artes mecânicas, conforme o verbete “artes” do dicionário de Raphael Bluteau, “são sete principais, das quais dependem todas as mais: agricultura, caça, guerra, todos os ofícios fabris, cirurgia, as artes de tecer, e navegar”.²⁹⁴ Intermediando os extremos existiam as artes liberais, aquelas que “não dão nem tiram a nobreza”, e eram representadas por gramática, retórica, lógica, aritmética, música, arquitetura, astrologia.²⁹⁵ Entretanto, a realidade concreta da América portuguesa possibilitava um grau significativo de flexibilidade ao modo pelo qual as profissões eram apreendidas socialmente – algo que ocorria, em diferentes níveis, até no reino.²⁹⁶ A agricultura poderia figurar no verbete de dicionário entre as artes mecânicas, mas efetivamente, e em particular durante e após o consulado pombalino, quando as idéias fisiocratas estavam em voga, passou a ser valorizada, senão como um ofício nobre, ao menos no sentido de não “sujar as mãos” de quem a praticava.²⁹⁷ Mas afinal, de quais ofícios se ocupavam os milicianos do regimento dos Úteis?

Primeiramente, deve-se esclarecer que os dados foram coletados e tratados por registro no Livro Mestre privilegiando-se as companhias. Em outros termos, um mesmo indivíduo poderia assentar praça como soldado e gradativamente ter conquistado promoções. Nesta situação, ao seu registro de soldado somavam-se outros, relativos aos demais postos ocupados. Contabilizou-se então apenas o registro da posição mais alta ocupada por cada

²⁹⁴ Cf.: Verbetes “Artes” e “Mecânico”. In: BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v.

²⁹⁵ *Idem.*

²⁹⁶ GUEDES, R. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social: (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c. 1850)*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008. p. 69-125.

²⁹⁷ SILVA, M. B. N. da. *Ser nobre na colônia...*, p. 24. Alguns autores optaram por modelos de classificação sócio-profissional modernos, entendendo assim melhor compreenderem as sociedades colonial e imperial. Vide MARCÍLIO, M. L. *Crescimento demográfico...*, p. 57-61, 105-116; RABELLO, E. D. *As elites na sociedade paulista...* A despeito das variações no tempo e no espaço no tocante à apreensão social dos ofícios, importa para a problemática deste trabalho mais a divisão tradicional entre ofícios nobres, artes liberais e artes mecânicas.

pessoa na hierarquia das companhias. Caso houvesse mudança de uma companhia para outra, o sujeito em questão foi aqui contabilizado tantas vezes quantas sejam as companhias pelas quais passou. Em que pese este inconveniente, há uma satisfatória compensação pelo fato de que os dados não se restringem a uma “fotografia” da corporação, na medida em que eles cobrem o período de 1810 a 1831. Ao longo do tempo, homens deixavam de integrá-la e outros muitos eram incorporados, resultando daí diversas formações nos Úteis, as quais serão aqui contempladas em bloco.

Conforme previa o decreto de 1796 que regulou as milícias, estas seriam compostas por um efetivo de 7 homens no estado-maior de cada corporação e mais 793 no corpo do regimento, isto é, um total de 800 milicianos.²⁹⁸ Contudo, o número real de praças oscilava continuamente: o regimento dos Úteis contava com 593 pessoas em 1803, passando para 643 em setembro de 1805 e reduzindo-se sensivelmente a 423 homens três meses depois. Em abril de 1823 contavam-se 700 praças, e em maio de 1829 estas não passavam de 598 homens.²⁹⁹ Para a presente análise foram contabilizados 1188 registros de milicianos conforme a metodologia indicada acima. Os maiores e menores números de registros, dentre as dez companhias do regimento, são 135 e 102. Já para o estado-maior há 17 registros de oficiais.

No total, a distribuição numérica dos registros de milicianos quanto à profissão era de 633 lavradores, 462 artesãos/oficiais mecânicos, 16 comerciantes, 32 pessoas em outros ofícios (10 tropeiros e camaradas de tropa, 1 pescador, 1 cirurgião, 1 estudante, 2 imaginários, 5 músicos e 12 pintores) e 45 não identificados (ou sem ofício ou, ainda, ilegível). Destes últimos, apenas 2 registros estão ilegíveis e 3 referem-se a pessoas declaradas sem ofício. Nos 40 restantes houve omissão. Nestes casos, há três hipóteses: devido a pouca idade de alguns milicianos quando recrutados, estes não possuíam ainda uma profissão para ser anotada, e assim permaneceram seus registros; por outro lado, verifica-se que, dos 17 oficiais do estado-maior, 11 não fizeram menção à ocupação. Isso é um indicativo de que alguns viviam exclusivamente do soldo que percebiam na milícia (tenente-coronel, ajudantes e sargento-mor) e outros, como o coronel Manoel José Ribeiro, além dos demais oficiais que não

²⁹⁸ Cf.: Decreto de 7 de Agosto de 1796. Regulando os Corpos Auxiliares do Exército, denominando-os para os futuros Regimentos de Milícias. In: SILVA, António Delgado da. *Collecção da Legislação Portuguesa – Legislação de 1791 a 1801*. Lisboa: Typografia Maignrense, 1828.

²⁹⁹ Deve-se considerar a possibilidade de haver negligência ou atraso em alguns desses registros. Cf.: Mapa do estado em que se achavam os regimentos de milícias da capitania de São Paulo no último setembro de 1803; Mapa do estado em que se puseram os regimentos de milícias da capitania de São Paulo por causa da guerra no último janeiro de 1805; Mapa do estado em que se acham os regimentos de milícias da capitania de São Paulo pela ocasião da paz no último dezembro de 1805. *D.I.*, v. 95, p. 207-209; Mapa semestral do 3.º Regimento de Infantaria da 2.ª linha desta cidade de São Paulo; Mapa do Batalhão de Caçadores n.º 34 da 2.ª linha do exército. 16 de maio de 1829. APESP, ord. C02366.

recebiam soldo e não declararam a profissão, não tinham qualquer interesse em tornar público o ofício a que se dedicavam paralelamente à milícia. Talvez porque exercessem atividades socialmente desonrosas em relação aos postos militares que ocupavam.

Mas o que de imediato se faz notável é o pequeno número de comerciantes (16 registros, o que equivalia a 1,3% dos milicianos pardos) e a grandiosa massa de lavradores (633 registros ou 53,3%) e artesãos (462 registros ou 39%). O reduzido percentual de comerciantes, contando-se tanto os mais pobres, que viviam “de suas agências”, como os potencialmente mais ricos, estes que lidavam com “negócio de fazenda seca” e incluso quem vivia do “negócio de tropas”, é um indicativo de que pouquíssimos daqueles homens possuíam capital suficiente para investirem no ramo. Ademais, não havia rentistas declarados. Sabe-se, porém, que o tenente Manoel Gonçalves da Luz Tralhão e seu irmão, o sargento Gonçalo da Luz Tralhão, eram filhos naturais do capitão Manoel da Luz Tralhão, homem pardo e solteiro. O capitão, de que não se sabe se pertencera aos Úteis, possuía 15 propriedades urbanas na cidade de São Paulo, sendo o proprietário com maior quantidade de casas alugadas na cidade em 1809.³⁰⁰ Decerto esse era um caso isolado ou raro naquele universo de milicianos pardos. Ao quadro mais geral somava-se o elevado número de artesãos, todos, em teoria, maculados pelo estigma associado ao ofício mecânico, e a inexistência de registro no Livro Mestre de proprietários de engenhos, o que pode sugerir que os milicianos agricultores estariam, em sua maioria, fora dos setores econômicos mais rentáveis. Em verdade, o alto índice de lavradores não surpreende em uma sociedade marcadamente agrícola – com cerca de 3/4 de seus domicílios dedicando-se a essa lide³⁰¹ – e já que o regimento em questão, cujo centro era a cidade de São Paulo com cinco companhias ali sediadas, tinha braços em vilas e bairros rurais ao redor da capital da capitania/província, os quais correspondiam a mais cinco companhias (Atibaia, Jundiaí, Parnaíba, Itu e Sorocaba). Mesmo as cinco companhias situadas na cidade de São Paulo, que também recrutavam homens em bairros e freguesias imediatamente próximos da capital, continham uma parcela considerável de milicianos lavradores.

Contudo, a característica marcante do Regimento dos Úteis no que se refere à profissão de seus integrantes é certamente sua parcela notável de artesãos. É verdade que os lavradores constituíam maioria no Regimento e que seus percentuais de homens dedicados à

³⁰⁰ Estes dados constam da Décima urbana de 1809. BUENO, B. P. S. Tecido urbano e mercado imobiliário em São Paulo: metodologia de estudo com base na Décima Urbana de 1809. *Anais do Museu Paulista*, v. 13, n. 1, p. 59-97, jan./jun. 2005. O cruzamento de fontes é uma alternativa, portanto, para que futuramente supram-se as principais lacunas existentes no Livro Mestre.

³⁰¹ RABELLO, E. D. Os ofícios mecânicos e artesanais em São Paulo na segunda metade do século XVIII. *Revista de História*, n. 55, v. 112, p. 575-588, 1977, p. 575.

agricultura e aos ofícios mecânicos de certa forma espelhavam a própria configuração social paulista no tocante à distribuição dos fogos dedicados a profissões agrícolas ou não agrícolas.³⁰² Mas isso não invalida a formulação acima. Convém, portanto, a partir de agora, proceder a um exame pormenorizado desse contingente e de seu posicionamento na corporação a fim de se compreender como e em que medida conferia ao Regimento uma característica que lhe era peculiar.

Aqueles artesãos estavam inseridos com maior ou menor nível de especialidade em diversos ramos de atividade, e não devia ser difícil encontrar milicianos pardos trabalhando com costuras, couros, madeira e metais nas regiões onde aquela corporação estava presente. De fato, dentre os oficiais mecânicos, destacam-se numericamente aqueles já indicados pela historiografia paulista por terem em sua composição uma predominância de pardos: os alfaiates (cerca de 31%), sapateiros (23%) e carpinteiros (18,5%), aos quais seguia um menor contingente de marceneiros/madeireiros, ourives e ferreiros – e que juntos compunham pouco mais de 16% dos artesãos.³⁰³ Outras atividades, como a de arrieiros, pedreiros e serradores, tinham um peso muito pequeno comparativamente às já citadas.

Em estudo recente relativo à sociedade e economia paulista, Klein e Luna asseveraram que ali os domicílios não-agrícolas, e especialmente os chefiados por artesãos, apresentavam em geral mais características de pobreza do que aqueles dirigidos por lavradores e fazendeiros. Ora, eles “tinham maior probabilidade de ser chefiados por pardos e pretos, por adultos não-casados e por mulheres”, além de terem menor probabilidade de possuir escravos, e ainda assim, quando os obtinham, o plantel médio representava a metade do plantel de que dispunham os agricultores.³⁰⁴ Mas, evidentemente, os segmentos conformados por agricultores e artesãos não eram, ambos, grupos homogêneos. Faz-se necessário, para uma melhor compreensão dos vínculos estabelecidos entre as atividades cotidianas daqueles milicianos pardos e suas trajetórias militares, uma decomposição dos dados disponíveis contemplando-se distintamente oficiais e soldados. São considerados aqui como oficiais todos os postos compreendidos na hierarquia entre o coronel e os cabos. Estes últimos eram os postos ocupados subsequentemente ao posto de soldado – o mais baixo na hierarquia – e, com alguma frequência, os milicianos que ascendiam a postos de maior destaque passavam pelo de cabo. Buscou-se, com isso, circunscrever o que seria a elite dos milicianos pardos, a qual, com suas famílias e transpondo-se o espaço do Regimento, constituía uma parcela

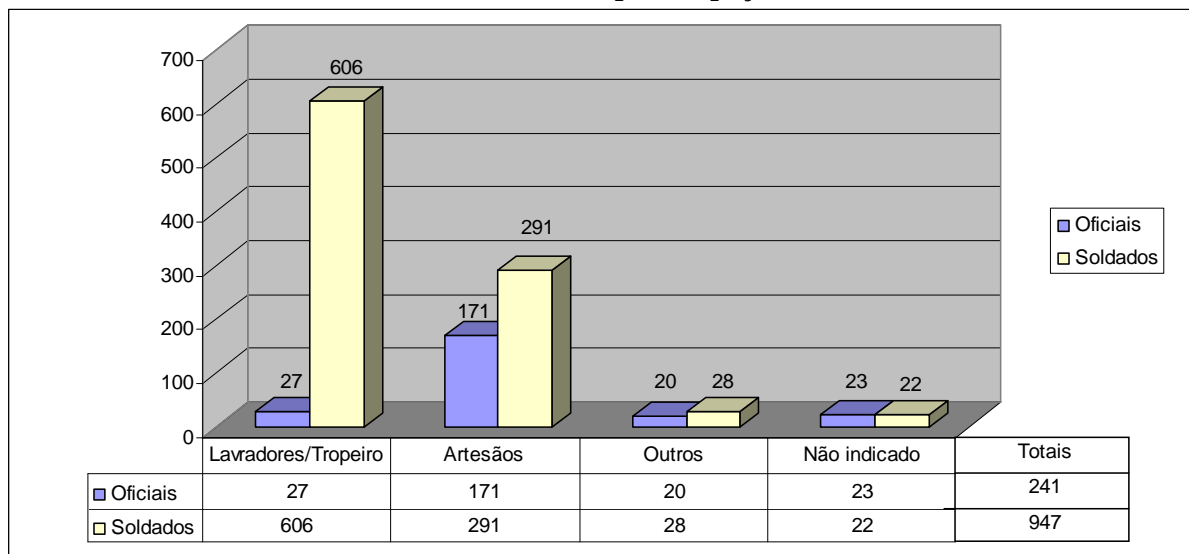
³⁰² LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. *Evolução da sociedade e economia...*, p. 224.

³⁰³ FLEXOR, M. H. O. Ofícios, manufaturas e comércio. In: SZMRECSÁNYI, T. (Org.). *História econômica do período colonial*. (2.ed.). São Paulo: Hucitec, 2002. p. 180; RABELLO, E. D. Os ofícios mecânicos..., p. 586-587.

³⁰⁴ LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. *Evolução da sociedade e economia...*, p. 197-245.

fundamental da elite das pessoas de cor da capitania/província de São Paulo. Por sua vez, ao vasto grupo de soldados foram agregados os postos de músicos³⁰⁵ (tambor, corneta e píforo), constantemente ocupados por crianças que jamais ascenderam posições nos Úteis. Portanto, divididos entre oficiais e soldados, os milicianos dos Úteis podem ser agrupados sócio-profissionalmente, em números absolutos de registros, conforme o gráfico 1.1:

Gráfico 1 – Oficiais e soldados por ocupação (1811-1831)



* A categoria “outros” inclui pescadores, tropeiros, músicos, pintores, estudante, imaginários, médico e comerciantes.
 Fonte: Livro Mestre dos Úteis, APESP, ord. C00446.

Vistos por essa ótica, os contingentes da corporação miliciana ganham outra feição: enquanto a maioria absoluta dos soldados dedicava-se à agricultura (64% dos soldados), as elites que compunham o oficialato eram preponderantemente oficiais mecânicos (71% dos oficiais). É curioso o fato de que uma parcela reduzida do oficialato fosse composta por agricultores (11% dos oficiais). Destes, apenas 5 registros eram de oficiais das companhias da capital, sendo os 22 restantes relativos às companhias rurais. Se para o caso dos milicianos pardos for válida a hipótese de que havia uma forte associação entre a posse de bens materiais e a posse de bens simbólicos na sociedade de Antigo Regime, a constatação de que havia mais oficiais mecânicos que lavradores usufruindo dos bens simbólicos disponíveis no Regimento indica que a maior parte da riqueza de seus integrantes concentrava-se no grupo dos artesãos. Por consequência, a existência de um pequeno grupo de lavradores presentes no topo da hierarquia dos milicianos pardos sugere que poucos daqueles homens pardos dispunham de terras e mão-de-obra escrava suficientes para grandes empreendimentos na área. É

³⁰⁵ Músicos do regimento. Não são os mesmos 5 indivíduos cuja atividade profissional principal era a arte da música.

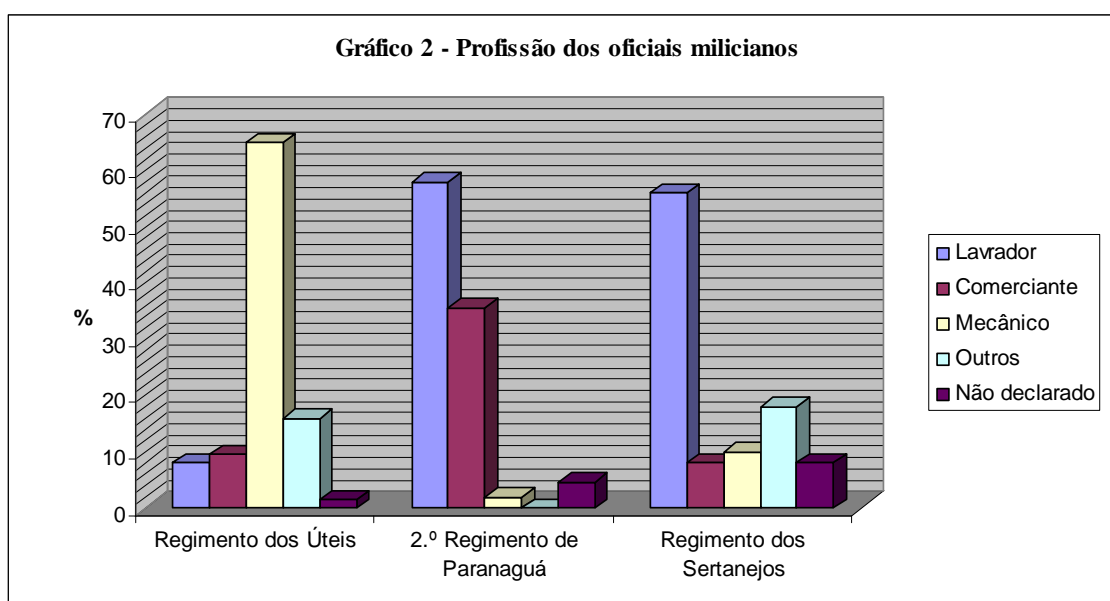
significativo que em uma lista dos oficiais do regimento, de julho de 1828, apenas um indivíduo, entre 63 homens, fora identificado como dono de engenho (de aguardente).³⁰⁶ Pode-se supor, nessa linha de raciocínio, que a grande parte dos soldados-agricultores (64% dos soldados) enquadrava-se na categoria – muito comum nas listas de população da época – dos que apenas “plantam para seu sustento”. Entende-se existir aí um quadro caracterizado por pequenas propriedades e pela agricultura familiar, no qual o pequeno e cotidiano comércio envolvendo produtos da terra, de origem animal e até beneficiados artesanalmente dinamizava a economia no entorno da capital e nas demais vilas onde residiam os milicianos do Regimento dos Úteis.

Não obstante, deve-se aqui destacar a hegemonia exercida pelos oficiais mecânicos nos postos do oficialato. Os 60 registros de alfaiates isoladamente já perfaziam 25% de todos os oficiais. Na sequência, obtinham relevo os ofícios de sapateiro (33 registros, ou 13,7% de toda a oficialidade), lavrador (27 registros ou 11%), ourives (24 registros ou 10%) e carpinteiro (23 registros ou 9,5%). Poder-se-ia indagar se esse inchaço de artesãos no oficialato não seria mera consequência do critério aqui adotado de incluir indistintamente oficiais menores – como cabos, furriéis e sargentos – ao lado de oficiais de patente – os capitães, tenentes e alferes – e que esse procedimento, por sua vez, ocultaria diferenças profundas na relação ofício desempenhado/posição na hierarquia miliciana. Em verdade, os dados revelam a existência de diferenças de *status* entre os ofícios. Haja vista, por exemplo, os registros referentes aos ourives: 24 deles eram de oficiais, ao passo que apenas 10 eram de soldados. Já entre os ferreiros a tendência é oposta, uma vez que os oficiais são em número de 3 e os soldados 16 registros. A conclusão óbvia é a de que determinadas profissões contribuíam mais que outras para creditar os indivíduos aos postos do oficialato. Entretanto, há um equilíbrio interessante quando se examina especificamente a profissão dos capitães de companhia: artesãos, comerciantes e lavradores encontravam-se bem distribuídos nestes postos. Não havia qualquer restrição ao grande contingente de oficiais mecânicos à ocupação dos principais postos na corporação ao longo do período a que se refere o Livro Mestre. Está implícito aí que aos homens de cor paulistas, quer por suas necessidades materiais imediatas quer por características específicas da configuração social da qual faziam parte, o trabalho não era percebido com algo negativo. Ao contrário, ao lado de outros fatores, podia propiciar oportunidades de ascensão social àquelas pessoas.³⁰⁷ E era justamente nesse aspecto,

³⁰⁶ Cf.: Batalhão de Caçadores n.º 34 de 2.ª linha do exército. Informações dos Oficiais, Sargentos, Furriéis, Portas Bandeiras e Soldados Particulares. 1 de julho de 1828. APESP, ord. C02366.

³⁰⁷ GUEDES, R. Egressos do cativoiro..., p. 69-125.

conjuntamente à cor/condição parda, que residia um dos elementos principais na caracterização dessa coletividade de vassallos a serviço do rei. A comparação entre o Regimento dos Úteis e outros regimentos milicianos pode auxiliar a dimensionar a peculiaridade dessa instituição em função de aspectos centrais da vida social de seus integrantes, como eram os ofícios. Para tanto, foram examinados mapas com informações de oficiais milicianos referentes ao 2.º Regimento de Paranaguá (de 1817), do Regimento de Sertanejos, com sede em Itú (de 1820), e, finalmente, do Regimento dos Úteis (1828).³⁰⁸ Os dados percentuais estão sintetizados no gráfico 2:



Fonte: APESP, ord. C02366, ord. C00261 e ord. C00267. Para maior detalhamento, vide nota de rodapé n.º 306.

As três corporações em tela apresentam muitas diferenças entre si, a começar por suas localidades e funções militares. O 2.º Regimento de Paranaguá estava em atividade no litoral sul paulista, em uma área caracterizada pelo cultivo de arroz e por um significativo comércio portuário, e sua organização certamente era direcionada aos perigos externos. Os Úteis, de sua parte, serviam na capital da capitania/província e em vilas rurais próximas. Suas funções eram determinadas em grande parte pelo ambiente urbano e central aos governos civil e eclesiástico. Por fim, os Sertanejos de Itú e regiões adjacentes, cujas localidades mais interioranas estavam voltadas em larga escala para o cultivo de cana-de-açúcar e culturas

³⁰⁸ A escolha dos regimentos milicianos a serem contrastados com o dos Úteis se deu fundamentalmente em razão da disponibilidade de fontes. Cf.: Batalhão de Caçadores n.º 34 de 2.ª linha do exército. Informações dos Oficiais, Sargentos, Furriéis, Portas Bandeiras e Soldados Particulares. 1 de julho de 1828. APESP, ord. C02366; 2.º Regimento de Artilharia Miliciãna da vila de Paranaguá. Informação dos oficiais e sargentos. Julho de 1817. APESP, ord. C00261; Informação dos oficiais, sargentos e porta-bandeiras do Regimento de Sertanejos da vila de Itú. 4 de agosto de 1820. APESP, ord. C00267.

diversificadas, não perderam a sua principal característica, qual seja, a de fazer a guerra nos matos. Além disso, os regimentos de Paranaguá, dos Úteis e o dos Sertanejos divergiam entre si no tocante à composição racial: eram compostos de modo formal, respectivamente, por brancos, pardos e “homens de toda a qualidade”. Mas o que salta aos olhos é a semelhança dos regimentos de Paranaguá e dos Sertanejos respeitante à predominância em seu oficialato de agricultores, e a diferença daí decorrente em relação ao oficialato dos Úteis. Note-se: enquanto em Paranaguá e Itu destacavam-se donos de engenhos de arroz e de cana-de-açúcar, os oficiais milicianos pardos eram predominantemente alfaiates, sapateiros e ourives. Nesse quesito, o Regimento dos Úteis assemelhava-se muitíssimo mais ao 4.º Regimento miliciano de Salvador, Bahia, constituído por pardos, cujo oficialato era formado por 60% de artesãos em 1809 e dentre os quais sobressaíam os alfaiates.³⁰⁹ Essa aproximação entre regimentos específicos para pardos em termos da composição profissional possivelmente se verificasse em várias capitanias da América portuguesa.

Mas, ainda que oficiais mecânicos, havia diferenciações consideráveis no interior deste grupo funcional: vários registros nas atas da câmara de São Paulo atestam a existência de mestres alfaiates e sapateiros pertencentes aos Úteis. Tal é o caso de Antônio Joaquim de Almeida, que chegou a ser tenente daquele regimento, e recebeu carta de exame e confirmação em 1820, sendo na ocasião aprovado como mestre do ofício de sapateiro.³¹⁰ Como não podia deixar de ser, aos níveis de especialização profissionais correspondiam hierarquias nas quais os artesãos eram inseridos: os mestres estavam no topo e eram seguidos por oficiais, aprendizes e, no último escalão, os serventes ou jornaleiros.³¹¹ Cabia às câmaras paulistas, como, de resto, a muitas outras na América portuguesa, examinar, regular e fiscalizar os prestadores de ofícios mecânicos e artesanais, além da direção das eleições para juizes e escrivães dos ofícios. Esta faculdade atribuída às câmaras justificava-se na medida em que não havia nas capitanias de São Paulo, Bahia e Minas Gerais as instituições denominadas corporações de ofício – as quais, já cambaleantes após a abertura comercial de 1808, foram extintas pela constituição imperial de 1824.³¹²

³⁰⁹ KRAAY, H. *Race, State, and armed forces...*, p. 89-97.

³¹⁰ Cf.: Registro da carta de exame passada a Joaquim Antonio Ribeiro mestre de sapateiro, cujo teor é o seguinte. *Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo* (RGCMS), v. 16 (1820-1822), p. 20-22. São Paulo, 29 de fevereiro de 1820; Livro Mestre do Regimento dos Úteis, fls. 12v, 13, 14.

³¹¹ FLEXOR, M. H. O. *Ofícios, manufaturas e comércio...*, p. 182.

³¹² FLEXOR, M. H. O. *Ofícios, manufaturas e comércio...*; MARTINS, M. de S. N. *Entre a cruz e o capital: mestres, aprendizes e corporações de ofícios no Rio de Janeiro (1808-1824)*. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007. A cidade de Salvador contou com uma instituição representativa junto à Câmara, através do Juiz do Ofício e Mestres e à semelhança das existentes em Lisboa, Porto e Évora, ao longo do período de tempo compreendido entre 1641 e 1713. FLEXOR, M. H. O. *Idem*, p. 174-175.

Situação muito diversa ocorria no ambiente urbano da vila do Recife e cidade de Olinda, capitania de Pernambuco, onde o mundo do trabalho era organizado com base em corporações e estas divididas em conformidade a critérios étnicos entre meados do século XVIII e início do XIX. No mundo dos negros, tais corporações constituíam vínculos com instituições paramilitares e irmandades religiosas, e aquela vasta rede de múltiplas hierarquias ganhava consistência e coesão por estarem todas conectadas à instituição do Rei do Congo.³¹³ Já em São Paulo, muito pouco dessa organização coletiva existia. Ali, além de não possuírem corporações de ofício, os artesãos aparentemente não formaram confrarias específicas dos ofícios – adotaram, apenas, os santos tradicionalmente considerados protetores de determinados ofícios.³¹⁴ Considere-se, ademais, que havia na cidade de São Paulo apenas três irmandades religiosas para as pessoas de cor, sendo duas delas compostas por pretos e outra sem informações precisas.³¹⁵ O que se quer dizer aqui é que na configuração social em destaque havia comparativamente pouquíssimos canais de participação, expressão e representação coletiva aos mecânicos, e particularmente aos pardos. Sendo assim, sugiro que o Regimento dos Úteis, por abrigar em suas fileiras algumas centenas de artesãos pardos, figurava como uma instituição central em suas vidas. Mas, a despeito disso, seus integrantes buscaram afastar qualquer vinculação formal entre o Regimento e o exercício de seus ofícios e, sempre que possível e viável, da própria cor parda. Antes, o que destacavam era o útil serviço prestado ao rei. Foram as autoridades ilustradas, como adiante se verá, que se encarregariam de associar a imagem da corporação em questão à esfera do trabalho mecânico.

3.3 – Milícias negras entre a política racial régia e o reformismo ilustrado (1766-1822)

Em 1809, por ocasião de uma proposta na qual estavam indicados os homens considerados mais aptos para preencherem os postos vagos no oficialato do Regimento dos Úteis, o então coronel da corporação, José Joaquim Mariano da Silva César, homem branco, optou por substituir um alferes deixando no lugar um indivíduo que ocupava o posto inferior na hierarquia de 2.º sargento. Conforme as palavras do coronel, o procedimento justificava-se

não só por [o alferes em questão] não ter apresentado sua patente de confirmação, como pela razão de ter loja aberta, trabalhando publicamente pelo ofício de mestre

³¹³ SILVA, L. G. Da festa à sedição: sociabilidades, etnia e controle social na América portuguesa (1776-1814). *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 30, p. 83-110, 1999.

³¹⁴ FLEXOR, M. H. O. *Idem*, p. 191-192.

³¹⁵ MATTOS, R. A. De cassange, mina, benguela a gentio da Guiné. Grupos étnicos e formação de identidades africanas na cidade de São Paulo (1800-1850). Dissertação (mestrado em história) – Universidade de São Paulo, 2006. p. 137-168.

alfaiate, e prezar mais o vil interesse de granjear a vida por um meio tão mecânico que gozar, debaixo de justiça, das honras com que Sua Alteza Real condecora a seus vassallos milicianos nos postos que é servido conferir-lhes.³¹⁶

Como se viu anteriormente, a situação sócio-profissional desse alferes não era, absolutamente, um caso isolado no interior do regimento dos pardos. Mas tampouco a proposição do coronel configurava-se numa voz solitária e restrita ao caso: muito ao contrário, ela se coadunava ao pensamento reformista e ilustrado das elites que desempenhavam funções na governança colonial entre fins do século XVIII e nas primeiras décadas do XIX. É lugar-comum nas reflexões esboçadas por estas autoridades acerca dos regimentos compostos por pardos e pretos algo que, uma vez concretizado, constituiria um golpe fatal não somente ao oficialato negro: defendia-se a extinção daquelas corporações, e o exercício de ofícios mecânicos por parte da oficialidade de cor tornara-se aspecto central àquele embate. Pretende-se aqui examinar tais projetos de reformas – e particularmente aqueles cujo objeto era o Regimento dos Úteis –, os quais conformam uma síntese do pensamento das autoridades coloniais. Objetiva-se, outrossim, averiguar a política racial levada a cabo pela Coroa portuguesa naquele período e manifesta na legislação militar. Será possível, assim, compreender uma parte essencial do ambiente mental e concreto no qual se processavam as relações estabelecidas entre os milicianos dos Úteis, as principais autoridades de São Paulo e o rei a que todos serviam.

Quando da criação do Regimento dos Úteis (1797), produzia-se abundantemente, entre as autoridades coloniais, críticas contundentes às disposições da carta régia de 22 de março de 1766, mormente no que concerne à política racial nela contida. Em 1798, duas décadas após o fim da guerra entre portugueses e espanhóis, era possível ao provedor da casa da moeda da Bahia, ao adentrar no ambiente socialmente tenso daquela capitania, concluir que “a carta régia de 1766 foi (...) um erro de política em administração de colônias, porque mandando formar corpos milicianos desta qualidade de indivíduos [, pardos e pretos] se viram condecorados com postos de coronéis e outros semelhantes”. Daí decorria, conforme o provedor, “que esta gente, naturalmente persuadida, adiantou consideravelmente as suas idéias vaidosas, o que junto ao espírito do século os faz romper em toda a qualidade de excessos”.³¹⁷ Em ofício igualmente enviado ao Conselho Ultramarino, mas de 1806, o governador de Pernambuco Caetano Pinto de Miranda Montenegro foi mais além no

³¹⁶ Cf.: APESP, ord. C00285, doc. 48-1-51. São Paulo, 1 de setembro de 1809.

³¹⁷ Cf.: Carta de José Venâncio de Seixas para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em que lhe participa ter chegado à Bahia e ter tomado posse do lugar de Provedor da Casa da Moeda, referindo-se a diversos assuntos de serviço público e especialmente à descoberta de uma associação sediciosa de mulatos. Bahia, 20 de outubro de 1798. Doc. 18.431 – 18.432. In: *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 36, 1914, p. 42-43.

questionamento ao oficialato negro e à proliferação de semelhantes corporações. Por meio de análise das disposições régias respeitantes aos corpos militares compostos por pardos e pretos ao longo do século XVIII, o governador manifestou seu entendimento de que a carta de 1766 representava uma virada no sistema até então adotado.³¹⁸

Ora, entre 1731 e 1733 publicaram-se provisões régias nas várias capitanias do Brasil cujo objeto era a abolição dos corpos exclusivos para pardos e bastardos e, do mesmo modo, para pretos, o que necessariamente implicaria a extinção do oficialato negro. Estas diretrizes, como se viu anteriormente, faziam parte de uma política racial muito específica, que levava em conta a proliferação extraordinária da camada social composta por egressos do cativo e seus descendentes. Entretanto, a efetiva manutenção daqueles terços e de seus oficiais, a despeito das diretrizes régias, tornara-se já uma “razão de Estado”³¹⁹: na avaliação dos governadores coloniais, as pressões exercidas por aquela vasta população tornavam já impossível o cumprimento da ordem em questão, pois do contrário corria-se o risco de comprometer o próprio equilíbrio social. Por sua vez, as circunstâncias próprias de uma guerra de grandes proporções justificaram uma alteração formal, expressa na carta régia de 1766, aos termos da política a ser adotada com os negros armados. Estes receberam, então, vários estímulos para a formação de terços auxiliares. Contudo, havia pouco detalhamento a respeito de questões fundamentais na vida de corporações do gênero, como era o caso dos critérios e condições para o provimento dos postos no oficialato, a remuneração e o tempo de serviço. O texto do alvará de 17 de dezembro de 1802 visou suprir essa lacuna. Apesar de atinente à generalidade dos corpos milicianos do ultramar, o alvará em questão trouxe diretrizes particulares quando tratou dos regimentos de pardos e pretos. Aqueles parágrafos constituem uma peça central para a interpretação da política racial portuguesa, e especialmente a dispensada aos milicianos de cor.

A partir de sua promulgação, estariam hábeis para ocupar os mais altos postos nas hierarquias milicianas, mediante aprovação em concurso, apenas os oficiais que tivessem “servido com distinção na Tropa Regular” – a primeira linha – e que contemplassem “todas as circunstâncias necessárias para o digno desempenho das obrigações que lhes são inerentes”.

³¹⁸ Cf.: Ofício do governador da capitania de Pernambuco, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior, sobre a distribuição racial da população da capitania de Pernambuco, prevalecendo o número de pardos e pretos e a desorganização em que se encontram os diversos Regimentos de milícias, precisando de autorização real para compor e reorganizar os ditos regimentos. AHU-PE, cx. 259, doc. 17405. Recife, 24 de março de 1806.

³¹⁹ Conforme Bluteau, uma “razão de Estado verdadeira, boa e digna de louvor é uma prudência política, que prevendo com perspicácia o futuro, dispõe os meios para conseguir o intento”, atendendo assim a autoridade temporal do príncipe como a lei divina. Cf.: Verbete “Razão”. In: BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728.

Todavia, “no caso de não haver oficiais da Tropa Regular que se apresentem a concurso, serão a ele admitidos os capitães e ajudantes dos próprios regimentos de milícias”. E frisava-se, ainda, que “desta generalidade não será excetuado regimento algum de homens brancos”. Aos milicianos pardos e pretos, porém, destinou-se atenção particular. A eles, o príncipe D. João assim se manifestava:

Sendo porém muito conveniente ao Meu Real Serviço, e inteiramente conforme aos princípios da Razão, e Direito natural, que eu procure como pai comum de todos os meus vassallos desterrar de seus ânimos a odiosa preocupação, com que muitos ainda consideram a diferença das cores como um princípio, de que devem resultar diversos direitos entre aqueles, em que se não dá a uniformidade deste acidente; e querendo por outra parte dar a todos os meus vassallos Pretos, e Pardos uma prova irrefragável de que os considero habilitados para todas as Honras, e Empregos Militares, a que serão efetivamente elevados, segundo o seu pessoal merecimento: sou servido ordenar, que para os Postos de Coronéis, Tenentes Coronéis, Majores, e Ajudantes dos Regimentos Milicianos de homens pretos, denominados de Henriques, e igualmente para os de homens pardos, que atualmente existem, ou para o futuro existirem em qualquer Capitania do Brasil, sejam sempre atendidos de preferência os Oficiais de suas próprias cores, quando neles concorram as precisas circunstâncias para o desempenho dos mesmos Postos (...).³²⁰

Previam-se no alvará, ademais, a possibilidade de inexistirem, em determinadas ocasiões, quantidade suficiente de homens pardos e pretos “dignos de ocupar os Postos Superiores, e de Ajudantes, quantos sejam necessários”. Verificando-se efetiva esta situação, os postos seriam preenchidos via concursos, aos quais participariam oficiais brancos tirados das tropas de linha – semelhantemente ao procedimento determinado para os demais corpos milicianos. Este seria, como mais adiante se verá, o ponto central na argüição das autoridades coloniais em sua guerra contra os oficiais negros. Ainda mais porque se esclarecia no alvará que era necessário zelar pelo “decoro” de postos “tão autorizados”. Ao fim, explicitava-se que “nenhum Coronel proporá para Alferes sujeito algum uma vez que não possua bens ou rendas suficientes para se manter com a decência conveniente ao Posto de Capitão”.³²¹

Mas cabe aqui acentuar, por ora e para além do ponto-crítico do alvará representado pelos critérios de “merecimentos” e “rendas” estabelecidos aos pretendentes a postos de oficiais, outros significados do texto legislativo que não devem ser perdidos de vista: a manutenção da divisão das milícias por cor/condição e a novidade expressa pela formalização da preferência dada aos oficiais pardos e pretos em seus regimentos. Essa política racial tinha

³²⁰ Cf.: Alvará, pelo qual Vossa Alteza Real há por bem regular o modo por que devem ser feitas as promoções dos diversos postos dos regimentos de milícias dos seus domínios da América, a fim de que os mesmos regimentos cheguem ao mais alto grau de instrução, disciplina e perícia militar que a sua constituição permite, e possam servir como convém assim à defesa externa como à manutenção da ordem interior dos expressados domínios (Daqui em diante “Alvará de 17 de dezembro de 1802”). AHU-BA, Eduardo de Castro e Almeida (E.C.A.), cx. 131, doc. 25846. Lisboa, 17 de dezembro de 1802.

³²¹ Cf.: *Idem*.

importantes antecedentes, como a já longa tradição de conformação de terços auxiliares – os futuros regimentos milicianos – separados entre brancos, pardos e pretos, de cujo modelo de divisão social por cor/condição a Coroa se valeria, efetivando-o a partir de 1797, em sua classificação de todo o restante da população colonial.³²² Ademais, a oferta de garantias ou privilégios por parte da Coroa para aqueles vassalos maculados pelo “acidente” da cor, extensiva agora a todo o Estado do Brasil, posto que até então passava por prerrogativa restrita a determinadas corporações ou capitanias, fora precedida em alguns de seus aspectos tanto pelo texto da carta régia de 1766 quanto por recentes provisões régias, passadas às capitanias de Pernambuco, Rio de Janeiro e Bahia entre 1797 e 1802.³²³ O que se quer aqui vai além do rechaço à hipótese de que a gênese do alvará de 17 de dezembro de 1802 encontra-se exclusivamente atada à conjuntura tensa social e racialmente da capitania da Bahia: os termos do referido alvará podem ser lidos, de fato, como o ponto alto de um processo de estreitamento dos laços entre a Coroa e os milicianos de cor do Brasil ocorrido entre a segunda-metade do século XVIII e o início do XIX.³²⁴

O alvará de 16 de janeiro de 1773 é outro texto legislativo pelo qual se revela aspectos da posição régia em relação aos descendentes livres de escravos a partir da segunda metade do século XVIII, mas, mais do que isso, visto conjuntamente ao alvará de 1802 e a outras peças da legislação, sobretudo a pombalina, permite que se faça conexões mais amplas entre a política racial e concepções de organização da sociedade vigentes à época. Referindo-se especificamente ao território de Portugal e Algarves, como já vimos, o alvará tinha como objeto a libertação imediata dos escravos que se encontravam na quarta geração do cativeiro. Estipulou também a anulação da nota infamante aos libertos. A partir de sua promulgação, os libertos existentes em Portugal deveriam ser considerados “hábeis para todos os ofícios, honras e dignidades”.³²⁵ A notável semelhança entre aspectos dos textos de 1773 e 1802

³²² NAZZARI, Muriel. *Vanishing Indians...*

³²³ Cf.: Carta do governador e capitão e general da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda Montenegro à rainha D. Maria, informando da impossibilidade de satisfazer a real provisão de 26 de julho de 1797, que ordena a concessão aos ajudantes dos terços as mesmas honras, graduação e soldos que têm os sargentos-mores. AHU-MT, cx. 35, doc. 1819. Vila Bela, 3 de fevereiro de 1799; Requerimento dos capitães e mais oficiais subalternos do 2º Regimento de Infantaria de Milícias dos homens pardos do Rio de Janeiro, por seu procurador Pascoal Luís Gabriel, ao príncipe regente D. João, solicitando o direito de serem encartados em todos os postos militares, como acontece nos mesmos regimentos na Bahia. AHU-RJ (Avulsos), cx. 220, doc. 15152. Rio de Janeiro, [ant.] 31 de julho de 1804.

³²⁴ A tese que vincula o alvará de 1802 ao contexto baiano pode ser lida em KRAAY, H. *Race, State, and armed forces...*, p. 98-105; KRAAY, Hendrik. *Identidade racial na política...* p. 528-529.

³²⁵ Cf.: Alvará de 16 de janeiro de 1773. LARA, Silvia (Org.). *Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa*. In: José Andrés-Gallego (Dir. e Coord.). *Nuevas Aportaciones a la Historia Jurídica de Iberoamérica*. Madrid: Fundación Histórica Tavera, 2000. p. 359. Sobre o primeiro impacto de que se tem registro decorrente do conhecimento desta lei na América portuguesa e os debates gerados em torno de sua interpretação por pardos ver SILVA, L. G. “Esperança de liberdade”...; Sobre a difusão deste alvará nos vários

torna evidente a iniciativa processual da Coroa em retirar, ao menos no plano legal, este grupo (de pardos e pretos livres) do estado de relativo encapsulamento social que se encontravam em função dos vínculos que os ligavam a um passado escravo. Isso se faria principalmente mediante a habilitação destes para todos os ofícios e honras, como se pessoas brancas fossem. Mas, tomando-se em conjunto as resoluções da quebra da diferenciação entre cristãos-velhos e cristãos-novos, a elevação do *status* dos vassalos indianos à condição de reinóis, bem como a adoção de importantes medidas relativas aos índios da América – para citar apenas estes exemplos – vê-se que o Estado português agia imbuído de uma nova concepção de sociedade.³²⁶

Efetivamente, o modelo de sociedade corporativa de raízes medievais e auto-representado pela da metáfora do organismo humano, como se formado por vários órgãos relativamente autônomos mas interdependentes entre si, estava ruindo já em meados do século XVIII ante o avanço de transformações estruturais. Concorriam nesse sentido por um lado o triunfo do absolutismo nos reinos ibéricos e na Itália e por outro o despontar das mutações proporcionadas pelo campo de idéias da ilustração. O absolutismo, associado diretamente ao crescimento do Estado, passara a deslocar “*cada vez más las funciones y las competencias de los cuerpos en las que estaba organizada la sociedad*”. A partir de então, o Estado “*tiende a pensar su relación con la sociedad, no como una relación con cuerpos necesariamente heterogéneos, sino como una relación binaria, y más abstracta, soberano-súbditos*”.³²⁷ Caso se queira empregar a metáfora cara ao ideário corporativo, é como se agora a cabeça do organismo, que representa o rei e seus ministros na função de zeladores da harmonia interna, quisesse exercer total domínio sobre os demais órgãos do corpo que constitui a sociedade. Estes, e tudo aquilo que lhes era próprio de acordo com seus estatutos (“foro”, “direito”, “privilégio”), passam a ser vistos pelo Estado como concorrentes na disputa pelo controle do organismo social. Quando se leva em conta que para o sistema mental da ilustração o indivíduo – e não mais as corporações – é considerado “*como valor supremo y criterio de referencia con el que deben merdirse tanto las instituciones como los comportamientos*”, é

espaços da América portuguesa ao longo das décadas seguintes à sua publicação e o potencial político do mesmo sobre as aspirações de pessoas de cor, cativas, libertas e livres, ver LIMA, Priscila de. De libertos a vassalos. Interpretações populares dos alvarás anti-escravistas pombalinos na América portuguesa (1761-1810). Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, 2011.

³²⁶ FALCON, F. J. C. *A época pombalina*. Política econômica e monarquia ilustrada. São Paulo: Editora Ática, 1982. p. 396-398; MATTOS, H. A escravidão moderna nos quadros do império português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica. In: BICALHO, M. F.; FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M. F. (Orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 156; LIMA, P. de. De libertos a vassalos..., p. 19-29.

³²⁷ GUERRA, F. X. *Modernidad e independencias: ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. Madrid: Editorial Mapfre, 1992. p. 23.

possível entender os vínculos entre iluminismo e absolutismo.³²⁸ Fundamentalmente, ambos apresentavam oposição ferrenha aos privilégios das corporações – quer se trate de prerrogativas relativas a instituições voltadas a segmentos populares, quer diga respeito a isenções comuns a setores da nobreza – e assim defendiam “*una empresa de homogeneización de la sociedad*”.³²⁹ Como se viu acima ao contemplar-se algumas medidas adotadas ao longo do ministério pombalino, este esforço não era caracterizado simplesmente pela luta contra privilégios e prerrogativas: seu direcionamento a quebrar diferenças naturalizadas de condição social de indivíduos e grupos implicava que, em uma concepção homogeneizadora de sociedade, todos fossem, por princípio, igualmente súditos do rei, sem outra mais distinção. Quiçá fosse esse o traço fundamental do “espírito do século” que animava os mulatos da Bahia. Mas de que maneira o alvará de 1802, conferindo preferência aos oficiais negros em seus regimentos ao invés de combatê-la, pode ser entendido neste processo?

Na própria formulação apresentada no alvará tem-se que o rei, como pai comum de todos os vassalos, se via na missão de “desterrar de seus ânimos a odiosa preocupação com que muitos ainda consideram a diferença das cores como um princípio de que devem resultar diversos direitos”, por um lado, e, por outro, “dar a todos os meus vassalos Pretos e Pardos uma prova irrefragável de que os considero habilitados para todas as honras e empregos militares”, o que se faria justamente mediante o estabelecimento da prerrogativa – um “direito” particular – concedida ao oficialato negro. O fato de que este último aspecto, ou seja, a afirmação da autonomia funcional dos corpos militares de pardos e pretos atrelada ao princípio do autogoverno – os quais são elementos típicos da organização social corporativa³³⁰ –, tenha prevalecido numa época que produzia tanto questionamentos como ações concretas visando sua superação, pode ser lido como uma das ambigüidades que marcam o alvará de 1802 e a política racial portuguesa de meados do século XVIII e início do XIX. Mas a régua que mede rupturas e continuidades deve prever um espaço para a transição. E o que à primeira vista pode ser qualificado apenas como ambigüidade torna-se algo muito complexo. Quanto mais se se considera que a transição entre os modelos de organização social

³²⁸ Este é, certamente, um capítulo fundamental na dinâmica história do que se pode chamar de “equilíbrio nós-eu” – as diferentes formas como a realidade é pensada ou estruturada ao longo do tempo com maior ou menor ênfase para indivíduos ou sociedade (ou grupos e coletividades). ELIAS, N. Transformações no equilíbrio nós-eu. In: ELIAS, N. *A sociedade dos indivíduos*. Trad. Mário Matos. Lisboa: Dom Quixote, 1993, p. 175-258.

³²⁹ GUERRA, F. X. *Idem*, p. 25; MORSE, R. *O espelho de próspero*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 76, 81; WEHLING, Arno. Ilustração e política estatal no Brasil 1750-1808. *Humanidades: Revista de la Universidad de Montevideo*, n. 1, p. 61-86, 2001, p. 68.

³³⁰ HESPANHA, A. M.; XAVIER, A. B. A representação da sociedade e do poder..., p. 123-124; BLACKBURN, R. *A construção do escravismo no Novo Mundo*. Do barroco ao moderno (1492-1800). Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 34-44.

coexistentes ocorrera correlatamente a uma era de revoluções. O ambiente colonial ao qual o alvará de 1802 se referia era marcado por um crescimento extraordinário da camada de pessoas livres de cor e da conseqüente pressão política exercida por seus vários segmentos junto ao rei. Ademais, as agitações sociais e políticas do Haiti e da Bahia estavam muito próximas para serem desconsideradas.³³¹ Por fim, desde o século XVII havia fortes razões do ponto de vista militar para a manutenção das tropas de homens de cor com seus oficiais. Mas o fato é que para os ocupantes dos mais altos postos da burocracia estatal na América – e sem dúvida se tratava de elites ilustradas – a posição régia sobre esta matéria parecia uma aberração.

Já no tempo do vice-reinado do marquês do Lavradio (1769-1778) havia críticas incisivas aos terços auxiliares da gente de cor. Este, por exemplo, deixara a seu sucessor a recomendação de manter o regimento dos pardos da cidade do Rio de Janeiro, a despeito da má impressão que se podia ter dessa tropa, mas sem os postos de coronel e tenente-coronel e sob o comando de oficiais brancos. A principal razão evocada por Lavradio nesse sentido era, mais que o papel militar da corporação, seu potencial em desempenhar a função de uma teia de exercício de controle social àqueles povos, considerados “gente da pior educação, de um caráter o mais libertino, como são negros, mulatos, cabras, mestiços e outras gentes semelhantes”.³³² Mas à época da criação do Regimento dos Úteis os questionamentos direcionados às corporações milicianas de pardos e de pretos iam mais além: como se viu, pululavam avaliações negativas aos termos da carta régia de 1766 e à sua aplicação. A publicação das disposições do alvará de 1802, bem como das resoluções que lhes antecederam de imediato, tiveram o efeito instantâneo de acionar o posicionamento dos governadores e demais autoridades militares, que ora espontaneamente ora por encomenda elaboraram projetos de reforma para as milícias de suas capitanias.

Na Bahia, desde 1796 o regimento dos pardos da cidade de Salvador passara a ser governado de modo semelhante ao que Lavradio havia estabelecido no Rio de Janeiro: ao

³³¹ BLACKBURN, R. Haiti, slavery, and the age of the democratic revolution. *The William and Mary Quarterly*, v. 63, n. 4, p. 643-672, 2006; JANCSÓ, I. *Na Bahia, contra o império: história do ensaio de sedição de 1798*. São Paulo: Hucitec, 1996. É significativo como o secretário de Estado D. Rodrigo de Souza Coutinho passou a avaliar as pressões da população de cor da capitania de Minas Gerais à luz da revolta haitiana. Cf.: Carta de D. Rodrigo de Souza Coutinho, em nome do rei, para o governador de Minas, Bernardo José de Lorena, sobre a petição dos homens pardos encabeçada por Miguel Ferreira. Palácio de Queluz, 3 de janeiro de 1798. APM. Secretaria de Governo da Capitania (seção colonial). Título: Originais de cartas régias e avisos – 283, fl. 3.

³³² Cf.: Relatório do marquês de Lavradio, vice-rei do Rio de Janeiro, entregando o governo a Luiz de Vasconcelos e Souza, que o sucedeu no vice-reinado. *RIHGB*, t. 4, n. 16, p. 419-425 e 436. Uma demonstração de como as irmandades de pessoas de cor funcionavam como células de controle social nos moldes da sociedade corporativa, isto é, a partir do princípio do autogoverno e sem a necessária ingerência de brancos, pode ser lido em SOUZA, F. P. de; LIMA, P. de “Que haja paz e quietação”: controle social e irmandades negras na América portuguesa, século XVIII. *Revista Ágora*, n. 11, 2010, p. 1-22. Disponível em: <http://www.ufes.br/ppghis/agora/>.

invés de coronel, tenente-coronel e sargento-mor de sua própria cor, a corporação era encabeçada por um sargento-mor branco. Isso gerou um clima de extrema animosidade em seu interior, agravado pelo fato de que no regimento dos pretos Henriques mantinha-se intacto o oficialato negro. Essa medida, que na ocasião foi aprovada pela Coroa, teve sua revogação poucos anos depois, em 1802, por meio de uma resolução do Conselho Ultramarino.³³³ Em resposta à resolução que ordenava que o regimento em questão voltasse à sua condição anterior, com oficialato pardo, e ao alvará do mesmo ano, foi elaborada uma proposta para o preenchimento dos postos vagos, em 1803, pelo marechal Florêncio José Correia de Mello.³³⁴ Além da descrição individual dos indicados, consta do documento uma reflexão acerca daquelas instituições que se configurava como uma sugestão ao rei. Dois de seus pontos merecem aqui especial atenção: a crítica à composição do oficialato, notadamente à presença de pardos oficiais mecânicos, assim como o destino que Correia de Mello propunha para o regimento. Sobre o primeiro aspecto, destaque-se que o marechal negou-se a indicar, do interior daquela corporação, um homem apto ao posto de coronel, pois, conforme suas palavras, “eu não sei escolher um coronel entre homens que vivem de ofícios mecânicos, sem educação alguma nem meios suficientes de sustentar dignamente a autoridade daquele posto, igualado hoje nas honras com os outros coronéis das tropas pagas”. Aqui está manifesta, claramente, a indignação da autoridade militar para com a recente política racial da Coroa. Ao fim, sua indicação recaiu em um alferes pardo da tropa paga, filho de ex-governador de Moçambique. Por outro lado, o segundo ponto aqui em destaque diz respeito à proposta de se abolir “inteiramente a denominação do Regimento Miliciano de Mulatos, e que o referido Regimento fosse organizado, como são os outros corpos milicianos desta capitania, de cidadãos livres, sem distinção alguma de cores”. Falava a voz do funcionário ilustrado, adepto da homogeneização da sociedade – e por isso, até, concorde às disposições do alvará de 1773 no que toca aos homens livres e libertos –, mas contrário à prerrogativa dada aos milicianos pardos e pretos em 1802.

O projeto arquitetado em 1806 por Caetano Pinto de Miranda Montenegro, governador de Pernambuco, discutia com as mesmas questões assinaladas nas reflexões sobre a Bahia. O ponto de partida de Montenegro, e que marcaria o destino que traçou para os regimentos de pardos e de pretos, era a distribuição racial da população livre de sua capitania, com amplo domínio numérico da camada composta por homens de cor. Nesse quadro, considerou que “a

³³³ KRAAY, Hendrik. *Race, state, and armed forces...*, p. 98-105; RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e Libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 138-142. Cf. anexos ao “Alvará de 17 de dezembro de 1802”. AHU-BA (E.C.A.), cx. 131, doc. 25846. Lisboa, 17 de dezembro de 1802.

³³⁴ Cf.: anexos ao “Alvará de 17 de dezembro de 1802”. AHU-BA (E.C.A.), cx. 131, doc. 25846.

força moral e de opinião deve estar a favor dos brancos”, para o que a legislação da primeira metade do século XVIII referente às tropas auxiliares contribuía. O modo com que a carta régia de 1766 fora aplicada, especialmente no tocante aos pardos e pretos, teria causado inconvenientes de toda sorte de acordo com o governador: criou-se muitos corpos de segunda linha e com companhias dispersas pelas vilas, dificultando o serviço; houve, ademais, a nomeação de “oficiais, até mesmo superiores, tirados dos ofícios mecânicos e sem poderem manter a decência e independência dos postos”. Mas, apesar de desejar o fim das corporações milicianas de homens de cor e repudiar o oficialato composto por artesãos, tal como o exposto no projeto baiano, Montenegro alertava para a necessidade de se agir com prudência. Fosse em função do peso social e demográfico da camada de homens livres de cor, fosse pela tradição secular daquelas corporações, a execução de uma “reforma direta e muito austera” seria um grande risco à estabilidade social. Era necessário, pois, “contemporizar e lançar mão de meios indiretos”, que, no caso, se tratava de manter “um corpo de cada qualidade na capital do governo” e, nas demais localidades de Pernambuco, incorporar companhias nas ordenanças.³³⁵

Em São Paulo também se produziu contestações desta natureza. O Regimento dos Úteis foi criado no governo de Antônio Manoel de Mello Castro e Mendonça e as oposições surgiram já na administração de seu sucessor, Antônio José da Franca e Horta (1802-1808). De fato, este capitão-general foi direto ao ponto ao fazer cessar as promoções dos pardos para o oficialato superior. Segundo lhe parecia, os pardos de São Paulo, “por abjetos, sem educação e muito pobres [eram] indignos de cingirem uma banda e de entrar em círculo com a oficialidade dos outros corpos”. Não seria somente o “acidente das cores” o que os tornava desprezíveis e indignos aos olhos do governador, pois eram igualmente censurados os fortes vínculos que os milicianos estabeleciam com a comunidade escrava, bem como o exercício dos ofícios mecânicos de que boa parte deles ganhava a vida. Franca e Horta indicou ainda que seu posicionamento era compartilhado pelos oficiais brancos dos demais regimentos:

Como pode, na verdade, lisonjear-se um homem de bem que serve o Estado, de ser capitão e ainda tenente-coronel, se vê condecorado com igual patente e honras um mulato alfaiate ou sapateiro, outro que ele conheceu escravo, e finalmente outro que

³³⁵ Cf.: Ofício do governador da capitania de Pernambuco, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior, sobre a distribuição racial da população da capitania de Pernambuco, prevalecendo o número de pardos e pretos e a desorganização em que se encontram os diversos Regimentos de milícias, precisando de autorização real para compor e reorganizar os ditos regimentos. AHU-PE, cx. 259, doc. 17405. Recife, 24 de março de 1806.

ainda que forro é casado com uma negra cativa, como são de ordinário os que atualmente servem neste corpo? ³³⁶

Curiosamente, porém, o governador não tocou na questão da abolição do recém-criado regimento dos pardos. Seja como for, não tardou para essa causa ser retomada em São Paulo: ela figurou insistentemente nos projetos que José Arouche de Toledo Rendon apresentava ao governo da capitania entre 1809 e 1821. Rendon, nascido em uma tradicional família paulista foi, de acordo com John Monteiro, “figura proeminente nos anos finais do período colonial e nos iniciais do Império”. Formou-se bacharel em Coimbra, em 1778, e se tornou “exemplo expressivo dos pensadores (...) que introduziam no Brasil idéias sobre a economia política, a organização militar e a gestão administrativa”. Exerceu as funções de diretor geral das aldeias, inspetor geral de milícias, governador das armas e, entre outras, a de deputado na primeira assembléia constituinte do Brasil independente. ³³⁷ O pensamento do funcionário ilustrado acerca dos milicianos pardos está presente e diluído na vasta documentação ordinária por ele produzida na qualidade de inspetor de milícias e, posteriormente, governador das armas. Rendon foi, por muito tempo, um intermediário entre os milicianos e o governador político. Era ele quem dava o último parecer aos governadores por ocasião das diversas demandas e propostas daqueles homens. Mas há três escritos de Rendon que merecem especial atenção aqui: seu parecer a uma proposta para preenchimento dos postos de oficiais (1809), seu *Projeto de Plano para o Melhoramento das tropas Milicianas de São Paulo* (1815) e, por último, os comentários ao *Plano* de organização da segunda linha no âmbito da Comissão Militar (1821). ³³⁸ O exame destas peças mostra não apenas a insistência de Rendon no combate ao regimento dos pardos e seus oficiais: seu discurso tem algo de historiográfico, mormente ao inserir os Úteis numa narrativa que articula passado, presente e futuro.

³³⁶ Cf.: Para o Excelentíssimo Senhor Visconde de Anadia. *D.I.*, v. 94, p. 169-170. São Paulo, 25 de junho de 1806; Carta do governador e capitão general da capitania de São Paulo Antônio José Franca e Horta, ao príncipe regente D. João, dando seu parecer negativo à confirmação de patente de capitão dos Homens Pardos Forros da vila de São Vicente, Manoel de Alvarenga Braga, pertencente ao Regimento dos Úteis. AHU-SP (Avulsos), cx. 29, doc. 1286. São Paulo, 22 de dezembro de 1806.

³³⁷ Para mais informações biográficas a respeito de José Arouche de Toledo Rendon, consultar MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, tapuias e historiadores*. Estudos de história indígena e do indigenismo. Tese (livre docência) – Universidade Estadual de Campinas, 2001, p. 112-128.

³³⁸ Cf.: APESP, ord. C00277, doc. 41-1-97. São Paulo, 12 de novembro de 1809; Projeto de Plano para o Melhoramento das tropas Milicianas de São Paulo. APESP, ord. C00265, cx. 33, doc. 24. São Paulo, 5 de setembro de 1815; Último parecer do abaixo assinado na presente Comissão Militar sobre o Plano que se deve adotar para a organização do Exército da 2.^a Linha na província de São Paulo. APESP, ord. C00265, doc. 33-3-54. São Paulo, 24 de outubro de 1821; LEONZO, N. *Defesa militar...*, p. 314-329. Uma visão preliminar em torno deste objeto pode ser lida em SOUZA, F. P. de. Homens de cor ao lado de brancos: a formação de corpos militares mistos em São Paulo (1765-1821). In: SALES, J. R.; FREITAG, L.; STANCZYK FILHO, M. (Orgs.). *Região: espaço, linguagem e poder*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 311-323.

Em primeiro lugar, deve-se dizer que os três textos apresentam entre si uma grande coerência interna na exposição das idéias. Assim, não há neles alteração no essencial de suas formulações a respeito dos homens pardos. Como de praxe, o principal alvo de suas críticas era a composição sócio-profissional do oficialato miliciano, o que se coadunava com a oposição relativa à separação por cores. Quanto ao acesso ao oficialato, afirmava em 1815 que “havendo nesta capitania grande número de homens da cor parda capazes de pegar em armas, são raros aqueles que estão nas circunstâncias de gozar as honras de oficiais”. O grupo incluía “uns por falta de educação e a maior parte por muito pobres”. Mas, ao adjetivar a situação dos “pobres” e “desgraçados” oficiais pardos paulistas como “indecente”, Rendon recorria à caracterização destes como taverneiros e oficiais mecânicos. Conforme seu argumento, em 1809, aqueles pardos valiam-se dissimuladamente de estratégias para burlarem a avaliação que deles faziam as autoridades militares na ocasião das propostas:

a maior parte deles são pobres que têm até hoje vivido de seus ofícios mecânicos e de tavernas, e que o interesse de serem promovidos a oficiais fez com que uns fechassem as vendas e outros passassem a trabalhar no interior de suas casas pelos seus ofícios, não podendo assim acontecer aos ferreiros e carpinteiros, que não podendo exercitar em segredo as suas ocupações ficaram preteridos. (...) [Seja como for,] a necessidade obrigará a continuarem nas suas ocupações logo que tiverem as suas patentes com a real assinatura.

Se, por uma parte, nobreza e honra advinham da assinatura régia presente em suas patentes, “por outra parte jamais se poderá combinar esta nobreza com o miserável estado do promovido”. Para ele, “o ofício simples de alfaiate, ourives, etc. não são qualidades que habilitem a um homem pardo a gozar das honras de oficial sem ter outros meios”. Remetendo-se ao governador Conde de Palma, em 1815, Rendon lamentava, ademais, o fato de que mesmo em condição “indecente” aqueles homens mantinham cotidianamente grande proximidade ao centro de poder: “Vossa Excelência têm visto na sua guarda e nas ocasiões de beija-mão os sapateiros, os ferreiros e os taverneiros de banda e gola, tendo andado no dia antecedente debaixo de um pobre capote”. Isso, para o funcionário régio, era “uma cena triste” e exemplo de prestação de mau serviço ao rei. E justamente esse quadro, meticulosamente construído, era um dos elementos empregados na proposta de abolição do Regimento dos Úteis. Figuravam também nesse sentido a tendência ilustrada de homogeneização da sociedade – que, embora manifesta no alvará de 1802, fora ali ofuscada pela reafirmação de princípios barrocos de organização social, o que levou Rendon a julgá-lo “impolítico” – e a perspectiva correlata de um futuro baseado nas transformações que urgiam já no presente em função de um passado com o qual se queria romper.

Em sua primeira formulação direcionada ao combate à separação de cores nas milícias, de 1809, Rendon expunha sua versão sobre as condições de criação daquelas corporações na colônia – perspectiva, aliás, muito distinta da que se orgulhavam os pretos Henriques e os pardos de Pernambuco e Bahia, cuja origem remontava às guerras contra os holandeses e que não contara com a ingerência régia. Além disso, anunciava sua preocupação com um futuro que se queria construir. Conforme Rendon,

Os regimentos milicianos foram criados todos com homens brancos, não sendo admitidos os pardos nem para a praça de soldados. Isto fez com que sobrasse toda esta classe de gente contra o sistema do nosso ministério, que sempre quis e ainda quer que no Brasil todo o homem capaz de pegar em armas seja alistado nos corpos milicianos; e para remediar esta falta lembrou em muitas capitânias, e depois nesta, o fazer regimentos de mulatos.

Hoje já não existem as mesmas razões que então obstavam: a exemplo da tropa paga, se tem ingerido aos poucos os mulatos nos corpos milicianos, onde servem de soldados e de oficiais inferiores; e o escrúpulo só reina quanto a passarem a oficiais; escrúpulo que terá de durar muitos tempos, visto que ele tem sua origem na escravidão. Além disto, ocorrem as felizes circunstâncias de não ser hoje o Brasil uma colônia, e de se deverem lançar as linhas para o que há de vir a ser, e não para o que ainda é presentemente.

(...) O tempo fará com que também se extingam os escrúpulos de passarem a oficias os mulatos de merecimento e que saibam servir ao Estado; fim este que nunca se conseguirá enquanto existir a odiosa separação e distinção de corpos.

Já em sua segunda explanação, de 1815, fez uso de argumentos mais refinados, distribuindo as temporalidades conforme a perspectiva daqueles que seriam os dois agentes mais interessados na abolição dos regimentos de homens de cor: o rei, representando o Estado, e os próprios milicianos pardos³³⁹.

Desejam os Pardos, porque apesar de Sua Alteza Real os declarar hábeis para todos os empregos e de os honrar conforme o seu merecimento, eles se julgam desgraçados por isso mesmo que se vêem no exército em corpos separados, em que o público pela mesma causa os reputa de uma classe muito inferior. Foi sem dúvida um passo político aproveitar para as armas esta classe da raça (...) de que tanto abunda o Brasil. Nos tempos em que se formaram estes corpos de Pardos e de Henriques a prevenção do povo era maior do que hoje, e as circunstâncias muito diversas: conveio então que fossem alistados em corpos separados, e governados por outros de sua mesma cor (alvará de 17 de dezembro de 1802). Parece que melhorando tanto o estado das coisas a este respeito, tem cessado os motivos daquela valiosa separação, que ofende ao Estado, nutre a prevenção contra as cores e faz desgraçados os próprios Pardos que se empregam no serviço de Sua Alteza Real, deixando seu nome escrito naqueles Livros Mestres, que serão eternos monumentos do mulatismo para os netos dos que neles juraram defender as bandeiras do mesmo Augusto Senhor. É um fato não oculto que hoje em dia há famílias nobres, que se reputam da classe dos brancos, as quais estariam na classe

³³⁹ Note-se, a propósito, que o “desejo” dos pardos expresso na pena de Rendon era pura retórica: sabe-se do grande empenho movido por oficiais milicianos visando a retomada de suas corporações e de seus postos ao longo do período subsequente a sua extinção, na década de 1830. KRAAY, Hendrik. Identidade racial na política, Bahia, 1790-1840: o caso dos Henriques..., p. 528-529.

dos pardos, se os seus avós tivessem passado pela desgraça de ter os seus nomes naqueles arquivos.

E se presentemente (o que prova a diminuição da prevenção) nós vemos pardos de merecimento em todas as classes do Estado, e mesmo na tropa de linha, por que não será esta a época feliz de se extinguir esta separação de combatentes?

Ainda segundo sua retórica, a medida conviria ao serviço régio uma vez que 1) contribuiria com a intenção de se “extinguir a prevenção contra as cores pardas e negras”; 2) seria o meio ideal de premiar e “promover o merecimento dos vassalos”; 3) “porque se fará cessar os inconvenientes que todos os dias ocorrem (...) quando se unem regimentos de homens pardos com os de brancos” e 4) “porque semelhantes corpos se devem reputar perigosos ao Estado em certas circunstâncias”.

O pensamento exposto naqueles projetos é representativo de uma era de transição, na qual o iluminismo de Lisboa foi paulatinamente substituído por uma visão radical e liberal na América, cuja transformação acarretaria mudanças em relação ao modo pelo qual a própria história e a sociedade eram entendidas. Durante todo o século XVIII se concebia a noção de que a marcha da humanidade seguia um destino. Por volta de fins daquela centúria, o grande destino era adjetivado como a plena “emancipação” humana, o que o século XIX conheceu como “progresso”. Fosse como fosse, entendia-se que o passado era mais nebuloso que o presente, e este um momento de transição para um futuro promissor. Pensava-se agora o homem individualmente, livre de grilhões e distinções naturalizadas. Mas a dimensão concreta da realidade punha questões a serem resolvidas. Se as décadas iniciais do oitocentos eram consideradas uma “época feliz”, na qual poder-se-ia excluir a separação de combatentes por cor nas milícias, como o fazer? E como retirar os milicianos pardos da situação de “indecência”? A resposta dada por Rendon – e que provavelmente valeria para os demais funcionários régios aqui mencionados – revela que seu projeto reformista, típico de intelectuais ilustrados, consistia resumidamente em abolir um canal de inclusão e organização específico para os homens pardos e ativar outro, o qual seria ordenado com base nos merecimentos individuais e não mais em prerrogativas coletivas, como as conferidas aos milicianos de cor. Nesse momento, os milicianos pardos eram encurralados pela coexistência de valores depreciativos existentes já nos primeiros tempos da colonização, como as máculas associadas à cor e aos ofícios mecânicos, bem como do liberalismo que despontava e marcaria todo o século XIX. Rendon indicava possibilidades para que lentamente aquelas pessoas tivessem uma modalidade renovada de inclusão social, rompendo com o estigma do mulatismo, mas nada dizia acerca da exclusão que as tocava em decorrência da aplicação dos critérios censitários e do nível de educação que propunha. A resolução dos novos problemas

ficaria a cargo tão somente do futuro e do progresso – uma postura que de fato se tornou típica das elites liberais de todo o século, avessas a reformas sociais.³⁴⁰

Os planos de Rendon ali contidos foram todos frustrados. Antevendo essa possibilidade desde 1809, o ilustrado sugeria, ao menos, uma reforma por meios indiretos: que a oficialidade fosse composta por brancos, e que o regimento diminuísse o número de suas companhias, de 10 para 6, e, da mesma forma, seu efetivo, de 800 para 600 praças. Tampouco isso ocorreu plenamente, exceção feita ao oficialato do estado-maior, em que os postos de ajudante foram sempre providos em homens brancos e o de coronel ocupado somente uma vez por um pardo, durante os anos 1810-1821.

De qualquer forma, é impressionante a semelhança das formulações evocadas pelas autoridades coloniais em seus escritos. Em toda parte, pode-se notar, as críticas aos regimentos milicianos de pardos e pretos partem dos mesmos elementos: educação, riqueza e ofícios. Quando lidas em conjunto, vê-se que há muito pouco de regional em seus termos, não obstante refiram-se cada qual à sua capitania: tanto a linguagem quanto os objetos concretos daqueles projetos e reflexões parecem universais ao ambiente colonial ou do reino do Brasil. Ora, acaso as penas empregadas para escrever aqueles textos não eram todas movidas por mentes ilustradas e atônitas diante das sobrevivências barrocas reafirmadas nas milícias negras? Sugiro, além disso, que a ênfase concedida à “indecência” da oficialidade milicianiana constituída pelos pardos oficiais mecânicos tenha sido, em boa media, um expediente adotado pelas autoridades em virtude do fato de que não era mais possível, nas primeiras décadas do oitocentos, “excluir” ou “impedir” o acesso daquelas pessoas a postos importantes tomando-se como base simplesmente sua cor ou nascimento. Daí, pois, a estigmatização incidir sobre os ofícios mecânicos. Deve-se levar em conta, como o fez o governador e capitão-general Martim Lopes Lobo de Saldanha, em 1779, que os auxiliares e milicianos gozavam dos mesmos privilégios militares que a tropa paga. E que, “quando Sua Majestade lhes concedeu estes privilégios, lhe foi presente que aos referidos auxiliares se lhes fazia indispensável viver dos ofícios mecânicos”.³⁴¹ Entende-se que a variável cor ou ofício eram aspectos importantíssimos na estruturação social, mas aqui parecem compor um elemento exterior e aparente das relações de poder: o aspecto central é a disputa por bens, poder e *status* e “a

³⁴⁰ SILVA, C. N. da. Conceitos oitocentistas de cidadania: liberalismo e igualdade. *Análise social*, v. 44 (192), p. 533-563, 2009; KRAAY, H. Identidade racial na política, Bahia, 1790-1840: o caso dos Henriques...; SILVA, L. G. Aspirações barrocas e radicalismo ilustrado. Raça e nação em Pernambuco no tempo da independência (1817-1823). In: JANCÓS, I. (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005, p. 915-934; DOLHNIKOFF, M. São Paulo na independência. In: JANCÓS, I. (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005, p. 557-575.

³⁴¹ Cf.: Para o doutor Juiz de Fora de Santos. *D.I.*, v. 81, p. 137-138. São Paulo, 10 de março de 1779.

exclusão do grupo menos poderoso dos cargos com maior potencial de influência”.³⁴² Visava-se, em uma palavra, manter a “força moral e de opinião” sob controle e a favor dos brancos – para empregar os termos de Caetano Pinto de Miranda Montenegro.³⁴³

Mas pode se dizer mais: ao lado da legislação aqui analisada, a permanência daquelas instituições e de seus oficiais-mecânicos, recalcitrantemente até 1831 e em meio a tantos projetos para destruí-las, revela a opção adotada pela Coroa – quer portuguesa, quer brasileira – em sua política racial. A criação de novos regimentos milicianos de pardos e pretos no século XIX atesta o mesmo.³⁴⁴ E, talvez mais importante por constituir um dos determinantes da ação régia, deve-se destacar o peso político e militar que as camadas de pardos e pretos manejavam nessa conjuntura. Conclusivamente, pode-se apontar que, a partir da formação do Regimento dos Úteis, as autoridades de São Paulo se depararam com problemas muito semelhantes aos de outras capitanias com grande contingente de homens sem senhor. Cabia a elas, nesse novo capítulo da história da capitania/província, encontrarem meios para organizar aquele mundo em transformação, de incluir setores populares em uma sociedade em processo de homogeneização adequando novos princípios de hierarquização e controle social.

3.4 – Uns *vexados*, outros *beneméritos*: pureza de sangue e ascensão na hierarquia dos pardos

A despeito da profusão de projetos e atos dirigidos por autoridades coloniais contra as milícias de pardos e pretos, estas continuaram a prestar seus serviços ao rei, bem como seus membros a lhe apresentarem demandas. Através do exame de requerimentos elaborados pelos pardos do Regimento dos Úteis, objetiva-se aqui compreender as opções disponíveis para estes atores no jogo social, particularmente no que se refere à separação por cores em que se fundamentavam as milícias da América portuguesa. Os requerimentos em questão, referentes à década final do século XVIII e às iniciais do século XIX, foram agrupados em duas categorias, de acordo com a natureza das demandas: um primeiro grupo reúne iniciativas documentadas de desvinculação à ascendência africana e aos estigmas a ela associados; no

³⁴² ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, p. 32.

³⁴³ Cf.: Ofício do governador da capitania de Pernambuco, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior, sobre a distribuição racial da população da capitania de Pernambuco, prevalecendo o número de pardos e pretos e a desorganização em que se encontram os diversos Regimentos de milícias, precisando de autorização real para compor e reorganizar os ditos regimentos. AHU-PE, cx. 259, doc. 17405. Recife, 24 de março de 1806.

³⁴⁴ Cf.: Cópia da ordem sobre a organização e formatura do corpo de milícias artilheiras desta cidade, constituído de pardos e pretos libertos. Pará, 2 de maio de 1808. B.N., doc. 7,3,026; Decreto de 10 de maio de 1817. Cria um Batalhão de Caçadores de pretos libertos para servir na Capitania de Montevidéu. Cartas de lei, alvarás, decretos e cartas régias, p. 26-27. In: *Collecção das leis do Brazil de 1817*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.

outro grupo, por sua vez, há o recorrente esforço com vistas à obtenção de ascensão nos quadros da hierarquia dos milicianos pardos. Eles dizem respeito a dois níveis de mobilidade social ascendente nesta sociedade de Antigo Regime: no interior do grupo ou corporação e “a passagem de um estamento a outro”.³⁴⁵ Os argumentos de que se valiam para sustentar suas causas e os pareceres que recebiam revelam um posicionamento plural em torno da instituição militar e para o modo como esta afetava suas vidas. Eles constituem, ademais, as manifestações mais significativas daqueles sujeitos no tocante à política racial régia, ao antagonismo da alta burocracia colonial e ao processo civilizador em curso na capitania/província de São Paulo. Assim, atentando-se para o modo como estes homens construíram suas argumentações e conformaram seus objetivos, ilumina-se aspectos da inserção de indivíduos e grupos *outsiders* no amplo processo de transformação social e das estruturas de personalidade pelo qual passava a região.³⁴⁶

À exceção dos brancos que por algumas vezes ocuparam os postos de coronel e, mais frequentemente, de ajudantes do Regimento dos Úteis, o ingresso nessa corporação implicaria aos demais homens o reconhecimento da sua cor e da ascendência africana. De se situarem, enfim, em um lugar social como *outsiders*.³⁴⁷ Sabe-se que ao longo dos séculos XV e XVI as interações sociais no seio dos impérios ibéricos resultaram na constituição dos cada vez mais englobantes estatutos de pureza de sangue e mãos. Por no mínimo três gerações, judeus, mouros, indianos, índios e mulatos, além de oficiais mecânicos, eram considerados, individual e coletivamente, portadores de defeitos.³⁴⁸ Tais concepções penetraram institucionalmente na organização social da colônia bem como na visão de mundo dos que dela faziam parte, e, embora pudesse haver alguma flexibilidade em sua aplicação, funcionavam em geral, *a priori*, como impedimentos para acesso a títulos, honras, ofícios eclesiásticos e na governança, irmandades restritas a brancos e a determinados postos em corporações militares. São

³⁴⁵ GUEDES, Roberto. De ex-escravo a elite escravista: a trajetória de ascensão social do pardo alferes Joaquim Barbosa Neves (Porto Feliz, São Paulo, século XIX). In: FRAGOSO, J.; ALMEIDA, C. M. C. de; SAMPAIO, A. C. J. de (Orgs.). *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no antigo regime nos trópicos*. América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 341.

³⁴⁶ Uma visão preliminar sobre esta problemática foi publicada em SOUZA, Fernando Prestes de Souza. Milicianos pardos e o processo civilizador em São Paulo. Cor e hierarquia numa configuração social em transformação (ca. 1790 – ca. 1830). *Histórica – Revista on line do Arquivo Público de São Paulo*, v. 6, n. 41, abr./2010.

³⁴⁷ Emprego aqui o conceito de *outsider* conforme o modelo eliasiano das relações *estabelecidos/outsiders*. Não se trata, claro está, de uma perspectiva de acordo com a qual os milicianos pardos estariam alijados da sociedade, para além de suas margens, excluídos. Ao contrário, através da perspectiva aqui adotada objetiva-se dar maior visibilidade aos equilíbrios e diferenciais entre indivíduos e grupos em termos de poder, *status* e bens materiais e simbólicos. Para mais detalhes, consultar ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

³⁴⁸ OLIVAL, F. Rigor e interesses: os estatutos de limpeza de sangue em Portugal. *Cadernos de Estudos Sefardistas*, n. 4, 2004, p. 151-182; BICALHO, M. F. B. Mediação, pureza de sangue e oficiais mecânicos...; p. 308-313; MATTOS, Hebe. “Black Troops” and hierarchies of color...

exemplares, a esse respeito, as *Constituições primeiras do arcebispado da Bahia*, de 1707, e o posicionamento de camaristas de Vila Boa de Goiás, de 1803, contrário ao acesso de homens pardos aos cargos da governança. De acordo com as *Constituições*, aos candidatos a cargos eclesiásticos devia-se inquirir “se têm parte de nação hebréia, ou outra qualquer *infecta*: ou de negro ou mulato”.³⁴⁹ Por sua vez, observa-se que a referência à impureza ou defeito que constituía as pessoas de cor está presente na retórica das elites locais de Vila Boa, como, de resto, em toda a colônia, por meio da oposição entre aqueles e os “brancos puros de sangue”: conforme seus termos, “esta mistura ou defeito da natureza, que até é proibida por Deus nos animais irracionais, os faz sempre viver em ódio com os brancos limpos de sangue”.³⁵⁰

Destaque-se, todavia, que durante o reinado de D. José I, sob as orientações de cunho ilustrado do marquês de Pombal, teve lugar uma verdadeira política visando-se dar fim legal às diversas notas de inabilidade. Esta postura fica explícita na lei de 25 de maio de 1773, relativa à proibição das distinções entre cristãos-velhos e novos, na qual se faz menção às leis “que tenho mandado publicar sobre as outras inabilidades que nestes Reinos se maquinaram”. Mais interessante ainda é a declaração que se encontra no terceiro parágrafo desta norma: “as únicas regras da ingenuidade ou inabilidade de *todos os meus vassallos*, de qualquer estado e condição que sejam”, passariam a ser conferidas, no caso das inabilidades, apenas pelos crimes de lesa majestade, divina ou humana. Aos que fossem condenados por estas faltas seria conferida a nota de infâmia, a qual também se estenderia aos descendentes até a terceira geração. Fora este grupo, “*todos, e quaisquer dos outros vassallos naturais dos meus Reinos, e seus domínios*, cujos avós não houverem sido sentenciados pelos sobreditos crimes”³⁵¹ passariam a ser considerados ingênuos³⁵² e hábeis. No entanto, a implementação do que as leis determinam frequentemente requer um longo período para sua plena acomodação na estruturação da sociedade. Assim, mesmo em face das medidas que procuravam revogar os estatutos de pureza de sangue, estes prosseguiram arraigados no pensamento social, como se

³⁴⁹ Cf.: *Constituições primeiras do arcebispado da Bahia ...* [1707], Livro I, título LIII, § 4, p. 99. Coimbra: Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1720. O grifo é meu.

³⁵⁰ Cf.: Carta dos oficiais da Câmara de Vila Boa, ao príncipe Regente, D. João, sobre as arbitrariedades e comportamentos despóticos do governador e capitão-general de Goiás, D. João Manuel de Menezes, nomeadamente nas prisões abusivas e perseguições violentas cometidas contra magistrados e pessoas de bem da capitania, protegendo as piores e dignas de reparos, como os pretos, mulatos e cativos, para grave prejuízo e desordem das fábricas e de seus senhores, assim como da Fazenda Real, e solicitando, para isso, a sua substituição e a aplicação das leis de proibição da incorporação de mulatos e homens brancos casados com mulatas, em cargos públicos e militares, em particular nas Companhias de Dragões, Milícias e Ordenanças de Goiás. AHU-GO, cx. 45, doc. 2650. Vila Boa, 2 de março de 1803.

³⁵¹ Cf.: Lei de 25 de maio de 1773. SILVA, A. Delgado da. *Collecção da legislação portuguesa desde a última compilação das Ordenações – Legislação de 1763 a 1774*. Lisboa: Typografia Maignrense, 1829. p. 672-678.

³⁵² Conforme definição contida no dicionário de Raphael Bluteau, “ingênuo”, para os antigos romanos, se referia aos filhos de pais livres e honrados. In: *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...*, verbete “Ingênuo”.

demonstrou acima. O próprio inspetor das milícias paulistas, José Arouche de Toledo Rendon, evidenciou esta situação nas primeiras décadas do século XIX ao afirmar que “a opinião pública, opinião que sempre é mais poderosa do que as leis, tem feito desgraçada a raça africana”. Conforme sua avaliação, a mácula do defeito da cor “terá de durar muitos tempos, visto que (...) tem sua origem na escravidão”.³⁵³ Tendo em consideração estes aspectos, é possível entender que, se grande parte daqueles milicianos nutria expectativas de destacarem-se no interior da hierarquia composta por pessoas de semelhante condição social, existia igualmente, segmentos com diferentes aspirações, os quais enveredavam por caminhos distintos. Trata-se daqueles que se esforçaram em transcender do ‘mundo dos negros’ para gozar dos mesmos privilégios e *status* dos brancos.

São conhecidos vários casos em que homens de cor suplicavam ao rei para que fossem dispensados do “defeito” ou do “acidente” da cor, e assim tivessem acesso a benefícios ou cargos que de outra forma lhes seriam negados.³⁵⁴ Alguns milicianos dos Úteis, porém, se manifestaram em relação à sua cor de um modo diferente, notadamente pelo fato de que não aceitavam a qualidade de pardos a que se lhes queria imputar mediante o recrutamento àquele regimento. Como resultado, houve muitos requerimentos e processos judiciais através dos quais intentavam provar a pureza de sangue. Além disso, tais pedidos não chegavam ao rei, árbitro supremo da justiça, permanecendo dessa forma restritos ao âmbito local na figura dos governadores. Seja como for, em uma ou outra modalidade de súplica, está subjacente a noção de que a cor parda era um defeito, mácula e sinal de desprestígio social.

Assim, tão logo formado o Regimento dos Úteis surgiram os primeiros requerimentos de milicianos inconformados por terem que servir ao rei como se fossem homens pardos. Em agosto de 1798, três homens da vila de São Luiz do Paraitinga requereram a dispensa, não da cor, mas do Regimento “da gente parda” onde se sentiam “vexados”, alegando serem “brancos da terra”. Conforme seus termos, “pessoas mal afetas e inimigas dos suplicantes foram as que deram [os nomes] dos suplicantes à lista”. Além disso, um deles demonstrou, em contrapartida à mercê solicitada, estar “pronto para servir a Sua Majestade em outra companhia de gente branca ou em outro qualquer serviço”. Finalmente, os pareceres dos capitães de ordenança e do capitão-mor da vila foram favoráveis aos solicitantes.³⁵⁵

Requerimentos dessa natureza foram produzidos ao longo de toda a existência do Regimento dos Úteis, e não apenas por indivíduos recentemente recrutados. Observe-se o

³⁵³ Cf.: APESP, ord. C00277, doc. 41-1-97. São Paulo, 12 de novembro de 1809; APESP, ord. C00265, doc. 33-1-19. São Paulo, 10 de setembro de 1816.

³⁵⁴ LIMA, P. de. De libertos a vassallos...

³⁵⁵ Cf.: APESP, ord. C00276, doc. 40-3-86. São Luis do Paraitinga, agosto de 1798.

caso do cabo de esquadra Sabino José Ribeiro, que em 1821 empreendeu esforço para deixar o regimento dos pardos e “servir com praça no (...) 2.º Regimento, por lhe ficar mais cômodo o serviço”. Como se vê, a justificativa do requerente era servir ao rei em local mais próximo de sua residência. Contudo, a resposta de seu superior, o capitão Lourenço de Siqueira, igualmente homem pardo, demonstra o quanto se tornou difícil para aqueles homens lutarem, por tais meios, contra a estigmatização e suas decorrências. O capitão desconhecia, pois, “a causa do suplicante querer passar para outro regimento aonde lhe não compete servir, por ser homem pardo, e sair do regimento de sua própria cor aonde lhe é destinado servir”. Aqui fica nítido que a estigmatização mobilizada em toda a América portuguesa pelos brancos na disputa por posições de comando e prestígio e pela manutenção do equilíbrio de poder a favor do grupo estabelecido obtinha tamanha eficácia a ponto de seus termos serem reproduzidos – como não podia deixar de ser – por um estigmatizado.³⁵⁶ Por fim, o capitão concluiu que “não parece justo a passagem que pretende, por que do contrário é abrir exemplo aos mais”. Indignado, ao que parece, o cabo Sabino então deixou de cumprir suas funções no regimento e acabou sendo preso por desobediência.³⁵⁷ Em um caso semelhante ao de Sabino Ribeiro e que corrobora a idéia acima exposta, decidiu-se igualmente pela permanência do requerente no regimento dos Úteis, uma vez que ele próprio “reconhece que pela sua cor parda não deve misturar-se entre os brancos”.³⁵⁸

A complexidade do quadro ora exposto também pode ser exemplificada a partir dos *Autos de Justificação Cível em que são João de Oliveira e Salvador Joaquim justificantes*. Recorrer às *justificações* era um expediente adotado para se provar nobreza, o que se fazia mediante apresentação de documentos e testemunhas. Estas, em um número no mínimo de seis pessoas, deviam atestar que os pretendentes, seus pais e avós “são e foram comumente tidos, havidos e reputados nobres”.³⁵⁹ Mas através da *Justificação* aqui em questão, em função da qual foram ouvidas cinco testemunhas, o objetivo dos irmãos Oliveira, milicianos dos Úteis, era provar tão somente não terem o *defeito* da cor – condição necessária para mudarem para regimento de homens brancos. Embora as pessoas ouvidas declarassem que os irmãos eram legitimamente brancos, esta condição lhes foi negada, pois, conforme o coronel Manoel José Ribeiro, o pai de ambos era um capitão-do-mato pardo. Ribeiro prosseguiu afirmando que “estes homens sempre estão prontos para darem juramentos falsos por

³⁵⁶ ELIAS, Norbert. Introdução. Ensaio teórico sobre as relações estabelecidos-outsiders. In: ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders...*, p. 19-50.

³⁵⁷ Cf.: APESP, ord. C00270, doc. 37-3-4. São Paulo, 25 de maio de 1821; APESP, ord. C00270, doc. 32-3-4. São Paulo, 4 de maio de 1821.

³⁵⁸ Cf.: APESP, ord. C00265, doc. 33-1-7. São Paulo, 12 de fevereiro de 1816.

³⁵⁹ SILVA, M. B. N. da. *Ser nobre na colônia...* p. 21.

qualquer interesse que se lhes faça”.³⁶⁰ Neste e em outros casos semelhantes, a legitimidade da estigmatização a nível coletivo não era explicitamente contestada. Toda a ênfase recaía no indivíduo requerente. Mas, apesar de que aparentemente não havia ação política efetiva a nível coletivo, e que dessa forma se reconhecia a hierarquia racial e a posição dos grupos em função dela, é lícito supor que o encadeamento de requerimentos desse teor acabou constituindo-se com o tempo em uma prática social legítima e plausível, ou, ao menos, corrente, como se nota pela preocupação do coronel pardo. Mas, além da eficácia da estigmatização, atestada pelo fato de a vasta maioria dos estigmatizados aceitarem o estigma, por quais motivos a avaliação dos oficiais pardos a estas demandas era sempre negativa?

As palavras de José Arouche de Toledo Rendon, indicando que os pardos sentiam-se desgraçados porque “se vêem no exército em corpos separados, e que o público pela mesma causa os reputa de uma classe muito inferior” sintetiza o duplo aspecto da situação: ao mesmo tempo em que alguns dos *outsiders* tentavam se desvencilhar do mecanismo estigmatizador mediante a desvinculação do Regimento dos Úteis, a emulação propiciada àqueles que ocupavam postos de destaque no oficialato miliciano desbaratava toda a argüição que servia de suporte aos requerentes. Ora, isso se passou em uma época em que os espaços de poder, comando e prestígio próprios da elite dos homens pardos estavam sendo intensamente questionados pelos reformadores ilustrados, um momento em que a própria existência do Regimento passou a ser ameaçada.³⁶¹ O oficialato dos Úteis tratou prontamente de preservar o contingente da corporação, impedindo que seus integrantes debandassem para regimentos de brancos. Esse era o tom que marcava invariavelmente os pareceres do coronel pardo Manoel José Ribeiro dirigidos ao governo de São Paulo. Em 1819, em vista da frequência com que seus subordinados intentavam mudar para regimentos de brancos, e independentemente da argumentação por eles empregada para este fim, Ribeiro afirmava que “estas passagens de regimento de pardos para regimento de brancos é um modo mais suave que eles procuram para assim se isentarem do serviço”. Está claro que o coronel dos pardos aproveitava a oportunidade para atestar a fiscalização exercida aos seus soldados e, maiormente, para valorizar o trabalho prestado pelo seu regimento.³⁶²

A perspectiva de Rendon, então inspetor geral de milícias em 1816, era diametralmente oposta. Considerando o clamor de uma mãe para que o filho pudesse ser

³⁶⁰ Cf.: APESP, ord. C00265, doc. 33-1-57. São Paulo, 9 de dezembro de 1816.

³⁶¹ Cf.: Projeto de Plano para o Melhoramento das tropas Milicianas de São Paulo. APESP, ord. C00265, doc. 33-2-24. São Paulo, 5 de setembro de 1815.

³⁶² Cf.: APESP, ord. C00270, doc. 37-1-33. São Paulo, 17 de outubro de 1819.

desvinculado dos Úteis e assim servir em regimento de brancos, escreveu ao governo da capitania dizendo que

segundo o meu modo de pensar não deve a suplicante ser increpada de querer ser branca, e não parda: a opinião pública, opinião que sempre é mais poderosa do que as leis, tem feito desgraçada a raça africana: não deve portanto impedir-se ao vassalo o meio de livrar-se de uma injúria por meios que não são odiosos nem proibidos. Se Vossa Excelência mandasse que eu dissesse o meu parecer, ele seria que Vossa Excelência aceitasse a oferta que ela faz do filho para a Tropa de Linha; por que esse é o meio de cortar a questão (...).³⁶³

Cabe notar primeiramente que, assim como o coronel pardo, Rendon se valia das oportunidades ensejadas por situações ordinárias e corriqueiras para manifestar-se no debate mais amplo travado acerca da política racial a se adotar, e particularmente em relação ao futuro dos regimentos de pardos e de pretos. Todos os pareceres que emitia estavam conformes ao pensamento exposto em seus projetos de reforma para as milícias e também a seu plano em relação aos aldeamentos indígenas: Rendon entendia que tanto o regimento dos pardos quanto os aldeamentos funcionavam como instituições reprodutoras de desigualdades e de máculas sociais. Aqueles indivíduos que dispusessem de meios para se livrarem de tais corporações estariam em situação mais favorável e poderiam, inclusive, passar-se por brancos.³⁶⁴ Ainda que sutilmente, nas entrelinhas, mais uma vez as disposições do alvará de 1802 eram alvo de críticas por parte do reformista ilustrado.

Deve-se salientar, por conseguinte, o importante papel atribuído aos atores intermediários entre os requerentes e o governador. Refiro-me não apenas ao brigadeiro Arouche Rendon, mas sobretudo aos oficiais pardos a quem competia, em virtude da autoridade neles investida, participarem ativamente da decisão de um aspecto essencial na vida dos milicianos e suas famílias. Ora, nesta realidade marcada pela existência de processo civilizacional em curso, a pressão pelo autocontrole direcionada ao indivíduo bem como a “ampliação do espaço mental para além do tempo presente, levando em conta o passado e o futuro”³⁶⁵, relacionavam-se intimamente ao ideal de pureza de sangue. Se este mecanismo marginalizador estava institucionalizado há séculos na península Ibérica, foi apenas neste momento de diferenciação das funções sociais em São Paulo que se difundiu plenamente por

³⁶³ Cf.: APESP, ord. C00265, doc. 33-1-19. São Paulo, 10 de setembro de 1816.

³⁶⁴ Cf.: Projeto de Plano para o Melhoramento das tropas Milicianas de São Paulo, APESP, ord. C00265, cx. 33, doc. 24. São Paulo, 5 de setembro de 1815; Memória sobre as aldeias de índios da província de São Paulo, segundo as observações feitas no ano de 1798: por José Arouche de Toledo Rendon. *RIHGB*, t. 4, n. 15, p. 295-317. Veja-se o estudo de J. M. Monteiro acerca da *Memória sobre as aldeias*, de Rendon, em *Tupis, tapuias...*

³⁶⁵ ELIAS, Norbert. Sugestões para uma teoria de processos civilizadores. In: ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Formação do Estado e Civilização (v. 2). Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993, p. 193-274. p. 198-199, 257.

todo o tecido social. Nesta sociedade de Antigo Regime a mobilidade social – para cima ou para baixo – se perpetuava nos descendentes e no âmbito familiar.³⁶⁶ Daí ser compreensível, por exemplo, todo o empenho dos irmãos Oliveira em apagar as máculas provenientes do casamento de sua mãe, branca e estabelecida, com seu pai, um homem pardo e, por isso, *outsider* – uma união que, à época e na contramão das divisões sociais facultadas pela hierarquia racial, podia ser tida como resultante da falta de controle das paixões.

Mas não se deve esquecer de um dado fundamental: o de que esta era uma sociedade mestiça. Já se disse aqui que a configuração social paulista foi marcada, por largo tempo, pela mistura biológica e cultural entre europeus e indígenas, e que ganharia, a partir do século XVIII, a presença de africanos e seus descendentes. As interações sociais daí decorrentes propiciaram a existência de relações afetivas e sexuais mais ou menos estáveis, dependendo da época, lugar e dos grupos envolvidos, das quais resultou o nascimento de filhos legítimos e ilegítimos. Conforme a historiografia, em São Paulo da primeira metade do século XIX a raça ou cor não era um fator diferencial quando se trata do estado conjugal da população livre. O grande destaque que se dá é para o alto índice de mulheres pobres solteiras, independentemente da cor.³⁶⁷ Eram principalmente estas mulheres, pobres e solteiras, que geravam mediante uniões ilegítimas do ponto de vista da Igreja e da sociedade filhos bastardos, naturais, ilegítimos ou filhos de pais incógnitos.³⁶⁸ Da população livre de São Paulo, estima-se que nas décadas iniciais do século XIX, cerca de 85 a 90% das crianças de até 14 anos de idade, pertencentes a famílias que não possuíam escravos, tinham filiação legítima. Nisso, houve pouca variação em relação às crianças dependentes de proprietários de cativos, pois o índice de legitimidade entre elas era de 90 a 95%. Assim, o percentual de jovens ilegítimos era relativamente baixo, alternando de 5 a 15%. Mas contemplando-se o percentual de registros de milicianos dos Úteis que declararam o nome de seus pais e o relativo aos que tinham “pai incógnito”, vê-se um quadro muito diferente e interessantíssimo: ao todo, dos 1188 registros, 724 referiam-se a milicianos com filiação declarada, 460 a filhos de pai incógnito e 4 registros nos quais não se declarou a filiação. Em outros termos, cerca de 61% dos milicianos dos Úteis declararam o nome de seus pais enquanto 39% declararam terem pai incógnito – um índice muito elevado em relação ao padrão da capitania/província.

³⁶⁶ GUEDES, Roberto. De ex-escravo a elite escravista..., p. 343-344.

³⁶⁷ LUNA, F.; KLEIN, H. S. *Evolução da sociedade...*, p. 210-211 e 217; COSTA, Iraci del Nero. *Arraia-miúda: um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil*. São. Paulo: MGSP Editores, 1992. p. 40, 44-51.

³⁶⁸ Estas categorias percebiam certamente uma variedade de significações, mas pode-se afirmar que resultavam de uniões não consagradas pela Igreja através do matrimônio, ou de interações socialmente censuradas pelo fato de se darem entre pessoas de grupos raciais distintos. Tinha-se que ambas as modalidades contribuíam para “degenerar” a prole. Veja-se mais detalhes em NADALIN, S. *História de demografia: elementos para um diálogo*. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2004, p. 31-32.

Deve-se ponderar, por um lado, que declarar não ter conhecimento de quem era o pai era o mesmo que reconhecer-se na condição de bastardo; por outro lado, nem todos aqueles que expunham o nome paterno podiam necessariamente arrogar-se o não pertencimento a condição de ilegitimidade. De qualquer modo, trabalha-se aqui com essas cifras.³⁶⁹

Decompondo-se os dados entre oficiais e soldados, de maneira semelhante ao procedimento adotado na análise da ocupação dos milicianos pardos, nota-se que 598 registros se referiam a soldados com pais declarados e 350 a soldados com pais incógnitos. Larga predominância, portanto, de soldados com paternidade conhecida. Mas, surpreendentemente, houve um equilíbrio entre registros de bastardos e de milicianos com pais declarados no grupo dos oficiais. Enquanto 126 oficiais declararam o nome de seus pais, 110 eram filhos de pais desconhecidos. Uma relevante conclusão é a de que a condição de bastardos – que punha vários limites à vida social das pessoas que a carregavam³⁷⁰ – não obstava o acesso ao oficialato miliciano no Regimento dos Úteis. Ao contrário, ao lado da ocupação em ofícios mecânicos, constituía parte relevante do perfil heterogêneo da elite dos homens pardos. Outra conclusão é a de que um elevado percentual daqueles homens sequer poderia pretender mudar de cor/condição social ou passar para um regimento de brancos sob a forma com que muitos milicianos, como visto acima, intentaram: uma vez que 39% deles desconhecia quem eram os pais, seria muito dificultoso provarem ter sangue imaculado.

É possível que muitos desses milicianos filhos de pais incógnitos fossem fruto de relações amorosas efêmeras e instáveis mantidas entre pessoas de semelhante condição social. Mas é também provável que alguns deles fossem filhos ilegítimos de pais bem situados socialmente, os quais, embora não os reconhecessem legalmente, partilhavam parte de seu capital social com os filhos bastardos. Fosse exclusivamente pelo mérito pessoal em virtude de uma boa estima na comunidade, de uma condição sócio-econômica e profissional de destaque entre os pares ou ainda pelos serviços prestados na milícia, ou fosse contando também com auxílios ocultos de “pais incógnitos”, o certo é que esse contingente de bastardos compunha metade da oficialidade dos Úteis. Curiosamente, essa característica jamais foi apontada como “escandalosa” pelos críticos ferrenhos ao Regimento em questão e a seus oficiais. Antes, era o ofício mecânico a principal questão abordada.

Em verdade, a distinção que aqui se procura fazer quanto ao momento em que o Regimento dos Úteis foi comandado por um coronel pardo (1810-1821) e os períodos

³⁶⁹ Os números foram todos retirados do Livro Mestre dos Úteis (APESP, C00446).

³⁷⁰ É significativo o fato de que, no século XVIII, o batismo dos bastardos era (ou podia ser dependendo da região) registrado separadamente em relação ao das pessoas com filiação legítima: havia livros específicos para brancos e outros para escravos e bastardos conjuntamente. NADALIN, S. *História de demografia...* p. 26.

anteriores e posteriores em que a corporação fora chefiada por coronéis brancos tem sua relevância associada ao fato de que havia diferenças notáveis na forma com que estes conduziam certas questões. Uma delas é a política observada internamente ao Regimento no tocante à promoção no oficialato – a outra modalidade de ascensão social que estamos a observar. A dinâmica institucional das promoções é relativamente simples e pode ser compreendida acompanhando-se a cronologia dos trâmites e da documentação correspondente: o coronel elaborava uma proposta para ser apresentada ao governo da capitania – e ao governo das armas, quando província – na qual indicava os nomes dos milicianos mais aptos para os postos vagos acompanhados de breves comentários acerca daqueles homens. Na seqüência o inspetor de milícias encaminhava ao governo seu parecer relativo a cada miliciano indicado pelo coronel. Assim, tendo em mãos a indicação dos coronéis e o parecer do inspetor de milícias, o governo decidia se aprovaria ou não a proposta. E então, logo após terem conhecimento dos nomes dos milicianos propostos, aqueles que se viam injustiçados por não serem contemplados adequadamente apresentavam seus requerimentos aos governadores.

É possível conhecer alguns dos valores que estruturavam a escolha dos oficiais milicianos através da comparação entre propostas elaboradas pelos coronéis José Joaquim Mariano da Silva César (1809) e Manoel José Ribeiro (1815 e 1818) e dos pareceres do inspetor geral de milícias, José Arouche de Toledo Rendon. O primeiro miliciano indicado na proposta do coronel César, para o posto de capitão da companhia de granadeiros, era reputado apto “por concorrer na sua pessoa posses para se tratar debaixo de nobreza, e com merecimentos e conhecimento do serviço”. A segunda indicação, para tenente da mesma companhia, era justificada “pelas boas qualidades que concorrem na sua pessoa, assim como pela notável falta que há neste Regimento de oficiais” – capazes, faltou dizer. Já a nomeação de alferes ficou falta, pois, conforme o coronel, “não há quem presentemente proponha pela mesma falta de oficiais”. Estas três indicações são representativas do teor de toda a proposta. Finalmente, cabe informar que vários oficiais foram na ocasião destituídos de seus postos pela razão de exercitarem ofícios mecânicos.³⁷¹ Fica, assim, nítido que o critério mais caro ao coronel em questão era assegurar o “decoro” dos postos, tal qual se solicitava no § 19 do alvará de 1802. Deste modo, a preocupação central era a de que os oficiais milicianos pardos vivessem “à lei da nobreza”, com bens materiais suficientes para não necessitarem apelar para ofícios vis, como eram os de alfaiates, sapateiros e carpinteiros. Não foi por acaso que o

³⁷¹ Cf.: APESP, ord. C00285, doc. 48-1-51. São Paulo, 1.º de setembro de 1809.

coronel deixou vários postos vagos no Regimento. Por sua vez, o parecer dado por Rendon, na qualidade de inspetor de milícias, foi o de que não havia pardos nas circunstâncias de gozarem das honras de oficiais. Negando-se a examinar um por um os indivíduos propostos, Rendon aproveitou o ensejo e optou por relatar suas impressões e projetos acerca do Regimento dos Úteis – como já se viu na seção precedente.³⁷²

É provável que toda essa rigidez observada na postura das autoridades militares brancas de São Paulo – não restrita a projetos – tenha relação com o processo civilizador ali em curso. Deste modo, sugere-se que a recente transformação no aparelho burocrático da capitania/província e sua plena inserção na economia política de privilégios de Antigo Regime refletiram na estrutura mental de seus habitantes, notadamente das elites locais. Os membros destes grupos em São Paulo pareciam tão fascinados quanto seus congêneres nas capitanias de Pernambuco e Bahia no tocante à expressão dos signos aristocráticos nas milícias. Mas aqueles, embora nutrissem desejos de reformar a estrutura dos corpos de pardos e pretos, ponderavam antes os riscos que qualquer alteração poderia provocar no equilíbrio social. Isso talvez pelo extraordinário peso demográfico e político de seus grupos de homens de cor e porque os espaços de poder para aqueles milicianos estavam assentados há tempos naquelas configurações sociais. Em São Paulo, o fato de as autoridades reformistas sequer avaliarem as possíveis conseqüências à estabilidade social derivadas da implementação de uma política racial que alijaria a elite dos homens pardos de seu principal canal de poder pode indicar que o nível de coesão do grupo era suficientemente frágil a ponto de ser desconsiderado. Entretanto, não era assim que se pensava em Lisboa ou na Corte do Rio.

Já as propostas elaboradas pelo coronel pardo Manoel José Ribeiro são caracterizadas por um tom de compromisso. Este era observado em relação às disposições régias referentes à necessidade de se manter o “decoro” dos postos e, sobretudo, à realidade dos pardos paulistas. Assim, vê-se nas propostas freqüentes alusões às posses dos candidatos, tidas como suficientes para manterem os postos com “distinção” e raras ocasiões de vacância justificadas pela inexistência de pessoas aptas. Mas ao critério censitário o coronel agregava outras tantas qualidades, como as de “boa conduta”, “préstimo”, “forças, capacidade e agilidade”, “residir na assembléia de sua companhia” e ter patente confirmada, as quais, em conjunto, compensariam as minguidas posses de alguns de seus indicados.³⁷³ Rendon, por seu turno, manteve postura intransigente. Ao comentar a indicação de um ourives para o posto de alferes

³⁷² Cf.: APESP, ord. C00277, doc. 41-1-97. São Paulo, 12 de novembro de 1809.

³⁷³ Cf.: APESP, ord. C00285, doc. 48-3-37. São Paulo, 27 de novembro de 1815; APESP, ord. C00286, doc. 49-1-87. São Paulo, 4 de julho de 1818.

de uma das companhias, o inspetor adotou um tom mais pragmático. De acordo com ele, nenhum dos ourives da cidade possuía rendas suficientes, “e por isso eu não posso reputar capaz de ser oficial miliciano um homem só por que tem um ofício que lhe dá quê comer o dia que trabalha, sem ficar nada de resto para ajuntar um capital. Quando este oficial estiver doente não terá quê comer”.³⁷⁴ Como se vê, o critério censitário aparecia aqui associado ao da “independência dos postos”, isto é, à noção de que um oficial superior deveria ter meios de privilegiar o serviço régio em relação a seu ofício cotidiano. Convém observar que, apesar das minuciosas e individuais desaprovações do inspetor Rendon, feitas a cada proposta, foi no período em que o coronel Ribeiro comandou os Úteis que se deu a já observada avalanche de oficiais mecânicos nos postos do oficialato do Regimento. Agregue-se a isso o procedimento adotado por Ribeiro ao não indicar os valores dos bens que possuíam os oficiais pardos nos mapas semestrais da corporação.³⁷⁵ Essa medida pode ser interpretada como um modo de revestir aquela elite de *outsiders* das críticas que constantemente recebiam pelo fato de serem “muito pobres”. Mas sob os cuidados de seu sucessor, o coronel Serqueira Leme, aqueles números passaram a ser divulgados, o que permite comparações entre a renda declarada dos oficiais pardos e a de oficiais de outros regimentos milicianos.

Ao comparar o valor da renda de 40 oficiais dos Úteis para o ano de 1828 e o correspondente a 35 oficiais do 2.º Regimento miliciano da vila paulista de Paranaguá para 1817, tem-se que não havia diferença substancial na composição censitária das duas elites milicianas.³⁷⁶ Ora, a somatória da riqueza dos oficiais dos Úteis chegava a 22:360\$000 (em réis), ao passo que a dos parnanguaras atingia o montante de 20:850\$000. A riqueza média de cada oficial era de 560\$000 réis no caso dos Úteis, cuja maioria vivia de trabalho mecânico, e de 596\$000 réis para os milicianos agricultores e negociantes de Paranaguá. Estes dados isolados não permitem que se conclua que os oficiais pardos não eram pobres, e que a caracterização a eles atribuída pelo governador Franca e Horta e por Rendon carecia de

³⁷⁴ Cf.: APESP, ord. C00285, doc. 48-3-37. São Paulo, 7 de dezembro de 1815.

³⁷⁵ Cf.: Regimento de Milícias dos Úteis. Informação dos Oficiais, Sargentos e Portas Bandeiras. APESP, ord. C00267, doc. 35-2-22. Quartel de São Paulo, 1.º de julho de 1819; Regimento de Milícias dos Úteis. Informação dos Oficiais, Sargentos e Portas Bandeiras. APESP, ord. C00267, doc. 35-2-23. Quartel de São Paulo, 1.º de janeiro de 1819.

³⁷⁶ Optei por retirar dos cálculos em ambos os casos dois oficiais de cada regimento, aqueles que tinham a maior renda e os que tinham a menor, pois eles destoavam dos demais integrantes nesse quesito. Como são valores idênticos (16:000\$00 e 50\$000) esse procedimento não interfere na comparação e visa, por outro lado, chegar a uma aproximação mais exata da média da renda possuída por aqueles oficiais. Cf.: Batalhão de Caçadores n.º 34 de 2.ª linha do exército. Informações dos Oficiais, Sargentos, Furriéis, Portas Bandeiras e Soldados Particulares. 1 de julho de 1828. APESP, ord. C02366; 2.º Regimento de Artilharia Miliciano da vila de Paranaguá. Informação dos oficiais e sargentos. Julho de 1817. APESP, ord. C00261.

fundamento. Mas, por outro lado, fica atestado que aqueles pardos não estavam fora dos padrões de riqueza verificados em outros regimentos milicianos da capitania.

Está aí outro dado curioso: em seus requerimentos, os milicianos pardos escassa ou apenas secundariamente se referiam à sua situação econômica e profissional. Antes, operando na lógica das relações de dom e contra-dom ³⁷⁷, remetiam-se especificamente aos serviços prestados na milícia e a uma concepção de “merecimentos” muito diversa daquela de que se serviam as autoridades brancas. Veja-se o requerimento do primeiro sargento Pedro Antonio Ferreira, mediante o qual contestava o fato de não ter sido contemplado na proposta do coronel César, de 1809. O primeiro item citado a seu favor era o ter assentado praça voluntariamente, o que, em contraste com a prática recorrente do recrutamento forçado, era mobilizado para justificar a disposição do solicitante para o real serviço; em segundo lugar, aludiu aos relevantes serviços prestados por intermédio da corporação, “sem jamais escusar-se a cumprir estes deveres com satisfação de seus superiores”, os quais o atestaram formalmente. Ademais, o suplicante via-se estimulado à execução dos serviços, de acordo sua retórica, “pelo muito gosto que sempre teve não só de fazer as suas obrigações como também de constituir-se merecedor para os acessos com que S.A.R. costuma premiar a quem o serve com desembaraço, e atividade e zelo – *único meio de merecer os postos*”. Só então alegou poder “manter qualquer posto com honra, sem o desautorizar, pelos meios que tem para a sua subsistência”. ³⁷⁸

Em 1821, Filadelfo de Toledo Ptolomeu, então cabo de esquadra em uma companhia do regimento miliciano dos Úteis, pretendeu dar um salto considerável na hierarquia corporativa e passar a ocupar o posto de alferes agregado. Para isso, mobilizou em seu requerimento todo um conjunto de categorias que o remetiam a um nível satisfatório de adequação ao processo civilizatório em curso. Argumentou, primeiramente, “que ele suplicante tem a honra de servir a Vossa Majestade com a maior distinção, zelo e desinteresse”. ³⁷⁹ Mais adiante, indicou ser “homem bem estabelecido, e nas circunstâncias por isso de poder distintamente acudir às obrigações do real serviço”. Contudo, o pedido foi indeferido. Dessa vez o próprio coronel Ribeiro declarou que “o suplicante há pouco menos de dois anos (...) era escravo”, “se escusou sempre do serviço” e, em seu negócio de ourives, para o qual dispunha de um escravo, contraíra freqüentes dívidas.

³⁷⁷ HESPANHA, Antonio Manuel; XAVIER, Ângela Barreto. As redes clientelares. In: HESPANHA, Antonio Manuel; MATTOSO, José (Orgs.). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1992. p. 390.

³⁷⁸ Cf.: APESP, ord. C00277, doc. 41-1-97. São Paulo, setembro de 1809. Grifos são meus.

³⁷⁹ Cf.: APESP, ord. C00270, doc. 37-3-1. São Paulo, 28 de janeiro de 1821.

Já a solicitação de Manoel José da Costa Ribeiro, que exercia o posto de sargento-mor graduado do Regimento dos Úteis e visava se inscrever a concurso para sua efetivação no posto em exercício, obteve parecer distinto. O sargento-mor declarou na ocasião estar rigorosamente de acordo com o previsto no alvará de 1802, além do que explicitava seus “intentos de empregar-se com fervor no serviço de seu augusto soberano”. Sobre esta demanda, o parecer do coronel Ribeiro julgava “este oficial (...) benemérito”, exemplar em termos de “disciplina e asseio”, e alegava a seu favor que “o suplicante procura distinguir-se e estimula ao mesmo tempo a todos os outros para melhor se aplicarem ao desempenho de seus deveres”.³⁸⁰ Certamente, nestas circunstâncias pesou o fato de o requerente ser filho do coronel Ribeiro.

Nesses casos, vê-se que se trata, claro está, de concorrentes aos postos de autoridade e distinção disponíveis aos jogadores de um nível específico – o dos pardos.³⁸¹ Ao contrário dos milicianos que investiam no intento de saírem do regimento dos pardos, muitos outros se viam estimulados à disputa – aberta a forros, bastardos e mecânicos – por postos no oficialato. Cumpre indicar que, independentemente do resultado, as súplicas discutiam com as condições expressas no alvará de 1802 e tinham como esteio a idéia de que aos requerentes não cabia questionamentos respeitantes ao valor de suas posses, como o fizeram o governador Franca e Horta e o inspetor Rendon: ao contrário, cada qual procurou demonstrar ter níveis satisfatórios de riqueza e civilidade. Considere-se aqui, ainda, que “ser civilizado”, no Império português, “significava, acima de tudo, ser um ‘bom vassalo’ e um ‘bom cristão’”.³⁸² E especialmente a qualificação de bons vassalos e suas decorrências, construídas em todos os requerimentos, era o elemento-chave na barganha diante das autoridades locais e, quando fosse o caso, do rei ou imperador.

³⁸⁰ Cf.: APESP, ord. C00286, doc. 49-1-1-a. São Paulo, 23 de janeiro de 1816.

³⁸¹ ELIAS, Norbert. Modelos de jogo. In: ELIAS, Norbert. *Introdução à sociologia*. Trad. Maria Luiza Ribeiro Ferreira. Lisboa: Edições 70, 1980, p. 77-112.

³⁸² SILVEIRA, Marco Antonio. *O universo do indistinto...*, p. 49.

Capítulo 4 – SÃO PAULO, MILICIANOS PARDOS E O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA

4.1 – São Paulo e a independência

O processo de transformação política que resultou na independência do Brasil teve como fator propulsor a Revolução do Porto, de 24 de agosto de 1820, e o encaminhamento dos debates travados nas Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, que, em decorrência deste evento, se instalaram. As notícias que chegavam de Portugal, entre 1820 e 1822, serviram de catalisadores à expressão das elites das várias peças do mosaico luso-americano ³⁸³ diante das novas circunstâncias. Nessa conjuntura, as elites de São Paulo desempenharam um papel de relevo no jogo político, “com uma influência que transcendia em muito sua importância econômica” no conjunto da América portuguesa. ³⁸⁴ Busca-se aqui discorrer sobre alguns aspectos referentes ao posicionamento e atuação das elites paulistas naquele processo, o que contribuirá, mais adiante, para o exame da participação dos milicianos pardos do Regimento dos Úteis na era da independência.

O sentimento de perda de autonomia no reino de Portugal marcou, desde 1808, aquela configuração social. Iniciou-se com as invasões napoleônicas e a transferência da corte para o Brasil, e foi acrescido pela posterior intervenção inglesa e, sobretudo, pela elevação do Brasil ao *status* de reino, em 1815. Tais fatos eram interpretados como a transformação de Portugal em colônia de uma colônia. As aspirações coletivas para que a corte retornasse à Europa e as coisas voltassem à condição anterior a 1808 tomaram força a partir de 1815, materializando-se plenamente com a Revolução do Porto. Dentre os vários projetos de futuro existentes para a nação, saiu vitorioso na ocasião o liberal, que consistia não no simples retorno à estrutura política do período anterior à transferência da corte, mas que enfatizava a transformação das formas políticas vigentes. Em síntese, clamava pela volta de D. João VI a Portugal sob um governo constitucional em substituição à monarquia absoluta. Rapidamente formaram-se juntas de governo regionais e definiram-se as regras eleitorais para a convocação das cortes gerais, instituição que agora seria inteiramente marcada pela elaboração de uma constituição. Sendo adotado o modelo de Cádiz, as implicações imediatas para o Brasil foram, por um lado,

³⁸³ JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem incompleta 1500-2000 – A experiência brasileira*. São Paulo: Senac São Paulo Editora, 2000, v. 1, p. 127-175.

³⁸⁴ DOLHNIKOFF, Miriam. São Paulo na independência. In: JANCSÓ, István (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005, p. 557-575. p. 557.

a transformação efetiva das capitanias em províncias e, por outro, a inclusão destes espaços no trabalho da constituinte.³⁸⁵

Os reflexos no Brasil foram imediatos. Pará e Bahia aderiram prontamente às Cortes, no início de 1821. Pouco tempo depois, em meados daquele ano, o rei D. João VI viu-se forçado a atender às disposições das Cortes que o instavam a retornar a Portugal, especialmente pela pressão nele exercida no Rio de Janeiro para que jurasse a constituição de Cádiz – o modelo de constituição então adotado. Contudo, o príncipe D. Pedro permaneceu no Rio de Janeiro como regente do reino do Brasil. Em Pernambuco o processo foi dirigido, em um primeiro momento, pelo governador e capitão-general que então se tornara presidente da junta de governo da província. Este, que sufocara ali o movimento revolucionário de 1817, conseguiu dirigir a transição para a nova forma de governo e igualmente a eleição dos deputados que participariam da constituinte. Mas, ao negar acesso aos grupos políticos locais na governança, as tensões já existentes tornaram-se ações concretas: mediante mobilização militar, os antigos revolucionários de 1817 depuseram o governador da província e ocuparam o poder. Seus deputados foram os primeiros a tomar assento no Congresso de Lisboa.³⁸⁶

Em São Paulo a adesão ocorreu de forma muito diversa, o que teria implicações fundamentais à direção do processo em curso. A começar pelo caráter relativamente tardio com que se procedeu ali ao juramento da constituição (março de 1821) e se formou uma junta provisória de governo (junho). Ao passo que outras capitanias “proclamavam-se contrárias ao poder absoluto do rei, jurando fidelidade às Cortes em Lisboa e à futura Constituição que se ia fazer, São Paulo aguardou cerca de quatro meses para pronunciar-se”.³⁸⁷ Isso foi feito tão somente após o aval de D. João VI. Ademais, não houve na província a deposição do antigo governador e capitão-general nomeado pelo rei, o português João Carlos Augusto de Oeynhausen. A solução encontrada, arquitetada e dirigida por José Bonifácio de Andrada e Silva, um paulista da vila de Santos formado em Coimbra e que então emergia como a principal liderança política de São Paulo, foi manter Oeynhausen na presidência da junta enquanto ele próprio, Bonifácio, ocupava o cargo de vice-presidente.³⁸⁸

³⁸⁵ BERBEL, Márcia Regina. Os apelos nacionais nas cortes constituintes de Lisboa (1821/22). In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A independência brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 181-208. p. 184-185.

³⁸⁶ BERBEL, Márcia Regina. *Idem*, p. 186-187; SOUZA, F. P. de; SILVA, L. G. Negros apoyos. Una comparación de las actividades políticas de las milicias de los hombres de color de Pernambuco y São Paulo en la independencia de Brasil (1790-1830). No prelo.

³⁸⁷ NEVES, Lúcia M. B. P. das. São Paulo e a independência. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). *História de São Paulo colonial*. São Paulo: Editora Unesp, 2009, p. 275-318. p. 276.

³⁸⁸ BERBEL, M. R. *Idem*; DOLHNIKOFF, M. São Paulo na independência...; NEVES, L. M. B. P. das. *Idem*; HOLANDA, S. B. de. São Paulo. In: HOLANDA, S. B. de (Dir.). *História geral da civilização brasileira*. (t. II, 2º vol.). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967, p. 441-458; SOUZA, F. P. de; SILVA, L. G. *Idem*.

A despeito de diferenças pessoais e da miríade de opiniões e concepções políticas que pudessem existir em São Paulo, sabe-se que ao menos nesse primeiro momento houve uma conjunção de interesses no seio de suas elites – à exceção da vila de Itu, que por pelo menos duas ocasiões mostrou-se alheia às deliberações efetuadas na cidade de São Paulo, embora não o fosse em relação ao regente D. Pedro. Afinal, todos eram concordes quanto à existência de “um governo constitucional em que a soberania continuava a residir na figura do rei” e, de outra parte, no sentido de não partilharem de qualquer projeto visando efetivamente à independência e separação de Portugal.³⁸⁹

A configuração conciliatória entre os distintos grupos da elite e da governança paulista, dirigida por Bonifácio e atestada pela realização de um tranqüilo processo eleitoral para a indicação dos deputados que representariam a província em Lisboa, teve por corolário as *Lembranças e apontamentos do governo provisório de São Paulo para os seus deputados*. O documento, que constava como obra coletiva mas parece ter sido escrito essencialmente por Bonifácio³⁹⁰, é de vital importância para a compreensão do projeto político de São Paulo e da atuação de seus deputados nas Cortes. Antes de tudo, porém, as *Lembranças e apontamentos* foram remetidas à aprovação do príncipe regente (em outubro) e à apreciação de outras províncias, obtendo-se a adesão de Rio de Janeiro e Minas Gerais. Somente então os deputados embarcaram à Europa. Se, de uma parte, a bancada paulista tomou assento nas Cortes Constituintes meses depois das deputações baiana, pernambucana e fluminense, em fevereiro de 1822, de outra, foi a única dentre os deputados do Brasil a apresentar-se munida de um programa coeso. Com efeito, o programa de São Paulo e a atuação de seus representantes ampliaram ainda mais as tensões existentes no interior da Constituinte.³⁹¹ Antes de sintetizar as propostas de São Paulo para o império português, convém tecer algumas considerações acerca das principais disposições adotadas pelas Cortes em relação ao reino do Brasil e a seus diferentes espaços políticos anteriormente ao ingresso da bancada paulista.

Os trabalhos nas “Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa” foram iniciados em janeiro de 1821, alguns meses após a deflagração da revolta vintista, e contavam a princípio apenas com os 100 deputados eleitos em Portugal. As primeiras metas foram a definição das bases da constituição, a obtenção da anuência do rei e a participação das

³⁸⁹ NEVES, L. M. B. P. das. São Paulo e a independência..., p. 280; HOLANDA, S. B. de. São Paulo..., p. 440-448.

³⁹⁰ NEVES, L. M. B. P. das. *Idem*, p. 293; DOLHNIKOFF, M. São Paulo na independência..., p. 558; HOLANDA, S. B. de. *Idem*, p. 442.

³⁹¹ BERBEL, M. R. Os apelos nacionais..., p. 192-196; NEVES, L. M. B. P. das. *Idem*, p. 295-303; WERNET, A. O processo de independência em São Paulo. In: MOTA, C. G. (Org.). 1822: *Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1975, p. 340-354. p. 347-348.

províncias do Brasil, o que efetivamente foi se concretizando já no primeiro semestre de 1821. Entre agosto e outubro discutiu-se e aprovou-se a primeira proposta para a integração administrativa da América, na vertente do “integracionismo”, a qual era associada ao principal grupo envolvido na Revolução do Porto sob liderança de Fernandes Tomás. Nesse período, as bancadas pernambucana e fluminense já haviam assumido seus postos nas Cortes. Os principais efeitos para o Brasil desse projeto integracionista e centralizador foram: a transformação definitiva das capitanias em províncias; a deposição dos governadores coloniais e a eleição de presidentes para as juntas provinciais; a vinculação das províncias diretamente às Cortes e ao rei; a autoridade militar que antes era prerrogativa do governador e capitão-general tornar-se-ia tarefa de um governador de armas também submetido à Lisboa; a extinção dos órgãos de governo do Rio de Janeiro criados por ocasião da transferência da Corte; e o regresso do príncipe regente à Portugal, “retirando do Brasil o estatuto de uma unidade política com relativa autonomia”.³⁹² Em suma, o projeto implicaria a destituição da condição de reino a que o Brasil fora alçado em 1815, de modo que suas províncias não estivessem sob o controle de qualquer poder executivo centralizado senão aquele de Lisboa.

O programa paulista, formalmente expresso nas *Lembranças e Apontamentos*, primava por princípios muito diversos em relação à concepção integracionista até o momento hegemônica nas Cortes. De fato, a postura adotada em relação ao reino do Brasil foi, por oposição, um dos determinantes da forma como se deu a manifestação dos paulistas – seja na capitania e no relacionamento com o regente, seja nos debates da constituinte. Antes que os representantes de São Paulo partissem para Lisboa, eles já eram sabedores do conteúdo dos decretos de 1.º e 18 de outubro de 1821, os quais ordenavam o retorno do regente à Europa e se configuravam francamente contrários aos anseios das elites paulistas.³⁹³ Veja-se, nesse sentido, o tom agressivo com o qual os paulistas se manifestaram ao príncipe, em dezembro de 1821, solicitando que permanecesse no Brasil malgrado a disposição das Cortes. Na representação dirigida pela junta de governo, adotou-se um ousado jogo psicológico para convencê-lo a permanecer no Rio de Janeiro, pois, de outra sorte, “além de perder para o mundo a dignidade de homem e de príncipe, tornando-se escravo de um pequeno número de desorganizadores, terá também que responder, perante o céu, do rio de sangue que de certo vai correr pelo Brasil com a sua ausência”.³⁹⁴ Como um eco à representação da junta, poucos dias depois foi remetida nova representação, agora da câmara e povo da cidade de São Paulo.

³⁹² BERBEL, M. R. Os apelos nacionais..., p. 188-189.

³⁹³ WERNET, A. O processo de independência em São Paulo..., p. 348.

³⁹⁴ Cf.: Representação ao Príncipe Regente pelo Governo Provisório de São Paulo, a 24 de dezembro de 1821. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* (RIHGSP), v. 7, 1902, p. 145-148.

A retórica desse texto foi igualmente toda direcionada a participar a D. Pedro a interpretação acerca da posição adotada no Congresso em relação ao reino tropical, de tal modo que inflammassem seus sentimentos:

Depois de haverem conseguido o principal objeto do seu plano, o arrancar do Brasil o precioso depósito que o céu lhe confiara em 1808, (...) os representantes de Portugal, sem esperarem pelos do Brasil, começaram a discutir um projeto de constituição que (...) a cada página se descobre o maquiavelismo com que (...) se intenta escravizar este riquíssimo país e reduzi-lo à mera colônia. (...) Prescreveram governos provinciais organizados de tal maneira que só parecem destinados de propósito para enfraquecer-nos, dividir-nos em partidos e desligar as províncias, a fim de melhor imperarem sobre cada uma. (...) Ordenam que Vossa Alteza Real vá quanto antes para Portugal, deixando o reino do Brasil sem centro comum de governo e união (...).³⁹⁵

Deixando implícita a esperança de que a deputação paulista nas Cortes representasse uma virada no debate dos modelos de integração da nação portuguesa, o texto enviado ao príncipe teve como desfecho um pedido formal para que ele aguardasse novas disposições, talvez mais ponderadas, do Congresso. Pois, do contrário, alertavam-no uma vez mais evocando a recorrente metáfora cataclísmica, “rios de sangue têm de inundar este belo país”. Embora a criticada postura dos deputados portugueses tivesse sido considerada no documento “a mais impolítica que o espírito humano podia ditar”, foi nesse mesmo tom que repercutiram em Portugal os textos escritos pela Junta de São Paulo, pela câmara e povo da cidade e por seu bispo. Se, por um lado, a aspereza de seus termos causou um misto de surpresa e repúdio entre os deputados, inclusive os eleitos pelas demais províncias do Brasil, por outro lado, obteve sucesso em sua finalidade calculada, a de adiar o retorno do regente.³⁹⁶ Não se queria, no entanto, a separação de Portugal.

Assim, o texto das *Lembranças e Apontamentos* – não mais um manifesto, como eram as representações enviadas ao príncipe, mas dotado de conteúdo programático – expressava em primeiro plano o desejo da manutenção da integridade e indivisibilidade do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, porém, como era de se esperar, por meios muito diferentes daqueles que as bancadas lusitanas e das províncias do Norte da América a princípio aceitaram nas Cortes. No documento em questão havia três pontos centrais no tocante ao formato da integração do Brasil ao império: primeiramente, a concepção de que o Brasil deveria ser considerado pelas Cortes como um corpo político equivalente a Portugal. Resultaria desse postulado a efetivação de direitos políticos e civis iguais aos cidadãos de

³⁹⁵ Cf.: Representação da Câmara de São Paulo ao Príncipe Regente, para que fique no Brasil, levada pelo marechal José Arouche Toledo Rendon. São Paulo, 31 de dezembro de 1821. *RIHGSP*, v. 10, 1905, p. 303-306.

³⁹⁶ HOLANDA, S. B. de. São Paulo..., p. 443-446. Com efeito, a província de São Paulo não estava isolada em manifestar-se em prol da permanência do regente. Rio de Janeiro e Minas Gerais fizeram o mesmo.

ambos os hemisférios. Em segundo lugar, se considerava ali imprescindível a existência no reino do Brasil, tanto quanto em Portugal, de um poder executivo central, dotado de órgãos de governo competentes e capaz de articular as várias províncias. Por fim, indicou-se o Rio de Janeiro como a capital do reino e determinou-se que o executivo fosse presidido pelo príncipe regente D. Pedro.³⁹⁷

Em fevereiro de 1822, quando a bancada paulista finalmente tomara assento no Congresso, a configuração dos debates já se havia alterado no tocante à integração imperial. Na seqüência das discussões no segundo semestre de 1821, os deputados de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro acabaram, por vias diferentes, adotando uma posição que afrontava o princípio centralizador da corrente integracionista e agregava novos elementos ao debate. Era o princípio da autonomia provincial que então caracterizava seus discursos, não obstante as múltiplas divergências assentes entre eles. Ora, aqueles deputados eram, antes de tudo, representantes da *nação* portuguesa e de suas *pátrias* locais, aqueles espaços conformados pelas antigas capitanias, agora províncias, dotados de trajetórias históricas próprias, identidades coletivas e projetos de futuro particulares, e por onde foram eleitos.³⁹⁸ Já o Brasil, um *país*, então recentemente – e aos atropelos – elevado à condição de reino, era apreendido de diferentes formas, talvez até secundariamente, pelos deputados de suas províncias. Não havia, portanto, projetos dispostos para a plena separação entre Brasil e Portugal e tampouco necessariamente a defesa, por parte dos deputados de suas províncias, da manutenção do estatuto de reino, do centro de poder central situado no Rio de Janeiro e da permanência do regente D. Pedro. A posição adotada por Pernambuco e outras províncias do Norte da América portuguesa é exemplar a esse respeito: ali, o poder central estabelecido na capitania fluminense era visto muito mais pela ótica do poderio de extração fiscal que a corte simbolizava e exercia efetivamente sobre as demais capitanias, subjugando-as, do que por encarnar um poder representativo do Estado do Brasil. De qualquer forma, uma vez instaurado um posicionamento mais contundente dos deputados luso-americanos, ao tencionarem no sentido do gozo de ampla autonomia ao nível de suas províncias, a questão da integração entre os dois reinos em uma só nação deslocara-se, do integracionismo de Fernandes Tomás, para a proposta de conciliação via integração econômica. Foi nesse ínterim

³⁹⁷ BERBEL, M. R. *A nação como artefato: deputados do Brasil nas cortes portuguesas (1821-1882)*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1999. p. 132-136; SOUZA, F. P. de; SILVA, L. G. Negros apoios...; NEVES, L. M. B. P. das. São Paulo e a independência..., p. 293-295.

³⁹⁸ JANCÓS, I.; PIMENTA, J. P. G. Peças de um mosaico..., p. 127-175.

que a deputação paulista, tendo em mãos sua proposta específica, provocou novo arranjo de forças nas Cortes.³⁹⁹

O programa paulista foi defendido nas Cortes particularmente por Antonio Carlos de Andrada e Silva, irmão mais novo de José Bonifácio, que a todo o tempo manteve-se fiel ao princípio de defesa da unidade da nação, entre portugueses de ambos os hemisférios. Sua via de argumentação, conforme Berbel, tinha dois pilares: a noção de “artificialidade do pacto” e o princípio federativo de união nacional. No primeiro caso, ao destacar a ruptura com o antigo pacto – que de certa forma ainda fazia parte do ideário dos deputados portugueses-europeus, os quais relutavam em reconhecer o novo estado das coisas, no qual o peso político e econômico do Brasil, se não sobrepujava, ao menos era equivalente ao de Portugal – o deputado “visava destruir a idéia de uma união natural, histórica e imutável entre os integrantes” da nação portuguesa. No novo pacto que se buscava firmar era fundamental, pois, que houvesse a disposição dos demais deputados em reconhecer e aceitar as demandas e a nova condição do Brasil e de suas províncias. Vai daí que, à idéia de uma nação una e indivisível cara ao integracionismo, o Andrada opôs a de uma união federativa. De acordo com esse postulado, a heterogeneidade das partes constituintes da nação tornava imperiosa a ampla delegação de poderes no executivo, legislativo e judiciário às suas várias províncias.⁴⁰⁰

A força da reivindicação por autonomia provincial, incorporada ao programa paulista, teve o efeito de aproximar moderadamente os deputados do Brasil. Mas permaneceu a desconfiança de baianos e pernambucanos relacionada à insistência na manutenção do governo do regente D. Pedro no Rio de Janeiro pelo bloco que se formara entre as províncias de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Com efeito, a questão em torno da manutenção de um poder central encarnado na figura de D. Pedro, o qual permanecia, ainda, no Brasil, daria o tom dos debates em todo o ano de 1822, assim como um desfecho a eles. Houve, naquele ano, a coexistência de posturas diferentes nas Cortes que pouco atraíram os deputados do Brasil: o envio, agressivo, de forças militares de Portugal para controlar Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco e, de outra parte, uma nova tentativa de integração nacional, por via econômica.⁴⁰¹ Somou-se a este quadro os acontecimentos no Brasil dirigidos pelo príncipe e seu ministro José Bonifácio, em consonância a um propósito mais amplo do bloco de províncias Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais: a decisão definitiva de D. Pedro em permanecer no Brasil (janeiro), a convocação de uma constituinte no Rio de Janeiro (junho), a

³⁹⁹ BERBEL, M. R. Os apelos nacionais..., p. 190-192.

⁴⁰⁰ BERBEL, M. R. *Idem*, p. 193-194.

⁴⁰¹ BERBEL, M. R. *Idem*, p. 194-206.

ascensão de uma ruptura com as Cortes (agosto) e, logo, com Portugal, assim como a fundação de uma monarquia constitucional (outubro) e a coroação de Pedro como o primeiro imperador do Brasil (dezembro). Embora grande parte dos deputados das províncias do Brasil tivessem assinado a constituição em Lisboa, em setembro, paulistas e baianos retiraram-se clandestinamente, negando-se a assentir. Seja como for, com a declaração de independência do Brasil a separação dos dois reinos tornou-se efetiva – o que levou, em Lisboa, ao encerramento do trabalho dos deputados das províncias luso-americanas, agora pertencentes ao império do Brasil, bem como a esforços heterogêneos voltados à construção daquela nova unidade política na América. Mas qual foi a participação dos milicianos pardos de São Paulo nessa conjuntura? Estiveram alheios ou foram atuantes? Como tais acontecimentos impactaram em suas vidas? As seções seguintes tratam dessa problemática.

4.2 – Milicianos pardos no processo de independência

De passagem pelo Brasil entre 1816 e 1822, não escapou à sensibilidade ilustrada de Auguste de Saint-Hilaire a conjuntura política luso-americana dos anos 1820. Mas ali, quanto à “revolução”, de acordo com o viajante, “só as pessoas esclarecidas sabiam do que se tratava. O povo não entendia nem mesmo o sentido da palavra *constituição*, que corria em todas as bocas”. Em São Paulo, ademais, a “massa do povo, seduzida inicialmente por brilhantes promessas cujo cumprimento aguardou em vão, em breve tornou-se indiferente a tudo o que se passava”. Conversando diariamente com as pessoas do caminho, ouviu diversas vezes as lamúrias dos lavradores da província de São Paulo, em 1822, acerca do encargo a eles atribuído no contexto da independência. Conforme as palavras que o viajante atribuiu a estes, “outrora podíamos permanecer sossegados em nossas casas, agora somos forçados a deixar nossas mulheres e nossos filhos para ir restabelecer a paz no Rio de Janeiro ou em Minas”.⁴⁰² O relato de Saint-Hilaire, elaborado sob sua ótica de intelectual francês, acena, em suma, para certas características da inserção das camadas populares na atmosfera política um tanto conturbada do período de independência. Sua observação a este respeito é a de que, enquanto soldados nas expedições imperiais, o “povo” ia a contragosto; já quando em contato com as novas idéias políticas então correntes por “todas as bocas”, o faziam indiferentemente ou ignorando totalmente seus termos. Busca-se aqui examinar a atuação dos milicianos dos Úteis

⁴⁰² Cf.: SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à província de São Paulo*. Trad. Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976, p. 48-50; SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem a São Paulo e quadro histórico da província de São Paulo*. Trad. Afonso de E. Taunay. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002, p. 97-100. Grifos no original.

no novo ambiente político e militar, por ocasião do processo de independência, em relação às mesmas variáveis expostas por Saint-Hilaire, isto é, a participação como homens de armas na milícia e também como atores políticos. Em que medida o relato do europeu cabia a eles?

O fenômeno da ruptura entre as Américas portuguesa e espanhola em relação a suas respectivas metrópoles, ocorrido nas três primeiras décadas do século XIX, tem sido estudado por historiadores interessados na mobilização política e militar de camadas subalternas durante a “era das revoluções”. Com efeito, os processos de independência e construção de novos corpos políticos nas Américas foram todos marcados por intensa mobilização de homens de cor, especialmente, mas não apenas, os livres.⁴⁰³ A participação de segmentos populares em tais processos, bem como as leituras que deles faziam, pode ser analisada contemplando-se a ação conjunta de homens de cor – livres, libertos e escravos – coligados a brancos pobres e soldados desertores como “a *massa*, a *turba*, o *populacho* que atemorizava as autoridades”.⁴⁰⁴ Mas é igualmente possível buscar a compreensão dos projetos e interesses que moviam setores muito específicos de tais grupos no contexto em questão, tendo como ponto de partida a complexidade das relações estabelecidas entre os próprios “homens de baixa extração”. Assim, intenta-se aqui matizar a perspectiva das elites ilustradas, que, como Saint-Hilaire, tendiam a homogeneizar as ações destes homens, (des)qualificando-os como *massa de manobra*.⁴⁰⁵

O período de independências engendrou perspectivas de mudanças aos homens de cor livres. Recorde-se, nesse sentido, que na primeira experiência constitucional do Brasil (1823-24) os homens livres e libertos foram rapidamente alçados à condição de cidadãos.⁴⁰⁶ Conforme a Carta de 1824, eram considerados cidadãos brasileiros “os que no Brasil tiverem nascido, quer sejam ingênuos, ou libertos”. Estes gozavam de direitos políticos

⁴⁰³ Por exemplo, BLACKBURN, R. Haiti, slavery, and the age of the democratic revolution. *The William and Mary Quarterly*, v. 63, n. 4, p. 643-672, 2006; MÚNERA, A. *El fracaso de la nación*. Región, clase y raza en el Caribe colombiano (1717-1821). Bogotá: Editorial Planeta Colombiana, 2008, p. 183-222; SILVA, L. G. Aspirações barrocas e radicalismo ilustrado. Raça e nação em Pernambuco no tempo da Independência (1817-1823). In: JANCSÓ, István (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005; VINSON III, Ben. Articular el espacio: el establecimiento militar de gente de color libre en el México colonial de la conquista hasta la independencia. *Callaloo*, v. 27, n. 1, winter 2004, p. 331-354.

⁴⁰⁴ RIBEIRO, G. S. O desejo da liberdade e a participação de homens livres pobres e de cor na independência do Brasil. *Caderno Cedes*, Campinas, v. 22, n. 58, p. 21-45, 2002. p. 31; SOUZA, I. L. C. A adesão das Câmaras e a figura do imperador. *Revista Brasileira de História*, v. 18, n. 36, p. 367-394, 1998. Grifos no original.

⁴⁰⁵ Cf.: SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à província de São Paulo...*, p. 47-50; SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem a São Paulo...*, p. 97-100; veja-se a abordagem crítica de SILVA, L. G. Aspirações barrocas e radicalismo ilustrado..., p. 923.

⁴⁰⁶ SLEMIAN, A. Seriam todos cidadãos? Os impasses na construção da cidadania nos primórdios do constitucionalismo no Brasil (1823-1824). In: JANCSÓ, I. (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005, p. 829-847. p. 846.

correspondentes à condição de cidadão passivo.⁴⁰⁷ Por outro lado, para pardos e pretos “participar daqueles momentos de atrito e tensão” que caracterizaram os movimentos de independência, “empunhando armas, poderia ser uma experiência transformadora”.⁴⁰⁸ Ora, este contexto, conforme Garavaglia, exige “o concurso de *homens em armas*; ele obriga a contar, de um modo ou de outro, com a opinião daqueles a quem se enviava ao campo de batalha para morrer. Seja como votantes (...) ou como *soldados milicianos*, doravante o poder se basearia no *número*”. Daí concluir que “o fato obrigou as elites a levar em consideração opiniões, desejos (e até exigências) dos setores populares anteriormente impensáveis”.⁴⁰⁹

De acordo com o que está sendo sugerido ao longo de todas essas páginas, os milicianos de cor, sobretudo os oficiais, faziam parte da elite da camada social composta por negros. Se por todo o período colonial a simples inclusão em algum terço ou regimento já os colocava em situação de destaque entre seus pares não-militares, o período das independências pôde proporcionar-lhes experiências transformadoras inéditas. Na América portuguesa, além da possibilidade de ocuparem postos de comando em suas corporações, aos milicianos de cor era permitida a utilização de símbolos distintivos em seus uniformes, assim como o gozo do foro militar.⁴¹⁰ Tenha-se em conta, por fim, o fato de que os corpos militares “representaram importantes meios de socialização e politização dos homens de cor”.⁴¹¹ Assim, considerando as experiências vivenciadas por aqueles sujeitos na luta política da era das revoluções, discorre-se aqui mais especificamente acerca da participação de milicianos pardos em expedição militar destinada ao Rio de Janeiro, de sua atuação nas turbulências que acometeram o tabuleiro político conformado pela junta de governo da província em 1822, e do modo inédito como figuraram em manifestações e sessões políticas no nível local.

As medidas emanadas das Cortes, no segundo semestre de 1821, que objetivavam a formação de um único poder central como articulador da nação portuguesa, causaram, como vimos, extrema comoção nas elites paulistas. Ao lado do retorno do príncipe regente a Portugal, teve um impacto especial no Centro-Sul do Brasil uma disposição que transcendia ao programa integracionista e se materializava no envio de forças armadas lusitanas para o

⁴⁰⁷ Cf.: Constituição política do Imperio do Brazil (de 25 de março de 1824). Título 2º - Dos cidadãos brasileiros; Título 4º - Do poder legislativo, capítulo VI - Das eleições.

⁴⁰⁸ CARVALHO, M. J. M. de. Os negros armados pelos brancos e suas independências no Nordeste (1817-1848). In: JANCSÓ, I. (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005, p. 881-914. p. 882.

⁴⁰⁹ GARAVAGLIA, J. C. Os primórdios do processo de independência hispano-americano. In: JANCSÓ, I. (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005. p. 213. Grifos no original.

⁴¹⁰ Cf.: Carta de D. José I ao governador e capitão-general de São Paulo, morgado de Mateus. AHU-SP (A.M.G.), cx. 24, doc. 2354. Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 22 de março de 1766.

⁴¹¹ SILVA, L. G. *Aspirações barrocas e radicalismo ilustrado...*, p. 917.

Rio de Janeiro. Em sua representação ao príncipe, a câmara da cidade de São Paulo não deixava de se posicionar a respeito:

Eles nos têm enviado tropas sob pretextos especiosos, sem que houvesse inimigos externos a combater ou dissensões internas a sufocar. Mas que homem é tão estúpido que não penetre o verdadeiro fim de tais expedições?

Os brasileiros, Real Senhor, estão persuadidos de que é por meio de baionetas que se pretende dar a lei a este reino. ⁴¹²

Em verdade, a aprovação do envio de um batalhão de 1.200 homens para o Rio de Janeiro se deu em resposta à desconfiança existente em Lisboa acerca das intenções envoltas na permanência do regente D. Pedro – cujo poder político articulador das províncias do Brasil não era reconhecido pelas Cortes – e das manifestações e turbulências que se sabia subsistentes na América após o retorno de D. João VI. Desse modo, o expediente adotado tinha claramente o propósito de forçar a partida do príncipe. Mas a posição do regente foi a de atender antes às pressões das elites que gravitavam ao seu redor e permanecer no Brasil. Ela foi formalizada em discurso público em 9 de janeiro de 1822, o famoso “Dia do Fico”, como passou a ser conhecido.

Contudo, a partir da decisão, instaurou-se um quadro de animosidade entre as forças leais às Cortes e as do partido do Centro-Sul. Com efeito, a reação imediata das tropas provenientes de Portugal estacionadas no Rio de Janeiro perante o anúncio da permanência do príncipe no Brasil foi a resistência armada. Assim sendo, para fazer frente ao exército leal às Cortes, comandado pelo tenente-general Jorge de Avelaz, e em nome da “união de ambos os hemisférios”, coube ao até então frágil governo dirigido por D. Pedro solicitar apoio militar das províncias de São Paulo e Minas Gerais. ⁴¹³ Em fevereiro de 1822, uma brigada de 1.100 homens estava marchando de São Paulo a caminho da Corte e já a 5 de março noticiava-se a chegada deste corpo militar a seu destino. Ele levava o nome de *Leais Paulistanos* e era composto de homens retirados dos diversos corpos militares da província paulista, como tropas de linha e milícias. Os Leais estavam organizados, ademais, em batalhões de cavalaria e infantaria. ⁴¹⁴ No desenrolar dos acontecimentos a “divisão lusitana embarcou para a

⁴¹² Cf.: Representação da Câmara de São Paulo ao Príncipe Regente, para que fique no Brasil, levada pelo marechal José Arouche Toledo Rendon. São Paulo, 31 de dezembro de 1821. *RIHGSP*, v. 10, 1905, p. 303-306.

⁴¹³ Cf.: Carta régia ao Governo Provisório de S. Paulo e uma irmã ao de Minas Gerais. Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1822. *Cartas, e mais peças oficiais dirigidas a Sua Majestade o senhor D. João VI pelo príncipe real, o senhor D. Pedro de Alcântara*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822, p. 9-10.

⁴¹⁴ Cf.: Ordem do dia de 18 de janeiro de 1822; Ordem do dia de 19 de janeiro de 1822. *D.I.*, v. 1, p. 44-46. São Paulo, 18 e 19 de janeiro de 1822; Participação do Governo provisório da província de São Paulo ao príncipe regente, da marcha do auxílio militar pedido pelo príncipe. São Paulo, 18 de fevereiro de 1822. In: OLIVEIRA. J. J. M. de. *Quadro Histórico da Província de S. Paulo até o anno de 1822*. São Paulo: Typografia Brasil de Carlos Gerke, 1897, p. 336-337.

metrópole e os ‘Leais Paulistanos’ aquartelaram-se, durante [quatro] meses, no Rio de Janeiro”.⁴¹⁵ De acordo com Machado de Oliveira, a parte deste contingente militar formada por milicianos “mereceu inteira confiança do príncipe regente, aquartelando-a no recinto do paço da Boa-Vista, e entregando-lhe a guarda da sua pessoa e família”.⁴¹⁶ Destaque-se, além disso, que, estando de guarda no Paço do Rio de Janeiro, o corpo dos Leais Paulistanos participava de importantes cerimoniais na Corte, como o batismo da infanta Januária Maria.⁴¹⁷ Certamente, como se verá mais adiante, esta mobilização militar foi extremamente significativa para os indivíduos e grupos envolvidos, os quais tinham em mente perspectivas de ascensão social barrocas e de Antigo Regime.⁴¹⁸

Cabe, agora, indicar que parte considerável do corpo militar em questão, notadamente da divisão de infantaria miliciana, era formada por milicianos pertencentes ao Regimento dos Úteis. No total, 69 integrantes do regimento dos pardos, entre oficiais do estado-maior, oficiais das companhias e soldados, integraram os Leais Paulistanos. Pelos diversos postos que ocupavam no Regimento, é possível notar que estes constituíram, quando no Rio de Janeiro, uma companhia específica composta por milicianos pardos de modo semelhante ao que se determinava pelo decreto de 7 de agosto de 1796: havia um coronel, um ajudante, um capitão, um tenente, dois alferes, dois sargentos, um cabo, um corneta, um tambor e 58 soldados.⁴¹⁹ Ainda que fossem parte dos Leais Paulistanos, eles eram, antes de tudo, os pardos dos Úteis.

Dos milicianos pardos que serviram entre os Leais Paulistanos, nove deles, nos anos seguintes a 1822, passaram a integrar regimentos específicos para homens brancos – condição pela qual alguns sujeitos despendiam consideráveis esforços, como se viu no capítulo anterior.⁴²⁰ É difícil interpretar o fato, pois por um lado essa transferência de regimentos poderia ser a concretização de anseios de alguns dos milicianos pardos, mas, de outro, configurava-se contrária às disposições imperiais de 10 de julho de 1822 que isentavam os milicianos que

⁴¹⁵ WERNET, A. O processo de independência em São Paulo..., p. 350.

⁴¹⁶ OLIVEIRA, J. J. M. de. *Quadro Histórico da Província de S. Paulo*..., p. 268.

⁴¹⁷ Cf.: *Gazeta do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia. Suplemento à edição n. 35, de 21 de março de 1822.

⁴¹⁸ SILVA, L. G. *Aspirações barrocas e radicalismo ilustrado*..., p. 926, 934.

⁴¹⁹ Cf.: Livro Mestre dos Úteis; Decreto de 7 de Agosto de 1796. Regulando os Corpos Auxiliares do Exército, denominando-os para os futuros Regimentos de Milícias. In: SILVA, António Delgado da. *Collecção da Legislação Portuguesa – Legislação de 1791 a 1801*. Lisboa: Typografia Maignense, 1828.

⁴²⁰ SOUZA, F. P. de. Milicianos pardos e o processo civilizador em São Paulo. Cor e hierarquia numa configuração social em transformação (ca. 1790 - ca. 1830). *Histórica* – Revista Eletrônica do Arquivo Público de São Paulo, n. 41, p. 1-14, abr. 2010. p. 10-12.

serviram nos Leais Paulistanos do recrutamento para as tropas de linha.⁴²¹ O fato é que, oito deles foram para tropas profissionais, onde recebiam soldo. A prática da deserção é um aspecto que poderia macular a corporação e seus indivíduos, dando margem a retaliações por parte das altas autoridades, como por exemplo em termos de recrutamento forçado para as tropas de linha. Mas apenas quatro, de 69 homens, desertaram do Rio de Janeiro – um índice reduzidíssimo. Somente dois daqueles desertores é que se tornariam, em 1824, soldados pagos, um dois quais para a cavalaria. Não foi isso, em suma, o que motivou tais transferências. Deve-se ressaltar que muitos dos demais pardos dos Leais, de modo oposto, deram continuidade e até alavancaram suas carreiras na hierarquia milicianiana do Regimento até 1831, como os soldados João Alves, carpinteiro, e Bento da Silva, sapateiro, que tornaram-se cabos de esquadra, ou como o sapateiro e “filho de pai incógnito” Antonio Joaquim de Almeida que, de 1.º sargento desde 1816, passara a alferes a partir de 1824.⁴²²

A marcha ao Rio de Janeiro deu ensejo, igualmente, a vários pedidos de mercê junto ao príncipe regente por parte dos Leais Paulistanos, os quais foram efetuados com extrema rapidez, antes mesmo que retornassem à sua província. Tal é o caso dos “oficiais subalternos da segunda linha da província de São Paulo”, que, “alegando o seu voluntário oferecimento para a marcha que efetuaram a esta Corte”, solicitavam receber idêntica recompensa “dos seus camaradas oficiais, em cujo número se incluíram tenentes graduados capitães”.⁴²³ O objetivo dos oficiais requerentes, dentre os quais encontravam-se cinco pertencentes ao Regimento dos Úteis, era nada menos que a mercê do Hábito de Cristo. É certo que em uma papeleta anexa ao requerimento, assinada por João Carneiro, há a ordem para não se “passar, por ora, mais portaria alguma de Hábito de Cristo aos oficiais de milícias de São Paulo que aqui estiveram”. Entretanto, esta mesma ordem indica que a mercê já havia sido concedida a alguns oficiais milicianos anteriormente, como, aliás, os próprios requerentes, sentindo-se lesados, faziam questão de lembrar a D. Pedro:

Que, em falta de capitães, vieram vários tenentes graduados capitães na presente marcha, estes sendo mais modernos que os suplicantes; estes já tiveram acesso na marcha e agora são condecorados com a mercê da Ordem de Cristo, vindo por este princípio a terem dois despachos e os suplicantes coisa alguma.⁴²⁴

⁴²¹ Cf.: Para o mesmo Ministro da Guerra. APESP, ord. E00716, p. 39-40v. São Paulo, 11 de abril de 1824; N. 67 – Guerra. Marca o modo por que se deve fazer o Recrutamento. Paço, 10 de julho de 1822. Decisões do governo, p. 56-58. In: *Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1822*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887.

⁴²² Cf.: Livro Mestre dos Úteis, fls. 14, 91v e 409.

⁴²³ Cf.: Representação a D. Pedro, príncipe regente, que fazem Luís Antonio de Sá Brasileiro e demais oficiais subalternos da 2.ª linha da província de São Paulo, os quais, como voluntários, participaram da marcha ao Rio de Janeiro por imposição da ordem pública, solicitando por razão de equidade, lhes fosse concedida ‘a Mercê do Hábito de Cristo’. B.N., doc. ii-35,24,23. Rio de Janeiro, 25 de maio de 1822.

⁴²⁴ Cf.: *Idem*.

Estes finalizaram a exposição “pedindo também uma mercê, visto que também deixaram suas casas e interesses, fazendo igual serviço aos que mereceram graças; e para que voltem com satisfação e louvor geral e público de seus compatriotas”.

Este caso diz muito sobre aqueles atores sociais e suas perspectivas. Primeiramente, destaque-se uma vez mais a presença de pardos ao lado de brancos neste grupo de pressão. Atentando aos detalhes, porém, percebe-se que a posição dos integrantes dos Úteis realmente pardos – visto que havia brancos ocupando alguns dos postos do estado-maior – era marcadamente inferior a de indivíduos de outros regimentos. Ainda que o critério adotado para listar o nome dos requerentes fosse a hierarquia dos postos por eles ocupados, Manoel Gonçalves da Luz Tralhão e Antonio Joaquim da Costa Ribeiro apareceram por último, atrás de requerentes brancos com postos inferiores.⁴²⁵ A imagem destes sujeitos, como se vê, estava intimamente associada à do regimento ao qual faziam parte. Em função disso, deve-se atentar não somente para a “experiência transformadora” a nível individual, mas, igualmente, à dos pardos em seu próprio regimento, este como ator corporativo. Em segundo lugar, se a muitos dos homens que foram parar no Rio de Janeiro em 1822 como milicianos só restou o lamento relatado por Saint-Hilaire, outros sujeitos, por sua vez, viram aí uma oportunidade única e, não por acaso, alistaram-se voluntariamente. Por fim, e em decorrência, eles eram imbuídos de “aspirações barrocas referentes a cargos, promoções, privilégios e sinais de *status* e distinção social”, como não podia deixar de ser, pois mesmo em uma época que já se configurava marcada pelo liberalismo, a concessão de títulos e signos de distinção era uma herança colonial da qual o novo império se valeria abundantemente.⁴²⁶

Os Leais Paulistanos regressaram à província, entrando na cidade de São Paulo em 22 de junho de 1822, “no meio do geral aplauso de todas as classes do povo”.⁴²⁷ Como na ocasião da partida, foram novamente aclamados cidadãos, leais a D. Pedro I.⁴²⁸ Tão logo se apresentou na cidade o Batalhão dos Leais Paulistanos, o governo provisório contemplou os corpos milicianos com privilégios e algumas mudanças, notadamente no campo dos bens simbólicos. A corporação mais beneficiada, sem dúvida, foi justamente o Regimento dos Úteis. Em primeiro lugar, todos os oficiais com graduação nos Leais manteriam a graduação em seus regimentos de origem. Em segundo, o Regimento dos Úteis perderia a partir de então

⁴²⁵ Cf.: Livro Mestre dos Úteis, fls. 11, 11v, 12 e 13.

⁴²⁶ SILVA, L. G. Aspirações barrocas e radicalismo ilustrado..., p. 926, 934; HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial – sua desagregação. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). *História geral da civilização brasileira*. (Tomo II, 1.º vol.). 3.ª ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970 [1960], p. 29-34.

⁴²⁷ Cf.: 120.ª Sessão. *D.I.* v. 2, p. 181. Palácio do governo de São Paulo, jun./ago. de 1822.

⁴²⁸ Cf.: Congratulação do governo provisório ao corpo miliciano que marchara em auxílio ao Rio de Janeiro. São Paulo, 22 de julho de 1822. In: OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. *Quadro Histórico...*, p. 332-333.

este nome, que, não obstante ser dotado de grande simbolismo, dada sua associação colonial à condição de homens de cor, o diferenciava pejorativamente dos demais. Ora, à época, na cidade de São Paulo havia três regimentos de infantaria milicianiana, sendo nomeados como 1.º Regimento, 2.º Regimento e, finalmente, Regimento dos Úteis.⁴²⁹ Ao passar a ser chamado 3.º Regimento de Infantaria Milicianiana, a corporação dos pardos, ao menos simbolicamente, era reconhecida no mesmo patamar das correspondentes destinadas a homens brancos. Ademais, uma vez que muitos dos milicianos pardos marcharam para o Rio com a farda dos corpos regulares, esta utilização tornara-se, como gratificação, permitida no agora 3.º Regimento. Com a utilização deste uniforme, os pardos herdaram da missão na Corte relevantes signos distintivos, como “os metais brancos”. Mas o ganho mais significativo, no plano simbólico, foi o *Hino*, de 1825, uma composição de ninguém menos que o imperador D. Pedro, em homenagem aos milicianos pardos de São Paulo.⁴³⁰

Tomadas em conjunto as demandas daqueles milicianos pardos, desde a época colonial até o emblemático período do pós-independência, torna-se visível que o espaço dos regimentos dava margem ao surgimento de *grupos de pressão*, isto é, “coligação, ocasional ou permanente, formada por atores sociais, que visa obter do poder político isenções e privilégios”.⁴³¹ Conforme se sugeriu em páginas anteriores, ao negociar politicamente com autoridades locais e centrais os pardos e pretos de Pernambuco e Bahia, como atores individuais e corporativos, manejavam a tradição dos corpos militares aos quais vinculavam-se. O caso específico de São Paulo indica que, ao mesmo tempo das mudanças econômicas, demográficas e de toda a sua estrutura social, seus habitantes – inclusive aqui, evidentemente, os pardos livres – passaram por profunda transformação de suas estruturas de personalidade.⁴³² Assim como seus pares em outras capitanias, aqueles sujeitos na condição de “bons” negros passaram a perseguir a obtenção, junto à Coroa, tanto de bens materiais como simbólicos. Se, comparativamente a pernambucanos e baianos, pesava negativamente à corporação dos pardos paulistas a inexistência de uma representação mental que os vinculasse mais intimamente ao rei, fortalecendo-os enquanto grupo de pressão, por

⁴²⁹ Cf.: CABRAL, José Antônio Teixeira. *A estatística da Imperial Província de São Paulo: com várias anotações do tenente-coronel José Antônio Teixeira Cabral, membro da mesma estatística*. Tomo I, 1827. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, p. 124-125.

⁴³⁰ BINDER, F. P. *Bandas Militares no Brasil: difusão e organização entre 1808-1889*. Dissertação (mestrado em Música) – Instituto de Artes da Universidade Estadual Paulista, v. 1, 2006, p. 32-32.

⁴³¹ BAECHLER, J. Grupos e sociabilidade. In: BOUDON, R.. *Tratado de sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1995, p. 70-72.

⁴³² ELIAS, N. Sugestões para uma teoria de processos civilizadores. In: ELIAS, Norbert. *O processo civilizador. Formação do Estado e Civilização* (v. 2). Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993, p. 193-274; SOUZA, F. P. de. Milicianos pardos e o processo civilizador em São Paulo...

outro lado, a maior proximidade ao então principal centro de poder do Brasil, o Rio de Janeiro, e a necessidade que este teve de auxílio militar em 1822, foi um fator decisivo para a elevação do *status* desta corporação. Atente-se, de outro lado, para o fato de que na conjuntura das independências latino-americanas, marcada pela proliferação de novas idéias e projetos políticos, os pernambucanos apresentavam-se como uma “pedra no sapato” aos propósitos encabeçados pelo Rio de Janeiro. A revolução de 1817 e a adesão direta de Pernambuco às Cortes de Lisboa, sem a aquiescência e reconhecimento do governo do príncipe regente, certamente propiciaram uma inversão no modo com que a identidade coletiva pernambucana era apreendida no Brasil. Nesse momento, aquela memória declinara substancialmente. Deste modo, além da proximidade espacial em relação à Corte do Rio de Janeiro, uma “ausência” de memória poderia ser benéfica a São Paulo e seus homens de cor. Cabe, agora, averiguar o envolvimento dos milicianos pardos nos acontecimentos de maio de 1822 na província de São Paulo, um movimento de “tropas e povo”, a partir do qual, na realidade, segmentos da elite mediram forças visando alterar peças do tabuleiro político que era a junta de governo paulista.

O corpo dos Leais Paulistanos deixou a Corte tão logo se soube das agitações políticas e militares que grassaram na cidade de São Paulo em maio. Com efeito, o estado de equilíbrio e conciliação entre as facções das elites que orbitavam ou em torno dos Andradas ou do ex-governador colonial João Carlos de Augusto Oeynhausien foi cedendo diante das pressões mútuas após o principal líder articulador, José Bonifácio, tornar-se ministro na Corte, em janeiro de 1822. Duas ocasiões exemplificam satisfatoriamente o clima de tensão instaurado no interior da província entre os dois grupos: o episódio conhecido como o *suplício do Chaguinhas* e a denúncia de irregularidades no recrutamento dos Leais Paulistanos.

O primeiro caso deriva da aplicação de pena ao homem acusado de liderar um motim militar em Santos, em junho de 1821. O enforcamento do réu gerou enorme comoção popular pelo fato de a corda ter-se rompido duas vezes, sem que a aplicação da pena fosse consumada, o que foi imediatamente interpretado como milagre pelas pessoas que presenciaram o ato. Os clamores para que o cabo Francisco José das Chagas fosse perdoado não foram atendidos, e procedeu-se a uma terceira tentativa, aí sim, com sucesso. A principal decorrência do episódio é que “o imaginário popular tendeu a atribuir ao Governo Provisório e a Martim Francisco, em particular, a responsabilidade pela execução”.⁴³³ Deste modo, a figura de um membro dos Andrada tornou-se sensivelmente maculada e, especialmente após seus irmãos deixarem São

⁴³³ NEVES, Lúcia M. B. P. das. São Paulo e a independência..., p. 281-285.

Paulo para tomarem assento de deputado e ministro, o episódio repercutiu em sua atuação política. Por outro lado, o segundo fato aqui em tela – os questionamentos à probidade com que teria sido feita a formação da tropa com destino ao Rio de Janeiro, em janeiro de 1822 –, tocou diretamente ao coronel Francisco Inácio de Souza Queiroz, um integrante do grupo centralizado por Oeynhausien. Após a partida do Batalhão dos Leais Paulistanos, organizado por Francisco Inácio, “logo se fez ‘voz pública’ que alguns dos chamados tinham sido dispensados graças a pagamentos em dinheiro”. Martim Francisco prontamente mandou publicar um bando instando a se apresentarem aqueles que por tais meios se esquivaram do recrutamento a fim de que o dinheiro de cada qual fosse restituído. Para além da finalidade moral que impelia a publicação do bando, ela era “ofensiva à honra dos oficiais a quem se atribuía o suborno”, dentre os quais figurava Francisco Inácio.⁴³⁴ Em ambos os casos trata-se do recurso à difamação da imagem do adversário político e de seu grupo, amplamente empregado na ocasião.

Em situação frágil, Martim Francisco recorreu à intercessão do irmão Bonifácio junto ao imperador, visando o afastamento de seus opositores da província. Um expediente com a mesma finalidade era levado a efeito pelo grupo de Oeynhausien ao longo do primeiro semestre de 1822. Nessa configuração, o cabo-de-força pendeu para o lado dos Andradas, uma vez que Bonifácio articulava na Corte as medidas para a eleição de novo governo na província e para que Oeynhausien fosse convocado a comparecer na sede do governo imperial. Nessa altura, em meados de maio, o grupo anti-andradino havia enviado uma representação ao príncipe regente solicitando que Oeynhausien, então presidente da província, fosse nomeado também a governador das armas. A polarização entre as facções estava deflagrada. Quando as portarias emitidas por Bonifácio chegaram à junta de governo paulista, em 22 de maio de 1822, Oeynhausien convocou uma sessão extraordinária do governo onde decidiu-se por acatar àquelas ordens, entregando, assim, a presidência interinamente a Martim Francisco.

Porém, malgrado o acordo de 22 de maio, no dia seguinte o grupo aliado a Oeynhausien, e na ocasião sob o comando de Francisco Inácio de Souza Queiroz, tomou o controle do quartel da cidade e dirigiu a “tropa e povo” ali existente para o Largo de São Gonçalo, onde se fez o pronunciamento dos militares solicitando a permanência do presidente da província e a deposição de dois dos membros da junta, Manoel Rodrigues Jordão e Martim Francisco. O ato resultou na aceitação daquelas reivindicações por parte da pressionada câmara municipal, o que foi atestado na ata da vereação extraordinária assinada por vários

⁴³⁴ NEVES, Lúcia M. B. P. das. São Paulo e a independência..., p. 306.

homens e, finalmente, na destituição do Andrada. O episódio tornou-se conhecido na historiografia como a *Bernarda de Francisco Inácio* e deve ser visto como “uma típica manifestação do jogo político local em busca de reconhecimento e influência junto ao príncipe D. Pedro”.⁴³⁵ Não se tratava, na ótica daqueles que tomaram parte no pronunciamento, de contestação ao poder estabelecido no Rio de Janeiro na figura do regente.

A bernarda repercutiu de imediato nas vilas de Itu e Sorocaba, bem como na Corte. Recusando-se a reconhecer a legitimidade das recentes ações político-militares da capital, as duas vilas paulistas acabaram formando um bloco provisoriamente autônomo, de tal modo que se dirigiam diretamente a D. Pedro, ignorando os vínculos e ordens provenientes da cidade de São Paulo. Na Corte, como era de se esperar, a reação foi violentíssima. De lá, Bonifácio persistiu no combate aos opositores, para o que recebia apoio imperial. As tensões internas forçaram D. Pedro I a antecipar sua viagem à província e nos cerimoniais relacionados à sua chegada tornou evidente seu apoio ao partido andradista.⁴³⁶ Ademais, em 7 de setembro de 1822 ordenou-se a abertura de uma devassa, a fim de se investigar “as causas e conseqüências que tiveram lugar nessa cidade no dia 23 de maio”.⁴³⁷

A sindicância teve início, portanto, quase quatro meses após os fatos e é plausível que nesse ínterim seus principais implicados e demais participantes, conhecedores de vários dos desdobramentos da bernarda, pudessem organizar um discurso coeso objetivando isentá-los de culpa ou indicar mais pontualmente um conjunto de envolvidos. Ao todo, foram ouvidas 23 testemunhas entre setembro e outubro de 1822. Quatro dos depoentes eram milicianos do Regimento dos Úteis, recentemente renomeado de 3.º Regimento. Sua presença ali se deve ao fato de que, quando a ação irrompeu, na tarde de 23 de maio, vários integrantes da corporação estavam de serviço no destacamento da cidade, no quartel e nas ruas. Assim, muitos presenciaram e até participaram ativamente do evento.⁴³⁸ Conforme as testemunhas da devassa, qual a caracterização da bernarda? De que forma os milicianos pardos se posicionaram na ocasião?

Primeiramente, cabe destacar que o discurso hegemônico entre as testemunhas indicava que a tropa do destacamento do dia fora obrigada a marchar até o largo de São Gonçalo e a tocar rebate, assim como a compor a maior parte das assinaturas constantes ao

⁴³⁵ NEVES, Lúcia M. B. P. das. São Paulo e a independência..., p. 305.

⁴³⁶ NEVES, Lúcia M. B. P. das. *Idem*, p. 311-312.

⁴³⁷ Cf.: N. 109. Manda proceder a uma devassa na Província de São Paulo e conhecer dos sucessos do dia 23 de maio deste ano. São Paulo, 7 de setembro de 1822. Decisões do governo, p. 82-83. In: *Collecção das decisões do governo do Império do Brasil de 1822*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887.

⁴³⁸ Cf.: Devassa sobre a Bernarda de 23 de maio de 1822. São Paulo, set./out. de 1822. *RIHGSP*, v. 10, p. 393-480.

termo de vereação extraordinária. Reconhecia-se que o bando publicado por Martim Francisco relacionado ao recrutamento para os Leais Paulistanos tivesse sido o estopim da crise política que ao fim levava à ordem para a deposição de Oeynhausén e culminara no “motim”. Durante três dias o grupo que tomou o quartel manteve-se em prontidão, armado e engrossado pela presença de mulatos e escravos, para impedir a entrada na cidade de forças militares provenientes de Santos.

Os destacamentos eram formados por meio do revezamento mensal de milicianos e soldados de linha retirados dos diversos regimentos da província. Deste modo, apesar de ser uma tropa que mudava constantemente sua composição, mantinha-se perene no quartel da capital da província. Pode-se ter uma idéia das dimensões desta força militar: em outubro daquele ano, determinou-se que cada um dos três regimentos milicianos da capital fornecesse provisoriamente 67 de suas praças para o destacamento, número que logo chegaria a 100, sendo dez homens por companhia.⁴³⁹ Na tarde da bernarda, o comandante do destacamento era o tenente-coronel dos Úteis, Antonio de Pádua Gusmão, provavelmente um homem branco, já o comando da guarda do quartel estava a cargo do sargento pardo Francisco Manoel de Borja. Por sua vez, outros integrantes dos Úteis exerciam funções-chave e de autoridade na ocasião em que houve a tomada do quartel pelo grupo *bernardista*, como o cabo Inácio José Vieira, “que estava limpando as armas como quarteiro e soldado miliciano dos Úteis”, e o tambor-mor Jacinto José, que naquele instante se achava entregue ao sono, “dormindo sobre a tarimba do corpo da guarda no quartel”. Conforme testemunhou na devassa, “acordara com o barulho dos tambores no ato de pegarem as caixas”, e presenciou os oficiais que invadiram o quartel “a dar[em] socos nos tambores para irem tocar rebate”, o que foi evidentemente dirigido pela testemunha na qualidade de tambor-mor. A tônica das quatro testemunhas pertencentes ao regimento dos pardos é a mesma: a de que foram surpreendidos pelos bernardistas e forçados – “com pistola no peito” – a tocarem rebate, entregarem seus postos e a chave da sala de armamentos então em poder do quarteiro, bem como se posicionarem no largo para a proclamação “da tropa e povo”.

Em seguida à proclamação em praça pública, aqueles milicianos foram coagidos a assinarem a ata da vereação extraordinária realizada no mesmo dia. O sargento pardo Francisco Manoel de Borja, a décima testemunha da devassa,

disse que sabe de fato próprio e por presenciar, que tanto as assinaturas do auto de vereação extraordinária do dia 23, como as que se seguiram ao depois e que deram causa à expulsão dos dois membros do governo, o coronel Martim e o brigadeiro

⁴³⁹ Cf.: APESP, ord. E00697, p. 26. São Paulo, 21 de outubro de 1822.

Jordão, (...) foram determinadas pelo comandante do destacamento quanto aos soldados e oficiais inferiores que sabiam ler, sendo ele testemunha um deles, que, suposto soubesse a que se dirigiam essas assinaturas feitas na Câmara e não tivesse motivo algum para convir no que foi requerido pelo intitulado povo e tropa, contudo prestou a sua obrigação, de que está bem arrependido, e a que fez no quartel foi sem saber o fim a que se dirigia.⁴⁴⁰

Por sua vez, no depoimento do tambor-mor Jacinto José tem-se que a 11.^a testemunha não tinha idéia do conteúdo dos papéis que, juntamente a seu filho e outros camaradas, milicianos do mesmo regimento, assinaram na ocasião. Por outro lado, ali se indica explicitamente o tenente-coronel Gusmão, também dos Úteis, como o oficial que os obrigara a subscrever. Já a 12.^a testemunha, o cabo dos Úteis Ignácio José Vieira, indicou, por “ter presenciado”, os homens que se puseram à frente da tropa, dentre os quais estava incluído “o tenente-coronel Pádua e outros de que não conserva lembrança”. De sua parte, o tenente-coronel branco, enquanto a 21.^a testemunha, atribuiu sua participação no evento às ameaças e violências que lhe foram acometidas no quartel. Em síntese, os milicianos dos Úteis mostraram-se, em seus depoimentos, contrários à Bernarda e, não obstante as violências que lhes foram impostas naquela circunstância, arrependidos por assinarem os documentos em prol daquela causa.

Os três pardos dos Úteis que prestaram depoimento na averiguação nada disseram a respeito das duas últimas perguntas da devassa, as quais versavam sobre se havia conhecimento prévio de que o motim ocorreria naquela data e se seus executores mantinham relações com as Cortes de Lisboa e eram contrários à causa do Brasil. Ademais, eles dividiam-se quanto a terem conhecimento do teor das atas e documentos que assinaram. Mas o certo é que, de modo algum, estiveram alheios ao que se passava. É significativo o fato de que o tenente Francisco Severiano dos Santos Cardim, pardo dos Úteis⁴⁴¹, estivesse entre os disseminadores dos boatos conforme os quais Oeynhausien e o coronel Daniel Pedro Mueller “tinham comunicação oculta com as Cortes de Portugal contra a causa do Brasil, e que por efeito desta comunicação se esperava no porto de Santos (...) uma esquadra com tropa européia para (...) se apoderar desta mesma província”.⁴⁴² Em suma, foi entre rumores manifestados “em muito segredo”, assinaturas, violências, exercício de autoridade e subordinação que se deu a participação dos milicianos pardos naquele fato político.

A devassa acabou suspensa e os presos soltos por decreto de 23 de setembro com vistas à obtenção de nova conciliação entre as elites da província. Buscava-se criar um clima

⁴⁴⁰ Cf.: Devassa sobre a Bernarda de 23 de maio de 1822. São Paulo, set./out. de 1822. *RIHGP*, v. 10, p. 426-427.

⁴⁴¹ Cf.: Livro Mestre dos Úteis, fls. 303, 304.

⁴⁴² Cf.: Devassa sobre a Bernarda de 23 de maio de 1822. *Idem*, p. 404-405.

harmonioso nesse momento, no qual já se preparavam as atividades para a “Assembléia Geral Constituinte e Legislativa, que há de lançar os (...) fundamentos do Império do Brasil”.⁴⁴³

De fato, especialmente na conjuntura da independência, o Estado que se construía – um novo equilíbrio de poder – necessitava forçosamente de sustentação e legitimidade. Nesta nova ordem das coisas, as províncias, câmaras de vilas e cidades bem como as corporações militares tiveram a oportunidade de refazer e renegociar seus laços com os poderes centrais. Assim, dentro de certos limites, o próprio regimento dos Úteis – ou 3.º Regimento – apresentava-se como um entre tantos outros sustentáculos militares e políticos. Não bastasse seus integrantes estarem presentes na marcha em socorro ao príncipe regente, estes permaneciam atentos aos boatos em relação à existência de pessoas contrárias à “causa do Brasil” – tivessem ou não fundamento tais especulações para além da disputa de poder a nível regional – e colaboraram na investigação do fenômeno da bernarda. Ademais, como se verá adiante, na qualidade de integrantes do regimento dos pardos eles participaram de reuniões e solenidades políticas nas quais firmavam-se importantes vínculos com o príncipe regente e posteriormente imperador do Brasil, coroado em 12 de outubro de 1822, D. Pedro I.

Uma visão macroscópica e comparativa entre os processos de independência ocorridos nos vários espaços hispano-americanos e no Brasil permitiu a McFarlane asseverar que “enquanto a independência do Brasil foi obtida principalmente por políticos, a concretização da independência na América espanhola foi obra de militares”.⁴⁴⁴ Como se nota diminuindo-se o tamanho da tela, não é exatamente este o quadro que se desenha aqui. É preciso ter em vista que a independência e a integridade territorial do Império do Brasil estiveram por bom tempo contestadas internamente, decorrendo daí o papel importantíssimo desempenhado pelos braços armados. Com efeito, ao longo do primeiro reinado pulularam projetos políticos diferentes daquele formado por Minas Gerais, São Paulo e encabeçado pelo Rio de Janeiro. Em oposição ao núcleo formado na região sudeste-sul, que se alinhou “mais rápida e francamente ao príncipe” D. Pedro, “no norte-nordeste a maior parte das províncias se reportava às Cortes ou então reclamava e lutava por sua autonomia frente a estes dois pólos centralizadores”.⁴⁴⁵ Mas, de fato, grupos políticos do sudeste-sul foram eficazes em impor militarmente sua concepção política na década de 1820. É nesta linha que se deve

⁴⁴³ Cf.: Decreto de 23 de setembro de 1822. Faz cessar a devassa a que se mandou proceder na província de São Paulo, pondo em liberdade os que estiverem presos. Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1822. Decretos, cartas e alvarás, p. 49. In: *Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1822*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887.

⁴⁴⁴ MCFARLANE, A. Independências americanas na era das revoluções: conexões, contextos, comparações. In: MALERBA, J. *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 407.

⁴⁴⁵ SCHIAVINATTO, I. L. Cultura política do primeiro liberalismo constitucional. A adesão das câmaras no processo de autonomização do Brasil. *Araucaria*, v. 9, n. 18, 2007. p. 226.

compreender o posicionamento dos milicianos pardos paulistas: mais do que aceitar o projeto político representado na figura de D. Pedro I, coube a eles papel ativo em sua sustentação. Além disso, paralelamente à mobilização armada, neste contexto de redefinição do pacto político, exigiu-se manifestações concretas, e com alta carga simbólica, de adesão ao novo Estado por parte dos centros políticos de Antigo Regime: elas iam de pedidos para que o príncipe não regressasse a Portugal até descrições de cerimônias de aclamação ao imperador, sem contar as sessões de vereações extraordinárias nas quais os “povos”, nas câmaras municipais, debatiam seu posicionamento político e militar em relação à nova ordem.⁴⁴⁶

Lendo-se alguns termos de vereações extraordinárias, percebe-se nitidamente que a grande maioria dos presentes ocupava postos militares. Refere-se aqui à vereação realizada na cidade de São Paulo, em 31 de dezembro de 1821, na qual se afirmou o apoio dos “povos” à autonomia do Brasil em relação a Portugal, bem como à ocorrida na câmara de Itu, em meados de 1822, tratando da formação de uma coligação de vilas leais e subordinadas diretamente a D. Pedro e opostas ao governo provisório que se instalara com a bernarda.⁴⁴⁷ Convém igualmente assinalar que se faziam presentes naquelas sessões grande parte dos oficiais, além de alguns soldados, do regimento dos pardos. Suas assinaturas atestam a participação nos grandes debates e discussões políticas da época.⁴⁴⁸ Na vereação realizada na cidade de São Paulo estiveram presentes ao menos 25 milicianos dos Úteis, um número nada desprezível. Entre eles estavam o alferes Antonio Joaquim de Almeida e o alferes Pedro

⁴⁴⁶ SOUZA, I. L. C. A adesão das Câmaras e a figura do imperador...; SCHIAVINATTO, I. L. Cultura política do primeiro liberalismo constitucional...; CHÁVEZ, A. H. *La tradición republicana del buen gobierno*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1993, p. 17- 45; LOPES, J. R. de L. Iluminismo e jusnaturalismo no ideário dos juristas da primeira metade do século XIX. In: JANCSÓ, I. (Org.). *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo/Ijuí: Editora Hucitec/Editora Unijuí, 2003, p. 195.

⁴⁴⁷ NEVES, Lúcia M. B. P. das. São Paulo e a independência..., p. 304-318; WERNET, A. O processo de independência em São Paulo..., p. 351-353; Cf.: Decreto de 25 de junho de 1822. Cria um governo provisório de eleição popular na província de São Paulo. Paço imperial, 25 de junho de 1822. Decretos, cartas e alvarás, p. 25-26. In: *Collecção das Leis do Império do Brasil de 1822*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887; N. 96. Ministro especial. Manda anular o termo de vereação extraordinária da Câmara da Vila de Itu sobre o governo provisório de São Paulo. Paço de Lorena, 19 de agosto de 1822. Decisões do governo, p. 73-75. In: *Collecção das Leis do Império do Brasil de 1822*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887.

⁴⁴⁸ Cf.: Representações que à Augusta Presença de Sua Alteza Real, o Príncipe Regente do Brasil, levaram o Governo, Senado da Câmara e Clero de São Paulo, por meio de seus respectivos deputados; com o Discurso que, em Audiência Pública do dia 26 de janeiro de 1822, dirigiu em nome de todos ao mesmo Augusto Senhor o Conselheiro José Bonifácio de Andrada e Silva, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino e Estrangeiros. *Cartas, e mais peças...* p. 36-55. São Paulo, 31 de dezembro de 1821; Vereança extraordinária da Câmara Municipal de Itu. Itu, 4 de agosto de 1822. *RIHGSP*, v. 7, 1902, p. 178-179. A presença dos milicianos pardos pode ser facilmente notada nas demais ocasiões de vereação extraordinária nas vilas que abrigavam seus integrantes e, sobretudo, na cidade de São Paulo. Ver, entre outros: Termo de vereança geral e extraordinária da câmara, feito a requerimento do povo e tropas desta cidade de São Paulo. São Paulo, 23 de junho de 1821; Representação da câmara de S. Paulo ao príncipe regente, para que fique no Brasil, levada pelo marechal José Arouche Toledo Rendon. São Paulo, 31 de dezembro de 1821; Vereação extraordinária para tratar da conveniência de proclamar D. Pedro imperador. São Paulo, 28 de setembro de 1822; Ata da aclamação de D. Pedro I, aos 12 de outubro de 1822, na cidade de São Paulo. *RIHGSP*, v. 10, 1905, p. 296-308, 357-367.

Antônio Ferreira, ambos "filhos de pai incógnito", certamente homens pardos, pois toda a trajetória militar dos dois sujeitos ocorrera no Regimento dos Úteis, os quais também serviram entre os Leais Paulistanos.⁴⁴⁹ Já em Itu, entre os milicianos da 7.^a companhia dos Úteis, aquartelada na dita vila, estiveram presentes na vereação extraordinária em questão o capitão José Leite de Serqueira, o tenente Francisco de Paula do Espírito Santo e o cabo Francisco Antonio Romano, todos “filhos de pais incógnitos” e que, de soldados, ascenderam aos postos de destaque que ocupavam em 1822. O cabo Francisco Antonio Romano, por sua vez, alcançou ainda o posto de tenente, em 1825.⁴⁵⁰ A representatividade numérica dos três parece, à primeira vista, pequena. Note-se, no entanto, que seus nomes figuravam entre 55 assinaturas, doze das quais eram provenientes de padres. Sendo assim, compunham 7% do total dos militares e civis. Naquela reunião decidiu-se subordinar o governo da vila e da coligação em formatura diretamente à D. Pedro, e que os corpos militares das vilas coligadas deveriam permanecer em prontidão, nos quartéis e estradas, e atentos a tudo o que se passava na capital. Parece claro que nas duas situações referidas a interação dos pardos no debate político foi intensa e voluntária. Portanto, a descrição da ignorância e das violências envoltas ao modo pelo qual os milicianos concorreram com suas assinaturas por ocasião da bernarda está muito longe de ser uma “regra” a respeito da ação política daqueles sujeitos.

Como se vê, por conformarem uma elite entre os homens de cor, homens de baixa extração – sapateiros, alfaiates e artesãos em geral – participaram ativamente de debates e ações políticas no contexto da independência brasileira⁴⁵¹, e não somente como observadores ou marionetes a serviço das autoridades. O pertencimento à corporação militar lhes possibilitou algo muito além da troca de idéias que era comum a redes de sociabilidade informais, como as conversações travadas por “um mulato e um cabra a discorrer em política” numa barbearia da Corte – situação hipotética, considerada “tão fora de razão e (...) desencaixe” em panfleto distribuído pelas autoridades em 1821, visando censurar a intromissão de negros em assuntos de brancos.⁴⁵² Além de debates informais e do apoio militar, homens de cor atuaram em sessões políticas formais. Era o pertencimento à corporação militar que lhes propiciava o estabelecimento de vínculos institucionais de sociabilidade política, os quais resultaram em ações efetivas, tais como a inserção nos debates

⁴⁴⁹ Cf.: Representações que à Augusta Presença de Sua Alteza Real, o Príncipe Regente do Brasil, levaram o Governo, Senado da Câmara e Clero de São Paulo, por meio de seus respectivos deputados... São Paulo, 31 de dezembro de 1821. *Cartas, e mais peças...* p. 42; Livro Mestre dos Úteis, fls. 14, 58.

⁴⁵⁰ Cf.: Vereação extraordinária da Câmara Municipal de Itu. Itu, 4 de agosto de 1822. *RIHGSP*, v. 7, 1902, p. 178-179; Livro Mestre dos Úteis, fls. 344, 345 e 346.

⁴⁵¹ SILVA, L. G. *Aspirações barrocas e radicalismo ilustrado...*, p. 915-934.

⁴⁵² Cf.: *Diálogo político e instrutivo entre os dois homens da roça, André Raposo e seu compadre Bolônio Simplicio acerca da Bernarda do Rio de Janeiro e novidades da mesma*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1821.

políticos mais importantes daquele momento e as aprovações das medidas contidas nos vários termos de vereação extraordinária.

Entende-se, em suma, que, enquanto atores individuais e coletivos, os milicianos pardos de São Paulo viveram experiências vitais no processo das independências e na era das revoluções, fossem elas de caráter permanente ou provisório. Estes sujeitos compunham um setor realmente diferenciado no interior das camadas populares, decorrendo daí, pois, a opção aqui adotada em dar contornos mais nítidos à sua inserção na arena político-militar do período. A perspectiva de Garavaglia, conforme a qual o contexto em questão exigia “o concurso de *homens em armas*” e a participação ativa destes “como votantes” ou “como *soldados milicianos*”⁴⁵³, pôde ser aqui confrontada com dados empíricos e revelou-se extremamente rica. Enquanto corpo militar, o regimento dos pardos paulistas percebeu uma elevação significativa de seu *status*, arrogando-se, a partir de então, inúmeras prerrogativas. Por outra parte, quando concorriam às sessões de vereações, seus integrantes não o faziam simplesmente enquanto “massa”, “populacho” ou “povo”. A indicação de seus postos, ao lado das assinaturas, revela suficientemente bem o lugar dos milicianos pardos entre “vereadores”, “tropas” e o “povo”. Ademais, o espaço do Regimento configurava-se numa vasta rede de sociabilidades à qual se conectavam os pardos e estes aos poderes locais e centrais. Interessava aos pardos de São Paulo a obtenção de bens típicos à estrutura social barroca, como as distinções simbólicas de Antigo Regime, mas também os benefícios de uma nova era, liberal, a qual os considerava cidadãos. É assim que, naquele momento de transição, auxiliaram e foram recompensados pela construção e manutenção daquele equilíbrio de poder em que D. Pedro I era o centro.

4.3 – Fragmentos de vida, dos milicianos pardos e do Regimento dos Úteis: o ponto onde eles se (con)fundem

Ao chegarmos aqui, parte substancial da trajetória do regimento dos pardos de São Paulo foi contada. Ela se encerra em 1831, com a dissolução das milícias para a formação da Guarda Nacional. Não obstante seu curto período de existência, viu-se que a corporação em questão deixou marcas naquela sociedade, que, por sua vez, constituiu os Úteis. Ora, os determinantes da instituição militar são os mesmos que conformam a sociedade⁴⁵⁴ – essa realidade de difícil apreensão, ao mesmo tempo estável e em constante mudança, na qual se

⁴⁵³ GARAVAGLIA, J. C. Os primórdios do processo de independência hispano-americano... p. 213.

⁴⁵⁴ FERNÁNDEZ, J. M. *Ejército y milicias en el mundo colonial americano*. Madrid: MAPFRE, 1992, p. 9.

movem as pessoas e grupos, mantendo vínculos e relações umas com as outras.⁴⁵⁵ A instituição, o Regimento dos Úteis, não existia sem seus membros, os milicianos pardos. Por sua vez, o pertencimento à corporação contribuiu na constituição do *habitus* multifacetado⁴⁵⁶ em seus integrantes, este marcado por determinados padrões de opinião e comportamento, aspirações e estratégias de vida, relações pessoais e identidades coletivas. O objetivo aqui é acompanhar, por meio de fragmentos, a trajetória de vida de alguns dos milicianos pardos, atentando para o modo com que o serviço na milícia marcou suas vidas, permitindo-lhes uma visibilidade ou mobilidade social ascendente. Como se verá, suas trajetórias se (con)fundem com a do próprio Regimento dos Úteis.

Conhece-se hoje suficientemente bem a trajetória de vida de um alferes dos Úteis, o pardo Joaquim Barbosa das Neves, a partir de estudo de Roberto Guedes sobre egressos do cativeiro na vila paulista de Porto Feliz.⁴⁵⁷ Empregando uma fabulosa variedade de fontes, o historiador em questão pôde acompanhar fragmentos da vida daquele pardo, desde o momento da alforria concedida à mãe de Neves, passando pelos vínculos familiares, financeiros e com as elites estabelecidos pelo pardo em questão, até a partilha de seus bens efetuada pelos filhos.

Com efeito, Joaquim Barbosa das Neves ascendeu da provável condição de cativo em que nascera à de senhor de um total de 41 escravos quando de sua morte. Neves era casado, com família sólida. Ao longo de sua vida, conseguiu estabelecer laços familiares importantes: apesar de tornar-se padrinho de filhos de pais incógnitos, fez com que seus filhos fossem apadrinhados por pessoas de condição social superior. Em termos sócio-econômicos, Neves percebeu uma incrível ascensão, pois conseguiu afastar-se do ofício mecânico que a princípio desempenhava como alfaiate e dedicar-se exclusivamente à sua loja de fazenda seca. Numa segunda etapa, converteu-se em grande proprietário de escravos ingressando na rentável atividade açucareira por meio de seu engenho. Em seu testamento, a fortuna líquida declarada, isto é, descontadas as dívidas, somava 15:911\$614 réis. A essa altura ele era, certamente, um homem rico de acordo com os padrões da província.

⁴⁵⁵ ELIAS, Norbert. Envolvimento e distanciamento. In: ELIAS, N. *Envolvimento e distanciamento*. Estudos sobre sociologia do conhecimento. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997, p. 15-68; ELIAS, Norbert. Introdução à Edição de 1968. In: ELIAS, N. *O processo civilizador*. Uma história dos costumes. (v. 1). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990, p. 214-251.

⁴⁵⁶ ELIAS, Norbert. Transformações no equilíbrio nós-eu. In: ELIAS, N. *A sociedade dos indivíduos*. Trad. Mário Matos. Lisboa: Dom Quixote, 1993.

⁴⁵⁷ GUEDES, R. De ex-escravo a elite escravista: a trajetória de ascensão social do pardo alferes Joaquim Barbosa Neves (Porto Feliz, São Paulo, século XIX). In: FRAGOSO, J.; ALMEIDA, C. M. C. de; SAMPAIO, A. C. J. de (Orgs.). *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no antigo regime nos trópicos*. América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 337-376; GUEDES, R. *Egressos do cativeiro: trabalho, família, aliança e mobilidade social: (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c. 1850)*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008.

Por fim, cabe indicar que o miliciano pardo servira na tropa de linha da capitania do Mato Grosso e obteve transferência para o regimento miliciano de Sorocaba, como soldado. Ali, não pôde “ter aumento em razão da sua cor”, e foi em função disso que, por intermédio de um coronel de milícias, seu compadre, mudou-se para o Regimento dos Úteis, na companhia de Itu, em 1818, pulando etapas e sendo promovido ao posto de sargento. Nesse momento ainda vivia de seu negócio de fazenda seca. Em menos de um ano tornou-se alferes reformado.⁴⁵⁸ Ou seja, Joaquim Barbosa Neves não “fez carreira” nos Úteis. Antes, valeu-se do acesso meteórico no regimento para, em pouco mais de 7 meses, ascender da condição de soldado miliciano na qual estagnara, para a de alferes, quando obteve reforma. Fosse como fosse, o certo é que a corporação em questão, não obstante recaísse sobre seus membros e familiares o peso do reconhecimento da condição de pessoas pardas, podia ser empregada como uma alavanca para a distinção social.

E, com efeito, foi esse o expediente adotado pelo pardo Manoel José Ribeiro para alçar a ele e sua família a um patamar distinto na cidade e capitania de São Paulo. Mas, diferentemente de Joaquim Barbosa das Neves, parte considerável de sua carreira militar ocorreu no Regimento dos Úteis. Natural da vila litorânea de São Sebastião⁴⁵⁹, Ribeiro serviu na tropa de linha em Santos na década de 1770, executando várias diligências nas vilas vizinhas. Participou ativamente da guerra luso-castelhana, marchando para a campanha do Rio Grande de São Pedro do Sul em janeiro de 1776, de onde retornou em 1779. Dispensado dos serviços por ter servido 3 anos na guerra, em 1794 Manoel José Ribeiro passou a capitão de uma das três companhias de pardos existentes na cidade de São Paulo. Já na condição de coronel daquelas companhias, foi mandado pelo governador Castro e Mendonça

para as vilas e termos de Mogi das Cruzes, Jacareí, Taubaté, São Luiz do Paraitinga, Cunha, Ubatuba, São Sebastião, Santos e São Vicente a recrutar a gente precisa para se completar este Regimento (...) a qual diligência cumpriu com muita inteligência e muita satisfação do mesmo Excelentíssimo Senhor, de que lhe atestou, e na qual gastou 3 meses e 19 dias fazendo as despesas da sua pessoa e de dois oficiais inferiores e dois soldados que o acompanharam à custa de seus bens.⁴⁶⁰

Como bem se vê, Manoel José Ribeiro esteve no centro do processo de formação do Regimento dos Úteis. Fez questão, aliás, de registrar no Livro Mestre o seu trabalho no recrutamento, para o qual despendeu quase 4 meses e dinheiro de seu próprio bolso. Ademais, pela participação na ação militar no Sul, sua figura pode simbolizar os vínculos que de fato

⁴⁵⁸ GUEDES, R. De ex-escravo a elite escravista...; Cf.: Livro Mestre dos Úteis, fl. 347.

⁴⁵⁹ Cf.: Lista de ordenança da 1.ª companhia da cidade de São Paulo, 1817, fogo 107.

⁴⁶⁰ Cf.: Livro Mestre dos Úteis, fls. 1-1v.

existiram entre a guerra luso-castelhana e a composição e institucionalização das tropas de homens de cor na capitania, a princípio companhias, cujo ápice foi a formação, a partir delas, do Regimento dos Úteis.

Desde então, Ribeiro perdeu o posto – que talvez fosse de caráter informal – de coronel das companhias de pardos da cidade. Os Úteis foram comandados por Modesto Antônio Coelho Neto até seu falecimento, em 1801. A partir desse ano, vários comandantes comissionados, todos brancos, exerceram o posto no Regimento. Conforme a descrição dada pelo inspetor de milícias José Arouche de Toledo Rendon, em 1810, aquela corporação encontrava-se em estado deplorável. Em primeiro lugar, afirmava, “não há quem possa informar coisa alguma em matérias do referido Regimento. Ele não tem tido, nem ainda tem Livro Mestre: tem sido comandado por diferentes comandantes interinos, que nada fizeram”. Dentre estes, Rendon questionou veementemente a qualidade dos serviços prestados pelo então atual coronel José Joaquim Marianno da Silva César: “o coronel César, que S.A.R. nomeou para o referido corpo em pouco tempo se pôs tão inábil de servir, que até está em estado de se lhe não poder perguntar coisa alguma”. Na seqüência, denunciando que os documentos do Regimento, cujo acesso deveria ser público, eram mantidos sob tutela privada do coronel, o inspetor informou ao governo da capitania que não tinha condições para dar seu parecer, como lhe competia, a um simples requerimento de um miliciano pardo. Empregando alta dose de sarcasmo, Rendon afirmou que “não se pode demonstrar esta baixa por outro modo, porque, como já disse, este Regimento não tem Livro Mestre, e os papéis avulsos que há não se podem arrancar da mão do coronel sem o perigo de lhe apressar a morte”.⁴⁶¹

De fato, foi apenas – e tão logo – quando Manoel José Ribeiro assumiu o comando do Regimento que este foi dotado de um Livro Mestre, um instrumento fundamental em sua gestão administrativa e que servia para o registro individual de todas as praças. Ademais, através do recrutamento de pessoal para os postos vagos no oficialato Ribeiro tratou de reconstruir a corporação que se achava efetivamente moribunda. O próprio coronel César, em 1809, o reconhecia, bem como seu papel para que este estado se estabelecesse: negando-se a prover os postos do oficialato em pessoas que não vivessem à lei da nobreza, confirmou ao governador que não existia ali mais que um único capitão, e que “igualmente se reconhece na classe dos subalternos uma grande diminuição no número de tais oficiais”. Prosseguindo, afirmara ainda que “a um golpe de vista se reconhece o deplorável estado a que já de anos se vê reduzido este Regimento do meu comando, que, portanto, se deve contemplar como um

⁴⁶¹ Cf.: APESP, ord. C00264, doc. 32-1-41. São Paulo, 24 de outubro de 1810.

regimento novo na sua criação”.⁴⁶² Indicados por Ribeiro em suas propostas e contando com a anuência dos governadores e capitães-generais, vários artesãos e lavradores de pequeno porte foram providos naqueles postos a partir de 1811. Isso não obstante todo o empenho mobilizado por Rendon para minar o Regimento dos Úteis e seu oficialato. Por fim, o novo coronel narrou mais benfeitorias que realizou em prol de sua corporação: “e achando o seu regimento ainda muito no princípio e ainda mesmo sem bandeiras, deu bandeiras novas (...) as quais foram bem vindas com toda a decência pelo (...) reverendíssimo bispo na presença de toda a nobreza desta cidade, tudo a custa de seus bens”.⁴⁶³

Por essa época, o coronel Ribeiro já gozava de uma reputação muito acima do que era comum a seus pares, homens pardos, da capitania de São Paulo. Evidentemente, o coronel ostentou desde 1810 o título com que fora agraciado, o de cavaleiro professo na Ordem de Cristo, o qual, aliás, aparecia inscrito em letras garrafais já na capa do Livro Mestre. A concessão do título se deu na Corte do Rio de Janeiro, mediante despacho de 12 de outubro de 1810, data de aniversário do príncipe D. Pedro, e foi também publicado na *Gazeta de Lisboa* em 25 de fevereiro de 1811.⁴⁶⁴ Prosseguiu ascendendo formalmente aos postos que na prática ocupara desde 1811: passou a tenente graduado em 1809, tenente-coronel efetivo em 1810 e coronel efetivo em 1814, até receber sua reforma em 1821, ocasião em que entregou o comando a outro coronel. Mas até esse tempo o coronel Ribeiro já havia encaminhado seus filhos em postos de destaque na hierarquia milicianiana. Em 1817 habitavam a casa o coronel, então com 61 anos de idade, a sua esposa, de 59, os filhos milicianos Manoel José da Costa Ribeiro, José Manoel da Costa Ribeiro e Antonio Joaquim da Costa Ribeiro (com 30, 22 e 18 anos de idade), os quais ocupavam respectivamente os postos de sargento-mor graduado, capitão e alferes. Além deles, havia entre filhas, neta e nora do coronel, quatro mulheres, todas referidas pelo pronome de tratamento “dona”. Completava-se a indicação dos moradores do fogo com os nomes de nove escravos da família. Em 1822, além do acréscimo nas idades, houve o de um escravo.⁴⁶⁵

⁴⁶² Cf.: APESP, ord. C00277, doc. 41-1-97. São Paulo, 1.º de setembro de 1809 e 25 de outubro de 1809.

⁴⁶³ Cf.: Livro Mestre dos Úteis, fls. 1-1v.

⁴⁶⁴ Cf.: *Gazeta de Lisboa*, n. 48. Lisboa, 25 de fevereiro de 1811. Ver, também, SILVA, M. B. N. da. *Ser nobre na colônia...*, p. 219.

⁴⁶⁵ Cf.: Livro Mestre dos Úteis, pp. 1, 1v, 2, 3, 11, 11v, 12, 56; Listas nominativas dos habitantes – Capital (1817 – 1822). APESP, lata 36. Na cidade de São Paulo, entre 1798 e 1829, havia escravos em cerca de ¼ de todos os fogos. Mas, em 1829, considerando toda a província, mais de 80% dos proprietários possuíam 9 ou menos cativos. Estes dados, ainda que descontextualizados, permitem que se tenha uma rápida idéia da posição ocupada pela família dos Ribeiro naquela sociedade. Ver mais detalhes em LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: EDUSP, 2006. p. 137-165; RABELLO, E. D. *As elites na sociedade paulista na segunda metade do século XVIII*. São Paulo: Comercial

A trajetória de seu filho primogênito na milícia é reveladora de como, na figura de um miliciano pardo bem instruído e abastado, se conjugavam vários elementos discutidos ao longo desse trabalho, especialmente aqueles relacionados à disputa por postos, poder e visibilidade social nos termos de Antigo Regime. São eles: as diferenças na interpretação aos termos do alvará de 1802 por parte dos milicianos pardos e das autoridades ilustradas, os vínculos que pessoas em sua condição buscavam firmar com o imperador objetivando um reconhecimento simbólico que compensasse a mácula da cor, e a maneira como a participação e o posicionamento individual nos eventos da era da independência afetaram suas vidas.

Desde 1815 vários requerimentos em nome de Manoel José da Costa Ribeiro, alguns dos quais escritos por seu pai, subiram à apreciação dos governadores da capitania e do inspetor de milícias. Na escala hierárquica do Regimento, esse miliciano esteve sempre em contato com o concorrente branco Antonio de Pádua Gusmão, proveniente das tropas de linha. A disputa travada entre ambos pelos principais postos da corporação exigiu de Manoel José da Costa Ribeiro mais do que a intercessão de seu pai, o coronel: coube-lhe oferecer, além de bons argumentos, alguns outros estímulos para sensibilizar desde as autoridades da capitania até o próprio rei D. João VI. Seguindo os passos de seu pai, ofereceu demonstrações públicas de dedicação ao real serviço em 1811, pois, “achando a sua companhia ainda muito no princípio, em um total desarranjo, passou logo a uniformizar completamente os seus portamachados no melhor asseio possível, e caixa de guerra, tudo a custa de seus bens”. Motivado igualmente pelo título recebido pelo pai, licenciou-se do Regimento por mais de um ano, entre 1816 e 1817, para viajar à Corte do Rio de Janeiro. Lá ele representou sua família, regimento e, sobretudo, suas aspirações particulares. Com efeito, seu nome figurou na Gazeta do Rio de Janeiro de 12 de julho de 1817 como contribuinte de donativos para o Real Erário. Na ocasião, Manoel José da Costa Ribeiro depositou 12\$800 réis, esperando provavelmente que o montante fosse revertido em bens simbólicos.⁴⁶⁶ Sabe-se que as mobilizações visando à arrecadação de fundos para a estruturação da Corte tropical foi expediente comum até pelo menos o reinado de D. Pedro I. Essa dinâmica se inscrevia nas relações de interdependência recíproca entre a monarquia e os vassalos e, mais especificamente, na lógica da distribuição de mercês. Já a publicação e divulgação dos nomes dos contribuintes nos periódicos oficiais obtinha funcionalidade em razão de lhes conferir certa visibilidade social. Mas

Safady, 1980, p. 55-68; MARCÍLIO, M. L. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista (1700-1836)*. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 2000. p. 105-116.

⁴⁶⁶ Cf.: *Gazeta do Rio de Janeiro*, n. 56. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 12 de julho de 1817; Livro Mestre dos Úteis, fls. 2, 3, 3v.

particularmente a retribuição da Coroa em forma de títulos e honrarias, signos perenes da aliança entre o rei e o vassalo agraciado, era o que estimulava os subscritores.⁴⁶⁷

Uma outra frente de sua batalha era travada no texto de seus requerimentos bem como nos exames a que se submetia visando ascender na hierarquia. Em suas petições tinha papel central a prerrogativa instituída pelo alvará de 1802, pela qual a oficialidade dos regimentos milicianos de pardos e pretos deveria ser preferencialmente provida em homens de mesma cor. Por volta de 1818 o oficial miliciano levou aos pés do rei seu requerimento – o que era feito somente em situação extraordinária, quando não havia resolução no âmbito da capitania – no qual adotou postura de certa forma agressiva ao questionar abertamente o fato de ser preterido em favor de seu adversário Pádua Gusmão. Conforme Ribeiro infringira-se notoriamente a “justiça que assistia ao suplicante por um direito inegável, como tão claramente manda o real alvará de 17 de dezembro de 1802, como se colhe dos parágrafos 16 e 17, que ordena de um modo decidido para os Regimentos dos homens Pardos, e dos Pretos”. Em seu ponto de vista, além de o concorrente não ter tido um aproveitamento superior ao dele nos exames, o governador valeu-se de algumas brechas contidas no texto do alvará em questão e privilegiou a um homem branco com a única justificativa de este ter antiguidade nos postos da tropa regular. Finalizando seu requerimento ele levou às últimas conseqüências o laço entre os milicianos de cor e o soberano, pois em tais circunstâncias via “agravada a sua reputação, granjeada no centro da honra, e ultimamente abandonada aquela confiança irrefragável que ele suplicante e todos os mais da sua cor têm posto na proteção do trono”.⁴⁶⁸

Como, a cada posto que vagasse no alto escalão do regimento, os mesmos dois concorrentes se apresentassem a concurso, a contenda perdurou. Em 1823, por fim, se desenrolou o episódio mais interessante dessa trama. Nessa altura o coronel Ribeiro já estava reformado, e seu sucessor, José Joaquim César de Serqueira Leme, deixara o posto para ocupar o cargo de governador das armas da província. Cabia-lhe nomear o sucessor ao posto, cuja escolha recaiu provisoriamente no sargento-mor José Joaquim dos Santos Prado, que não pertencia ao Regimento dos Úteis, já denominado 3.º Regimento. Mas logo que cessasse a comissão do tenente-coronel Antonio de Pádua Gusmão, então em diligências por vilas interioranas da província, seria ele, Gusmão, quem exerceria o posto.⁴⁶⁹

⁴⁶⁷ MALERBA, Jurandir. *A corte no exílio*. Civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808 a 1821). São Paulo: Cia. das Letras, 2000, p. 230-292.

⁴⁶⁸ Cf.: Requerimento do sargento-mor graduado Manoel José da Costa Ribeiro pedindo a efetividade, digo, ser agregado no seu posto. APESP, ord. C00439, livro 229, sem paginação e sem data.

⁴⁶⁹ Cf.: APESP, livro E00697, fls. 79v-80 e 101v-102. São Paulo, 27 de fevereiro de 1823 e 26 de abril de 1823.

Essa escolha despertou (ou reacendeu) a mais viva indignação no major Manoel José da Costa Ribeiro. Este recorreu novamente à mais alta instância de poder, dessa vez o imperador D. Pedro I. Se o major ainda mantinha sua confiança abalada em relação à “proteção do trono” dispensada aos homens de cor, desta feita a resposta da Corte veio rápida: ordenou-se “que o governo provisório da província de São Paulo faça constar ao referido governador interino a sua imperial desaprovação”, pois “quando arbitrariamente alterando a escala gradativa dos oficiais do 3.º Regimento, fez cair a nomeação de Comandante deste em oficial de outro corpo; e sendo tal procedimento não somente um excesso de autoridade, mas uma ofensa aos *beneméritos oficiais do 3.º Regimento*”.⁴⁷⁰ Nesse tempo o governador das armas e ex-coronel do regimento já havia emitido pareceres e encaminhado à Corte denúncias a respeito de o major Ribeiro ter “proferido palavras insultantes e insidiosas contra a Augusta Pessoa de S. M. I. quando esteve nesta cidade”, em meados de 1822, além de ele ter “tido parte nos motins desta capital no dia 23 de maio e seguintes” daquele ano, “sendo sua casa o ponto de reunião de homens que não gozam da opinião pública e de Clubs”, enfim, “os demagogos e sectários das Cortes de Portugal”.⁴⁷¹ Como se vê, estava deflagrada a guerra de acusações entre ambos. Por conseguinte, foram emitidas ordens imperiais para que tanto o major pardo quanto o governador das armas César fossem submetidos cada qual a um conselho de averiguação para o esclarecimento das denúncias recíprocas. Apesar de eu não ter conhecimento dos resultados efetivos do trabalho das duas comissões, a julgar pelas informações que disponho pode-se aferir que nada foi comprovado a respeito do major Ribeiro. Ora, por decreto expedido na simbolicamente importantíssima data de 12 de outubro de 1823 – aniversário de D. Pedro I e de sua coroação como imperador do Brasil – que, aliás, voltava a marcar a vida dos Ribeiro⁴⁷², o major tornara-se sargento-mor efetivo no Regimento. Mas teria que esperar até 1826, após o falecimento de seu principal adversário, Antonio de Pádua Gusmão, para ascender ao posto de tenente-coronel.⁴⁷³ Quanto ao governador das armas, sabe-se apenas que foi demitido do cargo em janeiro de 1824.

Esses fragmentos da trajetória militar da família dos Ribeiro, que remontam ao período da guerra luso-castelhana e se estendem pelo período de estabelecimento e consolidação do novo Estado independente e do poder imperial, dizem muito acerca do Regimento dos Úteis: sobre seu processo de criação, institucionalização e seus

⁴⁷⁰ Cf.: APESP, ord. C07746, livro 205, sem paginação. Rio de Janeiro, 2 de maio de 1823. Os grifos são meus.

⁴⁷¹ Cf.: APESP, livro E00716, fls. 9-9v. São Paulo, 11 de abril de 1823; APESP, livro E00697, fls. 140-140v. São Paulo, 17 de julho de 1823.

⁴⁷² Pois na mesma data, em 1810, o patriarca Manoel José Ribeiro fora condecorado com o Hábito de Cristo.

⁴⁷³ Cf.: Livro Mestre dos Úteis, fls. 2, 3, 3v.

desdobramentos no tempo; sobre seus conflitos internos por poder, que às vezes até extrapolavam o espaço da corporação e da capitania/província; sobre o modo como a política racial régia era manejada por milicianos e autoridades ilustradas; sobre os vínculos que alguns estabeleceram com a monarquia; e, enfim, acerca da experiência vivenciada por aqueles homens no contexto da independência (as assinaturas dos Ribeiro estão presentes em todas as atas de vereações extraordinárias da cidade de São Paulo entre 1821 e 1822).

Mas pode-se argumentar, com razão, que a vasta maioria dos milicianos pardos tinha sorte totalmente distinta dos Ribeiro, e que, assim sendo, aquela família da elite dos homens de cor não pode ser tomada como representativa da realidade vivida pelos integrantes dos Úteis. Talvez o mais comum fosse o caso daqueles sujeitos que, sentindo-se vexados em integrar um regimento para homens pardos, buscavam incessantemente a transferência para corporação de brancos. Ou, ainda, a situação dos excessivamente pobres e doentes – como os soldados João Pereira dos Santos, “velho, pobre e papudo”, e Simeão Francisco, “aleijado de uma perna picada de cobra” – que não tinham sequer condições de servir na milícia, quanto mais almejar a ascensão na hierarquia.⁴⁷⁴ A partir da massa de lavradores que plantavam para seu sustento, dos artesãos das várias vilas, daqueles recrutados à força ou das centenas de filhos de “pais incógnitos” quiçá se pudesse melhor compreender a experiência dos milicianos pardos naquela época de transição de uma sociedade corporativa para uma liberal, da colônia para o Império, de uma capitania secundária a uma província central, de uma sociedade com escravos africanos para uma plenamente escravista. Mas o certo é que cada integrante daquele Regimento carregava em si um pouco, ao menos, do que era ser um miliciano pardo. A instituição militar, de uma forma ou de outra, impactava em suas vidas. Seus membros, por sua vez, engendravam práticas sociais, estabeleciam relações e vivenciavam-na de forma plural. Para concluir, por ora, essa história dos milicianos pardos de São Paulo e do Regimento dos Úteis, e para, ao fim e ao cabo, exemplificar uma vez mais o ponto onde elas se (con)fundem, remeto-vos à fragmentos da trajetória de Pedro Antonio Ferreira.

Segundo consta de sua matrícula no Livro Mestre, o alfaiate e filho de pai incógnito Pedro Antonio Ferreira sentou praça de soldado com 18 anos, em 1802, ainda nos primeiros anos do Regimento dos Úteis, e lá serviu até a extinção da corporação. Passara a cabo em 1805 e a sargento em pouco mais de um ano e meio. Com efeito, de 1806 até 1816 permaneceu estagnado no posto de sargento, embora mantivesse a intenção de tornar-se alferes, um oficial de patente.⁴⁷⁵ Em 1809, por ocasião da proposta para preenchimento dos

⁴⁷⁴ Cf.: APESP, ord. C00265, doc. 33-1-2. São Paulo, 5 de setembro de 1815.

⁴⁷⁵ Cf.: Livro Mestre dos Úteis, fls. 58-58v, 140.

postos vagos no Regimento elaborada pelo coronel Silva César, da qual seu nome não constara, Ferreira enviou requerimento ao governador e capitão-general – o qual foi analisado no capítulo anterior. Consultado a respeito, o coronel dos Úteis teceu importantes considerações em relação ao sargento, aos seus serviços e do que julgava ser seus merecimentos. De início, advertia que o belo quadro pintado pelo suplicante não era suficiente para distrair os “conhecimentos das suas *qualidades*”.⁴⁷⁶ Quais eram, afinal, tais qualidades que impediam-no de se tornar alferes? Silva César foi direto:

Há mui poucos anos que o suplicante nesta mesma cidade, por mim e por muitos, era conhecido por um mulato cativo, sem estimação, de pé no chão, como tal escravo de Maria Rosa, a quem, além de todo o serviço caseiro que lhe fazia, segundo constava, dava jornal, vencendo este primeiramente pelo ofício de cabeleireiro, andando pelas ruas desta cidade a pentear cabeças ao branco, ao mulato e a cortar igualmente o cabelo a todos aqueles bem como aos mesmos negros e moleques, contanto que tivessem dinheiro para lhe pagar o serviço até que o depois também usasse do ofício de alfaiate.⁴⁷⁷

Nota-se que os méritos da ascensão de Ferreira, do cativo para a condição de homem forro, a qual certamente ocorreu correlacionada à profissional – pois que até seus 18 anos de idade a arrecadação proveniente dos ofícios de cabeleireiro e, posteriormente, de alfaiate lhe facultou comprar a liberdade – não eram considerados suficientes pelo coronel. Isso, ao contrário, era o que havia de menos meritório. Este ainda expôs os boatos que recentemente haviam se espalhado na cidade de São Paulo, conforme os quais o suplicante havia sido reconduzido ao cativo. Ademais, “o suplicante é taverneiro público nesta cidade, [cujo] negócio é vender cachaça e tudo mais que pode em seu benefício, que, portanto, não deve, *visto se achar entrado na ordem de tanta vileza, já por nascimento, já por exercício*, ser contemplado na classe dos Homens Pardos mais bem nascidos e beneméritos, que por seus comportamentos se têm distinguido e se fazem credores da real atenção”.⁴⁷⁸ Era o pesado fardo da escravidão, do nascimento ilegítimo, da condição de homem forro e do exercício de ofícios mecânicos que recaía nesse momento sobre Pedro Antonio Ferreira. Sua situação, claro está, em nada se assemelhava à dos filhos de Manoel José Ribeiro, estes sim, pertencentes à classe “dos homens pardos mais bem nascidos e beneméritos”, e que foram, na mesma proposta de 1809, indicados aos postos de capitão e tenente. Estas condições indubitavelmente conformaram a concepção de Ferreira acerca da idéia de “merecimento”.

⁴⁷⁶ “Qualidade”, naquele mundo, tinha uma acepção interessante, que sobrepujava o significado de “propriedade”, “característica”, “atributo” e “virtude”. Seu emprego se inscrevia muito fluentemente para a indicação da condição social dos indivíduos. Cf.: APESP, ord. C00277, doc. 41-1-97. São Paulo, 8 de setembro de 1809. O Grifo é meu.

⁴⁷⁷ Cf.: APESP, ord. C00277, doc. 41-1-97. São Paulo, 8 de setembro de 1809.

⁴⁷⁸ Cf.: *Idem*. Os grifos são meus.

Para ele, o servir “com desembaraço e atividade e zelo” era o “único meio de merecer os postos” na milícia, concedidos pelo soberano.

A partir de 1812, a vida do miliciano forro perceberia uma ampliação de horizontes derivada de sua grande mobilidade espacial. Com efeito, o sargento Ferreira obteve várias licenças do regimento “para ir à Corte do Rio de Janeiro a seu negócio”. Ao todo, de seus 29 anos de serviço na milícia dos pardos, esteve ausente por pelo menos 4 anos e 6 meses em viagens – sobretudo para a Corte, mas também para a capitania do Espírito Santo e vilas interioranas de São Paulo. Esse aspecto e, por outro lado, a ascensão de Manoel José Ribeiro ao posto de coronel e a nova postura diante do oficialato pardo, com a contemporização dos governadores, impactaram em sua trajetória militar: finalmente, em 1816, Ferreira foi alçado ao posto de alferes. Entre 1821 e 1825 passou vários meses servindo nos destacamentos da cidade. O alferes estava de serviço no tempo em que se organizou o Batalhão de Leais Paulistanos, ocasião em que, aproveitando o ensejo, se ofereceu voluntariamente e serviu na Corte ao longo do primeiro semestre de 1822. Da mesma forma, ofereceu-se para “marchar na expedição que (...) se destinava para Montevidéu”, em 1823. Esta disposição para o serviço talvez explique o fato de Ferreira subir mais um degrau na escala hierárquica no Regimento: em 1825 passou a tenente.⁴⁷⁹ No mapa semestral descritivo dos oficiais daquela corporação, em 1828, constava que o tenente Pedro Antonio Ferreira era reputado pela “nobreza da sua patente” e ocupava-se do ofício de alfaiate e de negócio de molhados. Além disso, fora na ocasião considerado bem disposto para o serviço, ágil, bem comportado civil e militarmente e que servia “com muita honra”. Por fim, possuía bens no valor de 2:600\$000 réis, uma quantia muito superior à média de seus pares oficiais, que ficava em torno de 560\$000 réis.⁴⁸⁰

Convém indicar, igualmente, que o ex-escravo, na qualidade de miliciano, esteve presente em muitas das sessões de vereações extraordinárias e de manifestações políticas na cidade de São Paulo ao longo da conjuntura da independência. Pode-se ver sua assinatura, por exemplo, no termo de vereança em que se realizou, em 23 de junho de 1821, a eleição da primeira junta de governo provisório de São Paulo, após a adesão às Cortes de Lisboa. Do mesmo modo, Ferreira assinou as representações enviadas ao regente D. Pedro, as quais manifestavam apoio irrestrito a governo estabelecido no Rio de Janeiro e solicitavam sua permanência no reino do Brasil.⁴⁸¹ Nas ocasiões em que não comparecia a estas reuniões

⁴⁷⁹ Cf.: Livro Mestre dos Úteis, fls. 58-58v, 140.

⁴⁸⁰ Cf.: Batalhão de Caçadores n.º 34 de 2.ª linha do exército. Informações dos Oficiais, Sargentos, Furriéis, Portas Bandeiras e Soldados Particulares. São Paulo, 1 de julho de 1828. APESP, ord. C02366.

⁴⁸¹ Cf.: Auto de eleição do Governo Provisório de São Paulo em 23 de junho de 1821. *RIHGSP*, v. 10, 1905, p. 299; *Cartas, e mais peças...* p. 42.

políticas, era porque vivenciava aqueles fatos de outra forma, como quando serviu dentre os Leais Paulistanos ou quando, em setembro de 1822, estando destacado, foi “encarregado de entregar os ofícios da Câmara do Rio de Janeiro para desde a vila de São Vicente até Curitiba a fim de ser aclamado S. M. I. Imperador Constitucional do Império do Brasil”.⁴⁸²

As trajetórias da família Ribeiro e a de Pedro Antonio Ferreira não figuraram na parte final desse trabalho por acaso: de alguma forma, é possível que se compreenda suas trajetórias de vida a partir do pertencimento ao Regimento dos Úteis. A recíproca é também verdadeira, afinal os problemas enfrentados por aqueles homens, suas aspirações e seus posicionamentos diante das mais variadas circunstâncias constituíram mesmo a corporação aqui em tela. O ápice do caminho percorrido por Ferreira pode, por sua vez, constituir exceção em relação às trajetórias dos mil e poucos milicianos que deram vida ao Regimento dos Úteis. Mas ele é especial e consta aqui como o último exemplo na medida em que este miliciano personificou as várias polaridades, ambigüidades, coerências e experiências vividas – ou possíveis de ter sido vividas – pelos milicianos pardos. Ele transitou dos extremos do cativeiro, “sem estimação, de pé no chão”, até o da ostentação da nobreza de sua patente de tenente. Do desempenho de ocupações na casa de sua proprietária e a de cabeleireiro nas ruas para o exercício do ofício de alfaiate, ao qual, posteriormente, agregou o trato com os negócios de molhados. Viveu em condição de pobreza, tendo que pagar para tornar-se livre, mas soube também o que era possuir uma riqueza cerca de 5 vezes maior que a da maioria dos oficiais pardos. Foi preso em uma tentativa malograda para reconduzi-lo ao cativeiro, mas também, na qualidade de miliciano, prendeu e conduziu presos de uma vila a outra. Aliou mobilidade espacial e profissional com a ascensão na hierarquia milicianana. Teve parte nos enfrentamentos em torno da questão racial que se transformaram em um cabo-de-força no qual atuavam o posicionamento régio, o das autoridades reformistas ilustradas e o dos homens de cor. Participou da conjuntura da independência à sua maneira, que era a de um miliciano pardo, mas também envolvido nas discussões e nos negócios tipicamente de brancos. Contribuiu, enfim, para que o Regimento dos Úteis ou 3.º Regimento se tornasse um canal de expressão e inserção social dos homens pardos bem como um sustentáculo da ordem colonial em São Paulo e do império governado por D. Pedro I.

⁴⁸² Cf.: Livro Mestre dos Úteis, fls. 58-58v, 140.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A configuração social conformada pela capitania/província de São Paulo viveu grande transformação ao longo dos séculos XVIII e XIX. Com efeito, ela passou de um órgão pertencente ao corpo do império português cuja principal função estava associada ao exercício da força bélica, para uma província central econômica e politicamente no império brasileiro. No desenrolar deste amplo processo houve igualmente a constituição de um *habitus* social que já se diferenciava da estrutura de personalidade específica dos paulistas do século XVII. Os próprios paulistas, em termos de composição populacional, mudaram de feição: a conexão com o tráfico de escravos africanos, a partir do século XVIII, inseriu ali um crescente contingente de cativos e destes, por sua vez, derivou-se uma significativa camada de pessoas livres de cor. Finalmente, esse segmento de descendentes de escravos africanos, em boa medida já mesclados com brancos e índios, deu origem a corpos militares constituídos por pardos livres, o objeto desse estudo.

Curiosamente, há poucos estudos que se dedicam a problematizar tais instituições militares e as experiências nelas vividas pelos homens pardos no ambiente marcado por uma trajetória histórica peculiar como a de São Paulo. E os que o fazem no interior do recorte temporal 1765-1831 tratam destas questões apenas de forma marginal. Eis aí uma primeira contribuição que o trabalho na área de história social ora concluído pode prestar à comunidade acadêmica, o que se deve talvez pelo simples fato de atentar para segmentos populacionais ainda pouco explorados pela historiografia.

A formação de companhias auxiliares e posteriormente de um regimento miliciano através do recrutamento de pardos livres correspondeu a necessidades específicas de defesa, interna e externamente, às quais a unidade política de São Paulo se deparou ao longo do tempo. A importância da força militar de escravos viu-se reduzida tanto mais quanto os corpos de pardos livres se solidificavam conjuntamente à estrutura militar em geral. O processo que resultou na formação e institucionalização daqueles corpos militares foi caracterizado por três fases: na primeira formou-se um pequeno número de companhias específicas de pardos livres e escravos ao longo da metade inicial do século XVIII, as quais correspondiam essencialmente à jurisdição das vilas litorâneas da capitania; em um segundo momento, a partir de 1765 e sob a tutela dos governadores e capitães-gerais, houve uma recomposição daquelas tropas, as quais se difundiram pelo planalto e desempenharam funções específicas a uma conjuntura de guerra; finalmente, o enraizamento e estabilização das companhias militares de pardos livres naquela configuração social se deu a partir de 1797,

com a criação de um regimento miliciano denominado Úteis, o qual agregou os corpos preexistentes.

A segunda metade do século XVIII foi realmente um marco na constituição dos terços auxiliares de pardos e pretos em toda a América portuguesa, em razão das guerras e das decorrentes diretrizes régias visando arregimentar em tropas aqueles grupos sociais. Em São Paulo a formação de um regimento miliciano – a nova nomenclatura atribuída aos terços auxiliares – ocorreu tardiamente em comparação às demais capitanias. Mas, de um modo ou de outro, os estímulos régios em forma de privilégios conferidos àqueles pardos resultou na constituição de companhias auxiliares avulsas no litoral paulista. Nestas, verificou-se que alguns de seus homens valeram-se do ensejo para complementarem uma condição de destaque em termo de posse de bens materiais, advinda de atividades comerciais, com os bens simbólicos provenientes do serviço régio nas tropas. Por outro lado, os pardos do sertão viveram uma realidade bastante distinta dos seus pares de cor que estiveram inseridos no processo de “atlantização” da economia paulista. Vítimas do recrutamento coagido e passando por extrema penúria em praça militar na fronteira com o Paraguai, interessava-lhes primordialmente a obtenção de bens materiais mediante a participação na guerra, o que se alcançaria com a divisão do butim de guerra, mais que com os pequenos soldos que raramente recebiam.

Aventou-se aqui que, contrariamente aos auxiliares/milicianos pardos e pretos das capitanias de Pernambuco e Bahia, e secundariamente a mineiros e goianos, os quais manejavam ou por essa época construíam tradições, identidades coletivas e conformavam grupos de pressão política junto à Coroa, os militares pardos de São Paulo apresentavam níveis de coesão muito frágeis. A construção de uma imagem coletiva realmente favorável àqueles homens só foi possível com a formação do Regimento dos Úteis, em cujo processo buscou-se em boa medida a desvinculação de determinadas tradições militares associadas aos sertanistas de cor da América portuguesa, e, de outra parte, a associação a outros signos que lhes conferissem prestígio local e ao barganhar com a monarquia.

Acredita-se que o presente estudo dará sua parcela de contribuição, ademais, para a compreensão de aspectos importantíssimos da vida social da camada de pessoas livres de cor, e particularmente do segmento inserido no regimento miliciano dos pardos paulistas. Observou-se que a composição sócio-profissional daqueles milicianos, entre 1811 e 1831, era caracterizada pelo equilíbrio entre lavradores e artesãos. Mas essa situação se alterou a partir do corte efetuado entre soldados e oficiais: enquanto no grupo dos soldados houve larga predominância de agricultores, o oficialato miliciano era composto hegemonicamente por

oficiais mecânicos. Do mesmo modo, verificou-se que um percentual de 61% dos milicianos pardos declararam o nome de seus pais, ao passo que os 39% restantes eram filhos de “pai incógnito” ou, em outros termos, bastardos. Havia, com folga, mais soldados com filiação legítima do que soldados bastardos. Isso representa um diferencial importante desse segmento relativamente à oficialidade do Regimento, pois nesse último grupo houve, surpreendentemente, equivalência proporcional entre homens com pais declarados e os reconhecidamente bastardos. Como se vê, o desempenho de ofícios mecânicos e a condição de bastardos não obstavam o acesso ao oficialato miliciano, que aqui é entendido como a elite dos homens de cor. Se a riqueza média de seus oficiais não era exatamente o aspecto que melhor diferenciava os Úteis dos demais regimentos milicianos da capitania, acredita-se que, ao lado da cor/condição de homens pardos, eram os perfis profissional e da condição de filiação os elementos que caracterizaram a corporação em questão. Possivelmente, o Regimento dos Úteis assemelhava-se mais a outros regimentos de pardos e pretos espalhados pelo Brasil do que aos demais corpos militares de São Paulo.

Um dos desdobramentos do estabelecimento do Regimento dos Úteis foi que São Paulo, a partir de então, se viu diante de problemas comuns a capitânias com grande peso da camada de homens livres de cor e das pressões daí decorrentes. Em fins do século XVIII produziu-se em toda parte, entre as autoridades coloniais, enérgicas contestações às diretrizes régias que estimulavam a formação de corpos militares de pardos e de pretos. Essa manifestação de governadores coloniais foi uma resposta direta à política racial da Coroa, a qual consistia na concessão de prerrogativas ao oficialato negro e àquelas corporações, exatamente em um momento em que a organização social corporativa sofria abalos diante do avanço do absolutismo e do campo de idéias da ilustração. Desse modo, governadores coloniais e autoridades militares, inclusive de São Paulo, passaram a combater abertamente não apenas o oficialato composto por pardos e pretos, mas a própria existência daqueles canais de inclusão e diferenciação dos negros. Daí, pois, que o campo de ação daqueles milicianos era marcado, de um lado, por estímulos e favorecimentos da Coroa, e, de outro, pelo antagonismo cotidiano que encontravam nas autoridades locais.

As aspirações e respostas dos pardos dos Úteis a estas circunstâncias, evidentemente, foram plurais: alguns sujeitos, sentindo provavelmente o fardo da hierarquia racial, esforçaram-se vigorosamente para saírem do regimento dos pardos de modo a servirem ao rei em corporações de brancos; outros, por sua vez, viram no Regimento a possibilidade de obterem capital social em função das posições que galgavam na hierarquia e assim ostentarem a nobreza de suas patentes.

A despeito das constantes ofensivas movidas pelas autoridades coloniais e direcionadas ao Regimento dos Úteis, este se manteve persistentemente até 1831, quando enfim a criação da Guarda Nacional implicou a extinção das milícias. Desenvolveu-se aqui a hipótese de que, nesse ínterim, o *status* da corporação percebeu um aumento considerável. Este era fruto, possivelmente, de sua atuação, em harmonia com as elites paulistas, como um sustentáculo do governo de D. Pedro I na conjuntura da independência do Brasil. De fato, enquanto tais os milicianos pardos de São Paulo participaram ativamente de importantes eventos políticos e militares na década de 1820, o que se deu por vários modos e dentro do que era possível para homens de baixa extração.

Por fim, ao acompanhar fragmentos da vida de alguns daqueles milicianos, foi possível compreender um pouco mais a trajetória do Regimento de Infantaria Miliciano dos Úteis a qual, de alguma forma, se (con)fundia à de seus integrantes.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1) Fontes primárias manuscritas

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, Portugal (AHU) – Projeto Resgate. [Caixa e Documento].

AHU – Bahia (BA, Eduardo de Castro e Almeida [E.C.A.]): cx. 131, doc. 25846
AHU – Goiás (GO): cx. 33, doc. 2043; cx. 45, doc. 2650; cx. 47, doc. 2700; cx. 52, doc. 2924
AHU – Mato Grosso (MT): cx. 4, doc. 222; cx. 35, doc. 1819
AHU – Minas Gerais (MG): cx. 32, doc. 65; cx. 69, doc. 5; cx. 142, doc. 23; cx. 79, doc. 15
AHU – Paraíba (PB): cx. 19, doc. 1515; cx. 23, doc. 1778; cx. 24, doc. 1872
AHU – Pernambuco (PE): cx. 42, doc. 3797; cx. 259, doc. 17405
AHU – São Paulo (SP, Alfredo Mendes Gouveia [A.M.G.]): cx. 8, doc. 898; cx. 14, doc. 1379; cx. 23, doc. 2221; cx. 24, doc. 2354; cx. 44, doc. 3507
AHU – São Paulo (SP, Avulsos): cx. 6, doc. 13; cx. 29, doc. 1286
AHU – Rio de Janeiro (RJ, Avulsos): cx. 81, docs. 60, 51; cx. 220, doc. 15152

ARQUIVO NACIONAL, Brasil.

Códice 111 – Correspondência de São Paulo com o vice-rei do Brasil

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO (divisão de manuscritos). [Ordens].

- C00261 – Militares de Paranaguá - Governador da Praça de Santos - Auxiliares da Fortaleza. Ofícios - Mapas - Propostas - Relações (1742-1822).
- C00264 – Militares - Inspetor Geral - General Arouche (1733-1815).
- C00265 – Militares - General Arouche (1816-1821).
- C00267 – Militares - Oficiais - Praças da Capitania. Mapas - Informações de Condutas (1802-1822).
- C00270 – Militares. Requerimentos de Caçadores - Informações - Requerimentos (1819-1822).
- C00277 – Militares - Oficiais - Praças. Requerimentos (1800-1816).
- C00285 – Ordenanças. Propostas para Capitães e Oficiais do Corpo de Segunda Linha (1809-1817).
- C00286 – Ordenanças. Propostas para Capitães e Oficiais do Corpo de Segunda Linha (1818-1821).
- C00361 – Sesmarias - Patentes - Provisões. Livros 4, 5 (1727-1734).
- C00362 – Sesmarias - Patentes - Provisões. Livros 6, 7, 8 (1734-1781).
- C00365 – Sesmarias - Patentes - Provisões. Livros 14, 15 e 16 (1752-1770).
- C00420 – Avisos - Cartas Régias (1765-1777).
- C00439 – Registros de Atestações, Despachos do Conselho Supremo Militar, Vacinas, Protocolo, Cartas e Ofícios da Sala de Ordens (1797-1831). Livro 229.
- C00446 – Regimento da Infantaria dos Úteis - Sertanejos de Itu. Livros Mestres (1794-1822).
- E00891 – Governo. Despachos sobre requerimentos de militares (1822-1824).

- C02366 – Comandantes do Batalhão 34. Ofícios - Relatórios (1823-1831).
 C07746 – Guerra. Vindos (1822-1824). Livro 205.
 E00697 – Tropas de Primeira e Segunda Linha. Registro das ordens, portarias e passaportes expedidos pelo Governador das Armas aos oficiais (1822-1824).
 E00716 – Tropas de Primeira e Segunda Linha. Correspondência do Governador das Armas ao Presidente da Província e Ministros (1822-1826).

Listas nominativas de Habitantes (listas de população). [Localidade, data, lata]:
 Santos, 1775, lata 151; São Paulo - capital, 1817 e 1822, lata 36; Curitiba, 1773, 203.

BIBLIOTECA NACIONAL (divisão de manuscritos), Brasil. [Localização dos documentos].

doc. i-30,12,17 n.40; doc. i-30,13,12 n.16; doc. i-30,27,004; doc. ii-30,36,44 n. 2; doc. ii-35,24,23; doc. 7,3,026; doc. 9,1,3

BIBLIOTECA NACIONAL (digital), Portugal.

Cartas do 2.º Marquês do Lavradio, 11.º Vice-Rei do Brasil, para os governadores de várias capitanias do Brasil sobre assuntos respeitantes ao governo e defesa das mesmas. Disponível em: <http://purl.pt/14392> . Acessado em: 09 de dezembro de 2010.

INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS (IEB).

Diálogo político e instrutivo entre os dois homens da roça, André Raposo e seu compadre Bolônio Simplicio acerca da Bernarda do Rio de Janeiro e novidades da mesma. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1821. Disponível em: http://143.107.31.150/bibliotecaPdf/Lt-795_Original_WEB.pdf . Acessado em: 13 de janeiro de 2011.

2) Fontes primárias impressas

Ata da aclamação de D. Pedro I, aos 12 de outubro de 1822, na cidade de São Paulo. *RIHGSP*, v. 10, 1905, p. 361-367.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v.

CABRAL, José Antônio Teixeira. *A estatística da Imperial Província de São Paulo: com várias anotações do tenente-coronel José Antônio Teixeira Cabral, membro da mesma estatística.* Tomo I, 1827. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

Carta de José Venâncio de Seixas para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em que lhe participa ter chegado à Bahia e ter tomado posse do lugar de Provedor da Casa da Moeda, referindo-se a diversos assuntos de serviço público e especialmente à descoberta de uma associação

sediciosa de mulatos. Bahia, 20 de outubro de 1798. Doc. 18.431 – 18.432. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 36, 1914, p. 42-43.

Carta para Sua Majestade sobre não haver sargento-mor na vila de São Vicente. *Documentos históricos*, Biblioteca Nacional (Brasil), v. 34, p. 125. 14 de julho de 1693.

Carta para sua Majestade sobre se dar toda a ajuda e favor para se cobrarem os dízimos das capitanias de São Vicente, Santos e São Paulo. *Documentos históricos*, Biblioteca Nacional (Brasil), v. 34, p. 47. Bahia, 29 de junho de 1692.

Cartas, e mais peças oficiais dirigidas a Sua Majestade o senhor D. João VI pelo príncipe real, o senhor D. Pedro de Alcântara. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822.

CASTRO E ALMEIDA, Eduardo de. *Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Archivo de Marinha e Ultramar de Lisboa*. Vol. 2 – Bahia (1763-1786). Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Biblioteca Nacional, 1914.

Constituições primeiras do arcebispado da Bahia ... [1707]. Coimbra: Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1720.

Devassa sobre a Bernarda de 23 de maio de 1822. São Paulo, set./out. de 1822. *RIHGSP*, v. 10, p. 393-480.

Diário da viagem que fez o brigadeiro José Custódio de Sá e Faria da Cidade de São Paulo à Praça de Nossa Senhora dos Prazeres do rio Iguatemy (1774-1775). *RIHGB*, t. 39, 1876, p. 218-219.

DOCUMENTOS INTERESSANTES para a história e costumes de São Paulo. São Paulo, Edições Arquivo do Estado, 1895-1990. Volumes: 1, 2, 6, 7, 8, 11, 14, 19, 23, 24, 29, 33, 42, 43, 64, 65, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 94, 95.

Lista dos oficiais, soldados e mais pessoas que pertencem à vila de Santos [1765]. In: SOUSA, Alberto. *Os Andradas*. v. 3. São Paulo: Typographia Piratininga, 1992, p. 5-88.

Lista geral dos habitantes que existem na vila e praça de Santos e em seus distritos no presente ano de 1822, suas ocupações, empregos, gêneros que cultivam e em que negociam. In: SOUSA, Alberto. *Os Andradas*. v. 3. São Paulo: Typographia Piratininga, 1992, p. 89-232.

MATTOS, Raymundo José da Cunha. Chorographia histórica da província de Goyaz. Arraial de Traíras, 31 de dezembro de 1824. *RIHGB*, t. 35, v. 1, 1875, p. 51-53, 56.

Memória sobre as aldeias de índios da província de São Paulo, segundo as observações feitas no ano de 1798: por José Arouche de Toledo Rendon. *RIHGB*, t. 4, n. 15, p. 295-317.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Século XVIII, século pombalino do Brasil*. Rio de Janeiro: Xérox, 1989.

OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. *Quadro Historico da Provincia de S. Paulo até o anno de 1822*. São Paulo: Typografia Brasil de Carlos Gerke, 1897.

PEREIRA, M. R. de M. (Org.). *Plano para sustentar a posse da parte meridional da América portuguesa (1772)*. Curitiba: Casa Editorial Tetravento Ltda. (Aos quatro ventos), v. 1, 2003.

Registro da carta de exame passada a Joaquim Antonio Ribeiro mestre de sapateiro, cujo teor é o seguinte. *RGCMSP*, v. 16 (1820-1822), p. 20-22. São Paulo, 29 de fevereiro de 1820.

Relatório do Marquês do Lavradio vice-rei do Rio de Janeiro, entregando o governo a Luiz de Vasconcellos e Sousa, que o sucedeu no vice-reinado. Rio de Janeiro, 19 de junho de 1779. *RIHGB*, t. 4, 1863, p. 409-486.

Representação ao Príncipe Regente pelo Governo Provisório de São Paulo, a 24 de dezembro de 1821. *RIHGSP*, v. 7, 1902, p. 145-148.

Representação da câmara de S. Paulo ao príncipe regente, para que fique no Brasil, levada pelo marechal José Arouche Toledo Rendon. São Paulo, 31 de dezembro de 1821. *RIHGSP*, v. 10, 1905, p. 303-308.

Representação da Câmara de São Paulo ao Príncipe Regente, para que fique no Brasil, levada pelo marechal José Arouche Toledo Rendon. São Paulo, 31 de dezembro de 1821. *RIHGSP*, v. 10, 1905, p. 303-306.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem a São Paulo e quadro histórico da província de São Paulo*. Trad. Afonso de E. Taunay. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à província de São Paulo*. Trad. Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem pela comarca de Curitiba*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1995.

Termo de vereança geral e extraordinária da câmara, feito a requerimento do povo e tropas desta cidade de São Paulo. São Paulo, 23 de junho de 1821. *RIHGSP*, v. 10, 1905, p. 296-303.

Vereação extraordinária para tratar da conveniência de proclamar D. Pedro imperador. São Paulo, 28 de setembro de 1822. *RIHGSP*, v. 10, 1905, p. 357-360.

Vereança extraordinária da Câmara Municipal de Itu. Itu, 4 de agosto de 1822. *RIHGSP*, v. 7, 1902, p. 178-179.

Legislação:

Collecção das leis do Brazil de 1817. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.

Collecção das leis do Imperio do Brazil de 1822. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887.

Constituição política do Imperio do Brazil (de 25 de março de 1824).

LARA, Silvia (Org.). Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa. In: José Andrés-Gallego (Dir. e Coord.). *Nuevas Aportaciones a la Historia Jurídica de Iberoamérica*. Madrid: Fundación Histórica Tavera, 2000.

Lei de 25/05/1773, que põe fim à distinção entre cristãos-novos e cristãos-velhos. In: MARTINS, Jorge. *O Senhor roubado: a inquisição e a questão judaica*. Póvoa de Santo Adão: Europress, 2002, p. 157-170.

SILVA, António Delgado da. *Collecção da Legislação Portuguesa desde a última compilação das Ordenações – Legislação de 1763 a 1774*. Lisboa: Typografia Maigrense, 1829.

SILVA, António Delgado da. *Collecção da Legislação Portuguesa desde a última compilação das Ordenações – Legislação de 1791 a 1801*. Lisboa: Typografia Maigrense, 1828.

SILVA, José Justino de Andrade e. *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa*. Lisboa: Imprensa de J. J. A. Silva, 1854.

Periódicos:

Gazeta de Lisboa, n. 48. Lisboa, 25 de fevereiro de 1811.

Gazeta do Rio de Janeiro, n. 56. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 12 de julho de 1817.

Gazeta do Rio de Janeiro, Suplemento à edição n. 35. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 21 de março de 1822.

3) Bibliografia

ALDEN, Dauril. O período final do Brasil colônia (1750-1808). In: BETHEL, Leslie (Org.). *América Latina colonial*. Trad. Mary A. L. de Barros; Magda Lopes. São Paulo: Edusp/FUNAG, 1999, p. 527-592.

ALDEN, Dauril. The population of Brazil in the late eighteenth century: a preliminary study. *The Hispanic American historical review*, v. 43, n. 2, p. 173-205, maio/1963.

BAECHLER, Jean. Grupos e sociabilidade. In: BOUDON, Raymond. *Tratado de sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995, p. 65-106.

BALHANA, Altiva Pilatti; WESTPHALEN, Cecília Maria. Negros, gentios da terra, ou negros d'África? *Revista da SBPH*, Curitiba, n. 17, p. 17-23, 2000.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras [1969]. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.

BERBEL, Márcia Regina. *A nação como artefato: deputados do Brasil nas cortes portuguesas (1821-1882)*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1999.

BERBEL, Márcia Regina. Os apelos nacionais nas cortes constituintes de Lisboa (1821/22). In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A independência brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 181-208.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Mediação, pureza de sangue e oficiais mecânicos. As câmaras, as festas e a representação do império português. In: PAIVA, E. F.; ANASTASIA, C. M. J. (Orgs.). *O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI a XIX*. São Paulo: Annablume, 2002.

BINDER, Fernando Pereira. *Bandas Militares no Brasil: difusão e organização entre 1808-1889*. Dissertação (mestrado em Música) – Instituto de Artes da Universidade Estadual Paulista, v. 1, 2006.

BLACKBURN, Robin. *A construção do escravismo no Novo Mundo*. Do barroco ao moderno (1492-1800). Rio de Janeiro: Record, 2003.

BLACKBURN, Robin. Haiti, slavery, and the age of the democratic revolution. *The William and Mary Quarterly*, v. 63, n. 4, p. 643-672, 2006.

BLAJ, Ilana. *A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2002.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. (1.a Ed.). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1745)*. Tese (doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2006.

BOSCHI, Caio C. *Os leigos e o poder*. Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986.

BRADING, D. A. A Espanha dos Bourbons e seu império americano. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina*. São Paulo: Edusp; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1997.

BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond. A mulatice como impedimento de acesso ao “Estado do Meio”. In: *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*. Lisboa, FCSH/UNL, 2005.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Tecido urbano e mercado imobiliário em São Paulo: metodologia de estudo com base na Décima Urbana de 1809. *Anais do Museu Paulista*, v. 13, n. 1, p. 59-97, jan./jun. 2005.

BURMESTER, Ana Maria de Oliveira. Disciplinarização e trabalho: Curitiba, fins do século XVIII, inícios do século XIX. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 8, n. 14-15, p. 117-127, jul./dez. 1987.

BURMESTER, Ana Maria de Oliveira. Estado e população. O século XVIII em questão. *Revista portuguesa de História*, tomo 33, p. 113-151, 1999.

CAMPBELL, Leon G. Black power in colonial Peru: the 1779 tax rebellion of Lambayeque. *Phylon*, v. 33, n. 2, p. 140-152, 1972.

CAMPBELL, Leon G. The changing racial and administrative structure of the peruvian military under the later bourbons. *The Americas*, v. 32, n. 1, p. 117-133, 1975.

CARVALHO, Marcus J. M. de. Os negros armados pelos brancos e suas independências no Nordeste (1817-1848). In: JANCÓS, István (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005, p. 881-914.

CHÁVEZ, Alicia Hernández. *La tradición republicana del buen gobierno*. Cidade do México: Fondo de Cultura Econômica, 1993.

COSTA, Iraci del Nero da. *Arraia-miúda: um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil*. São Paulo: MGSP Editores, 1992.

COTTA, Francis Albert. No rastro dos Dragões: políticas da ordem e o universo militar nas Minas setecentistas. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2004.

CUNHA, Pedro Octávio Carneiro da. Política e administração de 1640 a 1763. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo I – A época colonial, v. 2. São Paulo: Difel, 1985.

DERNTL, Maria Fernanda. Cidades imprevisíveis: a construção de núcleos urbanos na capitania de São Paulo, 1765-1775. *Politéia: História e sociedade*, Vitória da Conquista, v. 9, n. 1, p. 71-81, 2009.

DOLHNIKOFF, Miriam. São Paulo na independência. In: JANCÓS, István (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005.

ELIAS, Norbert. *Envolvimento e distanciamento*. Estudos sobre sociologia do conhecimento. Trad. Maria Luísa Cabaços Mélico. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997.

ELIAS, Norbert. *Introdução à sociologia*. Trad. Maria Luíza Ribeiro Ferreira. Lisboa: Edições 70, 1980.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

ELIAS, Norbert. *Mozart, sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Uma história dos costumes. (v. 1). Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Formação do Estado e Civilização (v. 2). Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

ELIAS, Norbert. Transformações no equilíbrio nós-eu. In: ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Trad. Mário Matos. Lisboa: Dom Quixote, 1993, p. 175-258.

FALCON, Francisco José Calanzas. *A época pombalina*. Política econômica e monarquia ilustrada. São Paulo: Editora Ática, 1982.

FERLINI, Vera Lucia Amaral. Uma capitania dos novos tempos: economia, sociedade e política na São Paulo restaurada (1765-1822). *Anais do Museu Paulista*, v. 17, n. 2, 2009.

FERNÁNDEZ, Juan Marchena (Coord.). *El ejército de América antes de la independencia: ejército regular y milicias americanas, 1750-1815* (Hojas de servicio, uniformes y estudio histórico). Madrid: Fundación Mapfre Tavera, 2005. (CD-Rom).

FERNÁNDEZ, Juan Marchena. *Ejército y milicias en el mundo colonial americano*. Madrid: MAPFRE, 1992.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. Ofícios, manufaturas e comércio. In: SZMRECSÁNYI, T. (Org.). *História econômica do período colonial*. (2. ed.). São Paulo: Hucitec, 2002.

FLORENTINO, Manolo Garcia; FRAGOSO, João. *O arcaísmo como projeto*. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia (Rio de Janeiro, c.1780 – c.1840). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, J. “Elites econômicas” em finais do século XVIII: mercado e política no centro-sul da América lusa. Notas de uma pesquisa. In: JANCSÓ, I. (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005.

GARAVAGLIA, Juan C. Os primórdios do processo de independência hispano-americano. In: JANCSÓ, I. (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005.

GOMES, José Eudes Arrais Barroso. *As milícias d’El Rey: Tropas militares e poder no Ceará setecentista*. Dissertação (mestrado em história) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, 2009.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808). In: GOUVÊA, M. F.; FRAGOSO, J.; BICALHO, M. F. (Orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos*. A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 285-315.

GUEDES, Roberto. *Egressos do cativeiro: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c. 1850)*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008.

GUEDES, Roberto. De ex-escravo a elite escravista: a trajetória de ascensão social do pardo alferes Joaquim Barbosa Neves (Porto Feliz, São Paulo, século XIX). In: FRAGOSO, J.; ALMEIDA, C. M. C. de; SAMPAIO, A. C. J. de (Orgs.). *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no antigo regime nos trópicos*. América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 337-376.

GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencia*. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1993.

HESPANHA, António Manuel. *As vésperas do Leviatã: instituições e poder político, Portugal – século XVII*. Coimbra: Almedina, 1994.

HESPANHA, António Manuel; XAVIER, Angela Barreto. A representação da sociedade e do poder. In: MATTOSO, José (Org.). *História de Portugal*. O Antigo Regime (1620-1807), v. 4. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

HESPANHA, António Manuel. A mobilidade social na sociedade de Antigo Regime. *Tempo*, Niterói, v. 11, n. 21, p. 121-143, 2006.

HESPANHA, António Manuel; XAVIER, Ângela Barreto. As redes clientelares. In: HESPANHA, A. M.; MATTOSO, José (Orgs.). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1992.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. A Colônia do Sacramento e a expansão no extremo sul. In: HOLANDA, S. B. de. (Dir.). *História geral da civilização brasileira*. (Tomo I, 1.º vol.). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972, p. 322-363.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial – sua desagregação. In: HOLANDA, S. B. de. (Dir.). *História geral da civilização brasileira*. (Tomo II, 1.º vol.). 3.ª ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970 [1960], p. 9-39.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1957.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Movimentos de população de São Paulo no século XVIII. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 1, p. 55-111, 1966.

JANCSÓ, István. *Na Bahia, contra o império: história do ensaio de sedição de 1798*. São Paulo: Hucitec, 1996.

JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme. (Org.). *Viagem incompleta 1500-2000 – A experiência brasileira*. São Paulo: Senac São Paulo Editora, 2000, v. 1, p. 127-175.

KLEIN, Herbert S. Os homens livres de cor na sociedade escravista brasileira. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, n. 17, p. 3-27, 1978.

KLEIN, Herbert S. The colored militia of Cuba: 1568-1868. *Caribbean Studies*, v. 6, n. 2, p. 17-27, 1966.

KLEIN, Herbert. S. A demografia do tráfico atlântico de escravos para o Brasil. *Estudos econômicos*, v. 17, n. 2, p. 129-149, 1987.

KOK, Maria da Glória Porto. O sertão itinerante: expedições da capitania de São Paulo no século XVIII. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1998.

KRAAY, Hendrik. Identidade racial na política, Bahia, 1790-1840: o caso dos Henriques. In: JANCÓS, István (Org.). *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo/Ijuí: Hucitec/Unijuí/FAPESP, 2003, p. 521-546.

KRAAY, Hendrik. *Race, state, and armed forces in independence-era Brazil: Bahia, 1790s-1840s*. California: Stanford University Press, 2001.

KÜHN, Fábio. A fronteira em movimento: relações luso-castelhanas na segunda metade do século XVIII. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 91-112, dez./1999.

KUETHE, Allan J. The status of the free pardo in the disciplined militia of New Granada. *The Journal of Negro History*, v. 56, n. 2, p. 105-117, apr./1971.

LARA, Silvia (Org.). Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa. In: José Andrés-Gallego (diretor e coordenador). *Nuevas Aportaciones A La Historia Jurídica de Iberoamérica*. Madrid: Fundación Histórica Tavera, 2000.

LEONZO, Nanci. *As companhias de ordenanças na capitania de São Paulo. Das origens ao governo do Morgado de Mateus*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1975.

LEONZO, Nanci. *Defesa militar e controle social na capitania de São Paulo: as milícias*. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1979.

LIMA, Carlos Alberto Medeiros. Em certa corporação: politizando convivências em irmandades negras no Brasil escravista (1700-1850). *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 11-38, jan./jun. 1999.

LIMA, Carlos Alberto Medeiros. Escravos de peleja: a instrumentalização da violência escrava na América portuguesa (1580-1850). *Revista de sociologia e política*, n. 18, p. 131-152, 2002.

LIMA, Priscila de. De libertos a vassalos. Interpretações populares dos alvarás anti-escravistas pombalinos na América portuguesa (1761-1810). Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, 2011.

LIMA, Priscila de. Escravos em busca da liberdade. Interpretações e apropriações na América portuguesa das leis antiescravistas pombalinas (segunda metade do século XVIII e início do XIX). In: SALES, Jean Rodrigues; FREITAG, Liliane; STANCZYK FILHO, Milton (Orgs.). *Região: espaço, linguagem e poder*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 337-350.

LINS, Maria de Lourdes Ferreira. Martim Lopes Lobo de Saldanha: a presença de São Paulo nas guerras do Sul. In: *Anais do simpósio comemorativo do bicentenário da restauração do Rio Grande (1776-1976)*. v. 1. RJ: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), 1979.

LOPES, José Reinaldo de Lima. Iluminismo e jusnaturalismo no ideário dos juristas da primeira metade do século XIX. In: JANCSÓ, István (Org.). *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo/Ijuí: Editora Hucitec/Editora Unijuí, 2003, p. 195-218.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: EDUSP, 2006.

MACHADO, Cacilda. A trama das vontades. Negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social (São José dos Pinhais-PR, passagem do XVIII para o XIX). Tese (doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

MALERBA, Jurandir. *A corte no exílio*. Civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808 a 1821). São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A população do Brasil colonial. In: BETHEL, Leslie. *História da América Latina*. A América Latina colonial. (v. II). São Paulo: EDUSP, 1999, p. 311-338.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista (1700-1836)*. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 2000.

MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil. Resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. *Novos Estudos*, n. 74, p. 107-123, 2006.

MARTINS, Mônica de Souza Nunes. *Entre a cruz e o capital: mestres, aprendizes e corporações de ofícios no Rio de Janeiro (1808-1824)*. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

MATTOS, Hebe. A escravidão moderna nos quadros do império português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica. In: BICALHO, M. F; FRAGOSO, J; GOUVÊA, M. F. (Orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MATTOS, Hebe. “Black Troops” and hierarchies of color in the Portuguese Atlantic World: The case of Henrique Dias and his Black Regiment. *Luso-Brazilian Review*, v. 45, n.1, p. 6-29, 2008.

MATTOS, Regiane Augusto de. De cassange, mina, benguela a gentio da Guiné. Grupos étnicos e formação de identidades africanas na cidade de São Paulo (1800-1850). Dissertação (mestrado em história) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, 2006.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MCFARLANE, Antony. Independências americanas na era das revoluções: conexões, contextos, comparações. In: MALERBA, Jurandir. *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 387-417.

MELLO, Christiane F. Pagano de. Os Corpos de Auxiliares e de Ordenanças na Segunda Metade do Século XVIII. As Capitânicas do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais e a Manutenção do Império Português no Centro Sul América. Tese (doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense, 2002.

MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. A guerra e o pacto: a política de intensa mobilização militar nas Minas Gerais. In: CASTRO, C.; IZECKSOHN, V.; KRAAY, H. (Orgs.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 67-86.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. Rio de Janeiro: Forense Universitária; São Paulo: Edusp, 1975.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Henrique Dias: governador dos pretos, crioulos e mulatos do Estado do Brasil*. Recife (PE): Universidade do Recife, 1954.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, tapuias e historiadores*. Estudos de história indígena e do indigenismo. Tese (livre docência) – Universidade Estadual de Campinas, 2001.

MORSE, Richard. *O espelho de Próspero*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MOURA, Denise Aparecida Soares de. Comércio na costa do Brasil no temerário ano de 1817. *Histórica – Revista on line do Arquivo Público de São Paulo*, v. 6, n. 41, abr./2010.

MOURA, Denise Aparecida Soares de. O porto de Santos como pólo redistribuidor de mercadorias coloniais no funcionamento do organismo colonial português (1765-1822). *Mneme – Revista de humanidades*, v. 9, n. 24, 2008.

MÚNERA, Alfonso. *El fracaso de la nación*. Región, clase y raza en el Caribe colombiano (1717-1821). Bogotá: Editorial Planeta Colombiana, 2008.

NADALIN, Sergio. *História de demografia: elementos para um diálogo*. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2004.

NAZZARI, Muriel. Vanishing Indians: the social construction of race in colonial São Paulo. *The Americas*, v. 57, n. 4, p. 497-524, abr./2001.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das. São Paulo e a independência. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). *História de São Paulo colonial*. São Paulo: Editora Unesp, 2009, p. 275-318.

OLIVAL, Fernanda. Rigor e interesses: os estatutos de limpeza de sangue em Portugal. *Cadernos de Estudos Sefardistas*, n. 4, 2004.

OLIVAL, Fernanda. Mercês, serviços e circuitos documentais no império português. In: LOBATO, Manuel; SANTOS, Maria E. Madeira (Coord.). *O domínio da distância: Comunicação e cartografia*. Lisboa: História e Cartografia/Instituto de Investigação Científica e Tropical, 2006.

PAULA, Leandro Francisco de. Classificados pelas armas. Homens de cor nos corpos militares de Minas Gerais (1709-1777). In: SALES, Jean Rodrigues; FREITAG, Liliane; STANCZYK FILHO, Milton (Orgs.). *Região: espaço, linguagem e poder*. São Paulo: Alameda, 2010.

PAULA, Leandro Francisco de. Tropas de pretos e pardos em Minas Gerais: o recrutamento para a guerra luso-castelhana (1766-1780). *Outros tempos*, v. 7, n. 9, p. 61-79, 2010.

POLASTRE, Claudia Aparecida. A música na cidade de São Paulo, 1765-1822. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2008.

PORTELA, Bruna Marina. Caminhos do cativo: a configuração de uma comunidade escrava (Castro, São Paulo, 1800-1830). Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, 2007.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros*. Povos indígenas e a colonização do sertão do nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec, 2002.

RABELLO, Elisabeth Darwiche. Os ofícios mecânicos e artesanais em São Paulo na segunda metade do século XVIII. *Revista de História*, n. 55, v. 112, p. 575-588, 1977.

RABELLO, Elisabeth Darwiche. *As elites na sociedade paulista na segunda metade do século XVIII*. São Paulo: Comercial Safady, 1980.

REICHEL, H. J.; GUTFREIND, I. *Fronteiras e guerras no Prata*. São Paulo: Atual, 1995.

REIS, João José. Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 7-33, 1996.

RIBEIRO, Gladys Sabina. O desejo da liberdade e a participação de homens livres pobres e de cor na independência do Brasil. *Caderno Cedes*, Campinas, v. 22, n. 58, p. 21-45, 2002.

RODRIGUES, Maria Eugénia. Cipaios da Índia ou soldados da terra? Dilemas da naturalização do exército português em Moçambique no século XVIII. *História Questões & Debates*, v. 24, n. 45, p. 57-95, jul./dez. 2006.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. Autoridades Ambivalentes: O Estado do Brasil e a contribuição africana para ‘a boa ordem na República’. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). *Brasil. Colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 105-123.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1808. *Revista brasileira de História*, v. 18, n. 36, p. 187-250, 1998.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Trad. Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Antonio César de Almeida. O desbravamento dos sertões da capitania de São Paulo e a presença portuguesa na porção meridional da América. In: PEREIRA, M. R. de M. (Org.). *Plano para sustentar a posse da parte meridional da América portuguesa (1772)*. Curitiba: Casa Editorial Tetravento Ltda. (Aos quatro ventos), v. 1, p. 1-14, 2003.

SARTORIUS, David. My vassals: free-colored militias in Cuba and the ends of spanish empire. *Journal of colonialism and colonial history*, v. 5, n. 2, 2004.

SCARANO, Julita. *Devoção e escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*. São Paulo: Comp. Ed. Nacional: Secretaria de Estado da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976.

SCHIAVINATTO, Iara Lis. Cultura política do primeiro liberalismo constitucional. A adesão das câmaras no processo de autonomização do Brasil. *Araucaria*, v. 9, n. 18, p. 220-235, 2007.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Cristina Nogueira da. Conceitos oitocentistas de cidadania: liberalismo e igualdade. *Análise social*, v. 44 (192), p. 533-563, 2009.

SILVA, Karina da. A capitania de São Paulo na estrutura militar setecentista. *Estudos de História*, Franca, v. 11, n. 1, p. 47-63, 2004.

SILVA, Karina da. *Os recrutamentos militares e as relações sociedade-estado na capitania/província de São Paulo (1765-1828)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista, 2006.

SILVA, Luiz Geraldo. “Esperança de liberdade”. Interpretações populares da abolição ilustrada (1773-1774). *Revista de História*, n. 144, p. 107-149, 2001.

SILVA, Luiz Geraldo. Aspirações barrocas e radicalismo ilustrado. Raça e nação em Pernambuco no tempo da independência (1817-1823). In: JANCSÓ, István (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005, p. 915-934.

SILVA, Luiz Geraldo. Cooperar e dividir: mobilização de forças militares no império português (séculos XVI e XVII). In: DORÉ, A.; LIMA, L. F. S.; SILVA, L. G. (Orgs.). *Facetas do império na história: conceitos e métodos*. São Paulo: Hucitec, 2008, p. 257-270.

SILVA, Luiz Geraldo. Da festa à sedição: sociabilidades, etnia e controle social na América portuguesa (1776-1814). *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 30, p. 83-110, 1999.

SILVA, Luiz Geraldo. Da festa barroca à intolerância ilustrada. Irmandades católicas e religiosidade negra na América portuguesa (1750-1815). In: SALLES-REESE, Verónica (Org.). *Repensando el pasado, recuperando el futuro*. Nuevos aportes interdisciplinarios para el estudio de la América colonial. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2005, p. 270-287.

SILVA, Luiz Geraldo. O avesso da independência: Pernambuco (1817-24). In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 343-384.

SILVA, Luiz Geraldo. Religião e identidade étnica. Africanos, crioulos e irmandades na América portuguesa. *Cahiers des Amériques Latines*, v. 44, p. 77-96, 2003.

SILVA, Luiz Geraldo. Sobre a 'etnia crioula': o Terço dos Henriques e seus critérios de exclusão na América portuguesa do século XVIII. Texto apresentado no seminário da linha de pesquisa Espaço e Sociabilidades, do Programa de Pós-Graduação em História da UFPR, no primeiro semestre de 2010.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). *História de São Paulo colonial*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

SILVEIRA, Marco Antonio. Narrativas de contestação. Os Capítulos do crioulo José Inácio Marçal Coutinho (Minas Gerais, 1755-1765). *História social*, n. 17, p. 285-307, 2009.

SILVEIRA, Marco Antonio. *O universo do indistinto: Estado e sociedade nas Minas setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SLEMIAN, Andréa. Seriam todos cidadãos? Os impasses na construção da cidadania nos primórdios do constitucionalismo no Brasil (1823-1824). In: JANCSÓ, István (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005, p. 829-847.

SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SOUZA, Fernando Prestes de. Homens de cor ao lado de brancos: a formação de corpos militares mistos em São Paulo (1765-1821). In: SALES, Jean Rodrigues; FREITAG, Liliane; STANCZYK FILHO, Milton (Orgs.). *Região: espaço, linguagem e poder*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 311-323.

SOUZA, Fernando Prestes de. Homens de cor e o processo de independência em São Paulo: atuação política e militar dos milicianos do Regimento dos Úteis. In: SEBRIAN, R. N. N. et. al. (Orgs.). *Perspectivas historiográficas*. Campinas: Pontes Editores, 2010, p. 149-166.

SOUZA, Fernando Prestes de. Milicianos pardos e o processo civilizador em São Paulo. Cor e hierarquia numa configuração social em transformação (ca. 1790 – ca. 1830). *Histórica* –

Revista on line do Arquivo Público de São Paulo, v. 6, n. 41, p. 1-14, abr./2010. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/>

SOUZA, Fernando Prestes de; LIMA, Priscila de. “Que haja paz e quietação”: controle social e irmandades negras na América portuguesa, século XVIII. *Revista Ágora*, Vitória, n. 11, p. 1-22, 2010. Disponível em: <http://www.ufes.br/ppghis/agora/>.

SOUZA, Fernando Prestes de; PAULA, Leandro Francisco de; SILVA, Luiz Geraldo. A guerra luso-castelhana e o recrutamento de pardos e pretos: uma análise comparativa (Minas Gerais, São Paulo e Pernambuco, 1775-1777). In: SANTOS, A. C. de A.; DORÉ, A. (Orgs.). *Temas setecentistas: governos e populações no império português*. Curitiba: UFPR-SCHLA/Fundação Araucária, 2008, p. 67-83.

SOUZA, Fernando Prestes de; SILVA, Luiz Geraldo. Negros apoyos. Una comparación de las actividades políticas de las milicias de los hombres de color de Pernambuco y São Paulo en la independencia de Brasil (1790-1830). No prelo.

SOUZA, Iara Lis Carvalho. A adesão das Câmaras e a figura do imperador. *Revista Brasileira de História*, v. 18, n. 36, p. 367-394, 1998.

SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SOUZA, Marina de Mello e. *Reis negros no Brasil escravista*. História da festa de coroação de Rei Congo. São Paulo/Belo Horizonte: Humanitas/Editora UFMG, 2002.

TORRÃO FILHO, Amílcar. O “Milagre da onipotência” e a dispersão dos vadios: política urbanizadora e civilizadora em São Paulo na administração do morgado de Mateus (1765-1775). *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. 31, n. 1, p. 145-165, jun./2005.

VIANA, Larissa. *O idioma da mestiçagem: as irmandades de pardos na América portuguesa*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Mello (Org.). *História da Vida Privada no Brasil*. (v. 1). São Paulo: Cia das Letras, 1997, p. 331-385.

VINSON III, Ben. Articular el espacio: el establecimiento militar de gente de color libre en el México colonial de la conquista hasta la independencia. *Callaloo*, v. 27, n. 1, p. 331-354, 2004.

WEHLING, Arno. Ilustração e política estatal no Brasil 1750-1808. *Humanidades: Revista de la Universidad de Montevideo*, n. 1, p. 61-86, 2001.

WERNET, Augustin. O processo de independência em São Paulo. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1975, p. 340-354.

WOOD, James A. The burden of citizenship: artisans, elections, and the *fuero militar* in Santiago de Chile, 1822-1851. *The Americas*, v. 58, n. 3, p. 443-469, jan./2002.